

GETULIO VARGAS

*Mensagem*

AO

CONGRESSO NACIONAL



RIO DE JANEIRO — 1952

GETULIO VARGAS

*Mensagem*

AO

CONGRESSO NACIONAL

*APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA  
REPÚBLICA POR OCASIÃO DA ABERTURA  
DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1952*



RIO DE JANEIRO — 1952

BIBLIOTECA PÚBLICA LO PARÁ  
DOAÇÃO

**Senhores Membros do Congresso Nacional :**

*Ao t ermo de um ano de fecundo e profícuo labor, em que se empenharam, em suas esferas respectivas de aço, o Poder Executivo e o Legislativo, animados do comum propósito de assegurar a prosperidade e o progresso do País, aqui venho, no cumprimento de um preceito constitucional, fazer convosco a estimativa do caminho percorrido desde igual data do ano findo, prestar-vos contas de quanto o Govêrno pôde realizar dos objetivos que se propôs então atingir, e definir enfim as diretrizes que nos levarão, de comum acôrdo,   conquista de novos e mais ambiciosos objetivos no ano parlamentar que ora se inicia.*

*Tôda obra de Govêrno, dentro do nosso regime, surge da harmoniosa conjugac o de esforços e do equilibrio de aço entre o Congresso e os órgãos executivos agrupados em t rno do Presidente da República. Sem o apoio do Poder Legislativo malograram necess riamente as melhores intenc es e os esforços do Executivo, na sua tarefa de planejar e coordenar a aço governamental.*

*É com prazer, portanto, que presto aqui o meu testemunho   operosidade das Casas do Congresso durante o ano que acaba de transcorrer, e atesto a vigilante e patriótica dedica o com que abordaram os seus encargos constitucionais, prestando ao Govêrno o seu concurso na elabora o   processamento da legisla o requerida pelas circunstâncias nacionais, e, não raro, no exercício de suas legítimas prerrogativas, o inegável auxílio de uma crítica construtiva e reveladora do interêsse com o qual esta Assembléia acompanha o desenrolar da aço administrativa do Govêrno.*

*Longe de subestimar o valor da cooperação do Legislativo, o Governo a aprecia altamente e a solicita com maior interesse do que nunca, e muito espéra do patriotismo e do zelo dos Senhores Membros do Congresso, certo de que, nesta hora em que juntos nos empenhamos em vencer ingentes dificuldades que entorpecem o progresso do País e prejudicam o bem-estar de seu povo, não haverá nestas Casas quem não saiba sobrepor às considerações pessoais ou partidárias às injunções imperativas e sagradas da prosperidade geral e da felicidade da Pátria.*

*O Congresso representa a Nação íntegra, e não a Nação dividida. É verdadeiramente o conjunto da Nação na expressão das suas forças coletivas. Por tudo isso, acima das divisões políticas, das diferenças ideológicas, e mesmo das divergências pessoais, não devemos esquecer que somos todos brasileiros; e, sendo brasileiros, temos problemas comuns, ideais e interesses permanentes que precedem e superam as questões que num regime democrático podem separar os homens e os partidos.*

*Os problemas do povo, do seu bem-estar, da sua felicidade, não podem ser objeto apenas das cogitações do Governo, mas sim da cooperação e do concurso de todos os cidadãos e devem contar com a colaboração ativa de tôdas as forças econômicas e de tôdas as correntes políticas nacionais.*

*Não estamos apenas expostos a ataques externos, mas também a graves perigos internos. As nossas divergências de atitude ou de ponto de vista, que são naturais e inevitáveis, não devem ser levadas ao ponto de ameaçar a unidade da Nação em face desses perigos. Dêstes últimos, o mais premente, que é hoje um pesadelo de tôdas as nações, porque as enfraquece internamente, tem sido a inflação: primeiro, porque é a responsável principal pela elevação do custo de vida e dos preços em geral; segundo, porque representa um ônus opressivo, uma es-*

*pécie nova de taxação, não sôbre os grandes lucros mas sôbre a massa dos pequenos produtores e dos pequenos consumidores, pesando diretamente sôbre as classes menos favorecidas da comunidade.*

*A principal causa da inflação é o desequilíbrio orçamentário, e êsse no ano findo procuramos corrigir com enorme sacrifício, reduzindo as despesas e aumentando a receita nacional. Os resultados dessa perseverante e corajosa política de compressão de gastos e de aperfeiçoamento do aparelho arrecadador já são do domínio público, e não é sem legítima satisfação que o Governo os quer relembrar aqui: um saldo orçamentário de 2 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, o maior já verificado na história financeira de um país que nos últimos exercícios só conhecera deficits cada vez mais volumosos; uma arrecadação superando em 6 bilhões e 877 milhões de cruzeiros a estimativa orçada; emissões rigidamente limitadas ao necessário para atender aos redescantos exigidos pela animadora expansão dos negócios, e das quais cêrca da têrça parte, seja um bilhão e 275 milhões de cruzeiros, já foi novamente recolhida, tendo sido possível ao Tesouro prescindir de qualquer emissão para atender aos seus próprios encargos; o Tesouro Nacional, devedor, no ano anterior, da soma de quase 4 bilhões de cruzeiros ao Banco do Brasil, e devendo pagar-lhe 43 milhões a título de juros, hoje transformado em credor daquele mesmo Banco, na quantia de 1 bilhão e 250 milhões de cruzeiros, além de ter recebido daquele estabelecimento de crédito 49 milhões de cruzeiros de juros de seus depósitos.*

*Ê, portanto, no setor financeiro, uma situação auspiciosa que o Governo pôde exhibir ao fim de um ano de trabalho: onde víamos, em 31 de janeiro de 1951, encargos que excediam em quase 10 bilhões de cruzeiros a receita orçada, um Tesouro esmagado de compromissos para com o nosso principal estabelecimento de crédito,*

*uma arrecadação débil e falha, hoje podemos apontar um saldo substancial, uma situação de tesouraria largamente favorável ao Estado, uma arrecadação elevada enfim a uma cifra expressiva da capacidade tributária do País, sem que, no entanto, sacrifique qualquer setor das atividades econômicas nacionais.*

*Não medíocre resultado em verdade, e que, sem bastar por si só para reparar os erros e as falhas do passado, justifica as mais vivas esperanças para o êxito futuro da obra de recuperação nacional.*

*Mas para cobrir o deficit, como fizemos, não basta a compressão de despesas, a qual arrisca atingir as realizações que contribuem para o progresso da Nação e para o seu aparelhamento econômico e industrial. É preciso criar mais fontes de renda, é preciso exigir o máximo de cooperação com o Governo, é preciso que o País inteiro participe com a contribuição do seu esforço e do seu trabalho para incrementar a produção, estimular as atividades fecundas e fazer surgir riquezas novas e bens em abundância para o consumo e o proveito geral. É preciso, sobretudo, que não seja prejudicado aquilo que é o objetivo principal dos governos : o bem-estar social e a felicidade de cada um. Não devemos abandonar êsse impulso generoso de dar a todos uma justa participação nos frutos do trabalho comum, na riqueza que é criada pelo esforço de todos. É necessário proporcionar a todos igualdade de oportunidades, extinguir as injustiças de uma sociedade dividida em classes privilegiadas e em classes oprimidas e despojadas : o nosso objetivo deve ser que todos tenham um lar e que não falem em cada lar o conforto, o bem-estar, as amenidades da existência.*

*Muito contribuíram, para o feliz resultado da política financeira do Governo, as medidas tomadas para o restabelecimento das normas de moralidade e de ordem administrativa. Foi assim que o Governo, ao mesmo tem-*

po que assegurava o estancamento das evasões do imposto de renda, através dos seguros dotais e de outros estratagemas, preocupou-se com a extinção da orgia de escândalos e facilidades do imposto aduaneiro. Foi promovida, outrossim, através do Poder Judiciário, a anulação das transações que haviam alienado, em condições lesivas para o interesse público, bens e propriedades da União. Dentro da mesma preocupação moralizadora, promoveu-se o saneamento das operações de redesconto do Banco do Brasil, por intermédio das quais bancos e firmas particulares contraíam empréstimos muitas vezes superiores ao seu capital realizado.

No importante domínio de nossas transações com o exterior, foi corrigido, de modo salutar, o critério das operações vinculadas do Banco do Brasil, por onde se drenavam para fora do País as nossas mercadorias em troca de produtos supérfluos e de luxo, que só atendiam à ganância de aventureiros e especuladores.

Recentemente ainda, foi restabelecida a lei de retorno dos capitais estrangeiros, através de um novo regulamento, com o intuito de acautelar a economia nacional contra uma imprudente sangria de suas forças vitais. Essa medida, que uma crítica, ou impensada ou de má-fé, procurou representar como um ato demagógico de repulsa à cooperação financeira internacional, traduziu na realidade cogitações de prudência e comedimento, que representam, ao contrário, garantias suplementares para quem procure, no Brasil, não especulações desvairadas, e sim o abrigo de condições económicas e financeiras estáveis e equilibradas.

O Brasil sempre foi uma terra de promessa, a terra hospitaleira e generosa por excelência. Apesar da insidiosa deturpação, por elementos mal-intencionados, dos propósitos do Governo, continuaremos a acolher de bom grado tanto braços como capitais honestos que para aqui se dirijam. Nem a uns nem a outros negaremos o seu justo

*salário : nossa terra é vasta, e bastante rica e ampla para que possamos partilhar as suas dádivas com quantos queiram cooperar conosco no propósito de torná-la ainda mais próspera. Nada mais desejamos do que premunir-nos, como sempre fizeram as nações sábias e precavidas, contra o tipo de exploração econômica que foi, em outros tempos, o flagelo de países de economia semelhante à nossa : com essa razoável e legítima ressalva, abrimos de par em par nossas fronteiras a todos os homens de boa vontade, que desejem transportar suas energias e seus haveres para um país jovem e livre, senhor de riquezas incalculáveis e intatas e voltado para um futuro radiosamente promissor.*

*Vitorioso na batalha pelo restabelecimento do equilíbrio orçamentário e pelo saneamento das finanças, o Governo levava avante, paralelamente, o combate pelo desenvolvimento da produção, tanto agrícola como industrial, dedicando particular atenção aos problemas referentes ao respectivo escoamento para os centros de consumo, jamais perdendo de vista este princípio norteador, que o objetivo do fomento à produção nacional não é o de criar maiores lucros para alguns privilegiados, e sim o de trazer maior fartura e conforto para a generalidade dos brasileiros. Certo é que por si só semelhante aumento concorre poderosamente para tal fim; mas ainda assim compete ao Estado zelar para que os efeitos benéficos de uma economia em expansão não sejam indevidamente canalizados para o proveito egoísta de uma minoria. É justamente o que visa coibir a Lei de intervenção no domínio econômico, com a qual o Congresso, em boa hora, acaba de armar o Governo.*

*Essa intervenção do Estado no domínio econômico, sempre que possível plástica e não rígida, impõe-se como um dever ao Governo todas as vezes que é necessário suprir as deficiências da iniciativa privada, ou acautelar os*

*superiores interesses da Nação, quer contra a voracidade egoísta dos apetites individuais, quer contra a ação predatória dessas forças de rapina, que não conhecem bandeira nem cultuam outra religião que não seja a do lucro.*

*É assim que cada vez mais recai sobre o Estado o encargo de assegurar, através do sistema de transportes, o escoamento e a distribuição da produção nacional, que encontra na capacidade daquele sistema um limite intransponível, e muito aquém do que lhe marcaria a feracidade da terra e a operosidade da nossa gente.*

*De nada adianta que as fartas searas amadureçam ao sol, se as safras devem apodrecer ao longo de ferrovias insuficientemente aparelhadas ou nos armazéns de portos irremediavelmente congestionados. Eis porque o Governo, como passo primordial para o alargamento de nossos horizontes econômicos, para fazer recuar as injustas fronteiras impostas ao esforço e à iniciativa de nosso povo, preocupou-se de elaborar e pôr em execução um vasto plano de reaparelhamento do sistema de transportes, abrangendo os setores ferroviário, rodoviário e portuário.*

*O plano compreende o prosseguimento dos trabalhos de construção dos troncos e ramais rodoviários e ferroviários necessários à articulação das várias zonas econômicas entre si, de modo a fazer do arquipélago brasileiro o continente unido e firme que deverá ser o Brasil de amanhã. Ele compreende, ainda, uma considerável ampliação do material rodante e de tração de nossas principais ferrovias, a laboriosa dragagem de portos e canais assoreados pela vaza e pela incúria de anos, e a ampliação, nesses mesmos portos, de armazéns, cais acostáveis, material de carga e descarga, e meios de rápida movimentação.*

*Não basta, porém, que a nossa produção, sangue vivo do País, possa circular mais livremente pelas artérias ferroviárias e rodoviárias. É preciso também que o regime cíclico da produção agrícola, com suas estiagens e cheias*

*periódicas correspondentes aos tempos de safra e de entre-safra, encontre um mecanismo regulador capaz de assegurar escoamento uniforme para os mercados consumidores, assim obviando aos males de uma escassez alternada com a superabundância, que se traduz por preços, ou escorchantes para o consumidor, ou pouco compensadores para o produtor; e, também, aliviando o sistema de transportes, esporadicamente sobrecarregado pelas exigências do escoamento das safras. Com esse propósito, planejou o Governo uma rede de armazéns e frigoríficos, que permitirão descongestionar os meios de transporte, evitar a perda de produtos perecíveis, disciplinar os preços, e manter em qualquer estação a abundância de gêneros nos mercados consumidores.*

*No setor rural, objeto da particular solicitude do Governo, porque congrega, não somente a maioria dos trabalhadores do Brasil, como aqueles até hoje menos amparados pela ação protetora dos poderes públicos, verifica-se que, dia a dia, a crescente complexidade dos processos de exploração agrícola, bem como a elevação do custo dos produtos manufaturados indispensáveis aos trabalhos do lavrador e do pecuarista, exigem destes últimos uma inversão cada vez mais considerável de capital em suas empresas. Ora, verifica-se também que os capitais no Brasil, preferem orientar-se para inversões rendosas, a curto termo, nos centros urbanos, do que favorecer o resultado, sempre aleatório e geralmente menos remunerador, do trabalho dos campos. A escassez do crédito agrícola é um fator de entorpecimento da produção, ao qual o Governo vem procurando obviar, do modo mais decidido, através da inauguração de uma política de extrema liberalidade para as atividades da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, através da qual, além disso, é promovida a articulação entre as atividades agrícolas e as industriais, com a cooperação de outros estabelecimentos de crédito, como o Banco da Amazônia e o Banco do*

*Nordeste, destinados a atender às necessidades peculiares a determinadas zonas econômicas.*

*Dos dois bancos citados, o primeiro já se acha em plena atividade, e o projeto de criação do segundo, de cuja ação muito espera o Governo, aguarda neste instante a vossa aprovação.*

*A ampliação do crédito especializado já pôde abranger, destarte, inúmeros setores de atividade econômica, que se têm visto favorecidos, não somente com recursos pecuniários, mas ainda com o fornecimento de máquinas e materiais em escala até aqui nunca vista, cuja compra é financiada pelo Governo em condições suaves.*

*Todo êsse amparo, que será completado no setor agropecuário por uma política de preços mínimos destinada a infundir confiança na estabilidade desse gênero de atividades econômicas, depende evidentemente, para o seu êxito, da possibilidade de fornecimento aos campos como às cidades, às indústrias e aos transportes como às lavouras, de energia abundante e barata. Demasiado tempo dependeu o Brasil do braço humano e do esforço animal para produzir, transformar e movimentar as suas riquezas; e, hoje mesmo, é triste constatar a elevada percentagem que essas fontes ainda ocupam na estatística de nossa produção total de energia. Faz-se indispensável a eliminação gradual dos processos rotineiros de trabalho e de transporte, incompatíveis, pelo seu rendimento insatisfatório e anti-econômico, bem como pelas condições de desconforto que impõem ao trabalhador, com as exigências de nossa época e com o bem-estar das populações rurais.*

*A obra do Governo se desenvolve no sentido de vencer, pelas forças do progresso e da civilização, as forças da inércia e da rotina e os métodos anacrônicos de trabalho. Essencialmente, isso significa multiplicar as forças do homem pela capacidade da máquina, e, para tanto, ir*

*captar nas profundezas do solo ou no seio das águas as forças ali ocultas, para discipliná-las à vontade humana e forjar os milagres da civilização moderna. Carvão, Petróleo, Eletricidade: essas as três fontes principais de energia de nossa época, os três poderosos instrumentos do Progresso. A abundância de energia térmica ou hidráulica é a própria mola da prosperidade e da grandeza das nações.*

*Compenetrado dessa verdade, o Governo buscou, metódicamente, planejar o aproveitamento e distribuição de nossos recursos nessas duas ordens de energia. Apenas uma ínfima parcela do nosso vasto potencial hidrelétrico foi até hoje captada e posta a serviço do homem: acha-se em via de elaboração um plano nacional de eletrificação, visando coordenar o aproveitamento industrial de nossas quedas d'água, segundo as possibilidades e as necessidades do consumo de cada região, e de modo a levar a zonas atualmente subdesenvolvidas, mas ricas em mão de obra e em matérias primas, a possibilidade de empreendimentos industriais correspondentes aos seus recursos, e cujo primeiro efeito será o de elevar o padrão de existência de suas populações. Particularmente sensível deverá ser o efeito desse plano nas regiões nordestinas, de população relativamente densa, laboriosa, e entranhadamente apegada ao torrão natal, que ela só abandona acossada pelo desemprego oriundo das crises econômicas ali criadas pelas calamidades climáticas. A fixação, no solo nordestino, de indústrias capazes de atrair o braço sertanejo, permitirá o estancamento do doloroso êxodo que atualmente depaupera aquela região sem fazer mais do que transportar para outras zonas do País delicados problemas de reajustamento econômico e social.*

*Ao mesmo tempo que prosseguem os estudos do Plano Nacional de Eletrificação, o Governo tem concedido o seu decidido apoio à execução de vários planos e empre-*

*endimentos de ordem regional, que prometem transformar radicalmente, em breve prazo, a fisionomia econômica de diversos Estados da Federação, nos quais a capacidade de absorção do mercado de energia elétrica justifica e garante inversões imediatas de grande vulto. Enfim, as obras já empreendidas têm sido continuadas em ritmo acelerado, notadamente na grande central hidrelétrica de Paulo Afonso, projetada sob o meu Governo em 1945, e cuja construção se acha enfim em via de concluir-se.*

*Se é imenso, porém, o nosso cabedal de hulha branca, a exploração da hulha negra não tem conseguido até aqui fornecer senão uma reduzida percentagem do carvão queimado em nossas fornalhas. Deficiências quantitativas e qualitativas têm onerado sempre a nossa balança comercial com vultosas compras de carvão estrangeiro, e colocado para a nossa já florescente indústria siderúrgica o delicado problema do abastecimento em carvão coqueificável. A essas questões dedicou o Governo a mais solícita atenção, promovendo a elaboração do Plano do Carvão Nacional, submetido em agosto do ano findo ao exame do Congresso, e cujo objetivo é incentivar a exploração das jazidas sulinas, promovendo, ao mesmo tempo que o aumento do volume da extração, o aperfeiçoamento dos processos de beneficiamento do minério, não descurando da assistência social ao trabalhador das minas e da elevação de seu padrão de existência.*

*A exploração do petróleo, enfim, por tanto tempo objeto de discussões estéreis e bizantinas e de devaneios de imaginação, foi trazida para o campo das sugestões concretas e das realizações práticas pelo projeto que o Governo teve ocasião de submeter à consideração do Congresso. A solução proposta é a solução realista e patriótica, que deve congregar o apoio de todos os bons brasileiros. Permite mobilizar recursos na escala imprescindível a problema de tamanha magnitude e, esteada nas mais sólidas garantias do controle oficial da indústria pe-*

*trolífera, constitui uma solução em firmes e eficientes bases nacionalistas, mantendo em pleno vigor a legislação vigente. Durante o meu anterior Governo jorrou petróleo pela primeira vez da terra do Brasil : trata-se agora de organizar uma indústria moderna e eficiente, capaz não só de extrair do solo o precioso combustível, mas de transformá-lo, refiná-lo, extrair-lhe os valiosos subprodutos, e ir buscar ao longe, sob o pavilhão nacional, a parte que os nossos próprios poços não puderem fornecer às necessidades do País.*

*Ainda uma outra fonte de energia, revelada em recentes anos como a força destinada talvez a mudar a face do mundo e o curso da História, vem sendo objeto da previdente atenção do Governo : refiro-me à energia atômica, hoje arma terrível na guerra, talvez amanhã poderoso propulsor de indústrias pacíficas a serviço do gênio inventivo do homem. Convém que, desde o limiar dessa Era Atômica que a nossa geração viu raiar e sob cujo signo parecem destinadas a viver as gerações que nos sucederão, o Brasil se enfileire na vanguarda dos estudos e pesquisas para a utilização dessa força revolucionária. Com êsse intuito, vem o Governo encorajando e orientando o desenvolvimento no Brasil da física nuclear, bem como a pesquisa e lavra dos minérios suscetíveis de serem submetidos à fissão atômica.*

*É felizmente rico o nosso subsolo em minérios dessa natureza, que, por suas propriedades e por sua raridade no mundo, assumem caráter eminentemente estratégico, e interesse de primeira ordem para a defesa nacional. Impõe-se, portanto, ao Estado o dever de superintender atentamente as condições da respectiva extração e exportação, zelando para que não sejam impensadamente exauridas as nossas reservas, nem aproveitado o minério extraído senão em benefício do País. As mesmas precauções se impõem para outras categorias de minérios, de importância*

também para as indústrias bélicas. A fim de assegurar essa fiscalização, acaba de ser criada a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, que exercerá uma judiciosa e estreita vigilância sobre o destino a ser dado a esses preciosos produtos do solo brasileiro, graças aos quais poderemos, depois de satisfeitas as exigências de nossa própria segurança, prestar uma destacada contribuição à defesa do continente inteiro contra qualquer ameaça externa.

A preocupação do Governo, de encarar com método e segurança o exame e estudo de todos os campos da atividade nacional, traduziu-se ainda pela criação de outros órgãos técnicos, incumbidos de levar um espírito de previsão racional e científica onde até hoje só imperavam as soluções de ordem imediatista, variando ao sabor das modificações ocasionais na administração local ou nacional. Comissão de Desenvolvimento Industrial e Comissão de Política Agrária: os simples nomes de tais órgãos enunciam todo um programa. O desenvolvimento industrial do País foi até hoje deixado essencialmente ao arbítrio das preferências da iniciativa particular, muitas vezes privada ela própria, por fatores que escapa à sua competência modificar, de levar suas atividades a setores de extremo interesse para o País. Por outro lado, muito embora se haja repetido à saciedade que o Brasil é essencialmente um país agrícola, não se pode dizer que haja existido jamais uma política agrária brasileira. São essas lacunas que se pretende suprir, a fim de manter harmoniosamente entrosadas, através da ação prudente e protetora do Estado, as atividades industriais com as agrícolas, evitar entre elas, ou entre os vários setores em que se dividem, divergências ou conflitos de interesses, abrir novos campos à iniciativa de umas e de outras, facilitar às suas condições de produção, melhorar o seu rendimento, orientá-las para o melhor atendimento das necessidades do povo. Ainda aí

*estamos trabalhando pelo futuro, afastando os perigos da imprevisão, contribuindo para a prosperidade geral como para a particular.*

*Dois outros órgãos enfim, dos quais um, já criado, acha-se em pleno desenvolvimento de suas benéficas atividades, e outro aguarda a vossa aprovação, evidenciam a solicitude do Govêrno para com os problemas de administração: refiro-me à Comissão Nacional de Bem-Estar Social, cujo objetivo é estudar as causas e os meios de remoção de tôdas as modalidades de miséria social, e ao Serviço Social Rural, que deverá levar às zonas rurais, ao proletariado das estâncias e das fazendas, os benefícios da assistência social e da legislação trabalhista de que já desfruta o operariado das cidades.*

*Os projetos e empreendimentos que venho de expor constituem outros tantos aspectos de um mesmo e vasto plano de realizações duradouras, sôbre as quais deverá assentar a futura prosperidade do País.*

*Cumpre salientar quanto êsse plano se caracteriza pela ausência de empirismo, pelo método sistemático de exame dos problemas, e pela cuidadosa concatenação das medidas relativas aos vários aspectos da economia nacional. Rejeitando o fácil recurso dos paliativos momentâneos, o Govêrno preferiu voltar-se resolutamente para as soluções de conjunto e não de detalhe, permanentes e não transitórias, capazes de constituir um conjunto homogêneo e estável, base firme para o desenvolvimento de tôdas as atividades econômicas nacionais. As medidas que foram propostas ao assentimento do Congresso, ou que foram tomadas pelo Poder Executivo em sua esfera privativa de ação, oferecerão por vêzes margem às críticas e reparos daqueles que se deixam iludir por panacéias milagrosas, ou que preferem a eficácia duvidosa dos tópicos de uso local à salutar, mas às vêzes rude, terapêutica dos remédios radicais. Em cada caso, a solução proposta pelo Govêrno é a solução honesta, baseada no acurado estudo das condi-*

*ções e tendo como objetivo, não a satisfação de interesses partidários ou regionais, nem a conquista de uma popularidade fácil, e sim a salvaguarda permanente dos verdadeiros e superiores interesses do Povo brasileiro.*

*Ao método, à ponderação, ao sóbrio e sistemático realismo que caracteriza a elaboração dos projetos governamentais corresponde, na sua inspiração, um espírito de largo idealismo, isento de arroubos demagógicos e de utopias vãs, mas repassado de um sincero e ardente desejo de construir a felicidade geral com a soma das felicidades individuais, convencido que está o Governo de que não é possível a prosperidade de um Estado sobre o conjunto da miséria dos cidadãos. Repelindo o frio impersonalismo totalitário que sacrifica deliberadamente a um Estado devorador e desumano o bem-estar dos indivíduos, colocamos sempre, em todos os aspectos da ação governamental projetada, o acento de importância sobre o homem e não sobre uma abstração dogmática. O nosso objetivo é a felicidade de todo o Povo brasileiro, e não de uma fração qualquer desse povo. Se almejamos multiplicar riquezas, é para que a comunidade inteira possa ter delas a sua parte; se nos esforçamos por criar uma Pátria forte e próspera, não é por orgulho ou ambição, e sim para que um dia todos os brasileiros desfrutem de um padrão de existência digno e confortável, para que se apague de todo o sempre de nossa terra a mancha da miséria, e para todo o sempre seja abolida a vergonhosa barreira que separa em duas castas os favorecidos da sorte e os desgraçados. Esse é o que encaramos como o dever precípua dos Governos: traduzir em termos verdadeiros a união nacional, fazer uma só Nação das duas que hoje existem justapostas e separadas, trazer enfim para o efetivo abrigo da Bandeira da Pátria aqueles que até hoje só conhecem dos seus concidadãos mais felizes a indiferença ou a opressão; facultar a*

*todos uma existência digna, livre dos terrores da miséria, livre de padecimentos e de privações.*

*É esse, Senhores Membros do Congresso Nacional, o pensamento que preside a todo o programa do Governo; é para ele que desejo e espero o vosso apoio e aprovação, e os da Nação inteira, para que, juntos, cimentemos os alicerces inabaláveis de um Brasil mais poderoso, mais próspero e mais feliz.*

**PANORAMA INTERNACIONAL E POSIÇÃO  
DO BRASIL**

## PANORAMA INTERNACIONAL E POSIÇÃO DO BRASIL

Apesar da tensão no Oriente, notava-se, ao terminar o ano de 1951, um melhoramento geral das condições de resistência do mundo ocidental à ameaça criada pela União Soviética e seus satélites. O ano de 1951 começara sob desígnios sombrios: as forças da ONU na Coreia ameaçadas seriamente pela pressão comunista do Norte, sobretudo dos chamados "voluntários" chineses. Mas aquilo que, a princípio, parecia uma séria ameaça à paz no Oriente e à própria segurança universal, teve, pelo menos, um resultado benéfico. Diante do perigo imediato, as nações reunidas pelo Pacto do Atlântico Norte decidiram agrupar as suas forças armadas sob comando único e iniciar um vasto programa de rearmamento.

Por outro lado, é indiscutível que o aumento das despesas com armamentos e a diminuição da produção de bens de consumo civil provocaram, nos países do Ocidente, uma onda inflacionária, que não poderia deixar de se transmitir aos países menos desenvolvidos e produtores de matérias-primas. O programa de armazenamento de matérias-primas de valor estratégico e a escassez de produtos exportáveis nos países fornecedores de matérias-primas, como resultado do progresso industrial de cada um deles, concorreram para uma elevação universal dos preços com as resultantes dificuldades de ordem econômica interna e os reflexos graves na balança de pagamento da maioria dos países.

A recuperação econômica da Europa, ajudada poderosamente pelo "Plano Marshall" nos últimos anos, foi ameaçada pela pressão inflacionária. Novos esquemas de ajuda bilateral foram elaborados e os Estados Unidos da América estão embarcando, mais uma vez, num vasto programa de auxílio econômico à Europa, vinculado à ajuda militar, e, no fundo, destinado a corrigir os efeitos produzidos na economia da Europa Ocidental pelos pesados compromissos assumidos no Pacto de Bruxelas.

Por outro lado, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, acentuaram-se os efeitos dos preparativos de defesa dos países ocidentais. A eles vinculado por laços de amizade e também por interesses ponderáveis de comércio exterior, não poderia o Brasil deixar de registrar na sua balança comercial os efeitos das mudanças ocorridas na estrutura econômica dos países aliados.

O desenvolvimento econômico do Brasil está profundamente condicionado pelas relações internacionais e pela política financeira de outros países. A política exterior, ligada estreitamente, como deve ser, aos interesses do nosso desenvolvimento industrial e à expansão de nossa influência no campo das relações internacionais, deve refletir as aspirações do presente e as possibilidades do futuro.

O Brasil deixou de ser definitivamente uma potência de âmbito continental para se tornar uma potência mundial. Os nossos interesses não se circunscrevem ao continente americano nem aos países banhados pelo Oceano Atlântico, mas abraçam também os outros continentes menos próximos de nossas fronteiras.

Há muito deixamos de pertencer ao grupo dos chamados "pequenos países". Precisamos abandonar, de uma vez por todas, esse complexo que, por longos anos, vem pairando como uma força amortecedora e entorpecente sobre a nossa política externa.

A consciência da nossa grandeza, do nosso poder e das nossas responsabilidades deve estar constantemente presente em nossa lembrança, a estimular a formulação de uma política exterior compatível e coerente com o nosso destino de grande potência.

Em consequência de seu desenvolvimento econômico nos últimos vinte anos e, sobretudo, em consequência de sua constante e ativa participação na Organização das Nações Unidas, o Brasil vem-se transformando, rapidamente, em um membro indispensável dos conselhos e reuniões que eventualmente são incumbidos de procurar soluções para os mais variados problemas internacionais.

A orientação do nosso país tem-se caracterizado por fidelidade a princípios e regras de conduta internacional invariáveis. A manutenção da concórdia internacional corresponde à índole do povo brasileiro, a seu caráter e às suas aspirações. E a aspiração máxima do povo tem sido e continuará a ser a manutenção da paz mundial, pois somente num clima de harmonia podemos desenvolver completamente os nossos recursos e realizar integralmente os grandes objetivos da nossa política exterior.

Estamos ligados às Nações do Continente por fatores geográficos e históricos e pela política, hoje vitoriosa, de boa vizinhança. Essa posição não nos afasta da Europa com quem mantemos e desejamos fortalecer laços estreitos de amizade e de comércio.

O Governo brasileiro, confiante no êxito da Organização das Nações Unidas, de que depende a própria sobrevivência da civilização, vem dando à ONU e aos seus organismos especializados uma colaboração constante, procurando, ao mesmo tempo, atrair para o nosso país os benefícios dos programas de organismos internacionais destinados a promover o desenvolvimento econômico e social.

Os nossos problemas de desenvolvimento interno são complexos e difíceis, e o público brasileiro apenas esporadicamente — nas ocasiões de graves crises nacionais — sente, em tôda a sua extensão e gravidade, as grandes responsabilidades do Brasil no cenário internacional. O Brasil precisa aprender a pensar e a viver internacionalmente.

Durante os dois primeiros decênios da República, a nossa política exterior se preocupou, sobretudo, com as questões de fronteira e a consolidação de nossa posição política no continente americano. A figura ímpar de Rio Branco é o símbolo dêsse período brilhante de nossa política exterior. Na década que sucedeu à primeira guerra mundial, após um breve ensaio de plena participação na vida internacional através da Liga das Nações, mergulhou o Brasil novamente no isolamento do qual nos vieram retirar os agudos problemas econômicos e políticos da década de 30. A 2.<sup>a</sup> guerra mundial acentuou fortemente a importância do Brasil no concôrto das nações e proporcionou ao Governo e ao povo brasileiros a oportunidade de contribuir com uma apreciável cota de sacrifícios materiais e humanos para a luta contra o inimigo comum.

No estudo dos problemas de após guerra, assim como no planejamento da nova organização mundial, que deveria procurar a solução pacífica dos conflitos entre as nações, teve o Brasil destacado papel.

A nossa generosa contribuição para a UNRRA e o apoio irrestrito que, desde os primeiros dias, asseguramos à Organização das Nações Unidas e a todos os seus organismos subsidiários, revelam o início da nossa "tomada de consciência" a respeito da inmensa responsabilidade que o mundo de após guerra reservou ao Brasil.

Nossa política exterior não perde de vista o aparelhamento econômico e industrial do País. Incumbe-lhe, primordialmente, a

defesa da Pátria, de seu patrimônio material e moral, de sua integridade territorial. Cumpre-lhe zelar pela defesa do Continente americano contra quaisquer invasores eventuais e manter com os Estados vizinhos e irmãos do hemisfério relações de amizade, estreitas e duradouras. No quadro mundial temos assumido e assumiremos obrigações compatíveis com as nossas forças e tendentes a fortalecer a ordem internacional, visando ao estabelecimento de condições de segurança e de paz para todos os povos.

A capacidade para arcar com êsses compromissos só poderá ser assegurada pelo desenvolvimento de um arcabouço econômico e industrial suficientemente poderoso; o Governo dedica a sua melhor atenção a êsse desenvolvimento, que abrange tôdas as indústrias e atividades de interesse militar, e muito especialmente a indústria pesada, as vias de comunicação, os transportes marítimos e as fontes de energia. Decidido a cumprir integralmente os seus compromissos, o Brasil espera, no entanto, que os seus aliados e consócios de ontem e de amanhã, e muito especialmente os Estados Unidos da América, país a que sempre estivemos ligados na paz e na guerra por laços de amizade e ao qual prestamos sempre a mais decidida e leal colaboração, compreendam o seu desejo de alcançar o grau de desenvolvimento econômico e industrial necessário para que possa prestar, nos casos previstos pelos Tratados e pela Carta das Nações Unidas, uma cooperação condizente com o seu potencial econômico e demográfico.

Não é bastante, porém, o desenvolvimento econômico e industrial; é preciso que a estrutura social seja suficientemente sadia e robusta para resistir às repercussões internas de uma crise internacional. É necessário, para isso, que a Nação inteira desfrute de um padrão de vida digno e se sinta ligada às instituições constituídas e à causa das democracias por laços de interesse próprio e de convicção profunda, e não apenas por subordinação e obediência. A consecução dêsse objetivo e a elevação do padrão de vida pressupõem uma produção mais abundante e uma distribuição mais equitativa dos bens, o que reclama, por sua vez, uma inversão mais ativa de capitais que, transformados em equipamentos e maquinaria, o trabalho dos brasileiros fará frutificar.

ASSEMBLÉIA  
GERAL  
DA O. N. U.

Reuniu-se em Paris, de novembro de 1951 a fevereiro de 1952, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. O Brasil fez-se representar por uma delegação que obedeceu à chefia do Embaixador Pimentel Brandão, Secretário Geral do Ministério

das Relações Exteriores, e da qual faziam também parte um representante do Senado Federal e outro da Câmara dos Deputados.

Durante as reuniões da VI Assembléia Geral, a delegação brasileira teve oportunidade de expressar o ponto de vista do Governo brasileiro dentro das linhas gerais de nossa política e dos interesses superiores da cooperação internacional.

Os representantes brasileiros participaram ativa e eficazmente dos debates, sobretudo quando se discutiam problemas que de perto nos interessam, como a questão colonial, o financiamento do desenvolvimento econômico pelas entidades internacionais, a questão agrária, o progresso social, a preservação da paz e o desarmamento. Graças a essa atuação dos nossos delegados, mais uma vez acentuou-se a posição de inegável relêvo que mantém o Brasil nos círculos das Nações Unidas.

Continuaram a se acentuar na VI Assembléia da ONU as profundas diferenças ideológicas que separam o mundo ocidental do bloco soviético. As várias tentativas no sentido de encontrar uma base comum de entendimento fracassaram quase completamente. O desejo de um desarmamento geral, ou, pelo menos, de uma redução substancial das despesas com armamentos, não encontrou possibilidade de realização imediata no seio das comissões da ONU.

Foi acontecimento máximo da política continental, em 1951, a V Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em Washington a 26 de março por solicitação do Governo dos Estados Unidos da América, em virtude da ameaça que a atitude agressiva do comunismo internacional representava e representa para todas as nações livres e necessariamente para esta parte do Hemisfério.

CONFÉ-  
RÊNCIA  
DE WAS-  
HINGTON

Antes mesmo de assumir a Chefia do Poder Executivo, tive oportunidade de responder a uma nota pessoal, que me foi apresentada pelo Embaixador dos Estados Unidos da América, sobre os propósitos que animariam o meu Governo quando se reunisse aquela Conferência. Salientei, desde logo, que o Brasil se manteria fiel, em face da nova situação de emergência criada pela agressão soviética no Extremo Oriente, aos princípios de sua tradicional solidariedade com as nações democráticas e de integração na órbita da Organização das Nações Unidas. A resposta também manifestava com clareza o firme propósito do meu Governo de diminuir, mediante as cautelas mais adequadas, o desgaste anormal que a economia de guerra impõe aos recursos das nações ainda não intei-

ramente desenvolvidas, desgaste que é proporcionalmente maior e de recuperação mais difícil do que o imposto às nações altamente industrializadas, sobre cujos ombros recaem as tarefas econômicas de maior responsabilidade. Tornava-se indispensável, diante da proclamação de uma nova emergência internacional, robustecer a nessa estrutura econômica para que ela suportasse sem catástrofe as dificuldades e anomalias de um novo período excepcional. Esse robustecimento só poderia ser obtido através de alguns investimentos básicos, no campo dos transportes marítimos e ferroviários, dos serviços portuários, do fornecimento e distribuição da energia elétrica, da alimentação e dos combustíveis, que a minha resposta enumerava em XIV pontos, para os quais pedíamos a cooperação do Governo dos Estados Unidos da América.

Desde o início do ano, os estudos preliminares sobre os assuntos do temário da Conferência de Washington tinham sido feitos. De maneira que a delegação brasileira àquela conferência pôde obter um rendimento excepcional, sobretudo por causa da preparação cuidadosa dos estudos e das instruções que levou.

O programa da Conferência, fixado por acôrdo entre os países membros da Organização dos Estados Americanos, compreendeu a colaboração política e militar para a defesa da América, o fortalecimento da segurança interna dos países do continente e a cooperação econômica de emergência.

No plano político a unidade de vistas entre as Repúblicas do hemisfério deu testemunho ao mundo, mais uma vez, da solidez e homogeneidade do bloco continental. A "Declaração de Washington" reafirmou a determinação das Repúblicas Americanas de se manterem inquebrantavelmente unidas espiritual e materialmente, na atual situação de emergência ou em face de qualquer agressão ou ameaça contra qualquer delas, e reafirmou a fé comum na eficácia dos princípios estabelecidos na Carta da Organização dos Estados Americanos, bem como no fortalecimento da ação das Nações Unidas como meio mais eficaz de manter a paz, a segurança e o bem-estar entre os povos. Através de outra Resolução decidiu a Reunião de Consulta confirmar o apoio das Repúblicas Americanas à ação das Nações Unidas para reprimir a agressão soviética na Coréia e em qualquer outro ponto onde ela se manifeste, procedendo ao estudo imediato dos seus recursos e especificando as medidas com que possa contribuir para a defesa do continente e para o esforço coletivo das Nações Unidas, dentro da resolução "união pela paz" da V Assembléia Geral da ONU.

No tocante à cooperação militar, a Reunião de Consulta resolveu recomendar às Repúblicas Americanas que orientem a sua preparação militar de forma a poderem aumentar os seus recursos e revigorar suas forças armadas no sentido de atenderem prontamente à defesa do continente e à repressão da agressão eventual contra qualquer delas. Resolveu também encarregar a Junta Interamericana de Defesa, que já preparara em 1950 um esquema dos princípios estratégicos em que repousa a defesa do hemisfério, de elaborar, com a maior brevidade, um plano militar de defesa comum, sujeito à aprovação dos diferentes Governos e envolvendo tôdas as tarefas militares a cargo de cada um dos países. Esse plano foi elaborado pela Junta, na forma da decisão referida, sendo aprovado e comunicado aos diferentes Governos em novembro de 1951.

No plano econômico não havia, a princípio, a identidade de vistas entre os Governos do hemisfério, que, afinal, coroou o êxito das decisões finais. Os Estados Unidos da América estavam no grande plano de mobilização econômica para a defesa, que dirigiu para os problemas da segurança coletiva o gigantesco potencial da mais desenvolvida nação do mundo. Esse plano envolvia também a mobilização dos recursos do hemisfério, suprimento de matérias-primas e manufaturas e diversas limitações às atividades econômicas de fins puramente civis. Por outro lado, as nações menos desenvolvidas que integram o sistema continental apoiaram desde o primeiro momento a orientação já fixada pela nossa delegação, de que os problemas de robustecimento da estrutura econômica desses países não eram problemas suscetíveis de serem relegados a um período de normalidade internacional, mas eram parte integrante da economia de emergência, tanto pela necessidade de defender aquelas estruturas sociais e econômicas dos desgastes e distorções do período de anormalidade, quanto pela imperiosa necessidade de aparelhá-las para contribuírem regularmente no esforço comum. Esse ponto de vista, sustentado reiteradamente pela nossa Delegação e também por outras que concorreram para definir a sua importância e generalidade, foi compreendido pelos representantes do Governo dos Estados Unidos, e a ata final da Reunião de Consulta consagra o princípio de que "o desenvolvimento econômico dos países insuficientemente desenvolvidos é considerado como elemento essencial sob o ponto de vista da defesa do continente, sem esquecer que é dever primordial dos Estados Americanos, na

presente emergência, fortalecer as suas defesas e manter as atividades civis essenciais". Dêse princípio decorreram as normas específicas destinadas a assegurar o aumento da produção e transformação de materiais básicos e estratégicos, a produção, utilização e distribuição de produtos escassos essenciais, as cotas e prioridades, o contrôlo justo e racional dos preços, a manutenção dos transportes, a liquidação dos estoques de emergência e os planos de desenvolvimento econômico, visando especialmente modernizar a agricultura, aumentar a produção de alimentos, desenvolver os recursos minerais e de energia hidrelétrica intensificar a industrialização, melhorar os meios de transporte, elevar os níveis de saúde e educação, estimular a inversão de capitais particulares e públicos, estimular o emprêgo e elevar a capacidade diretiva e perícia técnica conexas, e melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras.

Se compararmos os princípios que orientaram a organização da economia de emergência na 2.<sup>a</sup> guerra mundial, quando as necessidades da defesa foram atendidas com o sacrifício desproporcionado das economias subdesenvolvidas, e os princípios aprovados em Washington na IV Reunião de Consulta, teremos de reconhecer que um progresso substancial foi atingido, demonstrando a experiência e a maturidade que os países menos desenvolvidos souberam alcançar. E constitui para o meu Governo motivo de justificado orgulho reconhecer que coube à Delegação brasileira o principal esforço e a contribuição mais decisiva na modificação dessa mentalidade, interpretando, de acôrdo com as nossas melhores tradições diplomáticas, os problemas e dificuldades da comunidade latino-americana.

COMISSÃO  
MISTA  
BRASIL-  
ESTADOS  
UNIDOS  
DA  
AMÉRICA

Ao mesmo tempo que se processavam os trabalhos da IV Reunião de Consulta, o Ministro das Relações Exteriores dava início em Washington a negociações bilaterais, visando assentar as bases do sistema de cooperação bilateral para o desenvolvimento econômico intensivo do nosso país. O convênio concluído por troca de notas com o Governo dos Estados Unidos previa a prestação de auxílio norte-americano técnico e financeiro ao nosso país, através de um órgão misto, que estudasse os problemas e aprovasse os projetos apresentados para solucioná-los. Era indispensável passar ao terreno da construção de um sistema prático, que assegurasse a prestação de auxílio em tempo rápido e em escala adequada, para que o Brasil pudesse superar as enormes

deficiências, agravadas desde a última guerra, no campo dos transportes, da energia e da alimentação. O Ministro das Relações Exteriores iniciara no Rio de Janeiro conversações de caráter preliminar, por ocasião da visita que nos fez, em fevereiro, o Subsecretário de Estado Assistente para os Negócios Interamericanos. E desde os primeiros dias da Reunião de Consulta encontrou da parte do Governo dos Estados Unidos a melhor acolhida ao desenvolvimento daquelas conversações.

Foi então que se logrou dar forma definitiva ao importante organismo instalado no Rio de Janeiro, meses mais tarde, sob a denominação de Comissão Mista Brasil-Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Econômico. A esse organismo, integrado por economistas e técnicos que representam os dois países, foi confiada a tarefa de estudar, sob o ponto de vista da eficácia técnica e da produtividade econômica, cada um dos grandes planos a cuja execução o Governo dos Estados Unidos da América daria direta ou indiretamente a sua colaboração. Entendimentos foram levados a cabo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, com o objetivo de estabelecer, em princípio, uma estimativa global de créditos a serem concedidos ao Brasil, dentro de um prazo limitado, para execução simultânea de seus diferentes programas. Ao mesmo tempo foram reexaminados os pedidos de financiamento encaminhados pelo nosso Governo ou por êle apoiados, junto ao Banco de Importação e Exportação e ao Banco Internacional.

Os resultados desses entendimentos estabeleceram as bases para a instalação e funcionamento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos da América e deram o ponto de partida dos entendimentos complementares que, em setembro, o Ministro da Fazenda pôde levar a cabo com o Secretário do Tesouro e o Departamento de Estado.

A assistência técnica é prestada pelas Nações Unidas, pela Organização dos Estados Americanos e pelas respectivas agências especializadas, cabendo aos países que recorrem a tais organismos determinar o tipo de ajuda de que necessitam. A Comissão Nacional de Assistência Técnica, presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, preparou vários acordos, durante o corrente ano, para concessão de assistência a entidades brasileiras, tendo em vista principalmente a vinda de peritos e a ida de bolsistas brasileiros ao estrangeiro. Várias dezenas de técnicos brasileiros

ASSISTÊN-  
CIA TÊC-  
NICA

têm-se prevalectionado das oportuniçães de aperfeiçoamento oferecidas, por intermédio da Comissão Nacional de Assistência Técnica, pela ONU e pelas suas agências especializadas. Foram ainda firmados acórdos com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, relativos à vinda de técnicos destinados a auxiliar o trabalho do Ministério da Agricultura; com a UNESCO, para a concessão de ajuda ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Ainda com a UNESCO foram concluídos outros dois convênios que beneficiarão o Instituto Nacional de Tecnologia e a Fundação Getúlio Vargas, respectivamente. Outro ainda foi concluído com a Repartição Internacional do Trabalho, tendo em vista execução de um vasto plano de aperfeiçoamento de técnicos e operários especializados latino-americanos nas escolas industriais do SENAI. Neste caso figuramos não apenas como receptores, mas também como proporcionadores de assistência técnica a países menos desenvolvidos.

De grande significação é também a já programada instalação em território brasileiro de um Centro para o Combate à Febre Aftosa, iniciativa da Organização dos Estados Americanos, no qual o Bureau Sanitário Pan-Americano e o Instituto de Ciências Agrícolas da OEA inverterão mais de duzentos e vinte e cinco mil dólares. Ao se encerrar o ano, continuavam as negociações entre a Comissão e os organismos internacionais no sentido de ampliar a participação do Brasil nos programas de assistência técnica internacional.

COOPERAÇÃO DO  
FISI

Em 1951, a ajuda do Fundo Internacional de Socorro à Infância das Nações Unidas ao Brasil foi expandida e o plano de assistência à infância e à maternidade no Nordeste teve um êxito digno de ser celebrado. A contribuição inicial das Nações Unidas, num montante de quinhentos mil dólares, constituída principalmente de leite em pó, equipamento hospitalar e produtos vitamínicos, ajudou o Governo Federal e os Governos Estaduais em seus esforços contra as devastações causadas pelas sêcas. Dezenas de milhares de crianças e adultos foram socorridas na sua alimentação essencial e numerosas instituições foram equipadas com o que há de melhor em material hospitalar. Em fins de 1951 outra soma (quinhentos e cinquenta mil dólares) foi reservada pelo FISI para desenvolver o programa inicial, ampliando a área abrangida para incluir, além dos Estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, os Estados de

Pernambuco, Maranhão, Sergipe, Alagoas e Bahia. O FISI contribuirá para a instalação de duas usinas de pasteurização de leite, uma em Fortaleza e outra em João Pessoa.

Grande parte do intercâmbio comercial do Brasil com os demais países continua sendo executada na base de acórdos bilaterais formulados pelo Itamarati, após o pronunciamento da Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais que, por sua vez, mediante audiências públicas, procede a amplo e democrático inquérito junto às partes interessadas.

ACÓRDOS  
COMER-  
CIAIS

Os diversos ajustes firmados em 1951 obedeceram, em linhas gerais, a princípios de política seletiva de importação e exportação, visando à redução sistemática na importação de produtos não essenciais, à segurança para escoamento de produtos que apresentam "excedentes gravosos", à diversificação de mercados, ao desvio decorrente de comércio para áreas de condições cambiais mais favoráveis e à continuidade de intercâmbio comercial com países que, devido a uma economia estacionária, não dispõem de grande número de bens de produção essenciais ao desenvolvimento da indústria nacional, mas que, sendo áreas de consumo para sobras exportáveis de alguns dos principais produtos brasileiros, funcionam como válvula de segurança para os seus preços nos grandes mercados.

Dentro desta orientação, o Brasil assinou com a França amplo convênio comercial; com a Argentina foi firmado acôrdo que veio solucionar a crise que ameaçava fruticultores do litoral paulista; com a Áustria assinou um ajuste de trocas de mercadorias, revendo as listas de produtos que tiveram seus valores elevados, e sempre com a preocupação de assegurar mercado para produtos brasileiros considerados de difícil escoamento; com a Iugoslávia reviu novas listas, aumentando o valor global das importações e exportações; finalmente, foram terminados os estudos para servir de base a negociações com Portugal, Grécia, Finlândia, Turquia, Uruguai e Islândia.

O Brasil participou ativamente do 4.<sup>o</sup> período de sessões da Comissão Econômica da ONU para a América Latina, realizada em junho na cidade do México. Nessa reunião foram estudadas várias medidas destinadas a assegurar meios para um desenvolvimento industrial, harmônico e coordenado entre os diversos países membros da Comissão e para alcançar, no que se refere ao

COMISSÃO  
ECONÓMI-  
CA DA ONU  
PARA A  
AMÉRICA  
LATINA

comércio exterior, a estabilidade de poder aquisitivo de divisas acumuladas nos períodos de emergência.

O Brasil formulou convite, aceito unânimemente, para que o 5.º período de sessões da Comissão fôsse realizado no Rio de Janeiro, provavelmente em princípios de 1953.

**CONSELHO  
INTER-  
AMERICANO  
ECONÔMICO E  
SOCIAL**

Na segunda quinzena de agosto realizou-se, no Panamá, a 2.ª Sessão Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social. Nessa reunião, foram debatidos problemas de interesse para a economia dos países americanos, tendo o nosso Delegado aproveitado a oportunidade, na discussão do item sobre o controle de preços, para reafirmar a posição dos países produtores de café e de cacau e dizer que os preços tetos sobre esses artigos constituem uma ameaça no equilíbrio da economia dos países que os produzem e impedem o livre funcionamento dos mercados, motivos por que devem ser eliminados, logo que as circunstâncias o permitam, ou, pelo menos, assim que termine o atual período de emergência.

**ACÓRDO  
GERAL SÔ-  
BRE TARI-  
FAS ADUA-  
NEIRAS E  
COMÉRCIO**

Prosseguiram até 21 de abril, em Torquay, Inglaterra, as negociações entre as partes contratantes do Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT). O Brasil concluiu ajustes com a República Federal da Áustria e com os Estados Unidos da América, completando contratos iniciados nas conferências de Genebra e Annecy e realizou negociações para retiradas ou modificação de concessões permutadas com a Austrália, Benelux, Nova Zelândia, França, Estados Unidos da América e África do Sul. O protocolo, em que se contém os termos de acesso e listas tarifárias dos produtos negociados, foi encaminhado ao Congresso.

Durante os meses de setembro e outubro, realizou-se a Sexta Reunião das Partes Contratantes do GATT em Genebra, onde foram tratados problemas de relevância, como balança de pagamentos, redução geral de tarifas, novos métodos de negociação tarifária e projeto de convenção sobre tratamento aduaneiro de amostras, tendo sido eleito o Brasil membro de duas comissões interseccionais.

Funciona no Itamarati, desde julho último, uma comissão, integrada por representantes dos Ministérios da Fazenda, Trabalho, Relações Exteriores e Agricultura, e das classes produtoras, para o fim de analisar a posição do Brasil perante o GATT.

A escassez de matérias primas, resultante do aumento mundial do consumo civil e dos amplos programas de rearmamento, para a defesa das democracias, constitui um dos sérios problemas da atualidade, principalmente para países em fase intensiva de desenvolvimento, como o Brasil. Para assegurar uma distribuição equitativa desses materiais, foi convocada uma Conferência Internacional de Matérias-primas, reunida em Washington enquanto durar a presente situação de emergência.

CONFÉ-  
RÊNCIA IN-  
TERNACIO-  
NAL DE  
MATÉRIAS  
PRIMAS

O Brasil acha-se representado na Comissão Central e em cinco comissões de produtos especiais, nelas defendendo as cotas de que necessita o País para o consumo industrial e militar.

O sistema de licenças de exportação, instituído pelo Governo dos Estados Unidos da América, além das matérias primas que são distribuídas segundo as recomendações da Conferência, inclui 550 artigos de comércio internacional, principalmente equipamentos industriais, sujeitos a estrito sistema de cotas e de programação da produção. O Governo Brasileiro, a fim de bem justificar as suas necessidades quer junto à Conferência quer junto ao Escritório de Comércio Internacional dos Estados Unidos da América, criou em colaboração com o Governo desse país um órgão especial o "Grupo Misto de Problemas de Suprimentos de Emergência" —, do qual fazem parte representantes do Itamarati, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro e da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil.

Em prosseguimento ao programa de expansão internacional de nossas linhas aéreas, foram assinados acórdos com a Bolívia e o Paraguai e estudadas as possibilidades de ajustes idênticos com a Colômbia, Uruguai e Venezuela. Os acórdos sobre transportes aéreos com a Turquia, a Itália e o Líbano mereceram a aprovação do Congresso.

ACÓRDOS  
SÓBRE  
TRANS-  
PORTES  
AÉREOS

A 1.º de outubro de 1951, sob a presidência do Representante do Brasil, reuniu-se o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a fim de tratar da queixa da Inglaterra relativa à recusa, por parte do Governo do Irã, de executar as medidas provisórias determinadas pela Côte Internacional de Justiça no caso da Anglo-Iranian Oil Company.

QUESTÃO  
ANGLO-  
IRANIANA

Exercendo a presidência do Conselho, coube ao Representante do Brasil desempenhar relevante papel de conciliador, afirmando a

responsabilidade do Conselho de Segurança a respeito de qualquer assunto que possa constituir eventual ameaça à paz internacional.

Finalmente, o delegado da França propôs que o Conselho adiasse o debate sobre a questão até que a Corte Internacional de Justiça se pronunciasse sobre a sua competência. Imediatamente, o delegado do Brasil, na sua qualidade de presidente, considerou a proposta francesa como meramente processual e não substancial, permitindo assim fôsse a mesma aprovada, para satisfação das partes interessadas.

O CASO DO  
MARROCO  
COS

A queixa apresentada pelos países árabes à Assembléia Geral das Nações Unidas a respeito de violação dos direitos fundamentais do homem no Marrocos não foi incluída na ordem do dia da Assembléia.

O Governo brasileiro acompanha com o maior interêsse o desenvolvimento dos problemas políticos do Mediterrâneo, do Oriente Médio e da África, entre os quais se destacam os movimentos nacionalistas do Marrocos, da Tunísia e a atitude do Governo do Egito, quanto à revisão do Tratado Anglo-Egípcio de 1936. Observamos também com simpatia os progressos recentes que vêm realizando vários territórios africanos, especialmente a Costa de Ouro e a Nigéria, no caminho da autonomia política.

A QUES-  
TÃO DE  
LIMITES  
PERU-  
EQUADOR

A pedido das Partes interessadas, realizou-se no Itamarati a Quarta Reunião dos Estados Garantes — Argentina, Chile, Estados Unidos da América e Brasil — durante a qual foram considerados os incidentes de fronteira ocorridos entre os dois países e as possibilidades de solução das questões litigiosas surgidas da execução do instrumento diplomático concluído entre o Peru e o Equador no Rio de Janeiro, em 1942, tendo ficado incumbido o Ministro das Relações Exteriores do Brasil de saber das possibilidades de um entendimento direto ou de recurso a qualquer outro meio pacífico de solução do dissídio.

REVISÃO  
DO TRATA-  
DO DE PAZ  
COM A  
ITÁLIA

Após entendimentos entre os países signatários do Tratado de Paz com a Itália, o Governo brasileiro resolveu aceitar as propostas formuladas pelo Governo italiano para a revisão daquele Tratado, reconhecendo não mais subsistir o espírito do Preâmbulo do Tratado em causa, substituído que foi pelos princípios da

Carta das Nações Unidas; que eram supérfluas cláusulas políticas e que cláusulas militares, restritivas do direito de autodefesa, não correspondiam à posição que a Itália hoje ocupa, em igualdade de condições, na comunidade das nações democráticas e amantes da paz.

No dia 8 de setembro, foi assinado, em São Francisco da Califórnia, o Tratado de Paz com o Japão, a que apuseram suas firmas os representantes de quarenta e oito países, entre os quais o do Brasil, depois de obtida a autorização do Congresso Nacional.

TRATADO  
DE PAZ  
COM O  
JAPÃO

Embora encarando o vencido em pé de igualdade soberana com os outros signatárias, o Tratado de paz com o Japão impõe-lhe limitações de ordem territorial e econômica, em virtude das necessidades de organização da defesa coletiva.

Quando o Tratado entrar em vigor, poderão ser estabelecidas relações normais entre o Brasil e o Japão. No momento o Tratado ainda se acha no Congresso, ao qual foi enviado pelo Poder Executivo.

Depois de um lapso de quase dois lustros, o Brasil reencetou suas relações diplomáticas com o fim de dar à República Federal da Alemanha maior acesso ao concôrto internacional; as Autoridades Aliadas permitiram-lhe organizar o seu Ministério dos Negócios Estrangeiros e pouco depois foi acordado entre o Brasil e a República Federal da Alemanha que ambos trocariam representações diplomáticas com a categoria de Embaixada. O crescimento do intercâmbio comercial entre o Brasil e a Alemanha exigiu, além disso, a reabertura de Consulados naquele país.

ALEMANHA

Na Assembléia Geral das Nações Unidas, em Paris, o Brasil foi escolhido para integrar a Comissão de Inquérito, composta de cinco países, criada com o fim de examinar as condições e possibilidades de eleições em toda a Alemanha.

Havendo renunciado a suas altas funções o Presidente constitucional da Bolívia, entregando o poder, em 16 de maio de 1951, a uma Junta Militar e assegurando-se o Governo Brasileiro de que a referida Junta, presidida pelo General Hugo Ballivian, estava animada dos elevados propósitos de cumprir os compromissos internacionais assumidos pela Bolívia, de manter a paz pública e de criar um ambiente propício para o futuro institucional do País, decidiu reconhecê-la como Governo *de facto* da Bolívia.

RECONHE-  
CIMENTO  
DE GOVER-  
NOS

Em fins de novembro verificou-se um movimento revolucionário na Síria, que conseguiu formar um novo Governo, reconhecido pelo Governo Brasileiro a 26 de dezembro.

Proclamada a independência do Reino Unido da Líbia, logo o Governo do Brasil deu-lhe a confirmação do seu reconhecimento, de resto em conformidade com as resoluções das Nações Unidas, que haviam determinado fôsse a Líbia constituída em Estado soberano, após um período de dois anos de preparação sob o contrôlo do Comissário das Nações Unidas.

**ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS**

Assinou o Governo em 1951 quarenta novos atos internacionais, que firmamos com os Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Portugal, Uruguai, Suíça, Bolívia, Espanha, Colômbia, Egito, Austria, Bélgica, Haiti, Venezuela, Paraguai, Grécia, Equador, República Dominicana e Jugoslávia, ademais de com a UNESCO, a Organização Internacional de Refugiados, a Repartição Internacional do Trabalho, a F. A. O. e a Repartição Sanitária Panamericana; foram ratificados, no curso do referido ano, cinco atos internacionais e um foi promulgado; o Brasil participou, no mesmo período, de cento e sete congressos e conferências internacionais. Dezesesseis reuniões internacionais se realizaram em território brasileiro no correr do ano de 1951.

A menção destes dados oferece prova não só de que temos tido maior participação nos entendimentos com outros países, mas também de que uma consideração atenta está sendo exigida no Itamarati para novos métodos e práticas de vida internacional cuja transformação profunda no período posterior à 2ª guerra mundial tive oportunidade de assinalar na minha primeira mensagem ao Congresso.

**PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NOS ÓRGÃOS INTERNACIONAIS**

O prestígio de que se reveste a nossa posição no seio da comunidade internacional foi reafirmado em 1951, com justos motivos de orgulho para a diplomacia do Brasil. O Delegado brasileiro junto à Organização das Nações Unidas foi elevado à Presidência da Comissão de Medidas Coletivas, entidade encarregada de estudar a participação efetiva dos Estados Membros daquela Organização no sistema de segurança internacional, estabelecido pela Carta de São Francisco. O Senhor Horácio Lafer, Ministro da Fazenda, foi levado à presidência do Conselho Administrativo do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento; o Senhor Eugênio Gudín foi eleito presidente do Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional; o Senhor

Levy Carneiro foi eleito Juiz da Côrte Internacional de Justiça onde substituiu o falecido Juiz Philadelpho de Azevedo; foi eleito Presidente do Conselho Executivo da UNESCO o Senhor Paulo Carneiro, e o Senhor Josué de Castro foi escolhido para a presidência do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

A intensificação da vida internacional do Brasil está reclamando, no campo do serviço público, um aumento dos recursos consagrados ao Ministério das Relações Exteriores. O crescente número de Estados que desejam manter ou acrescentar relações diplomáticas com o Brasil; a maior participação do País em organismos internacionais e suas comissões e comités, bem como em conferências e reuniões de tóda ordem; o vulto do comércio exterior brasileiro, inclusive em áreas novas, e, enfim, a intensidade da função internacional do Brasil e seu prestígio vêm requerendo a expansão dos serviços do Itamarati.

Para agir em consonância com a política geral do Govêrno, de redução das despesas e equilíbrio orçamentário, o Ministério das Relações Exteriores logrou, sem prejuízo das suas verbas essenciais, chegar ao têrmo do ano de 1951 com um apreciável saldo na Delegacia do Tesouro em Nova York, obtido em boa parte graças a uma judiciosa distribuição de recursos. Fôrça reconhecer, porém, que em matéria de pessoal são cada vez mais agudas as dificuldades. Sdmente a reforma que está sendo ultimada poderá aliviar a difícil situação em que nos encontramos.

O Govêrno estuda com afinco o problema da reforma do Ministério das Relações Exteriores, a fim de reorganizá-lo em bases que lhe permitem ser o instrumento mais eficaz de uma política exterior esclarecida, firme e realista.

Atendendo a considerações e conveniências de ordem política e econômica, o Govêrno decidiu instalar em Damasco a sede da Legação do Brasil na Síria e criar uma Embaixada em Karachi, no Paquistão e uma legação em Adis-Abeba, no Império da Etiópia. A representação na Etiópia será exercida cumulativamente pela Missão diplomática brasileira no Cairo.

A União Latina, fundada em Paris de acôrdo com a idéia lançada, há alguns anos, pelo Embaixador João Neves da Fontoura, ampliou neste lustro o seu âmbito de ação, através dos Comitês nacionais, constituídos nos países de origem e formação latinas.

NOVAS  
MISSÕES  
DIPLOMÁ-  
TICAS

I CON-  
GRESSO  
DA UNIÃO  
LATINA

O I Congresso, levado a efeito no Rio de Janeiro, visou colocar num plano prático de realizações os seus altos objetivos e entrosar tão incipiente movimento no âmbito das aspirações universais, aderindo aos problemas que ocupam a humanidade hodierna, sobretudo a ocidental, sem exclusão dos povos que seguem seus princípios de direito e acreditam nos mesmos ideais de liberdade e democracia.

Dos estudos e debates resultaram resoluções e recomendações pelas quais os países latinos se propõem a buscar os meios de preservação do patrimônio comum de civilização, respeitando as características individuais e próprias de cada nação e a minorar num esforço conjunto as dificuldades da hora presente, pela elevação do nível de vida, pela boa vontade recíproca no recebimento dos emigrantes, pela segurança do acatamento ao direito de todos e garantia a seu trabalho. O professor Paulo Carneiro foi escolhido Secretário Executivo da União Latina.

#### REPARA- ÇÕES DE GUERRA

A Comissão de Reparações de Guerra, presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, continuou no ano de 1951 a dar desempenho a sua incumbência primordial de orientar a realização do "Fundo de Indenizações", de administrá-lo, e de julgar os processos de reparações por danos de guerra, que são atendidos pelo aludido "Fundo".

Promoveu ainda, a execução da legislação pertinente à liberação dos bens dos italianos, alemães e japoneses, e propôs medida de grande alcance, consubstanciada no Decreto n.º 30.251, de 1.º de dezembro de 1951, o qual mandou pagar aos tripulantes, passageiros e guarnições militares dos navios mercantes brasileiros objetos de atos de guerra os saldos das indenizações que lhes eram devidas, o que resultou em serem, desde logo, atendidas mais de 1.300 vítimas, justamente as mais modestas e humildes e que maior necessidade tinham de receber aquilo que lhes era devido.

Os objetivos visados pelo plano geral de indenizações estabelecido vêm sendo alcançados e muitas têm sido as decisões da Comissão no sentido de liquidar, tão pronto quanto possível, os pagamentos respectivos, os quais estão hoje praticamente limitados aos saldos das indenizações, outorgadas às firmas comerciais, às companhias de navegação, aos diplomatas e a poucos particulares, brasileiros residentes no Brasil que perderam seus bens no exterior.

Há, ainda, processos relativos a indenizações que constituem um "Plano Suplementar", para execução do qual estão ativados os estudos e as medidas necessários à sua pronta liquidação.

Pretende a Comissão de Reparações de Guerra, em 1952, terminar o pagamento dos processos de indenização, de diferentes categorias, apresentados dentro do prazo de habilitação fixado em lei e que se encerrou em 16 de julho de 1948; julgar os pedidos que, encerrado aquêle prazo, ainda vêm sendo formulados, os quais constituem o que denominou de "Plano Suplementar"; estudar a extensão de seus benefícios aos postulantes, de diversas categorias de reparações, retardatários, de acôrdo com diretiva do Governo; providenciar a pronta solução das questões referentes às pessoas jurídicas sujeitas ao regime da legislação de guerra; apressar, no que lhe competir, a realização final do "Fundo de Indenizações", assim como, de modo geral, a solução dos demais casos pendentes, de maneira a encerrar seus trabalhos no mais curto lapso de tempo.

Ao iniciar-se o ano de 1951, a atividade do Itamarati no setor da difusão cultural se exercia sobretudo através dos Cursos brasileiros que funcionavam em Montevidéu, Assunção e Rosário e do sistema de bôlsas de estudo concedidas a estudantes estrangeiros. Foram distribuídas 58 bôlsas de estudo, na sua grande maioria a estudantes de países do continente americano. O volume "Brasil", durante anos publicado em português e com algumas pequenas edições de experiência em língua estrangeira, auxiliava o trabalho de divulgação do Ministério das Relações Exteriores. Esses elementos mereciam consideração e foram aproveitados com as modificações que pareceram indicadas.

AÇÃO CULTURAL

E', porém, necessário desenvolver a difusão cultural brasileira de modo a alcançar o mundo inteiro, na medida do possível. Não basta cuidar dos Institutos do Prata e de um anuário que, no exterior, quase que sômente proporciona informações às repartições brasileiras.

E' indispensável aproveitar todos os meios de apresentar o Brasil de maneira sensível ao público de qualquer país, tornando mais eficazes alguns instrumentos de execução da nossa política exterior. Foram adotados como elemento de aproximação o alemão, espanhol, francês, inglês e italiano e não apenas o nosso idioma.

Traduções de obras brasileiras e alguns livros em língua estrangeira sobre o Brasil, pouco conhecido fora dos lugares da edição, foram comprados e distribuídos amplamente através das Missões diplomáticas e dos Consulados.

Ao mesmo tempo, eram animadas as casas editoras, em toda a parte, a tirar as edições que convinham aos nossos propósitos. Assumiu o Itamarati, igualmente, a função de editor, sempre que considerado oportuno. Somadas todas as publicações de que se serviu em 1951, o Ministério das Relações Exteriores chegou a um total de cerca de um milhão de exemplares.

Mas, não era suficiente a nossa contribuição em livros e folhetos. Foram supridas as repartições brasileiras no exterior, de centenas de fotografias, suscetíveis de serem reproduzidas na imprensa, de dotá-las de um album de vistas para distribuição e de ampliações fotográficas para exibição. Enviaram-se às mesmas repartições filmes documentários, bem como partituras escolhidas. E, compradas no estrangeiro as melhores gravações de música brasileira e reunidos milhares de discos de produção nacional, estão sendo equipadas com esse material as Missões diplomáticas e as repartições consulares.

#### IMIGRAÇÃO

No decurso do ano de 1951, foi iniciada a execução dos Acôrdos com a Suíça e com a Organização Internacional de Refugiados para a imigração, no primeiro caso, de quinhentas famílias suíças, totalizando cerca de duas mil e quinhentas pessoas, e, no segundo caso, para o recebimento de cinco mil emigrantes selecionados pela Comissão de Seleção Brasileira na Europa. No mesmo período foram instruídas as Repartições consulares na Itália e nos Países Baixos, no sentido de conceder algumas das facilidades prevista nos Acôrdos que o Brasil assinara com esses países e estavam em exame no Congresso.

Por iniciativa do Governo Belga reuniu-se em Bruxelas, no fim do ano próximo passado, a Conferência Mundial de Imigração, com o objetivo de dar solução aos problemas relativos à criação de um Comitê Intergovernamental provisório para as migrações e ao aproveitamento da frota da Organização Internacional de Refugiados, questões já suscitadas mas não resolvidas na Conferência de Nápoles, realizada nos fins de 1951. A representação brasileira defendeu o ponto de vista de que o problema imigratório deve ser encarado como parte do problema do desenvolvimento global das áreas menos desenvolvidas, uma vez que o assunto vinha

sendo encarado apenas sob o prisma dos interesses europeus. Alterado o projeto original, foi assegurado o reconhecimento da tese que defendíamos. Conseguiu ainda obter o Itamarati a elevação da cota que nos tinha sido inicialmente destinada, de cinco mil para dezoito mil imigrantes, bem como a gratuidade de transporte marítimo para aqueles emigrantes que demandam a América do Sul, desta forma obviando a principal dificuldade sempre encontrada para a execução dos programas imigratórios em larga escala.

Tiveram início, pela Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo, as perfurações de prova nas estruturas levantadas nas áreas de estudo. O desenvolvimento dos trabalhos, que terá de acompanhar o ritmo do progresso do "hinterland" brasileiro e do oriente boliviano, representa um esforço para a obtenção de combustível barato em linhas interiores, independentes das vias marítimas.

PETRÓLEO  
BOLIVIANO

Prosseguiram normalmente os trabalhos de construção da via permanente e os de conservação da linha da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, cuja extensão é de 650 km e está toda ela já quase concluída. A ponte a ser levantada pela Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana sobre o Rio Grande, em Puerto Pailas, terá, no mínimo, mil metros de comprimento.

ESTRADA  
DE FERRO  
BRASIL-  
BOLÍVIA

Ao longo da Cordilheira da Paracaima, em dois trechos distintos do divisor de águas das bacias do Amazonas e do Orinoco, realizou a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1.<sup>a</sup> Divisão, junto com a sua congênera venezuelana, a demarcação caracterizada por vinte e cinco novos marcos internacionais de limites, num percurso difícil de cerca de cento e vinte quilômetros.

DEMARCA-  
ÇÃO DE  
FRONTEI-  
RAS

A Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.<sup>a</sup> Divisão, por sua vez, construiu trinta e dois marcos no trecho boliviano Marco de São Matias, extremo leste da geodésica que vem de Boa Vista, e a nascente da Corixa do Destacamento, no extremo sul da serra de Borborema; realizou na fronteira com o Paraguai diversas operações, inclusive a preparação dos caminhos que ligam a cidade de Ponta-Porã ao local de trabalho na serra de Maracaju, no trecho final da chamada linha seca, onde a serra inflete em direção ao Salto das Sete Quedas no Rio Paraná, e ultima a confecção das cartas definitivas da fronteira com o Uruguai, cuja demarcação está praticamente concluída.

VISITAN-  
TES ILUS-  
TRES

Foram numerosas as visitas que recebemos de ilustres personalidades estrangeiras de grande projeção no cenário político internacional. E' de se destacar a presença, entre nós, em 1951, de Sua Eminência o Cardeal Francis Spellman, do Senhor Edgard Faure, Ministro da Justiça da França, do Senhor Giulio Andreotti, Sub-Secretário de Estado da Itália, do Senhor Pierre de Gaulle, Presidente do Conselho Municipal de Paris e do Senhor Gordon Dean, Presidente da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos da América.

A minha posse no Governo, a 31 de janeiro do ano próximo passado, compareceram Embaixadas e Missões Especiais que os governos dos países com os quais mantemos relações diplomáticas resolveram enviar ao Rio de Janeiro, à frente das quais se encontravam figuras destacadas da política e do governo dos países amigos.

## **SITUAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA**

## POLÍTICA INTERNA

O País desfrutou, no curso de 1951, de um clima de perfeita ordem e tranqüilidade, que o Govêrno garantiu e manteve com a simples aplicação das leis vigentes e nos seus estritos têrmos. Aos cidadãos e às instituições foi assegurado, em tôda a sua plenitude, o regular exercício das liberdades democráticas, outorgadas pela Constituição Federal. Incidentes esporádicos, de pequeno vulto, que se registraram em alguns pontos do País, foram invariavelmente circunscritos e limitados, e puderam ser resolvidos, sem maiores conseqüências, pela intervenção oportuna e prudente da autoridade pública.

SITUAÇÃO  
DE ORDEM  
E LIBER-  
DADE

O único acontecimento interno que chegou a causar desassossêgo ao País, pelas características de que se revestiu, foi o chamado caso do Maranhão. O ânimo extremado dos grupos divergentes e o exacerbamento das paixões políticas criaram um clima de grave inquietude, agravado pela paralisação das atividades produtivas da cidade de São Luís e pelos lamentáveis atentados verificados à vida e à propriedade. No momento mais agudo da crise, que parecia degenerar em conflito incontrolável, precisamente quando assumia o cargo o novo Governador, o Comandante da guarnição federal ocupou com suas tropas o centro da cidade, a fim de assegurar a ordem, defender a vida e os bens do povo de São Luís. Esse estado de coisas, entretanto, prolongou-se de 18 de setembro a 4 de outubro, sem que se acalmassem os ânimos e se restabelecesse a tranqüilidade.

O Govêrno Federal, que vinha acompanhando o desenrolar dos acontecimentos com a mais viva preocupação, deliberou, então, enviar o Ministro da Justiça àquela cidade, para analisar, *in loco*, as ocorrências. O relato daquela autoridade revelou a gravidade dos fatos e a profundidade da crise que agitou o Maranhão. Como, entretanto, o Govêrno do Estado declarasse expressamente que já se sentia capacitado para manter a ordem, determinei a reti-

rada das forças federais, logrando-se afinal, após longas demar-  
ches, o restabelecimento de um clima de tranqüilidade política.

Os fatos verificados, constituem, no entanto, valiosa adver-  
tência. Crise surgida em torno dos resultados locais das eleições  
de 1950, acabou por escapar, completamente, ao contrôle dos lí-  
deres políticos, ameaçando transformar-se, de modo imprevisto,  
em subversão social, com o caráter de extrema reivindicação  
proletária. Não fôsse, mesmo, a energia e serenidade do Go-  
vêrno, em face desses acontecimentos, poderia a crise se estender,  
com o novo caráter que os agitadores conseguiram imprimir-lhe.

De qualquer forma, porém, apesar do ambiente geral do País,  
de perfeita ordem e normalidade, continuaram a manifestar-se, no  
curso do ano, certos fenômenos recorrentes, indicativos de pertur-  
bações sociais. Entre esses merecem referência as migrações de-  
sordenadas das populações e a ação renitente e progressiva dos  
agitadores comunistas, a que me reporto, mais extensamente, nou-  
tra parte desta Mensagem, assim como a insuficiência, cada vez  
maior, do policiamento preventivo e repressivo e a queda acen-  
tuada e progressiva da educação e do espírito cívicos.

**QUEDA DA  
EDUCAÇÃO  
E DO ESPÍ-  
RITO  
CÍVICOS**

É fenômeno esse resultante de múltiplos fatores, de na-  
tureza econômica, social e cultural. As causas estruturais do de-  
sestímulo social, tal como o insuficiente poder aquisitivo das classes  
média e operária, a detenção da riqueza fácil, por parte de al-  
guns setores da população, acrescentam-se, ainda, sérios motivos  
conjunturais. Vale destacar, entre estes últimos, a influência de-  
letéria que exercem nos centros urbanos, as "favelas" e análogas  
concentrações de habitações improvisadas.

Por efeito dessas circunstâncias, tende a aumentar o nú-  
mero de atos e atitudes anti-sociais, por parte de cidadãos mar-  
ginais, que não recebem qualquer educação e vivem em condições  
sub-humanas.

Outro aspecto relevante, no que se refere ao decréscimo da  
educação e do espírito cívico, é o alheamento, entre o povo e  
a vida pública.

Somente por ocasião das eleições periódicas são convocados  
os cidadãos para se manifestarem sobre os negócios públicos. No  
intervalo das eleições, porém, os partidos, via de regra, perdem  
todo o contato com os seus eleitores. E apenas os agitadores  
profissionais e os militantes comunistas continuam a arregimentar

o povo para os assuntos da vida pública. Daí essa atomização dos cidadãos e essa falta de participação do povo nas responsabilidades públicas, que provoca uma crescente perda do espírito cívico.

O problema, pela sua importância, exige toda uma política de vitalização social, e deve merecer, de pronto, a atenção dos próprios partidos políticos, pois que lhes cabe um relevante e insubstituível papel na educação cívica do nosso povo e no reforço popular do regime.

Na Mensagem que dirigi ao Congresso Nacional, em 1951, tive ensejo de ressaltar o caráter tipicamente funcional da separação dos poderes do Estado, que as nossas Constituições republicanas invariavelmente consagram. Em que pese, no entanto, essa continuada tradição democrática, observa-se que a colaboração essencial entre os Poderes não alcançou ainda todo o seu possível desenvolvimento, indispensável à maturação de nossas instituições políticas.

COLABORAÇÃO  
DOS PODERES  
PÚBLICOS

*Poderes da  
República*

Naquela oportunidade referia-me tanto ao dever indeclinável do Legislativo de fiscalizar a ação do Executivo e a eficácia da política governamental, quanto à colaboração que o Executivo deve prestar ao Poder Legislativo, para o exercício efetivo dessa fiscalização e para a feitura das leis. Registro, agora, com sentimento do maior júbilo cívico, a crescente eficiência dos trabalhos de elaboração legislativa.

De minha parte, tenho determinado aos órgãos especializados da Administração não só o pronto fornecimento de todas as informações e matérias solicitadas como o acompanhamento permanente, com esses mesmos objetivos, dos projetos em trânsito nas Casas do Congresso e a preparação oportuna e adequada de projetos e proposições que expressem, praticamente, o propósito do Executivo de colaboração com o Legislativo.

É compreensível que os interesses eleitorais, de natureza pessoal ou local, sejam considerados nos trabalhos parlamentares. Forçoso, porém, é reconhecer que as leis e as questões de interesse geral — com que se defronta, cada vez mais, o Congresso Nacional — não podem nem devem, sob graves riscos para a eficiência e o crédito do regime e da própria instituição, ser propostas ou examinadas senão de um ponto de vista necessariamente nacional, para democraticamente levar o maior bem ao

maior número de brasileiros. E' o que espero e auguro para os vossos trabalhos na sessão legislativa que ora se inicia.

No que diz respeito às relações entre o Judiciário e o Executivo, dois aspectos importantes merecem ser aqui focalizados. De um lado, o cumprimento por parte do Executivo das decisões judiciárias. Para que prevaleça e fortifique a cooperação harmônica entre os poderes, é essencial que cada um, na sua esfera de atividade, prestigie e valorize as decisões do outro. Com êsse objetivo tem o Governo procurado dar cumprimento rápido e efetivo às decisões judiciais, não permitindo que proteções propositadas transformem a execução das sentenças em penosa romaria, encarecendo a justiça e negando o postulado fundamental da unidade harmônica dos poderes.

Nota-se, no entanto, por outro lado, que o Judiciário vem concedendo, com uma freqüência maior do que seria de desejar, mandados de segurança contra atos administrativos. Essa forma de contrôle jurisdicional não é somente útil como altamente proveitosa. O que se verifica, porém, é que muitas vêzes o Judiciário se manifesta e se pronuncia quase sem que o Poder Executivo tenha tido oportunidade de articular a defesa de seus atos, com a amplitude que seria desejável. Atribuo isso, não apenas à falta de efetivo entrosamento entre os órgãos mais importantes do Estado, como sobretudo, à manifesta carência de pessoal técnico e de tempo para a preparação de elementos informativos capazes de servir à defesa proveitosa da União. O prazo de informação dos mandados de segurança, até hem pouco tempo de dez dias, foi agora reduzido para cinco. E' importante notar que na justiça ordinária dispõem os particulares de dez dias para contestar as ações que lhe proponham, mesmo quando seja o Estado o autor. Num excesso de privatismo, porém, o próprio Estado, autolimitou sua possibilidade de defesa, concedendo à Administração, em que há dificuldades inerentes à sua organização burocrática, apenas a metade dêsse prazo. Do exame dessa questão já incumbi, aliás, os órgãos competentes, pretendendo ainda êste ano trazer ao Congresso um projeto de lei a respeito.

*Colaboração  
com os Es-  
tados e Mu-  
nicípios*

A divisão constitucional das três esferas de governo — União, Estados e Municípios — e a discriminação respectiva de suas atribuições e encargos não foram acompanhadas de justa e proporcional distribuição de recursos.

Na adoção de medidas tendentes a solucionar os problemas resultantes desse desnivelamento, é a União insistentemente chamada a colaborar com os Estados e Municípios.

As relações entre as três esferas de governo caracterizavam-se, em certa época, pelo seu caráter estritamente político e formal.

O sentido atual dessa relação é, no entanto, o da cooperação, a cujo marcante desenvolvimento estamos assistindo, de caráter técnico administrativo, devendo desenvolver-se em bases práticas e fecundas. Essa a orientação que o Governo vem imprimindo à cooperação com os Estados e Municípios, nos setores econômico, financeiro, da educação e saúde.

No campo econômico-financeiro foram lavrados vários acôrdos de fomento de produção e defesa sanitária. Admiti e recomendei empréstimos, em exceção à austera política financeira do Governo, além de adiantamentos de recursos para os serviços de juros e amortizações das dívidas externas dos Estados e Municípios. Pela ampliação do Fundo e conseqüente extensão da rede rodoviária, foram beneficiados inúmeros municípios, permitindo escoamento econômico de sua produção. Ainda no campo do desenvolvimento econômico, é digno de assinalar-se o estímulo que a União tem emprestado à colaboração interestadual, como, recentemente, entre os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, para o estudo conjunto dos problemas do Vale do Paraíba.

Auxílio financeiro considerável foi igualmente prestado às regiões nordestinas assoladas pela sêca, em parte através dos governos estaduais, conforme relato adiante.

Em 1952 é programa do Governo incentivar ainda mais esse útil e necessário intercâmbio, com redobrado esforço no campo de educação e saúde.

No campo da colaboração legislativa do Executivo, havia sido programada, em 1951, além da revisão dos textos básicos de nossa legislação ordinária, a elaboração das normas necessárias à complementação das instituições vigentes, de modo a harmonizá-las com o regime democrático-social, tal como a configura a Constituição de 1946.

As diretrizes neste particular, pautadas pela Constituição e baseadas no programa da minha campanha eleitoral, foram divulgadas e resumidas pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, na Sessão solene do XIII Congresso da União Interna-

COMPLE-  
MENTA-  
ÇÃO E  
APERFEI-  
ÇOAMEN-  
TO DA OR-  
GANIZA-  
ÇÃO PO-  
LÍTICO-  
CONSTITU-  
CIONAL

cional dos Advogados, aproveitando a oportunidade dêsse conclave, que reuniu a elite jurídica do mundo, e cujos atos tiveram repercussão internacional.

Do esforço de complementação do regime, na esfera de competência do Executivo, resultou a elaboração de projetos encaminhados oportunamente ao Congresso, e a promulgação de leis básicas, entre as quais vale acentuar a que disciplinou o problema da economia popular.

Para o ano em curso, pretende o Governo prosseguir nesses trabalhos, revendo a legislação afetada pela nova Carta.

Já determinei ao Ministério da Justiça o prosseguimento, neste ano, dos estudos referentes ao projeto do Código Comercial e a revisão do Código Civil, notadamente na parte referente à enfiteuse. Além dêsses trabalhos de maior vulto, está programada, entre as atribuições dêsse Ministério para 1952, a continuação dos trabalhos de reforma da Polícia; o estudo para a instituição dos juzizados de instrução; a reorganização do sistema penitenciário e a adoção de processos que ponham em execução a legislação penal, na parte referente à liberdade vigiada e às outras medidas preventivas e de segurança.

## SEGURANÇA NACIONAL

Os esforços da quase totalidade das Nações, em busca de uma fórmula de paz universal, não lograram ainda afastar as possibilidades de novo conflito mundial. O ano de 1952 encontrou os dirigentes das grandes potências preocupados com problemas de realização bélica, que não se limitam à preparação interna, mas estendem-se à organização de exércitos comuns a vários Estados e à assistência técnica, econômica e militar aos povos das mais distantes regiões do globo.

Estão surgindo, nos horizontes internacionais, focos de agitação e conflitos que, embora rotulados de movimentos de libertação nacional, são, de fato, comumente, inspirados ou aproveitados por desígnios alienígenas de subversão universal, que ameaçam, a cada instante, conflagrar o mundo.

Diante de tal realidade, não podemos e nem devemos diminuir sequer os trabalhos capazes de nos colocar em condições de defender a nossa Pátria e de participar, eventualmente, de ações militares em defesa do Continente, de acôrdo com os compromissos que assumimos.

O País tem dado o melhor exemplo de labor constante pela paz mundial. O meu Governo, já no passado, como no decorrer de 1951, jamais deixou de solidarizar-se com as Nações Unidas nesse alevantado propósito. Onde foi preciso argumentar, trabalhar, coordenar e propugnar, estivemos sempre presentes, conclamando os povos à harmonia.

Não obstante todos os generosos esforços dos responsáveis pelos governos de quase tôdas as Nações, a guerra continua a apresentar-se como uma sombria perspectiva, tanto mais aterradoradora quando é certo que não obedece mais, no presente, aos conceitos clássicos anteriormente adotados. As lutas que se travam hoje entre os povos não interessam apenas aos elementos mili-

tares, às forças armadas nacionais. O âmbito de sua ação tornou-se cada vez mais amplo e envolve tôdas as forças vivas da nacionalidade, abrangendo vários setores de atividade útil e exigindo esforços e energias multiplicadas dos cidadãos em geral.

O velho sistema do serviço militar obrigatório já não atende, por isso, aos imperativos e exigências de uma guerra moderna, na sua conceituação global e de conseqüências sempre imprevisíveis. Daí, então, a necessidade atual de complementar a prestação do serviço militar com a instituição do serviço nacional obrigatório, já preconizado no art. 181 da Constituição. Dentro dessa idéia, serão atendidos convenientemente os altos interêsses da segurança e da economia do País, porquanto nem todos os cidadãos em idade militar serão incorporados às fileiras, mas ficarão mantidos nos próprios locais de trabalho, entregues aos afazeres costumeiros. Os parques industriais, as fazendas e os campos, os meios de transporte e quaisquer outras atividades para as quais êsses cidadãos forem designados, continuarão a contar com a colaboração anônima e eficiente dos trabalhadores do Brasil, que não deixarão de ser verdadeiros soldados na batalha pela crescente grandeza da Pátria.

CONSELHO  
DE SEGU-  
RANÇA NA-  
CIONAL

Nessas circunstâncias, sobreleva a função, cada vez mais importante, do Conselho de Segurança Nacional, cuja finalidade precípua consiste em estabelecer um justo equilíbrio entre as realizações e possibilidades nacionais, de um lado, e, de outro, a política de defesa do País, adotada pelo Governo. Como decorrência das modernas noções relativas aos problemas de defesa das Nações, os complexos assuntos de atribuição do Conselho de Segurança Nacional abrangem todos os ramos administrativos, não podendo ser tratados em esferas estanques de competência. Em tais condições e precisamente para que se estabeleçam as relações indispensáveis de interdependência recíproca nos órgãos da Administração, funciona em caráter permanente a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, que dispõe, além disso, de seus órgãos complementares, na forma da lei. E' certo que a estruturação atual, tanto do Conselho, como da Secretaria Geral e dos organismos que o completam, já não satisfaz às necessidades presentes e às exigências sempre mais imperiosas da segurança nacional. Por isso mesmo, cogita o Governo de lhes imprimir algumas modificações substanciais, visando fixar de maneira mais ampla suas atividades específicas e dando maior atualização à lei a que se refere o art. 179, § 2.º, da Constituição Federal.

O Estado-Maior das Fôrças Armadas empenhou-se em seu trabalho de coordenação das atividades das três fôrças militares do País, cabendo destacar a direção e orientação da Delegação Militar Brasileira à Junta Interamericana de Defesa. O Chefe do Estado-Maior realizou uma viagem aos Estados Unidos da América, a fim de conduzir negociações com o Govêrno daquele País amigo, e junto à Organização das Nações Unidas, sôbre problemas de assistência mútua, de caráter militar, relacionados com a defesa do hemisfério e a manutenção da paz mundial.

Essas negociações, que estão em andamento nesta Capital, deverão contribuir para o reaparelhamento das fôrças armadas, de maneira a colocá-las em condições de assumir a responsabilidade que lhes cabe na defesa do setor sul-atlântico de nosso Continente.

A Escola Superior de Guerra — instituto de altos estudos relacionados com a segurança nacional — diretamente subordinada ao Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas, diplomou, em 1951, mais uma turma de estagiários civis e militares.

A preocupação principal do Ministério da Guerra tem consistido no reaparelhamento do Exército, mediante um plano amplo de aquisições no estrangeiro e de realizações no País. Esse importante problema não teve, em 1951, o desejado desenvolvimento, porque o Govêrno, preocupado em equilibrar as finanças públicas, se viu na contingência de limitar as verbas orçamentárias ao estritamente indispensável à manutenção do ritmo de trabalho nos corpos de tropa, estabelecimentos e repartições militares. O material de que necessita o Exército é cada vez mais complexo e vultoso. Sua aquisição corresponde a somas consideráveis, que só poderão ser despendidas em parcelas anuais. Apesar disso, porém, não se deixou de prover as unidades dos meios necessários aos labores profissionais e o Govêrno tomou outras providências capazes de permitir que se inicie, em curto prazo e progressivamente, o reaparelhamento do Exército, de modo a que, paralelamente à missão que lhe cabe no território nacional, possa também preparar-se para participar da defesa do Continente, ombro a ombro com as demais Nações do Novo Mundo.

EXÉRCITO

O cômputo das despesas mínimas para 1952 alcançou a importância de Cr\$ 4.856.854.650,00, mas as possibilidades financeiras atuais limitaram-na a Cr\$ 3.807.059.732,00, incluindo-se nessa

quantia Cr\$ 720.000.000,00, correspondentes ao acréscimo nos gastos decorrente da vigência do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares. Disso resultará a necessidade imperiosa de se colocarem as despesas em ordem de prioridade, separando-se o necessário do indispensável e deixando-se para futuro exercício tudo que puder ser adiado.

Registro aqui a contribuição do Ministério da Guerra na política de equilíbrio financeiro, levada a efeito em 1951. Conseguiu-se ali reduzir os gastos previstos, realizando-se uma economia de Cr\$ 100.027.177,00 por meio de parcimoniosa aplicação dos créditos, por parte dos Departamentos, Diretorias e demais Órgãos, que timbraram em colaborar com o Chefe do Exército no trabalho persistente da maior compressão das despesas, sem prejuízo do cumprimento das obrigações regulamentares de cada um.

Embora continuassem em 1951 as dificuldades financeiras enumeradas, foi bastante acentuado o esforço despendido nos diversos escalões do Ministério da Guerra.

O Departamento Geral de Administração completou a sua organização com o funcionamento de sua Subchefia e da 1.<sup>a</sup> Divisão. Todas as Diretorias trabalharam com afinco, principalmente no sentido de se prepararem para cumprir integralmente a missão que lhes cabe, tão logo seja reaparelhado o Exército.

Apesar da carência de recursos financeiros, algumas obras puderam ser terminadas, como, por exemplo, o novo Quartel General de Intendência, no Campo de São Cristóvão, o Armazém Reembolsável dos conjuntos residenciais da Urca, a Fábrica de Calçados do Estabelecimento Central de Material de Intendência e as residências para oficiais na sede da 7.<sup>a</sup> Região Militar.

Também o Departamento Técnico de Produção do Exército conseguiu manter apreciável ritmo de trabalho nas Diretorias subordinadas.

As obras militares, que foram estimadas em Cr\$ 61.972.172,00 no orçamento vigente, puderam somente contar, em 1951, com a importância de Cr\$ 45.500.000,00, destinada, quase que exclusivamente, ao prosseguimento de certas obras já iniciadas e de algumas construções novas.

No que se refere às atividades industriais, tem sido dada prioridade aos trabalhos de manutenção dos maquinários e preparação de técnicos e especialistas.

Vem merecendo, por parte do Ministério da Guerra, especial destaque tudo o que se refere à assistência social, principalmente nos estabelecimentos fabris. Presentemente trata-se de enfeixar tais atividades em um só organismo, tendo sido encarregada uma Comissão de elaborar um anteprojeto nesse sentido.

Quanto aos Batalhões Rodo e Ferroviários, que ora trabalham em vários pontos do território nacional, continuaram, em 1951, a colaborar no plano de comunicações estabelecido pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Estado-Maior do Exército prossegue no seu trabalho anônimo de preparação de forças terrestres, intensificando, principalmente, a instrução dos Quadros e o ensino das diversas Escolas Militares.

Foi intensa a atividade da Diretoria do Ensino, que realizou, com a participação de tôdas as escolas subordinadas ao Ministério da Guerra, o 2.º Seminário, sob a forma de reunião prévia, com o fim de organizar o respectivo Estatuto. Esse trabalho será concluído, no corrente ano, na Academia Militar das Agulhas Negras, com a participação de todos os institutos de ensino.

O início do ano de 1952 encontrou a Marinha de Guerra MARINHA inteiramente devotada às suas atividades, procurando cumprir os programas traçados pela alta administração do País, expressos na mensagem do ano que se findou, com o firme propósito de restituir ao Brasil a posição de potência naval que já ocupou no continente americano. A tanto aconselham as obrigações contraídas nos tratados e acôrdos relativos à defesa do Hemisfério, não sendo possível qualquer protelação face ao desenrolar dos acontecimentos no cenário internacional, cujo alcance não podemos abarcar, o que não permite se determine quando nem como seremos obrigados a intervir na defesa dos ideais comuns às nações democráticas, a cujo grupo pertencemos.

A nossa Fôrça Naval, espelho vivo da insuficiência de meios com que vem lutando a Armada, é constituída de material flutuante obsoleto, a não ser os dois cruzadores "Barroso" e "Tamandaré", recentemente adquiridos nos Estados Unidos. O primeiro dêles, já em serviço em nossas águas, e o segundo, prestes a chegar, representam os dois únicos elementos de nossa Fôrça Naval com expressão militar, afora os três contratorpedeiros da classe "Marcílio Dias", que, embora de construção relativamente recente, não são

dotados de equipamentos indispensáveis aos modernos navios de guerra.

Mais dois contratorpedeiros da classe "Amazonas", da série de seis construídos no nosso Arsenal de Marinha, foram incorporados, em 1951, elevando-se, destarte, a quatro o número de navios dessa classe em serviço.

Mesmo assim, não só a Esquadra como as Flotilhas Fluviais e os navios isolados, distribuídos pelas diversas Bases Navais, foram postos em constante movimentação, procurando-se, dêste modo, dar ao pessoal um treinamento capaz de mantê-lo com a eficiência necessária e em condições de receber o novo material que a Marinha precisa e espera conseguir com os recursos que o Fundo Naval veio propiciar e os entendimentos que se vêm processando, com base em um acôrdo bilateral de assistência militar, ora em curso com os Estados Unidos da América.

O navio-escola "Almirante Saldanha" realizou, com a turma de guardas-marinha, em 1951, uma longa viagem de instrução, contornando o continente africano, passando o canal de Suez, atravessando o Mediterrâneo, e já está de regresso.

Igualmente realizaram viagens de instrução com os aspirantes da Escola Naval o navio-escola "Guanabara" e o navio auxiliar "Duque de Caxias".

Em 1952 realizará, o "Almirante Saldanha", uma viagem de circunavegação com a turma de guardas-marinha que ora terminou o seu curso.

Não tão fácil se apresenta, porém, o problema do pessoal, apesar dos ingentes esforços despendidos pela administração naval, com o fim de não só evitar a retirada, para a inatividade, de elementos ainda capazes de prestar serviços, como no sentido de aumentar a afluência às Escolas de Aprendizes de Marinheiros, além de um maior e melhor aproveitamento de conscritos incorporados ao serviço da Armada.

As várias leis especiais têm, pela redação que lhes foi dada, contribuído para que grande número de suboficiais e sargentos, mediante simples requisitos de tempo de serviço, requeiram transferência para a reserva, visto como, na situação de inativos, usufruem vantagens, com a promoção de um a dois postos e os vencimentos integrais correspondentes.

O alto grau de conhecimentos que a técnica moderna exige em todos os ramos da atividade humana, não nodia deixar de se

fazer sentir no campo especializado das Forças Armadas, e com especial relêvo na Marinha de Guerra.

Por essa razão, cada vez mais difícil se apresenta o problema do pessoal subalterno que, recrutando jovens de pouca instrução, face ao baixo nível de cultura da grande massa de nossa população, não apresenta, em geral, condições que permitam seleção em quantidade suficiente, quer para ingressar nas Escolas de Aprendizes de Marinheiros, quer nos Centros de Formação de Reservistas Navais.

Espera-se que a Lei do Serviço Nacional, ora em curso no Congresso Nacional, e as medidas que se vêm processando no campo administrativo, tenham efeito salutar no sentido de facultar à Marinha de Guerra obter o pessoal subalterno necessário a preencher os grandes claros que, atualmente, se verificam nos seus quadros.

Quanto ao recrutamento de oficiais, cujos claros são também elevados, o problema se apresenta com melhores perspectivas, pois, com o aumento das matrículas na Escola Naval, a criação do Colégio Naval e, ultimamente, a constituição de um Grupo de Preparação de Oficiais da Reserva da Marinha, a situação tenderá a melhorar e a se normalizar dentro de poucos anos.

A criação, principalmente, do Colégio Naval veio permitir a obtenção de maior e melhor contingente de alunos para a Escola Naval, de vez que, assim, se poderá dispor, anualmente, de um grupo de alunos com o nível cultural necessário à matrícula nessa Escola, o que se não verificava com o ingresso direto, em que a percentagem de reprovados nos exames de admissão atingia a oitenta e mesmo noventa por cento.

A Marinha de Guerra conseguiu, mercê das sábias e patrióticas providências de sua administração, um elevado número de realizações; umas, de resultados imediatos; e outras, que só no futuro surtirão efeito; tôdas, porém, levadas a cabo com a firme decisão de atenuar-lhe a situação de quase completo desaparelhamento a que chegou.

Não é estranho a êsse surto de realizações, constituindo mesmo elemento básico da possibilidade de sua concretização, o elevado descortino dos membros do Congresso Nacional, que, votando as leis solicitadas pelo Governo, permitiu à administração naval atacar de frente o colossal programa que se lhe apresenta, qual seja o de colocar a Marinha de Guerra na situação que lhe cabe de direito, entre as das nações sul-ameri-

canas, e, quiçá, no lugar que o futuro reserva ao Brasil, como potência de primeira ordem que está destinado a ser.

Dêste modo, em 1951, renasceu na Marinha de Guerra a esperança de ver-se dotada de uma Fôrça Naval à altura de sua tradição e necessidades, com a aquisição de dois cruzadores, assim como o início de execução de um gigantesco plano de instalação e ampliação de uma ampla infra-estrutura material, capaz de permitir, amanhã, a possibilidade da existência dessa mesma Fôrça Naval.

Prosseguiu-se, assim, com tôda a intensidade, nas obras da base naval e dique de Val-de-Cãs, no Pará, e Aratu, na Bahia, nos melhoramentos e instalações novas nas bases e estabelecimentos navais da Capital Federal e dos Estados, na construção dos edifícios e campos destinados ao Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais, bem como na elaboração de planos e esquemas de trabalhos para o largo desenvolvimento dos recursos logísticos de que carece uma moderna Marinha de Guerra.

No Arsenal de Marinha, foi concluído o dique "Guanabara", a ser inaugurado no corrente ano, além de uma série de melhoramentos e ampliações de suas instalações.

No campo da construção naval, prosseguiram-se as obras dos dois últimos contratorpedeiros da classe "A" ("Ajuricaba" e "Araguaia") a serem incorporados no corrente ano de 1952.

Também no Arsenal de Marinha, leva-se avante a construção de dois navios-cisternas e dois navios-petroleiros, dos quais três deverão entrar em serviço em 1952.

Foi assinado o contrato para construção, na Holanda, de seis rebocadores de alto-mar, os quais deverão ser entregues no corrente ano de 1952.

A administração naval, sempre na vanguarda nestas realizações, dispensou especial atenção ao campo da assistência social. Neste setor, foram planejados e iniciados os trabalhos de atêrro, terraplenagem e compactação de uma grande área de mais de um milhão e trezentos mil metros quadrados ganhos ao mar, onde será construída a futura Vila Operária, na Avenida Brasil; por outro lado, procedeu-se a aquisição e entrada em serviço do hospital "Nossa Senhora da Glória", para a Assistência Médico-Social da Armada (AMSA); também foi ultimada a construção, organização e início da exploração da Granja da Variante Rio-Petrópolis; a par de outras realizações neste tão importante campo, que contribuirá como poderoso elemento no combate à propa-

ganda de ideologias que só encontram terreno fértil quando o homem, sentindo-se desamparado, se torna prêsã fácil a essas infiltrações.

Para o corrente ano de 1952, prosseguindo na sua firme e resoluta determinação, a administração naval já ultimou projetos, dando nova Organização Administrativa à Marinha, criando, entre outros serviços importantes, a Secretaria-Geral da Marinha, a Inspetoria Geral dos Serviços Navais, a Vice-Chefia do Estado Maior da Armada (Operações Navais) e os Serviços de Intendência e de Aeronáutica Naval.

Na continuação das obras com o fim de dotar a Marinha de Guerra de uma infra-estrutura onde possam a Esquadra e a Marinha Mercante encontrar as necessárias facilidades, prosseguirá a administração naval, em primeiro plano, na construção e ampliação das três grandes bases navais de Val-de-Cãs, no Pará; de Recife; e de Aratu, na Bahia. Completar-se-á a base do Rio de Janeiro e serão iniciadas as construções de pontos de apoio nos rios Amazonas, Paraguai, Uruguai e Paraná.

Em Jacuacanga, será iniciada a construção de um estaleiro de construção naval e serviços que o alimentarão.

Finalmente, além da construção dos contratorpedeiros, navios-cisternas e petroleiros, que se processa no Arsenal de Marinha, a administração naval está planejando, com base nos recursos do Fundo Naval, a aquisição de unidades no exterior e a intensificação das construções no País, mantendo, para êste fim, intenso trabalho de cooperação com a indústria particular e repartições do Governo.

A Aeronáutica, entrosada com as demais forças armadas do País, procurou cumprir com exatidão e eficiência as missões que lhe foram confiadas.

AERONAU-  
TICA

Os trabalhos desenvolvidos e os empreendimentos realizados obedeceram a sadio patriotismo, permitindo à Força Aérea manter-se em elevado grau de adestramento e em permanente vigilância, correspondendo assim à confiança que a Nação nela deposita.

Esta concretização, porém, deve-se ao elevado espírito de disciplina reinante na tropa, e à compreensão nítida de suas graves, e por vezes árduas, responsabilidades, fatores que vêm norteando a ação de cada um no setor de suas atividades, fazendo da Aeronáutica um bloco uno e homogêneo.

A rápida evolução do material aéreo, tornando-o obsoleto em pouco tempo, impõe-nos um pesado esforço de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira, embora sujeito a limitações decorrentes das possibilidades financeiras do País.

Os aviões muito têm progredido e com eles o seu modo de propulsão. Necessitamos promover o desenvolvimento do nosso parque industrial para obter a integral manutenção e reparação da nossa aviação atual e podermos atingir o progresso que os estudos do avião a jato proporcionam.

O Transporte Aéreo Militar, que tem mantido sua capacidade operacional com aviões bimotores, precisa passar à utilização dos quadrimotores, para permitir maior rendimento e economia.

O Centro Técnico da Aeronáutica, em S. José dos Campos, é, sem dúvida, uma das maiores realizações no gênero, introduzindo métodos e processos novos de pedagogia que, forçosamente, influirão no sistema universitário do País, e trazendo para o ramo de engenharia aplicada à aeronáutica a constituição de um núcleo de técnicos da maior aptidão.

Foram intensas as atividades da Aeronáutica relativamente ao ensino. Suas escolas foram utilizadas não só como centro de preparação, mas também como verdadeiros modeladores de personalidades, inculcando nos futuros oficiais mentalidade assente em firme base moral e intelectual.

Pretende o Governo promover a revisão e reajustamento dos métodos e processos pedagógicos experimentalmente adotados agora nos cursos da Escola de Aeronáutica, muito embora já tenham dado resultados satisfatórios no Instituto Tecnológico de S. José dos Campos; intensificar a continuação do estudo e projeto do helicóptero, bem como o início da construção de seu protótipo; promover a vinda de técnicos de renome mundial para a colaboração no setor de pesquisas aeronáuticas; desenvolver a fabricação de sobressalentes e matérias-primas no País; incrementar a fabricação de material bélico pelas firmas existentes no Brasil, sobretudo de projetis de metralhadoras de avião; iniciar a produção de contraplacado, na Fábrica do Galeão.

Além dos trabalhos normais de manutenção das unidades da Aeronáutica e das bases, dos aeroportos e campos do interior, que estão sendo conservados em condições satisfatórias, pretende o Governo prosseguir nas obras da vila residencial do parque de Aeronáutica dos Afonsos; na construção do Parque de Aeronáutica

de S. Paulo; do Centro Técnico de Aeronáutica, em S. José dos Campos; da Escola de Aeronáutica de Pirassununga; da Escola de Especialistas da Aeronáutica, em Guaratinguetá; da sede do Curso de Oficiais Especialistas; das Bases Aéreas de Pôrto Alegre e de Santa Cruz; do Sanatório da Aeronáutica, em Lagoa Santa; do Hospital de Intendência; das Estações de Passageiros do Aeroporto Internacional do Recife, de Pôrto Alegre (S. João) e da adaptação dos prédios para a Estação de Passageiros e edifícios auxiliares do Aeroporto Internacional do Galeão; construir as Estações de Passageiros Internacionais de Manaus e Belém, bem como dos Aeroportos de Belo Horizonte, Campo Grande e de diversas outras de importância secundária; da infraestrutura dos Aeroportos Internacionais de Manaus, Recife, Galeão, Pôrto Alegre (Gravatá) e Campo Grande; de Centros de Transmissão e Recepção, Casas de Fôrça e Tôrres de Contrôle de diversos aeroportos para o Serviço de Proteção ao Vôo; além de completar o circuito radioteletipo Belém-Natal e Rio-Belém; instalar novos radiofaróis e modernizar as instalações de radiocomunicações, nas áreas dos aeródromos principais, bem como a melhorar a rêde de rádio, preparando-a para a criação das áreas de contrôle de Salvador, Goiânia e Campo Grande.

Finalmente, considerando ser desaconselhável planejar uma fôrça aérea sem cuidar do apoio da indústria do próprio país, que manufacture os seus complexos e vários acessórios, é intenção do Governo promover o surto da indústria aeronáutica nacional, e, ao mesmo tempo, das indústrias com ela relacionadas, tais como as de aços finos e ligas metálicas.

Pioneiros que somos da aviação, cumpre-nos empregar todos os esforços possíveis a fim de manter em condições razoáveis o nosso poderio aéreo.

A prática de agitações subversivas, com as raras exceções de movimentos locais e espontâneos, faz parte integrante da ação internacional do comunismo e, como tal, também se verifica em nosso País. Os esforços subversivos do extinto Partido Comunista Brasileiro recrudesceram a partir do chamado "manifesto de agosto" de 1949, documento no qual Luís Carlos Prestes recomenda a prática imediata da revolução permanente e progressiva. Em obediência a êsse programa, os agitadores profissionais e militantes comunistas empreenderam um maior esforço subversivo no curso do ano de 1951. Graças à ação das autoridades, a ordem pública foi sempre mantida e o trabalho subver-

SEGURAN-  
ÇA PÚ-  
BLICA

sivo permaneceu pouco visível. Não obstante, lograram os comunistas aumentar sua infiltração nos meios sindicais, provocando greves ou tentando agravar tôdas as oportunidades de dissídios trabalhistas.

Na mesma linha de ação subversiva vale destacar as iniciativas e os movimentos conhecidos como "ação pró-paz", que constituem o mais recente disfarce da atividade comunista. Os movimentos "pró-paz", apresentando-se como honesta e humanitária reivindicação pela paz, conseguem, de um lado, submeter à influência do comunismo setores da população que repudiarão sua ação ostensiva. Por outro lado, êsses movimentos dificultam a repressão das autoridades, porque visam, nominalmente, a propósitos perfeitamente legais. Isso não obstante, êsses movimentos têm sido cuidadosamente fiscalizados pelas autoridades e, ainda recentemente, o Ministério da Justiça decidiu, fundamentadamente, proibir a realização do I Congresso Continental da Paz.

A defesa das instituições, a repressão aos agitadores profissionais, bem como, de modo geral, a prevenção e repressão a tôdas as formas de criminalidade e contravenção à lei, exigem, para sua maior eficácia, o estudo e adoção de certas medidas programáticas de ordem política e social, e outras mais diretamente relacionadas com o próprio sistema policial, dentre as quais a reorganização dêsse sistema.

Essa reorganização está sendo realizada em fases progressivas, dada a complexidade da matéria. A prazo curto, foi pôsto em execução um plano de policiamento de emergência, pelo qual se completaram as mais prementes deficiências da Polícia Civil, com o aproveitamento da Polícia Militar. A prazo médio, foi elaborado um projeto de reestruturação da polícia, ora em fase de revisão final. Enfim, está sendo estudado um plano para reorganização geral do sistema de policiamento, prevendo a unificação das corporações policiais, a formação técnico-profissional de seus agentes e a ampliação da competência territorial da polícia federal.

Com êsse objetivo de aperfeiçoamento da polícia federal, e visando ao entrosamento desta com as polícias estaduais, para a imprescindível unidade de ação na defesa da ordem pública em todo o País, foi convocada a Primeira Conferência Nacional de Polícia, nesta capital, de 3 a 10 de dezembro do ano findo, da qual participaram os Secretários de Segurança e Chefes de Polícia de todos os Estados e Territórios. Numerosas teses, além

de várias indicações e recomendações, foram aprovadas, versando os principais assuntos da segurança pública.

O conclave propiciou aos delegados estaduais a oportunidade de estudarem em harmonia de vistas os problemas policiais, assentando os meios de estabelecer o intercâmbio na ação das autoridades em todo o País e analisando a possibilidade de fixar as bases de uma polícia federal, como a lei previra ao criar o Departamento Federal de Segurança Pública.

As lições e a experiência trazidas pela Primeira Conferência Nacional de Polícia serão um dos pontos fundamentais do programa de trabalho para 1952, que terá como base a reforma já projetada e na qual se delineiam as regras a aplicar nos serviços policiais metropolitanos e a adotar nos órgãos de segurança pública dos Estados.

## ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Providências básicas, no decorrer de 1951, foram tomadas a fim de proporcionar maior rendimento às atividades da administração federal.

POLÍTICA  
ADMINIS-  
TRATIVA

Para isso foi preciso, inicialmente, subordinar essas atividades a projetos, programas e diretrizes governamentais, em correspondência com as dotações orçamentárias, previamente estabelecidas.

Apesar da resistência encontrada, o Governo não vacilou em mandar proceder à revisão ou à reconsideração de medidas e atos que se desviaram da observância de um ordenamento, que, tanto do ponto de vista doutrinário, como à luz dos preceitos de moralidade administrativa, já havia assegurado, até 1945, alto padrão de eficiência ao serviço público brasileiro.

A inflexível aplicação do sistema do mérito, a continuidade no emprego de determinados métodos oriundos do aperfeiçoamento da técnica orçamentária; a revisão e coordenação dos projetos e orçamentos de obras públicas; o fortalecimento das atividades de organização, quer no âmbito dos Ministérios, quer centralizadamente — eis alguns dos principais alvos a que visou esse esforço de restauração, levado a efeito pelo Governo.

Depois de um quinquênio de vacilações no que se refere à questão, anteriormente superada, de saber a que órgão se deveria confiar o encargo de elaborar a proposta orçamentária — o que acarretou evidente declínio na qualidade das estimativas, quer da receita quer da despesa — determinei e defini, imediatamente, num dos primeiros atos do Governo, pondo em execução, singelamente, os textos legais vigentes, as responsabilidades e atribuições em trabalho de tal vulto. Concebido à imagem dos grandes órgãos de administração geral existentes na Inglaterra e nos Estados Unidos, o Departamento Administrativo do Serviço Público, pela equidistância de seu trabalho em relação ao de todos os Ministérios, tem possibilidade de desincumbir-se da tarefa de organizar a pro-

*Orçamento*

posta orçamentária do Poder Executivo com muito maior êxito que qualquer outra repartição governamental.

Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1952, houve uma preocupação dominante: a do equilíbrio entre a receita e a despesa. Julguei essa conduta essencial à execução do programa de saneamento financeiro do País. Em conseqüência, determinei que se submetessem a rigorosa revisão os programas de trabalho dos Ministérios e dos diversos departamentos governamentais, consubstanciados nas respectivas propostas parciais de orçamento; foram êles, destarte, ajustados às disponibilidades do Tesouro, de modo a eliminar-se a tendência ao apêlo às emissões de papel-moeda para financiamento de despesas públicas.

Em complemento a essas providências, propôs o Governo a revisão da lei orgânica do Plano SALTE, ao verificar a impossibilidade de obter receitas suficientes para o custeio das iniciativas que previa, referentes ao ano de 1952.

*Plano Salte*

Os investimentos e serviços governamentais, previstos no Plano SALTE, aprovado pela Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950, deveriam ser financiados: pelo produto da receita ordinária da União, por empréstimos em divisas ao Banco do Brasil S. A., por operações de crédito interno, sob a forma de emissão de obrigações do Tesouro, e, finalmente, por parte da receita do Fundo Rodoviário Nacional e da Contribuição de Melhoria (cota pertencente à União).

Não teve, todavia, execução o sistema de financiamento extra-orçamentário estabelecido na Lei n.º 1.102. Por motivos de ordem técnica e financeira, não poderia ainda ser utilizada a autorização legal para operações de crédito e a arrecadação da Contribuição de Melhoria. Em conseqüência, as despesas decorrentes do Plano SALTE passaram a ser atendidas, exclusivamente, à conta das receitas normais da União, as quais não foram majoradas para fazer face aos vultosos encargos resultantes dos investimentos atribuídos ao Governo por imperativo de lei. Como o Plano SALTE, assim instituído e já em execução, se tornava um fator de desequilíbrio orçamentário, o Governo solicitou e obteve do Congresso Nacional a Lei n.º 1.504, de 15 de dezembro de 1951, que limitou as dotações desse Plano às possibilidades do orçamento ordinário e às disponibilidades da receita geral, revogando o art. 3.º da Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950, que fixava, antecipadamente, os totais daquelas dotações que deveriam figurar anualmente em cada orçamento.

Considerarei prudente determinar uma redução no volume dos investimentos, até que se revigore o crédito público interno e se obtenham modalidades especiais de financiamento que possam permitir ao Governo executar, com base nos estudos técnicos feitos para a elaboração do Plano, e após sua indispensável atualização, um amplo programa de obras públicas, cujo custeio não suscite repercussões inflacionárias, absolutamente indesejáveis nas atuais circunstâncias.

Procurou, também, o Governo realizar uma revisão no sistema de administração do Plano SALTE, a fim de que esta, em vez de se erigir em órgão de execução direta, como se vinha tentando, passasse a desempenhar apenas as tarefas de supervisão e controle liberando, gradativamente, os créditos orçamentários e fiscalizando sua aplicação pelas várias entidades já existentes no Serviço Público Federal.

Evitou-se, assim, a montagem de uma custosa máquina administrativa, a qual, além de muito cara, apresentaria o inconveniente de, com freqüência, acarretar o paralelismo e a duplicidade de repartições executoras sem possuir a organização, a aparelhagem e a experiência que se espera de serviços que, há vários anos, se acham estruturados nos diversos Ministérios e departamentos especializados do Governo.

Apesar dessa indispensável readaptação do Plano SALTE, a tarefa prevista na Lei n.º 1.102, para 1951, foi quase integralmente realizada. Essa lei determinou a inclusão, no Orçamento para 1951, da importância total de Cr\$ 2.200.000.000,00 a ser custeada com os recursos da receita comum. Ora, o Orçamento Geral da República, para esse ano, consignou aos empreendimentos do Plano SALTE a quantia de Cr\$ 2.640.000.000,00. Dessa importância entregou o Governo aos órgãos executores a parcela de ..... Cr\$ 1.901.659.884,00, figurando, ainda, relacionada como "Restos a Pagar" do exercício de 1951, a parcela de Cr\$ 370.252.442,00. Ficou sem aplicação, como economia exigida pela necessidade de equilibrar-se o orçamento, a quantia de Cr\$ 368.087.674,00. Não obstante, como se verifica, a previsão legal de Cr\$ 2.200.000.000,00 para o exercício de 1951 foi respeitada e até excedida em cerca de Cr\$ 70.000.000,00.

Diversas obras ferroviárias e rodoviárias, bem como outras iniciativas previstas no Plano, tiveram grande impulso e receberam forte intensificação no ritmo de execução em que vinham sendo conduzidas. Além disso, concederam-se auxílios para abasteci-

mento d'água, remodelação e ampliação das instalações de energia elétrica, promovendo-se, outrossim, empreendimentos de vulto, no campo da assistência médica e hospitalar, através do Plano SALTE, em benefício de diversas Unidades da Federação.

*Outros Problemas Orçamentários*

No terreno dos auxílios, preocupou-se, também, o Governo em encontrar uma fórmula satisfatória para resolver esse importante problema de cooperação financeira da União com entidades públicas e privadas que realizam atividades de caráter assistencial, econômico ou cultural. A ausência de normas disciplinadoras dessa matéria vinha dando origem a dificuldades financeiras, não somente em virtude do volume, sempre crescente, das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de auxílios, contribuições e subvenções, mas, igualmente, em atenção ao desvirtuamento da natureza dessa cooperação. Notava-se uma lamentável falta de critérios justos e uniformes na escolha das entidades beneficiadas. Não se cuidava, nem ao menos, de examinar a procedência da concessão do auxílio ou da subvenção. Não se verificava se seu emprêgo fôra, no passado, correto e normal.

Considerando que a expedição dessas normas reguladoras se inclui na competência constitucional do Poder Executivo, baixou o Governo, com base em estudos feitos e em sugestões apresentadas por uma Comissão Especial, o Decreto n.º 29.425, de 2 de abril de 1951. Esse decreto, definindo a cooperação financeira da União com entidades públicas e privadas julgadas merecedoras de amparo, e estabelecendo o processo de pagamento das subvenções e auxílios, mediante rigorosa verificação da utilidade social da instituição beneficiada, permitiu que, no ano de 1951, se introduzissem, nesse setor, maior ordem e disciplina, com reais benefícios para o Tesouro Público e prestígio para a Administração. O Congresso Nacional, todavia, resolveu promulgar a Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951. Não obstante, a matéria, pela sua grande complexidade, reclama, ainda, novos estudos, especialmente para que se introduzam, no quadro legal agora existente, dispositivos que promovam um real aproveitamento, em benefício da coletividade, das vultosas somas anualmente destinadas ao pagamento de auxílios, contribuições e subvenções.

Em conclusão: esses problemas de natureza orçamentária mereceram desvelada atenção do atual Governo, e todos os esforços continuarão a ser aplicados a fim de lograr-se crescente melhoria do sistema de orçamento, não só no tocante ao aperfeiçoamento dos

métodos de elaboração do programa financeiro, senão também quanto ao controle de sua execução. Eis por que o Departamento Administrativo do Serviço Público teve sua função prestigiada, a fim de poder imprimir ao orçamento esse aspecto fundamental, que é o de um programa administrativo e financeiro do Governo, a ser seguido e obedecido por todos os departamentos da Administração. Importa que esse órgão esteja aparelhado de pessoal capaz e possa, sobretudo, dispor de meios para execução de uma tarefa que está estreitamente ligada à racionalização dos serviços públicos e à obtenção de economia e eficiência na administração.

Cogita o Governo, simultaneamente, de intensificar os estudos tendentes à consecução de uma legislação financeira e de contabilidade pública adequada às necessidades atuais do País e ao desenvolvimento da máquina administrativa. Em 1951, necessidades imperiosas levaram o Poder Executivo a solicitar ao Congresso Nacional a aprovação de lei estabelecendo normas financeiras especiais para o Ministério da Agricultura e para os serviços federais que se destinam à pesquisa científica e tecnológica. Tais normas permitirão que departamentos governamentais, cujas atividades estão diretamente ligadas ao progresso e ao desenvolvimento do País, executem com maior celeridade e eficiência, livres de entraves e de excessivas formalidades de natureza burocrática, seus importantes encargos. Não basta, todavia, que se estabeleçam normas especiais, destinadas a resolver problemas deste ou daquele setor da Administração. Cumpre atualizar as normas gerais, hoje obsoletas, que disciplinam a administração financeira do País, harmonizando-as com o estágio atual de nosso desenvolvimento econômico e com as necessidades da máquina governamental.

Vem, também, o Governo procurando disciplinar e coordenar, de forma mais eficiente, a administração financeira das entidades autárquicas, que arrecadam e aplicam vultosos recursos. Os sistemas de fiscalização financeira dessas entidades, atualmente em vigor, são precários e deficientes, resultando freqüentes desvios de recursos, má aplicação de fundos e incessantes apelos ao Tesouro para a cobertura dos *deficits* dessas instituições. A política econômica e financeira do Governo deve constituir um todo homogêneo, orientando-se as autarquias por um programa geral que procure tirar maior vantagem social dos sacrifícios impostos à coletividade para a manutenção dessas instituições.

*Pessoal*

No setor de pessoal teve o Governo de enfrentar, inicialmente, o grave problema das "Tabelas Únicas". Era imperioso resolvê-lo, sob pena de se enraizarem precedentes altamente perniciosos para a integridade do Serviço Público. Não era fácil, contudo, a revisão que se impunha dessas Tabelas: emparelhavam os casos amparados por garantias constitucionais com inúmeros outros que, em diferentes oportunidades, tinham constituído, por sua manifesta irregularidade, objeto de crítica áspera, vigorosa e construtiva da opinião pública. Procedeu, porém, o Governo com a máxima serenidade e com espírito de equanimidade, tanto assim que, em alguns casos em que se registraram recursos da parte dos interessados, já o Poder Judiciário ratificou, plenamente, as decisões governamentais. A revisão prossegue, segundo critérios legalmente preestabelecidos, a fim de assegurar-se a normalização da administração de pessoal, pela restauração do sistema do mérito, em plena marcha para a reforma básica de que há muito carecemos.

A experiência administrativa brasileira tem demonstrado que, sempre que se procurou uma solução para os problemas atinentes aos servidores do Estado, a tendência observada foi, em regra, a de legislar para o funcionalismo, relegando-se para segundo plano tudo quanto se referisse à constituição dos quadros funcionais. Viam-se os casos particulares; esquecia-se o conjunto. Essa tendência, vigorosamente combatida até 1945, tomou novo incremento nos últimos anos e traduziu-se em medidas de amparo a reivindicações pessoais do funcionalismo, opostas aos superiores interesses do Estado, as quais determinaram, muitas vezes, alterações parciais ou sub-reptícias na própria estrutura dos quadros, sem maior exame das repercussões que pudessem provocar.

A primeira reação contra essa tendência individualista foi a da Lei n.º 284, de 1936. Esse ato legislativo de altos méritos, pela primeira vez, em nossa história administrativa, assegurou a funcionários e cargos tratamento objetivo e de caráter geral. Adotou-se, graças a essa lei, uma classificação sistemática para os quadros funcionais, embora o exame das atribuições dos cargos que os integravam não fôsse aprofundado. Balanceou-se, assim, a situação dos funcionários, patenteando-se, então, a precariedade de registros e contrôles. Finalmente, instituiu-se um órgão central para dar vida aos princípios e normas que nesse diploma se consagravam.

Empenhados em implantar e consolidar o sistema então inaugurado, o Conselho Federal do Serviço Público Civil e, mais tarde,

o Departamento Administrativo do Serviço Público obtiveram pleno êxito nessa tarefa, do mesmo passo que em seus quadros se preparavam técnicos capazes de estudar o aperfeiçoamento do sistema e de orientar a administração do País na execução de uma sã política de pessoal. Os frutos dessa experiência mal começavam a amadurecer quando se introduziu nova política administrativa, passando a prevalecer, depois de 1945, o propósito, confessado ou não, de desagregar o sistema. Seria ocioso exemplificar, já que importa menos esmiuçar os erros que remediá-los. Examinados e ponderados os prós e os contras desse conflito, pensa o Governo, ño entanto, não haver argumentos válidos que legitimem tão súbita reviravolta. Procurando rearticular, no transcorrer de 1951, as diversas peças do sistema de administração de pessoal, verificou, também, que não mais era possível limitar os horizontes ao simples restabelecimento do sistema de 1936. Impõe-se, indubitavelmente, revitalizá-lo, à luz daqueles mesmos princípios inscritos na Lei n.º 284. Mas impõe-se considerar tal iniciativa como mero processo transitório, destinado primariamente a reordenar os assuntos de pessoal e, assim, a proporcionar sólida e estável base para objetivo mais amplo, qual seja o de elaborar um Plano de Classificação de Cargos, que atenda aos deveres e responsabilidades a êstes inerentes.

A experiência já demonstrou que não basta atribuir um título ao cargo, porque imprescindível se torna definir, com precisão, as atribuições e responsabilidades que o seu exercício acarreta, ñem como as qualificações exigidas para seu bom desempenho. Para êsse fim, o ponto de partida indeclinável é a análise minuciosa das diversas funções em que se desdobram as atividades dos órgãos do serviço público, a fim de situar os pontos de semelhança existentes e, ulteriormente, grupar os cargos em classes criadas para todo o serviço público e assegurar-lhes tratamento uniforme, dentro da política geral de emprêgo adotada pelo Governo.

E' fora de dúvida que se trata de tarefa árdua e demorada. Mas é preciso empreendê-la imediatamente. Sem essa classificação, o princípio de administração, elementar e justo, que aconselha atribuir-se salário idêntico a trabalhos da mesma natureza, não poderá ser aplicado com acêrto e equidade. Trata-se de uma verdadeira reforma de base do serviço público, infelizmente sempre adiada. O Governo, entretanto, pretende levá-la a bom termo e para sua realização solicitará, oportunamente, ao Poder Legislativo o apoio e a concessão de recursos imprescindíveis.

*Aperfeiçoamento*

Tomaram-se também providências metódicas, no correr de 1951, a fim de assegurar a execução dos planos concernentes à formação e ao treinamento de pessoal para o serviço público. Com efeito, graças a uma adaptação mais objetiva dos programas e cursos de aperfeiçoamento do D. A. S. P. às reais necessidades da Administração, ofereceram-se oportunidades variadas, tanto aos servidores do Estado como a pessoas estranhas ao serviço público, possivelmente interessadas em ingressar nos seus quadros. Daí a dupla natureza do aperfeiçoamento proporcionado. Primariamente, visaram êsses cursos de administração promovidos pelo D. A. S. P., evitando os perigos de uma lenta formação profissional em serviço, a facilitar a aquisição de conhecimentos de caráter técnico, de maneira a dotar os servidores das qualificações indispensáveis ao exercício de tarefas especializadas. Subsidiariamente, propuseram-se tais cursos suprir deficiências e corrigir erros de formação cultural, oriundos as mais das vezes de um preparo de segundo grau falho ou apressado. Incluem-se na primeira categoria, entre outros, os cursos sôbre administração pública em geral, finanças públicas, técnica orçamentária, legislação tributária, organização de serviços, supervisão e gerência, classificação de cargos, relações humanas no trabalho. Na segunda categoria, convém citar, antes de tudo, os cursos de português (inclusive por correspondência), inglês, matemática.

Ampliando e descobrindo dêsse modo as atividades de aperfeiçoamento e treinamento, a fim de atender a exigências manifestadas em um mercado de trabalho suscetível de soerguimento qualitativo, acredita o Govêrno que vem realizando obra de esclarecida política administrativa, cujos melhores índices de aproveitamento só no futuro poderão ser devidamente apurados. Os cursos de administração do D. A. S. P. têm atraído considerável número de interessados, habitualmente jovens de ambos os sexos que procuram aprimorar conhecimentos para galgar a escala funcional com maior autoridade. Se encararmos êsse processo de aperfeiçoamento dos servidores públicos federais como complementar do esforço empregado pelo Govêrno, no sentido de consolidar e prestigiar o sistema do mérito, ao dar provimento a cargos e funções, invariavelmente através de concursos e provas, ver-se-á logo que a normalização das questões de pessoal ainda reclamará algum tempo para ser ultimada, mas sem dúvida está a caminho de ser plenamente realizada.

Mereceu meu apoio a sugestão de ser restabelecido o sistema organizador da administração federal. É oportuno registrar aqui as razões e os antecedentes dessa medida, nos termos, aliás, já constantes de documento encaminhado à vossa apreciação pela Mensagem n.º 216, de 12 de julho de 1951.

Em 1936 teve início, na esfera do Governo Federal, o movimento em prol da racionalização da máquina administrativa. Um dos aspectos mais característicos desse movimento foi a institucionalização das atividades de administração geral, isto é, daquelas atividades concernentes às questões de pessoal, material, orçamento e organização.

A Lei n.º 284, de 28 de outubro de 1936, consubstanciou as primeiras providências no sentido de implantar, nas repartições públicas, normas e métodos racionais de trabalho, instituindo um Conselho Federal do Serviço Público Civil, direta e imediatamente subordinado ao Presidente da República, e Comissões de Eficiência, nos Ministérios, articuladas com o Conselho e subordinadas aos respectivos Ministros de Estado.

Além de outras atribuições referentes a pessoal, a Lei n.º 284 conferiu ao Conselho Federal do Serviço Público Civil as de :

- a) estudar a organização dos serviços públicos e propor ao Governo qualquer medida necessária a seu aperfeiçoamento ; e
- b) opinar sôbre propostas, normas e planos de racionalização de serviços públicos, elaborados pelas Comissões de Eficiência.

Disponha, ainda, a referida Lei n.º 284 que a cada Comissão de Eficiência caberia, em matéria de organização :

- a) estudar permanentemente a organização dos serviços afetos ao respectivo Ministério, no sentido de serem identificadas as causas que lhes diminuem o rendimento; e
- b) propor aos Ministros as modificações julgadas necessárias à racionalização progressiva dos serviços.

Ocorreu, porém, que, um ano após a criação do Conselho Federal do Serviço Público Civil, a Carta Constitucional de 1937 estabelecia, junto à Presidência da República, um Departamento Administrativo, ao qual, além de outras atribuições, competia o "estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos

públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público”.

Concretizando esta disposição constitucional, o Decreto-lei n.º 579, de 30 de julho de 1938, extinguiu o Conselho Federal do Serviço Público Civil e as Comissões de Eficiência e organizou o Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.), que herdou, acrescidas de outras, as atribuições anteriormente cometidas ao Conselho.

Ainda do mesmo diploma legal constaram dispositivos criando outras Comissões de Eficiência em substituição às antigas, através das quais a competência dessas Comissões se ampliava de modo a formar um sistema perfeitamente articulado com o D. A. S. P.

Na data de 29 de agosto de 1941, o Decreto-lei n.º 3.569 redefiniu a competência daquelas Comissões, nos seguintes termos:

“As Comissões de Eficiência deverão dedicar-se exclusivamente ao estudo contínuo e pormenorizado da organização, condições, normas e métodos de trabalho das repartições do respectivo Ministério, com o objetivo de possibilitar maior economia e eficiência na execução dos serviços, sendo-lhes vedado tratar de casos individuais” (art. 1.º).

Finalmente, pelo Decreto-lei n.º 3.838, de 19 de novembro de 1941, foram extintas as Comissões de Eficiência dos Ministérios da Aeronáutica, da Guerra e da Marinha.

Verifica-se, assim, que, desde 1936, se instalara na Administração Federal um sistema de organização, composto de um órgão central, coordenador e sistematizador, diretamente subordinado ao Presidente da República, e de setores ministeriais — as Comissões de Eficiência — que deveriam agir sob a orientação técnica daquele órgão central.

As freqüentes alterações acima relatadas estão a indicar que o Governo estava permanentemente interessado em corrigir as falhas do sistema organizador, a fim de ajustá-lo, cada vez mais satisfatoriamente, aos seus objetivos.

Todavia, o Decreto-lei n.º 9.503, de 23 de julho de 1946, extinguiu as Comissões de Eficiência, deixando sem continuidade a experiência que vinha sendo realizada desde 1936.

Ora, se o sistema organizador, em funcionamento até 1946, apresentava deficiências, a medida indicada para saná-las não deveria ter sido a eliminação de algumas de suas peças, mas, evidentemente, sua transformação, de modo a superar as contra-indicações até aquela data observadas.

A interrupção das atividades, senão a quase extinção do sistema organizador, na esfera da Administração Federal, expressa, de um lado, no desaparecimento das unidades de organização dos Ministérios Civis e, de outro lado, na notória atrofia do órgão central, coordenador e sistematizador, veio agravar os defeitos de nossa máquina governamental.

Focalizando esta deformação do aparelho racionalizador do Executivo, verificada no quinquênio passado, disse em minha anterior Mensagem anual :

“Esta (a organização) deve ser não só contínua, como sistemática. Nenhum método de trabalho, nenhuma estrutura é definitiva, mas deve ser objeto de permanente exame, tendo em vista sua adequação, cada vez mais satisfatória, aos seus objetivos, que, por sua vez, são mutáveis. Acrescente-se ainda que, tendo desaparecido o espírito que inspirava aquêle movimento em prol da racionalização administrativa, tal estrutura acentuou depressa suas tendências para o enrijecimento e para a rotina”.

Pareceu, portanto, oportuno e necessário reequipar a Administração Federal dos meios que possibilitassem maior eficiência em seu funcionamento e garantissem a continuação da reforma iniciada em 1936.

Como medida inicial, no que diz respeito às atividades de organização, julgou-se conveniente reinstalar, nos Ministérios Civis, novas agências de organização, já agora sanados os erros observados na experiência anterior.

Segundo estudos realizados por técnicos, as falhas mais evidentes que se registravam no funcionamento das Comissões de Eficiência podem ser enumeradas do seguinte modo :

- 1) falta de coordenação dos trabalhos das Comissões de Eficiência com os de outros órgãos da administração geral;
- 2) organização defeituosa das mesmas Comissões;
- 3) escassez de pessoal especializado em técnica de organização;

4) compreensão falha, no meio administrativo, dos propósitos da racionalização.

Com efeito, subordinadas diretamente aos Ministros de Estado, as Comissões jamais articularam perfeitamente os seus trabalhos com os dos setores especializados dos Departamentos de Administração, o que era imprescindível para maior eficiência do sistema organizador.

A escassez de pessoal especializado em organização e a compreensão falha, no meio administrativo, dos propósitos do movimento racionalizador são obstáculos, ainda hoje persistentes, que só serão vencidos, a longo prazo, mediante a realização de uma política ampla de formação, treinamento e aperfeiçoamento de servidores públicos.

Dentro dessa ordem de idéias, e tendo em vista a necessidade de reviver o espírito da reforma administrativa, iniciada em 1936, submeti à vossa apreciação um projeto de lei, que trata do restabelecimento de agências de organização nos Ministérios Cíveis e de outras providências complementares.

Entretanto, enquanto não se concretizam essas providências, dependentes que são do vosso pronunciamento, determinei fôsse expedida, pela Secretaria da Presidência da República, uma Circular recomendando a criação, em cada Ministério Cível, de uma Comissão de três membros para, em caráter de emergência, e devidamente articulada com o D. A. S. P., proceder ao estudo da organização, condições, normas e métodos de trabalho das unidades administrativas dos Ministérios, bem como sugerir as medidas que julgar necessárias à sua racionalização e aperfeiçoamento.

Visaram essas providências a rearticular as partes de um sistema administrativo que ameaçava ruir em virtude de se haver desagregado ou eliminado o que era fundamental à sua economia interna, sem que se tivesse, coerentemente, substituído o que se retirara.

Até 1950, por falta de planos de trabalho e de um sistema adequado de contróle, não foram alcançados, nos Territórios Federais, resultados realmente compensadores em face dos investimentos feitos pela União, que montaram a cêrca de 865 milhões de cruzeiros, no período de 1946 àquele ano. Cumpria, pois, dar novos rumos à administração daquelas Unidades.

ADMINIS-  
TRAÇÃO  
DOS TER-  
RITÓRIOS  
FEDERAIS

Recomendei, em consequência, o reaparelhamento do órgão federal a que está afeto o exame dos assuntos e questões territoriais, e o estabelecimento de um programa de realizações, notadamente em vista dos recursos referidos no art. 199 da Constituição Federal. Dentre as medidas programadas vale destacar o desenvolvimento da colonização, com as cautelas necessárias quanto à faixa de fronteiras; a ampliação da rede de crédito comercial e cooperativo; a criação de empresas mistas para a exploração dos recursos regionais; a extensão, aos Territórios, dos benefícios do Fundo Rodoviário Nacional, com a abertura de estradas; a instalação de serviços de água e esgotos nas sedes municipais; a disseminação de estabelecimentos de ensino primário e criação de escolas destinadas a formar artesãos e agricultores; o melhor aparelhamento dos órgãos de saúde pública e a instituição de um serviço médico itinerante, destinado a atender às populações das margens dos rios.

O Governo cogita, ainda, de propor ao Congresso Nacional, próximo, a reforma da lei orgânica dos Territórios Federais, a fim de permitir maior eficiência e flexibilidade dos controles administrativos vigentes e ensejar a participação efetiva do povo nos governos locais.

Evidentemente, essas medidas, que se relacionam a questões de interesse dos Territórios, não supõem um plano uniforme de fomento à produção ou de solução aos problemas básicos de cada qual, dadas as peculiaridades regionais. Nas condições presentes, se a economia do Acre e do Guaporé se alicerça, fundamentalmente, na produção da borracha, já o Território do Rio Branco tem sua maior fonte de riqueza na pecuária, enquanto no Amapá a exploração de minérios adquire crescente importância. O Governo Federal está bem advertido quanto a essas peculiaridades e reconhece também a conveniência de que os planos de trabalho considerem devidamente as condições existentes nos Estados circunvizinhos.

Como diretriz de sua política em relação aos Territórios, tem o Governo da União o propósito de lhes propiciar o mais rápido e completo desenvolvimento econômico, social e político, de maneira a abreviar a data em que venham a participar da vida do País na condição de Unidades Federadas.

Acre

O problema crucial do Acre ainda é um problema de colonização e conseqüente desenvolvimento da produção agropecuária até um nível capaz de satisfazer às necessidades locais.

A colonização dirigida, todavia, só se poderá expandir na base da propriedade da terra, do crédito fácil e barato, da facilidade de transporte, da assistência técnica, da associação ruralista, da proteção dos produtos agrícolas.

O primeiro obstáculo que se depara ao Governo resulta do fato de não haver terras devolutas no Território do Acre. As posses decorrentes da penetração aventureira dos pioneiros do primeiro ciclo econômico da borracha foram mantidas após o Tratado de Petrópolis, de sorte que a colonização oficial se vem fazendo em terras adquiridas para esse fim pelo Governo do Território — o que encarece em demasia, quando não impossibilita totalmente, a ação governamental.

Acresce ainda que os sucessivos exames de solos amazônicos revelaram sua pobreza orgânica e mineral, a pequena espessura da camada arável, a fácil lixiviação das bases e a rápida oxidação da matéria orgânica, provocadas pela forte insolação e pluviosidade.

Dêsse modo ainda que o Território tenha uma superfície de 153.000 km<sup>2</sup> e uma população de 116.000 habitantes, constitui êle, em grande percentagem, uma região muito próxima do conceito moderno de *deserto tropical*.

Este fenômeno é agravado pelo sistema econômico atual, baseado no extrativismo primitivo da borracha, em que o seringueiro, para garantir a sua subsistência, necessita explorar três estradas de seringueiras, com cêrca de 450 árvores. Calculando-se a existência de duas árvores por hectare, um trabalhador ocupa, em média, 225 hectares, verdadeiro latifúndio, se êste conceito tivesse aplicação nos desertos florestais amazônicos. O fato põe em evidência o insignificante aproveitamento da terra pelo homem nessa região.

A colonização do Território, vinculada à pequena unidade agrária (25 ha), que data de 1945, se processou através da distribuição de terras no município da capital e em outros municípios. Resultaram essas medidas em imediato incremento da produção agrícola e em aumento dos rebanhos.

Além do desenvolvimento das culturas de ciclo vegetativo anual, pretende o Governo incrementar, nas colônias agrícolas, a cultura cafeeira e a heveacultura, e estender êsse programa a todos os municípios do Território.

Neste sentido, a representação do Acre junto ao Conselho Consultivo do Banco de Crédito da Amazônia pleiteou a abertura de crédito anual da importância de Cr\$ 2.741.585,00, destinado à plantação de seringueiras nas pequenas propriedades rurais. Esse pedido foi admitido como prioridade na aplicação do Fundo de Fomento da Produção, do referido Banco.

Couberam à administração do Território os encargos de proporcionar pequenos recursos financeiros e de material agrário aos colonos, no período de adaptação. Criou-se com esse processo uma forma de dependência, que se transformou em sistema, jogando-se à responsabilidade do Governo a solução de todos os problemas pertinentes ao agricultor. Para exonerar o Governo Territorial de tais encargos, foi estimulada a congregação dos agricultores em associações próprias e ampliada a concessão de créditos bancários.

A campanha ruralista teve justas ressonâncias em 1951, com a organização no Território, da Associação Rural Agropecuária de Brasília, da Associação Rural de Xapuri, da Associação Rural dos Criadores de Rio Branco, da Cooperativa Agropecuária Ltda., de Rio Branco, da Associação Rural Agropecuária de Sena Madureira. No ano em curso, o movimento de coordenação ruralista deverá estender-se aos municípios de Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul.

Por outro lado, a reestruturação do Banco da Borracha S. A., hoje Banco de Crédito da Amazônia S. A. e o novo Regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A. vieram alargar os horizontes econômicos do Território, favorecendo o desenvolvimento da pequena propriedade rural, que terá no crédito barato, fácil e elástico o seu maior fator de incentivo e progresso.

O desenvolvimento da pecuária acreana tem sido grandemente dificultado pela inexistência de campos naturais, o que leva à formação de pastos artificiais, de conservação dispendiosa. Daí a fraca contribuição do gado nativo ao suprimento de carne aos mercados locais e a conseqüente importação do gado boliviano.

A construção da projetada rodovia Rio Branco Pôrto Velho possibilitará o aproveitamento e exploração das extensas campinas naturais do Puciri, onde poderá manter-se um rebanho de 500.000 bovinos, de que se beneficiarão as três Unidades da planície: Acre, Amazonas e Guaporé.

No que tange ao setor das obras públicas, há que ressaltar a inexistência, no Território, de um sistema de transportes terrestres.

Neste ponto, a rodovia de Rio Branco-Abunã é o primeiro passo para alcançar dois portos de acesso permanente na Bacia Amazônica — Lábrea e Pôrto Velho, conforme se estabeleceu no Plano Rodoviário Nacional.

No setor educacional, o Território do Acre se ressentia da exiguidade de recursos financeiros, bem como da deficiência de pessoal qualificado, passível de assegurar o funcionamento normal das escolas criadas e instaladas.

Com o auxílio do Ministério da Educação e Saúde, foram concluídos, no ano transato, 2 grupos escolares e 46 escolas rurais, encontrando-se em construção um prédio para Escola Normal, 2 grupos escolares e 7 escolas rurais.

O Governo Territorial pelas suas próprias verbas, construiu e aparelhou 5 grupos escolares e 3 escolas rurais.

No setor sanitário, a administração do Território contou com decisivo apoio da União no combate às endemias locais e outras doenças, sendo de destacar os esforços despendidos no tocante à tuberculose, malária, verminoses e doenças mentais.

Pensa a União, em 1952, iniciar a construção e instalação de um moderno Sanatório de Tuberculosos em Rio Branco, onde se possam tratar todos os doentes do Território.

No tocante à malária, que é uma das endemias mais terríveis da região, o Serviço Nacional de Malária vem coordenando sua ação com os esforços do Departamento de Educação e Saúde do Governo do Território, através dos postos e subpostos de higiene.

Relativamente às doenças mentais, a União ultimarà no corrente ano a construção do Hospital de Psicopatas do Território, sendo de salientar que, embora doada em meu passado Governo, no exercício de 1944, as verbas destinadas ao empreendimento, até hoje não foi êle concluído.

*Guaporé*

O atual Governo encontrou o Território em situação difícil. Cumpria-lhe, pois, preliminarmente, proceder à reorganização administrativa do Território, promover a recuperação de empreendimentos deixados a meio caminho, reexaminar projetos anteriormente delineados, mobilizar recursos financeiros, de material e humanos, para a obra criadora que se fazia mister, a fim de colocar o Território em situação de poder encaminhar-se para realizações de maior vulto.

Não obstante as dificuldades encontradas, pôde o Governo, no ano findo, registrar sensíveis progressos nos rumos traçados.

Assim, no tocante ao abastecimento das populações locais, foram desenvolvidos esforços para o aumento da produção agrícola, mediante o estímulo das atividades dos núcleos existentes, para os quais foram encaminhados novos colonos, e a delimitação de terrenos para a próxima instalação de outros núcleos agrícolas.

Em relação à pecuária, o Território ainda depende do fornecimento de bovinos, por parte da Bolívia. Presentemente, o Governo estuda o estabelecimento de um convênio com aquele país, para regularizar tal fornecimento, até que seja possível abrir à exploração os campos naturais mais próximos de Pôrto Velho.

Ainda em 1951, o Governo estudou o aproveitamento do potencial hidrelétrico da cachoeira do Samuel, no rio Jamari, encaminhando projeto a respeito à Comissão de Planejamento Econômico da Amazônia.

Realizada a recuperação parcial do material de construção rodoviária, foi possível, no ano passado, restaurar algumas estradas e obras de arte, reabrir 71 quilômetros da estrada Pôrto Velho-Vilhena e iniciar a construção da rodovia que ligará o núcleo colonial de Iata a Guajará Mirim, empreendimento este que se concluirá no corrente ano.

No que concerne aos transportes fluviais, o Governo procedeu a reparos nas embarcações existentes e adquiriu duas outras, para a linha Pôrto Velho-Manaus e para o serviço do rio Guaporé, respectivamente.

Teve prosseguimento a campanha de combate à malária, com a utilização de modernos recursos, o que, a par de diversas medidas profiláticas já adotadas, permitirá apreciável melhoria dos índices sanitários do Território. Em 1951, foi concluído o ambulatório do hospital de Guajará Mirim e iniciada a construção do hospital de Pôrto Velho. No ano em curso, deverão ser concluídas as obras do leprosário e de outras instituições de assistência médico-social.

Em 1951, foram reorganizados os serviços escolares do Território, reiniciada a construção do edifício da Escola Normal de Pôrto Velho e reformados vários prédios escolares. No corrente ano deverão ser construídos vinte estabelecimentos de ensino primário.

O Território do Amapá apresenta perspectivas de amplo desenvolvimento, em virtude, principalmente, das jazidas minerais localizadas no seu subsolo. Sabia-se, desde os fins do século

*Amapá*

passado, da existência abundante de ouro aluvionar. Após a criação do Território, foram descobertas jazidas de ferro, tantalita, cassiterita e manganês. No ano findo, nova ocorrência mineral foi identificada: a de cromita, na região do Rio Prêto, Município de Mazagão. Embora prossigam as pesquisas, os resultados obtidos já são animadores, podendo-se estimar a existência de mais de 150.000 toneladas de minério de bom teor, economicamente aproveitável.

Por outro lado, prosseguiram os estudos para o aproveitamento do minério de manganês do rio Amapari. Lembre-se que, excetuando-se as pesquisas de petróleo, os estudos do manganês amapaense são os mais importantes realizados no País, no tocante a minerais. Até 31 de outubro do ano findo, o total geral da reserva medida de minério de manganês de teor metálico superior a 46% era de 10.673.000 toneladas.

Visando a facilitar a exploração de tão vultosa riqueza, o Governo concluiu, em 1951, os levantamentos topográficos e os estudos para a construção de uma estrada de ferro de 215 quilômetros, entre as jazidas e o pôrto no rio Amazonas, bem como o projeto e o orçamento do pôrto de minérios, que será construído para receber navios de 25.000 toneladas e com capacidade para carregar 2.500 toneladas de minério por hora.

Continua a exploração da cassiterita nos rios Amapari e Araguari. É de ressaltar ainda, haver ressurgido o interesse pelo minério de ferro do rio Vila Nova, cujas jazidas, pesquisadas por métodos modernos, acusaram a reserva de nove e meio milhões de toneladas de minério de alto teor.

O atual Governo, no entanto, está empenhado em criar, no Território, as bases para a instalação de um multiforme parque industrial. Daí se haverem intensificado os trabalhos para o aproveitamento do potencial hidrelétrico da cachoeira do Paredão, no Araguari.

O Governo Federal realizou 283 análises completas e 1.329 determinações de solos, minérios e pastagens. Procedeu também a estudos para verificar as possibilidades de instalação de Colônias Agrícolas, bem assim da racionalização da extração da borracha e industrialização do produto.

A produção agrícola tem recebido salutar impulso e desvelada assistência, através do amplo e bem aparelhado Posto Agropecuário de Macapá, dos Postos Agrícolas de Mazagão e Oiapoque,

e dos técnicos da Divisão de Produção do Território. A Seção de Fomento do Ministério da Agricultura obedece à mesma orientação.

Buscando ao mesmo tempo aumentar a produção agrícola e fomentar o povoamento, a administração territorial fundou a Colônia Agrícola do Matapi, onde localizou 75 famílias de agricultores, concedendo a cada uma 30 hectares de terras virgens, ferramentas, mudas, sementes, adubos e fertilizantes, assistência médica e educação, além de auxílio mensal em dinheiro, pelo prazo de um ano. Apesar da seca de 1951, os resultados foram animadores. No corrente ano, o Núcleo deverá prestar relevante concurso ao abastecimento da população do Território.

Concorrendo para o aumento da produção de borracha, o Governo está procedendo a um loteamento de terreno no município de Mazagão, onde se realizará o cultivo racionalizado da seringueira, associado, aliás, ao do cacauzeiro.

No domínio da educação, os progressos têm sido realmente consideráveis. Em 1943, na data de criação do Território, nele existiam apenas 4 escolas primárias, com a matrícula geral de 390 alunos. Em 1951, funcionaram 90 escolas primárias, 6 Grupos Escolares, 1 Curso Normal Regional, 1 Ginásio, 1 Escola Industrial, 1 Escola de Iniciação Agrícola e 1 Escola Doméstica. A matrícula geral, incluindo-se o ensino supletivo, atingiu a 9.876 alunos.

Mereceu também especial cuidado o setor da saúde. O Território já dispõe de um moderno hospital, em Macapá, com 3.618,99 m<sup>2</sup> de área e capacidade para 100 leitos, e concluiu a construção, em 1951, de um pavilhão anexo para Maternidade, com 30 leitos; de 4 pequenos hospitais rurais, instalados em prédios próprios, em Mazagão, Amapá, Calçoene e Oiapoque, e de 5 subpostos médicos situados em zonas afastadas da Capital e das sedes municipais. Além disso, cada escola funciona como um posto de distribuição de medicamentos para doenças comuns da região.

Em 1951, foi feita a aplicação de DDT, periodicamente, para combate à malária, em 68 localidades do interior, mediante colaboração entre o Serviço Nacional de Malária e o Governo amapaense.

No que concerne às obras públicas, tiveram prosseguimento, em 1951, a construção do porto de Macapá e a abertura da rodovia

Macapá-Clevelândia, da qual foram construídos 47,7 quilômetros. Foi concluída a construção de pontes sobre os rios Freixal, Tracajatuba e Tartarugalzinho e sobre o igarapé da Montanha, sem mencionar outros empreendimentos.

*Rio Branco*

A administração do Território do Rio Branco voltou-se para os objetivos fundamentais do desenvolvimento econômico e social da região.

Um problema de magna importância, sobre o qual se concentram as atenções governamentais, é o de alcançar a auto-suficiência do Território, no que respeita ao abastecimento de gêneros alimentícios, em relação aos quais a população local é dependente de fornecimentos de diversos Estados. Neste particular, a política governamental tem-se orientado no sentido de localizar, em áreas ribeirinhas, facilmente agricultáveis, trabalhadores nacionais e suas famílias, colocados sob assistência técnica e financeira do Governo, em colônias agrícolas organizadas segundo modernos requisitos. Os resultados obtidos são animadores, bastando mencionar, a respeito, que, no ano findo, o Território já produziu 42 toneladas de arroz, esperando-se para 1952 uma safra de 250 toneladas desse produto. Nas condições atuais, em relação ao arroz, será alcançada este ano a auto-suficiência colimada.

No tocante à pecuária, que tem na economia do Território uma importância decisiva, a ação governamental foi particularmente coroada de êxito no seu intuito de combater as epizootias que vinham causando progressiva redução dos rebanhos.

Em meados do exercício passado, foi levada a efeito a Primeira Semana Ruralista do Território, cujas resoluções corporificam um plano de trabalho de que é ponto básico o amparo à pecuária, em todos os seus aspectos. Dentre as providências tomadas pelo Governo e que foram inspiradas na referida Semana Ruralista, salientam-se a cessão de reprodutores aos pecuaristas, por empréstimo, com o prazo de 2 anos, atingindo o total de 38 reprodutores cedidos, das raças Nellores, Gyr e Guzerath; a criação dos plantéis dessas três raças, com o objetivo de formar reprodutores para fornecimento aos criadores; revenda de 8 reprodutores nascidos na fazenda Bom Intento, propriedade do Governo do Território; revenda de arame farpado a prestações e ao preço do custo, com o fim de possibilitar aos pecuaristas a criação em campo fechado e o preparo de internadas para o gado destinado a corte; aquisição de 2 reprodutores cavaleares, 9 bovinos e dois outros cavaleares de raça

árabe, estes últimos ofertados pela Diretoria de Remonta e Veterinária do Exército; vacinação gratuita contra o garrotilho, em 2.358 equídeos; imunização gratuita de 1.300 bezerros, contra pneumoenterite; assistência veterinária medicamentosa, contra as zoonoses; corisa bovina — raiva — verminose — adenite estreptocócica equínea (garrotilha) — tripanozoma equi (mal das cadeiras) e pneumoenterite dos bezerros; revenda de sal grosso em sacos de 60 quilos ao preço de Cr\$ 75,00 por saco; colheita de material para exames e pesquisas em laboratórios, visando a diagnosticar diversas doenças, dentre as quais a raiva dos herbívoros, a corisa dos bovinos e a encefalite, cujos resultados foram positivos, facilitando assim a ação dos veterinários no combate de tão terríveis zoonoses; preparo em curso rápido, ministrado por veterinários, de quatro vacinadores; organização de um curso prático de preparação de inseminadores.

O Governo Territorial prosseguiu no combate às endemias locais, que são praticamente tôdas aquelas que assolam a Região Amazônica, como a malária e as verminoses.

No tocante à educação, cumpre assinalar que, embora tenha crescido o número de matrículas nas escolas públicas, o número total de alunos aprovados, ao término do período letivo, foi significativamente pequeno, o que parece denunciar um desajustamento do sistema escolar às condições do meio. Este fato está merecendo do Governo Territorial um acurado exame, no sentido de, pela descoberta de suas causas, tomar medidas corretivas.

O Governo do Território empenha-se, presentemente, em ultimar, com a maior brevidade, as obras já iniciadas, bem como na solução do grave problema dos transportes fluviais.

Em verdade, as medidas ora programadas pelo Governo do Território do Rio Branco, tendentes, de um lado, a consolidar uma colonização racional, na base de sadia política de amparo às atividades agropastoris, e, de outro, a efetivar o plano de obras públicas e de assistência social, já delineado, deverão repor o Território no caminho seguro de sua recuperação econômico-social.

**SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

## POLÍTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Um programa de organização nacional e reerguimento do País não pode prescindir de uma sã política financeira. Tornou-se, pois, para o Governo, questão crucial reduzir e, se possível, eliminar a pressão inflacionária, a fim de que a economia brasileira voltasse a desenvolver-se dentro de um clima de segurança.

Apresentei, em suas linhas gerais, na Mensagem anual anterior, a situação encontrada no começo do ano passado. O *deficit* verificado pelo Tesouro no exercício de 1950 fôra de 4,3 bilhões, e o previsto para 1951, no orçamento ordinário, de 2,3 bilhões, o qual, acrescido a outros encargos do Tesouro, se elevaria virtualmente a cerca de 9,9 bilhões.

Enquanto isso, os tesouros estaduais apresentavam um *deficit* global, em 1950, de 2,1 bilhões, e previam para 1951, nos orçamentos, mais de 2,2 bilhões, afora os compromissos não inscritos nas leis de meios.

As emissões de papel-moeda em 1950, em parte destinadas à cobertura do *deficit* da União, atingiram 7,2 bilhões, correspondentes a um aumento de 30% sobre a circulação de dezembro de 1949. Os meios de pagamentos, por sua vez, aumentaram em 1950 de 31%. Durante o ano de 1950, registrou-se ainda grande expansão do crédito, sem preocupação de seleção, parte considerável do qual em setores francamente especulativos e inflacionários. A situação encontrada nas finanças públicas e no crédito exerceu seu efeito normalmente retardado durante o último exercício e ainda o continua a exercer.

Ocorreram, ainda no começo de 1951, alguns fatores novos de perturbação da atividade econômica, cuja repercussão deve ser assinalada.

Internamente, o clima psicológico criado com as reivindicações de grupos sobre o orçamento público, a elevação de impostos estaduais e municipais de efeito direto sobre os preços dos artigos de

primeira necessidade, notadamente o imposto de vendas e consignações, e os expedientes utilizados pelos governos dos Estados para a cobertura dos seus *deficits*, são fatos que vieram agravar a pressão inflacionária. Sobreveio, ainda, a sêca declarada em tôda a região semi-árida do Nordeste, resultando em queda de produção e em grandes perturbações no sistema de transporte e abastecimento, além do deslocamento em massa de trabalhadores. E quase todo o resto do País sofreu também, em maior ou em menor escala, as conseqüências da estiagem, fazendo minguar, inclusive em zonas de alta precipitação, as colheitas em relação às previsões.

Ligados às nossas transações internacionais, tivemos a elevação, por outro lado auspiciosa, dos preços das nossas exportações, a partir do 2.º semestre de 1950, como reflexo da guerra da Coréia, da qual resultaram, a partir do comêço de 1951, restrições internacionais nos fornecimentos básicos, com acentuado aumento dos preços nesses e noutros artigos de importação. Os negócios de compensação, afinal, expandidos nas circunstâncias mais duvidosas do ponto de vista moral e mais insensatas do ponto de vista técnico, nas proximidades das eleições, embora visando aparentemente à solução de problemas de escoamento da nossa produção, cujos excedentes são gravosos para muitas regiões e grupos de produtores, vieram realmente nutrir a fogueira da especulação e da alta dos preços. Além dos efeitos inevitavelmente duradouros de todos êsses fatores, o Govêrno considerou de bom aviso manter os contratos e ajustes vigentes, como no caso do crédito e das operações vinculadas, pois que anulá-los causaria mal maior.

Essa, a conjuntura que o Govêrno teve que enfrentar.

Em primeiro lugar, o Govêrno se orientou no sentido de pôr em ordem as finanças do Estado, evitando o recurso às emissões como fonte de receita pública, fator incontestemente de aviltamento da moeda, a que corresponde fatalmente um processo de empobrecimento do povo.

Transformou num saldo de 2,8 bilhões o *deficit* virtual, que se aproximava de 9,9 bilhões de cruzeiros, montante êste que só poderia ser coberto, em última análise, com o apêlo à emissão, já que as condições do mercado de títulos não recomendariam a êle recorrer.

Não é preciso salientar o que isso representaria em geração de "meios de pagamento". Trata-se de um processo que implica cobrar da comunidade um impôsto imperceptível, que grava o

povo de maneira inexorável, pelo inevitável declínio do poder aquisitivo da moeda, decorrendo de tal fenômeno uma efetiva redução de salários e economias, muito embora atenuada pela quimera da valorização artificial dos bens fixos. Não emitindo para a cobertura de gastos do Estado, o atual Governo poupou ao povo, no último exercício, esse tributo invisível e cuja captação não se realiza em função da capacidade contributiva de cada um.

Apresentando a situação encontrada, na Mensagem do ano passado, assim concluí: "Os números acima revelam uma situação de inquestionável gravidade. Para enfrentá-la, determinou o Governo medidas rigorosas de compressão de despesas, mas essas providências, que estão sendo tomadas na escala possível, não bastam para superar o desequilíbrio. O aumento da arrecadação poderá contribuir, no corrente exercício, apenas com pequena parcela de recursos adicionais. Por outro lado, não é possível, para efeitos imediatos, a majoração de impostos. Fora dos recursos estritamente orçamentários, a possibilidade de recorrer ao mercado de títulos públicos é sabidamente limitada. Assim sendo, a situação encontrada tornará talvez impossível evitar de todo o apêlo às emissões não destinadas a redescontos legítimos".

Posso registrar hoje, com especial satisfação, que o Governo conseguiu elevar a arrecadação e reduzir as despesas acima das expectativas, livrando o País até mesmo de u'a mínima parcela de emissão para cobertura orçamentária, que julgara então inevitável.

O orçamento não é um simples balanço de créditos e débitos do Estado: é, acima de tudo, um instrumento poderoso, em mãos do Governo, para a obtenção do bem-estar nacional. A execução orçamentária do ano transato, traduzindo a política de economia, a que se votou o Governo, era o caminho adequado para a restauração da ordem financeira do País.

O Governo sacrificou conscientemente a popularidade que obteria, em certos setores, com uma tesouraria pródiga, por considerar que essa atitude era e é a mais conveniente à coletividade nacional. Sacrificou até obras suas para liquidar os avultados débitos do Tesouro, em grande parte não computados naquele *deficit* virtual de 9,9 bilhões, aos fornecedores e contratantes de obras públicas.

Há ainda os que discutem se num país como o nosso, em franco desenvolvimento, é razoável deter o programa de inversões públicas e até chegar a saldos orçamentários. Direi que essa é a

política honesta, ainda que de menor compreensão popular, sempre que uma situação inflacionária o recomenda.

Não se deve e nem se pode evitar os investimentos públicos de caráter indispensável ou inadiável. Mas é preciso não perder de vista que, quando a inflação efetua um verdadeiro leilão dos fatores de produção, um programa de investimentos públicos que não se faça através de financiamento são, a que corresponda uma regular transferência daqueles fatores, tem o seu aparente efeito benéfico anulado pelos danosos efeitos indiretos, muitas vèzes mais poderosos.

A obtenção de saldo orçamentário é objetivo recomendável nas situações de inflação, a não ser que o *deficit* orçamentário seja severamente contrabalançado pela restrição do crédito, pelo excesso de importações e outras condições favoráveis ao equilíbrio. A própria resistência da pressão inflacionária a ceder face às medidas corretivas do Governo — tão forte era e ainda é — constitui indicação bastante da conveniência de uma política de saldo na atual conjuntura.

Ao término do exercício passado, inverteu-se a posição devedora do Tesouro no Banco do Brasil, experimentada em longo período, pois que aquele passou a apresentar um saldo positivo que ultrapassava um bilhão de cruzeiros, representando uma disponibilidade de crédito oferecida pelo Governo à produção.

Vale ainda salientar que foi encetada a campanha de restauração de prestígio dos títulos públicos, os quais urgia transformar em elementos atrativos das reservas de economia do povo, o que depende principalmente do restabelecimento da confiança do público nesses papéis. Esta confiança não se impõe; mas decorre da pontualidade do pagamento dos serviços de juros, da certeza dos resgates em época própria, e, acima de tudo, da facilidade para os seus tomadores no recebimento dos prêmios devidos — fatores todos indispensáveis a que o Estado possa contar com um mercado propício para as transações da espécie.

Um acôrdo com o Banco do Brasil foi levado a efeito, e depende, no momento, de registro no Tribunal de Contas, visando a que o serviço de juros e resgate dos títulos brasileiros passasse a ser operado pelo sistema bancário.

Um projeto de lei foi apresentado ao Congresso estabelecendo um esquema de resgate dos títulos da dívida interna, que ficaram classificados em quatro grupos, como uma etapa para a consoli-

dação das diversas emissões. Outras medidas estão em estudo para serem tomadas progressivamente, em relação a essa dívida.

Destarte, é de esperar que, restabelecida a confiança pública, o Governo possa, em futuro próximo, utilizar-se regularmente do empréstimo interno, através do qual será possível reunir substancial parcela de recursos para empreendimentos governamentais que impliquem inversões maciças, de problemático ou desaconselhável financiamento pelas receitas orçamentárias normais.

A conduta adotada pelo Governo no tocante à restauração do seu crédito interno, tinha que se estender a um plano mais amplo, de forma a abranger tôdas as entidades públicas que, direta ou indiretamente, atuam no campo financeiro. O Governo procedeu, em harmonia com êste princípio, ao estudo das dívidas de autarquias, como a Central do Brasil, o Lloyd Brasileiro e os institutos de previdência social ou de regulação e fomento econômicos, no sentido de que, fixadas normas para a liquidação de seus débitos, seja instaurado um regime que não permita dispêndios para os quais não existam recursos adequados e estabeleça melhor controle de suas execuções orçamentárias.

Esse programa de completo saneamento das finanças governamentais ainda prossegue, e não se poderá concluir talvez no corrente exercício, pois há vícios arraigados que é preciso extirpar, métodos novos a introduzir, de sorte a atingir uma ordenação financeira que capacite o Estado a muito maior eficiência no desempenho do seu papel na época moderna e nas condições especialíssimas do nosso grande País.

Os Estados, compreendendo o Distrito Federal, com a ajuda de crédito da União, lograram reduzir o *deficit* global previsto, que, incluindo encargos extra-orçamentários, era superior a 5 bilhões, a 2,2 bilhões. O esforço de saneamento financeiro da União estendeu-se às administrações regionais. Conquanto ainda não tenham atingido a situação desejável de equilíbrio nos orçamentos e de saneamento no mercado de títulos de sua emissão, é bem grato salientar a consciência das responsabilidades revelada pelas Unidades da Federação no propósito de regularizar suas finanças.

A êsse esforço de ordem nas finanças governamentais, haveria de ajuntar-se a disciplina do sistema bancário, das fontes de economia coletivas, e uma política cambial e comercial, tudo com a finalidade de curar o País da inflação e de permitir a máxima

mobilização dos recursos para aplicações de real importância para o desenvolvimento econômico nacional, seja no setor dos investimentos públicos, seja no das realizações privadas ou mistas.

No programa anti-inflacionário executado em 1951, além do saldo fiscal obtido pelo Tesouro, procurou o Governo liberalizar as importações de equipamentos, matérias-primas e outros produtos básicos, não só com objetivo anti-inflacionista, mas ainda como medida de cautela, levando em conta o baixo nível de estoque e a retração previsível nos suprimentos externos, como resultado da conjuntura armamentista internacional. Forçoso é admitir, entretanto, que esses dois fatores deflacionários — saldo fiscal e *superavit* de importação — deixaram de exercer, por circunstâncias institucionais peculiares, efeito deflacionário suficiente para anular as pressões altistas, decorrentes quer de fatores físicos, como a seca, quer de fatores monetários, como a expansão de crédito, cuja motivação abaixo se analisará.

Os interesses superiores do desenvolvimento econômico obrigam a que, na política de importações, a liberalização do licenciamento incida predominantemente sobre bens de produção que, conquanto aumentem a capacidade produtiva do País a longo ou a médio prazo, nem sempre redundam em aumento imediato da oferta de bens de consumo.

Por outro lado, o acréscimo ocorrido nas importações diretas de bens de consumo verificou-se, em grande parte, por via de operações vinculadas, do que resultou um sobrepreço apreciável dos produtos importados, para dar lugar ao pagamento do ágio requerido pelos exportadores de produtos gravosos. O saldo de importações se revelou, assim, menos deflacionário do que seria de esperar. Quanto ao *superavit* do Tesouro, exerceu êle apenas em parte o efeito deflacionário desejado, por isso que, através dos depósitos do Tesouro no Banco do Brasil, parte desses saldos reverteram à circulação por via creditícia.

Em contraposição aos fatores deflacionários acima descritos, houve sensível aumento no volume de crédito concedido pelo Banco do Brasil e pelos bancos particulares, o qual se expressa pela cifra de 18,6 bilhões, seja, um acréscimo de 21%, contra 40% no ano anterior. Apresentados esses números sem maior análise, razão assistiria aos críticos da política financeira do Governo, pelo contraste com a severidade orçamentária e com a política cambial e comercial.

Entretanto, releva notar que foram ampliados os recursos, sejam os próprios do Banco, sobretudo com a venda de cambiais, sejam os de depósitos, com o saldo do Tesouro e a drenagem de disponibilidades das autarquias e caixas econômicas, correspondendo a uma redução dos financiamentos dessas entidades.

É certo que houve no exercício um aumento de 4.175 milhões no meio circulante, ou sejam 11,2% de acréscimo, resultante de requisições da Carteira de Redescontos, contra 30% em 1950. Todavia, mais de 1 bilhão de cruzeiros foram recolhidos em janeiro do corrente ano.

O total de meios de pagamentos aumentou de 15,2 bilhões, o que corresponde a 19%, contra 31% em 1950. Cumpre registrar, ainda, o grande passo que foi dado no sentido da seleção dos títulos redescotados, e no saneamento das operações da Caixa de Mobilização Bancária, que fora, durante certo período anterior, um instrumento da especulação de crédito.

Considera o Governo que ainda há muito em que progredir, e para isso foram estudadas reformas nos regulamentos dessas instituições. Mas, cumpre acentuar vários fatores que tornaram inevitável o volume de crédito concedido durante o ano passado, como sejam:

— a necessidade de amparar os Estados, inclusive os assolados pela seca, a braços com compromissos imperiosos, como pagamento de vencimentos aos funcionários, e com empreendimentos de imediato interesse econômico;

— o imperativo do alargamento do crédito à agricultura, à pecuária e à indústria, para a melhoria do abastecimento e empreendimentos de segurança econômica, tomando-se o devido cuidado para que tal financiamento não resultasse na sustentação de estoques e dos preços altos;

— a elevação das bases de financiamento do café e do algodão, e em geral a política de manutenção de bons preços de exportação, que obrigou a sua sustentação pelo crédito, e neste sentido resultou modalidade especial de redescoto. O Governo foi comedido nesse tipo de financiamento, mas não poderia evitá-lo, pelo interesse do nosso balanço de pagamentos, embora não tivesse ainda elaborado o mecanismo compensatório de absorção do excedente (inflacionário), de poder de compra dessa origem;

— a manutenção de contratos antigos de financiamento, muitos deles francamente especulativos, absorvendo grande parte das

disponibilidades de crédito; sua rescisão ocasionaria pesadas indenizações e inconvenientes de ordem jurídica;

— a elevação geral dos custos de movimento, na produção, e a ampliação física das transações decorrentes da expansão do País não poderiam deixar de refletir-se forçosamente numa determinada ampliação do crédito e do redesconto.

A experiência de muitos países revela que a inflação não se pode estancar de chofre, sem o risco de gerar inconvenientes muitas vezes maiores.

Tudo o que se pode dizer é que, conquanto ainda haja muito a aperfeiçoar no sistema bancário, a política seguida no exercício se caracterizou pela fidelidade ao princípio da legitimidade do crédito, tanto do ponto de vista moral como econômico-financeiro.

Na execução da política cambial e comercial defrontou-se o Governo com graves problemas oriundos da orgia especulativa das operações vinculadas e da precária situação de abastecimentos essenciais à economia nacional, abastecimentos esses cuja importação foi retardada com grande imprevidência face à situação de crescentes dificuldades internacionais.

A política adotada foi a de aperfeiçoar os controles de comércio exterior, combatendo inclusive as fraudes de faturamento, que representavam uma sangria dos nossos recursos, a de substituir as operações vinculadas pela execução regular dos acordos de comércio, a de selecionar as importações segundo os interesses da economia nacional, e a de liberalizar controladamente as importações essenciais, suscetíveis de escassez, bem como a de artigos de consumo geral faltantes no mercado interno.

Corrigiu-se por um decreto o erro que se verificava no registro de capitais estrangeiros, para efeito de retorno e de remessa de rendimentos, aliviando-se o orçamento cambial de um ônus indevido e assegurando-se maiores possibilidades à remessa legítima de juros e ao retorno de capital, dentro das bases legais, o que é particularmente importante para os capitais novos. Essa atitude se justifica e impõe, enquanto perdurar a escassez de câmbio para as nossas necessidades. Ao contrário de hostilizar, o que deseja o Governo é dar garantias ao capital produtivo que procura o Brasil.

Constitui problema dos países de fraca estrutura econômica, como ainda é o nosso, a distribuição dos fatores disponíveis para

o processo produtivo, de maneira que os diversos setores se desenvolvam dentro de um razoável equilíbrio. A expansão da produção deve, pois, ser obtida dentro de um melhor aproveitamento dos recursos existentes, o que importa dizer, através da melhoria da produtividade.

Como é sabido, há no Brasil um desequilíbrio acentuado dos fatores de produção e ainda repontam carências que demandam tempo para a sua eliminação. A abundância de riquezas em potencial perde-se, em relação ao seu aproveitamento econômico, diante da escassez de capitais e do elemento humano especializado, exigidos pelo progresso do País.

A política financeira e econômica do Governo foi ordenada visando atenuar estas condições desfavoráveis. Empenhou-se na mobilização dos recursos para as aplicações de maior alcance, seja o imediato, para o abastecimento do País, seja o duradouro, para a solução dos problemas de base. Além da canalização dos recursos financeiros, havia ainda, portanto, o problema de sua melhor utilização. Era evidente o baixo rendimento das inversões públicas, salvo raras exceções, seja pela imaturidade dos projetos e descontinuidade e ineficiência na execução, seja pela falta do estabelecimento de prioridades.

O Governo procurou, no primeiro ano, enquanto saldava as contas da administração passada, prosseguir nas obras e outras inversões, segundo seu interesse para a economia nacional e as disponibilidades de meios, cuidando, porém, em preparar o terreno para mais seguras e amplas realizações nos exercícios seguintes.

Cuidou assim de orientar a aplicação das economias coletivas — caixas econômicas, seguro social e seguros privados e capitalização — no sentido de atenderem aos interesses do equilíbrio econômico e do desenvolvimento do País, bem como, pela política de crédito, a dos recursos do capital privado no mesmo sentido.

Esse programa essencial ainda não está completo, mas já deu o Governo passos decisivos para a sua execução, no último exercício, com a lei sobre o plano de reaparelhamento econômico e a disciplina das operações das instituições diretamente ligadas aos Poderes Públicos.

Pela lei citada, obteve o Governo do Congresso os recursos, numa previsão de 10 bilhões, em cinco anos, para empreendimentos básicos, em transportes, energia, indústrias de base e desenvolvimento agrícola, constantes do citado plano de reaparelhamento econômico, e para geri-los propôs a criação do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico. Esses 10 bilhões constituem a contrapartida de outros 10 bilhões em divisas, cujo empréstimo foi em princípio negociado pelo Governo, dependendo da aprovação dos empreendimentos específicos.

Para a cobertura financeira, numa escala adequada, e numa solução nacional, do problema do petróleo, propôs o Governo ao Congresso um projeto de lei que, sem sacrifícios para a economia do País, deverá prover um mínimo de 8 bilhões, em cinco anos, de novos recursos líquidos. O mesmo projeto prevê ampliação substancial dos recursos do Fundo Rodoviário.

Dessa forma, aparelha-se financeiramente o Governo para empreender realizações fundamentais ao progresso do País, sem anulá-las ou limitá-las pelos métodos inflacionários usados em exercícios anteriores, e dos quais estamos sofrendo as conseqüências.

Para a realização eficiente desses empreendimentos, realizou o Governo uma tarefa avultada de estudos e planejamento no último exercício, tarefa que aliás apenas se iniciou.

Incluem-se no planejamento geral de tais atividades a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cujo trabalho visa à realização do citado plano de reaparelhamento econômico e o melhor aproveitamento dos recursos nacionais, a fim de que possa a Nação lograr mais alto nível de potencialidade econômica. Foram instituídas também: a Comissão de Desenvolvimento Industrial, que visa ao crescimento harmônico desse setor de vital importância; a Comissão de Política Agrária, para propor as bases da estabilização e desenvolvimento da economia agrícola e da organização agrária do País, e a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal Especializado de Nível Superior, que objetiva a ampliação e melhoria dos grupos profissionais de alta categoria, necessários à elevação da produtividade e à expansão da nossa estrutura econômica. A elas se junta a Comissão Nacional de Bem-Estar Social, cuja finalidade não é outra que dar firmes bases técnicas e econômicas aos empreendimentos diretamente ligados à melhoria das condições de vida das massas populares.

Dos fatores sócio-econômicos que vieram influir na política financeira do Governo, releva mencionar a ocorrência da seca no Nordeste, que, desde os primeiros meses do atual Governo, continua a produzir os seus efeitos perturbadores, impondo não se medissem sacrifícios para o amparo à região que abriga 24% da população brasileira. Coube ao Governo da União arcar com a parte fi-

nanceira de um largo plano de assistência, executado de molde a impedir que o flagelo climático prejudicasse de maneira substancial a economia do País, enfraquecendo o seu potencial econômico pelo aniquilamento das zonas assoladas. A criação do Banco do Nordeste, cujo projeto encaminhei ao Congresso, é um dos frutos do plano de trabalho pôsto em prática pelo Govêrno para uma solução a longo prazo de problema de tão magna importância para o Brasil.

A estiagem, aliás, perturbou, como disse, a produção agrícola em quase todo o território nacional e nos países vizinhos do Sul do Continente, sacrificando o abastecimento, com reflexos financeiros.

O Govêrno envidou esforços, diretos e indiretos, para minorar a crise de abastecimento que encontrou e que fatalmente teria de se agravar com o surto inflacionário. As medidas para melhorar o rendimento do desaparelhado sistema de transportes, amparar a produção e ampliar os suprimentos nos grandes centros consumidores tiveram, sem dúvida, bons resultados, embora muita vez apenas expressos pela atenuação da tendência ao encarecimento da vida. Ao lado disso, desenvolveu a União, através do Ministério da Agricultura e de outros órgãos, maior assistência direta aos produtores do que em qualquer outro período anterior.

Outro fator de grande influência negativa foi a carestia de certos artigos básicos fornecidos comumente pelo estrangeiro, como o enxôfre, a soda cáustica e os metais, em consequência dos programas de mobilização industrial que entraram em execução nos Estados Unidos da América e na Europa, em comêço de 1951.

A conjunção dêsses vários fatores atuando sôbre o violento impulso inflacionário que encontrei, tornaria impossível estancá-lo. Cumpre persistir nas medidas de saneamento financeiro, aperfeiçoando-se cada dia a resistência das instituições à funesta ilusão inflacionária.

Em resumo, a política econômico-financeira do Govêrno consistiu em cuidar dos problemas imediatos de abastecimento, sem se esquecer de que suas raízes estavam e estão na inflação e no desaparelhamento econômico do País, particularmente no que toca aos transportes, fontes de energia, saneamento, irrigação e colonização.

Dessa forma, não se seduziu com a miragem de realizações de benefício aparente, feitas à custa da desordem financeira, mas em-

penhou-se na normalização das finanças públicas, e na mobilização dos recursos para a sua melhor utilização nos empreendimentos básicos para a Nação, cujo planejamento foi cuidadosamente elaborado.

Assim, dedicou-se o Governo a preparar as bases financeiras e técnicas para a solução de problemas de grande envergadura, que libertarão definitivamente o País da presente crise de abastecimento e abrirão caminho a um seguro desenvolvimento econômico e largo progresso social.

Eis o rumo em que cumpre prosseguir, para o que confio no apoio lúcido do Congresso e da opinião pública.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

A observância de uma política de caráter seletivo em relação à aplicação dos recursos do Estado e o aprimoramento da ação fiscalizadora do organismo arrecadador, visando à melhoria da produtividade tributária, permitiram, em 1951, a restauração da ordem financeira e o reequilíbrio orçamentário.

Apesar de tôdas as vicissitudes, a política de compressão no que respeita aos gastos públicos possibilitou, já em meio do exercício passado, o saneamento das finanças federais. O plano de economia elaborado pelo Executivo ensejou que a despesa realizada à conta do orçamento e dos créditos adicionais ficasse muito aquém das autorizações gerais, favorecendo concluir-se a execução orçamentária de 1951 com o significativo *superavit* de 2,8 bilhões, o maior saldo ativo jamais verificado na execução do orçamento federal, conquanto se registrem responsabilidades transferidas para 1952.

Analisando, as contas do exercício assim se expressam :

	<i>Previsto ou autorizado</i>	<i>Realizado</i>
Receita .....	20.550	27.428
Despesa orçamentária .....	22.868	20.956
Saldo ou <i>deficit</i> orçamentário .....	— 2.318	+ 6.472
Outros encargos .....	7.600	3.653
Despesa total .....	30.468	24.609
Saldo ou <i>deficit</i> efetivo .....	— 9.918	+ 2.818

Os resultados favoráveis obtidos assumem maior significação se atentarmos em que o exercício financeiro de 1951 foi iniciado com a previsão de um *deficit* orçamentário expresso da ordem de 2,3 bilhões de cruzeiros, o qual, com os demais encargos transferidos para o exercício, sem consignaçoão orçamentária, se elevava a um *deficit* virtual de 9,9 bilhões.

O escopo principal de tal plano foi o de estabelecer um critério de prioridade para os gastos do Estado, do que resultou uma eliminação de despesas orçamentárias da ordem de 1.912 milhões de cruzeiros.

Assinale-se não haver o Governo, embora adstrito a uma política fortemente compressiva, prejudicado o andamento dos grandes programas de investimentos reprodutivos, os quais tiveram prosseguimento com recursos adequados, salvo quando a liquidação de serviços não pagos anteriormente consumiu os recursos destinados ao programa de 1951, o que, infelizmente, se verificou em muitos casos.

Fora do orçamento, foram abertos créditos adicionais normais, num montante de 183 milhões, ou seja menos de 1% da despesa fixada, aos quais se somariam outros créditos destinados a atender despesas votadas sem receitas correspondentes, como as relativas ao Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares e à federalização das escolas superiores, ou pagamentos outros obrigatórios não incluídos no orçamento, ou só incluídos em montante insuficiente.

Contribuiu para o resultado alcançado a acentuada melhoria da arrecadação tributária, obtida sem o apêlo à majoração de impostos. A êste respeito, procurou o Governo, tão-sòmente, dar maior eficácia ao aparelho arrecadador, atenuando-lhe as deficiências, a fim de ajustá-lo às nossas condições econômicas. São fatos a assinalar o acôrdo firmado com a Prefeitura da capital de São Paulo, para entrega dos serviços de fiscalização tributária; e contato freqüente do titular da Fazenda com os responsáveis pelos serviços de arrecadação; o Congresso de Arrecadação Federal, realizado em janeiro de 1952, com a participação de todos os delegados fiscais, inspetores de Alfândegas, diretores de Recebedorias, inspetores fiscais do impôsto de consumo e delegados regionais do impôsto de renda, para coordenação e racionalização do trabalho a realizar êste ano.

Destarte, o aperfeiçoamento do aparelho fiscal permitiu que a receita pública ultrapassasse as somas da previsão num movimento de expansão, que, percentualmente, atingiu a cêrca de 31%, o que elevou a arrecadação efetiva a 27,4 bilhões de cruzeiros.

Para a consecução dêsse objetivo, foi mister iniciar-se um programa de maior aproximação entre os contribuintes e o Estado, em proveito da arrecadação, bem como da fiscalização das aplicações dos dinheiros públicos. Dessa maneira, deve ir-se consolidando a consciência de que a sonegação é um crime contra a coletividade e os contribuintes fiéis cumpridores de suas obri-

gações, e de que os recursos arrecadados, quando aplicados dentro de normas adequadas de govêrno, revertem em benefício da coletividade. Neste particular, parece-me razoável supor que boa parte do aumento da arrecadação se deve à confiança que o público depositou nos propósitos do Govêrno, de dar aos dinheiros públicos a aplicação mais conveniente aos interêsses coletivos.

Lembre-se ainda que, para êsse resultado tributário, concorreu o aumento das importações, que produziu, a par da melhor fiscalização, substancial elevação na coleta dos impostos de importação, consumo e sêlo, os quais registraram acréscimos de cêrca de 2 bilhões de cruzeiros em relação às arrecadações do ano anterior, a que também não está alheia a elevação geral dos preços.

Dentre os fatores que dificultaram a boa execução orçamentária do exercício findo sobressaem, entretanto, pesados encargos bancários, que se vinham acumulando progressivamente, quais sejam os relativos às emissões feitas para a cobertura de *deficits* e outras operações do Estado, embuçadas em regra como simples operações de redescoto. Essa dívida flutuante, que orçava a soma de Cr\$ 9.135.160.000,00, onerava o Tesouro com um serviço anual de juros da ordem de 200 milhões. O resgate dêsse débito com o Banco do Brasil, autorizado pela Lei n.º 1.419, de 28 de agosto de 1951, transferiu ao Tesouro Nacional as emissões cuja responsabilidade lhe cabiam inteiramente.

O atual comportamento das contas do Tesouro Nacional com o Banco do Brasil reflete bem a situação favorável, que se conseguiu estabelecer, pois que, como assinalamos linhas atrás, a partir de agosto último pôde a União, após longos anos, voltar a manter um processo de autofinanciamento orçamentário.

Nos resultados finais do exercício verifica-se apreciável saldo positivo a favor do Tesouro Nacional, em contrário à maléfica posição devedora, que já se estava tornando tradicional. Exemplificam os algarismos a posição das referidas contas:

SITUAÇÃO DO TESOIRO EM C/C NO BANCO DO BRASIL S. A.

	Em 31-12-1951	Cr\$
Receita da União .....		34.658.939.425,90
Despesa da União .....		32.637.647.322,80
Saldo das contas Receita e Despesa .....		2.021.292.103,10
Saldo credor de outras contas .....		666.766.850,00
Soma dos saldos credores .....		2.688.058.953,10
Saldo devedor de outras contas .....		1.436.666.226,10
Saldo geral a favor do Tesouro .....		<u>1.251.392.727,00</u>

Tão auspiciosos resultados foram inegavelmente benéficos à regularização monetária do País. Os adiantamentos realizados pelo Banco do Brasil, por antecipação de receita, ao Tesouro Nacional, começaram a declinar logo nos primeiros meses do ano de 1951. Obrigado a levantar um empréstimo inicial de ..... Cr\$ 864.500.640,70, em janeiro, pôde o Tesouro Nacional inverter sua posição com aquele estabelecimento de crédito, já a partir de agosto, chegando a manter em outubro à sua conta o elevado depósito de Cr\$ 1.883.602.989,40. Esta situação desafogou o nosso maior instituto bancário, concorrendo mesmo para possibilitar financiamento mais amplo das atividades econômicas privadas, de caráter reprodutivo, e aos Estados e Municípios.

PERSPEC-  
TIVAS  
PARA 1952

Normalizadas as atividades financeiras, pôde o Governo apresentar para o atual exercício um programa de trabalho equilibrado e perfeitamente exequível.

E' de esperar-se que a arrecadação alcance índices tão expressivos quanto os atingidos em 1951, concorrendo para cobrir os gastos do exercício, que foram estimados em Cr\$ ..... 25.431.261.772,00, contra uma receita de Cr\$ ..... 25.536.889.000,00.

A receita de 1951 foi favorecida, como vimos, pelas condições excepcionais de importação. Entretanto, qualquer excedente previsível na receita do ano em curso será insuficiente para cobrir os créditos especiais que passaram ao corrente exercício, além de outros encargos preexistentes, bem como os créditos que resultarão de projetos em discussão no Congresso, como o do Plano do Carvão e o do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Devem ser evitados os créditos para os quais não estão previstas receitas correspondentes. Urge que o Executivo e o Legislativo coordenem seus esforços no melhor sentido, para que, salvo circunstâncias imperiosas, só venham novas despesas onerar o Tesouro no corrente exercício nos casos de programas e aplicações de eminente e urgente interesse nacional.

O desvio dessa política poderá resultar em vantagens parciais ou aparentes, mas na verdade constituirá um fator novo de perturbação da vida econômico-financeira da Nação e de retardamento do processo de cura da inflação tão bem iniciado no último exercício.

## SISTEMA TRIBUTARIO

Já se tornou um truismo afirmar que os tributos não devem ser encarados apenas nos seus aspectos fiscais, como simples fontes de recursos do Estado. Um sistema tributário compatível com a natureza e índole da estrutura econômica do País pode e deve ser utilizado como instrumento de política econômica. Através dos impostos, ao mesmo tempo que angaria meios para fazer face a suas despesas, corrige o Estado desequilíbrios monetários e sociais.

Para combater a inflação, utiliza-se o Estado do impôsto, retirando excedentes de poder de compra e congelando-os. Na deflação, reduzindo os impostos e realizando o máximo de empreendimentos, mesmo com meios extraordinários de financiamento.

Conforme as necessidades da estrutura ou da conjuntura econômica, os impostos se orientam no sentido de estimular os investimentos e de reduzir a procura para o consumo não essencial.

Para corrigir o desequilíbrio chocante entre indivíduos e grupos, o Estado capta pelo impôsto os excedentes de poder de compra dos mais bem aquinhoados, aplicando-os em bens e serviços de utilidade geral, ou seja, que venham elevar os níveis de vida das populações de mais baixo poder aquisitivo.

Partindo destes princípios, vem procurando o Govêrno disciplinar nosso sistema tributário, a começar pela melhor arrecadação, de tal sorte que se torne êle cada vez mais justo e racional.

Assim é que, por iniciativa do Executivo, votou-se a lei número 1.474, de 20 de novembro último, que visou, precipuamente, corrigir defeitos e eliminar a evasão organizada e legal do impôsto sobre a renda, e adicionalmente propiciar recursos, por uma forma de empréstimos dos contribuintes, com que o Govêrno levará avante um plano de reaparelhamento econômico do País.

De modo geral, os objetivos visados em 1951, no que tange à política do impôsto sobre a renda, podem ser assim classificados:

- 1.º) aumento de arrecadação,
- 2.º) reorganização dos serviços,
- 3.º) reforma da legislação.

IMPÔSTO  
SÔBRE A  
RENDA

A arrecadação em 1951 foi de 8.104 milhões. A renda desse tributo, em 1950, correspondeu apenas a 5.582 milhões, donde um aumento de 49%.

A reorganização dos serviços, já programada, envolvendo a mecanização do controle da arrecadação, deve corresponder arrecadação crescente, por parte das repartições sediadas nos Estados.

Por outro lado, a fim de contornar as dificuldades de fiscalização e aumentar o controle por parte dos contribuintes, pensa o Governo na criação de um sistema de fiscalização permanente e externa, que terá por objetivo:

- I — dar assistência mais efetiva aos contribuintes;
- II — estender as atividades fiscalizadoras a um número cada vez maior de contribuintes;
- III — fiscalizar em maior profundidade, utilizando, cada vez mais, o sistema do controle indireto.

De acôrdo com a previsão orçamentária, deverá ser arrecadada, no corrente ano, sob a rubrica de imposto sobre a renda, a soma de Cr\$ 8.051.500.000,00, importância já superada no exercício passado.

Além dessa quantia, deverá ser cobrada a importância provável de Cr\$ 1.200.000.000,00, a título de adicional (Lei número 1.474, de 26-11-51), donde se poderá afirmar que a arrecadação do imposto de renda, em 1952, incluindo essa parte reembolsável, deverá ultrapassar Cr\$ 9.000.000.000,00.

E', pois, alvissareiro constatar que o imposto sobre a renda passará, em bases definitivas, a representar a viga mestra de nosso esquema tributário, deslocando-se, assim, para a tributação direta — sabidamente a mais justa e democrática — o eixo de nossa vida financeira.

IMPÔSTO  
DE CON-  
SUMO

Os estudos relativos à reforma do imposto de consumo vêm-se desenvolvendo dentro do propósito de que a taxaçaõ recaia sobre os preços de venda, e não os de fábrica, como atualmente, a fim de que abranja realmente o *quantum* efetivo da renda consumida.

A arrecadação do imposto vem apresentando, anualmente, índices em escala sempre ascendente, como se pode verificar:

Anos:	Milhões de cruzeiros
1949 . . . . .	5.636
1950 . . . . .	6.410
1951 . . . . .	8.216

O impôsto do sêlo, de cuja reforma básica também cogita o Governo, é outra das rubricas orçamentárias de maior vitalidade, como se poderá verificar :

**IMPÔSTO  
DO SÊLO**

Anos:	Milhões de cruzeiros
1949 . . . . .	1.563
1950 . . . . .	1.759
1951 . . . . .	2.750

Em sentido mais amplo, pensa o Governo levar a cabo uma reforma básica em nossas Tarifas Aduaneiras, tendente a restituirlhes a condição de instrumento essencial de política comercial, acorde com os requisitos imprescindíveis ao progresso dos países de economia menos desenvolvida. A tarifa brasileira, na qual predomina a taxaçoão específica, sofreu um processo de envelhecimento inevitável, impondo-se como correção o estabelecimento da taxaçoão *ad-valorem*, combinada, ou não, ou ainda em alternativa a taxas específicas, conforme a natureza dos artigos. Uma comissão especial, em que há representantes dos órgãos encarregados da política do comércio exterior, está elaborando no Ministério da Fazenda um projeto de revisão do impôsto alfandegário.

**TARIFAS  
ADUANEI-  
RAS**

O aumento no volume físico das importações em 1951, ao lado do maior rigor nos serviços alfandegários, resultou no apreciável incremento verificado na arrecadação das rendas aduaneiras. Para êsse resultado concorreram principalmente as Alfândegas do Rio de Janeiro, Santos, Recife, Salvador, Pôrto Alegre, Fortaleza e Belém.

O orçamento para 1951 previu, para o impôsto de importação e afins, a cifra de 1.555 milhões, mas o exercício se encerrou apontando a arrecadação de 2.801 milhões, isto é, mais 64% que no ano anterior.

Para a consecução dêsse objetivo, vêm sendo adotadas rigorosas providências, não só de caráter fiscal, mas também de natureza administrativa, de forma a ser mantido o ritmo do equilíbrio e confiança na execução dos encargos das estaçoões aduaneiras, sempre mais amplos e mais complexos com a evoluçoão do País.

Propôs o Governo um projeto de lei provendo recursos especiais para o programa nacional do petróleo e a ampliação do fundo rodoviário. Fora da fonte específica dêste, foi indispensável, para enfrentar na escala necessária o fundamental problema dos com-

**RECURSOS  
ESPECIAIS**

bustíveis líquidos, recorrer à elevação de tributos, segundo um rigoroso critério econômico e social, nos campos dos impostos de consumo e de importação, mantida, porém, a preocupação de não afetar o sistema dos impostos respectivos.

A fim de compensar o fundo geral do Tesouro de alguns itens tributários vinculados ao programa do petróleo, a saber, os impostos de consumo e importação sobre automóveis e parte do imposto sobre a remessa de valores para o exterior relativa à importação desses produtos, entendeu o Governo ser imperioso propor aumentos nas classes: bebidas, cartas de jogar, perfumarias e bicicletas, do imposto de consumo.

Nessa proposta reforma, a taxaçaõ é altamente progressiva, mas só afetando o consumo não essencial e suntuário; e visando não apenas colhêr receita, mas também estimular a transferência de recursos de produção para outros setores mais úteis à economia geral.

Dos artigos de consumo popular, só foram elevados suavemente os impostos sobre cerveja e aguardente e perfumarias, estas acima de determinado preço, ficando tais elevações muito abaixo das próprias possibilidades de economia no consumo ou uso dos artigos respectivos.

Em geral, porém, a política do Governo foi a de não elevar os tributos, mas cuidar de melhor arrecadação, e quando foi obrigado a recorrer a impostos, fê-lo segundo uma orientação eminentemente social.

## DÍVIDA PÚBLICA

Quando, em 1931, em meio ao caos da maior crise financeira mundial, procurou o Governo estabelecer uma política de sistemática regularização de nossas obrigações internacionais relativas à Dívida Pública, procedeu-se a um completo levantamento dos compromissos então vigentes. Tal levantamento era de suma importância, já que não dispunha o Tesouro Nacional, àquela época, de qualquer registro da inscrição e amortização dos vários empréstimos da União, cujos serviços anuais eram previstos à base das informações e indicações dos próprios banqueiros estrangeiros, encarregados de nossas relações com os portadores dos títulos da Dívida Externa da União. Não será mister recordar que muito mais defeituosa era a escrituração patrimonial da Dívida Externa dos Estados e Municípios.

DÍVIDA  
EXTERNA  
CONSOL-  
DADA

Esse longo e metuculoso trabalho preliminar preparou o terreno para a obra de restauração do crédito externo do Brasil, — obra que teria de ser iniciada pelo restabelecimento do serviço exato de amortização dos títulos de todos os empréstimos externos nacionais, tivessem eles sido contraídos pela União, pelos Estados e Municípios, ou por certas instituições de criação oficial, pois o descrédito, nas bolsas estrangeiras, pelo mau comportamento de qualquer uma dessas entidades públicas ou semi-públicas repercutia desastrosamente sobre as cotações dos demais títulos brasileiros.

Como resultado final dessa apuração, chegou-se a que montava a Dívida Externa do Brasil, em 31 de dezembro de 1951, ao total de £ 276.984.962, convertidas a libras esterlinas-papel, às correspondentes taxas cambiais em vigor, tôdas as outras moedas estrangeiras em que foram emitidos títulos desses empréstimos públicos externos. A 31 de dezembro de 1951, essa dívida estava reduzida a £ 97.547.741, ou seja, a Cr\$ 5.130.624.029, que era a importância total dos títulos em circulação, após conversão de seus valores em libras, dólares, francos franceses ou florins.

Cabe aqui assinalar a aparente discordância entre a importância supramencionada de Cr\$ 5.130.624.029 e a importância inferior a um bilhão de cruzeiros, que figura no Balanço Patri-

monial da União, sob o título de "Portadores de Títulos da Dívida Externa"; é que este último valor foi obtido pela conversão das moedas estrangeiras de cada uma das parcelas dos empréstimos externos em circulação às respectivas taxas correspondentes à paridade de 27 dinheiros do nosso antigo padrão monetário. Além do mais, o referido balanço patrimonial, muito justamente, não registra a dívida dos Estados e Municípios, compreendida no chamado Plano "A", visto não caber à União qualquer responsabilidade pela sua liquidação.

No exercício de 1951, correram à conta do serviço de juros e amortização da Dívida Externa do Brasil os seguintes pagamentos :

	Juros	Amortizações	Comissões
<i>Em libras</i>			
União . . . . .	711.132	2.670.749	67.518
Estados e Municípios . . . . .	594.562	959.594	22.845
<i>Em dólares</i>			
União . . . . .	3.102.707	4.197.475	71.308
Estados e Municípios . . . . .	1.785.880	2.731.681	19.229

Tais somas representam um total de £ 5.026.400 (inclusive 3.449.399, pela União) e de US\$ 11,908,280 (inclusive US\$ 7,371,490, pela União), ou seja, cerca de Cr\$ 319.000.000,00, pouco mais de 1% da receita total da União no mesmo exercício de 1951.

Apesar de importarem seus encargos anuais por serviços de Dívida Externa, aproximadamente, em 50% dos que competem à União, não se têm os Estados e Municípios mostrado regulares cumpridores dessas obrigações, tanto assim que o total dos saldos de suas contas com o Tesouro Nacional, referente a esse serviço, vêm aumentando de ano para ano, montando, em 31 de dezembro de 1951, a quase 402 milhões de cruzeiros, segundo informação da Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças.

Tal fenômeno tem decorrido da generosidade da União, pois que o Tesouro Nacional, além dos adiantamentos para pagamento das prestações semestrais relativas aos empréstimos compreendidos no chamado Plano "B" (aos quais empenhou sua garantia direta), tem continuado a facilitar, pelo Banco do Brasil, a regular satisfação das prestações do Plano "A", sob a responsabilidade exclusiva das entidades públicas que os contrataram.

Compreende-se bem que tal política do Governo Federal lhe é imposta pela necessidade de restaurar o crédito nacional nos mercados estrangeiros de dinheiro, após tantos anos de incompatibilidades e irregularidades no pagamento dessas prestações contratuais de juros e amortização.

Resgatando títulos de empréstimos externos em situação inferior à que hoje se poderia obter com operações novas, procura o Tesouro Nacional retirar da circulação títulos cuja permanência no mercado internacional representa inevitavelmente um libelo contra nossas faltas passadas. Por outro lado, no corrente exercício, pretende o Governo Federal promover na Inglaterra, a exemplo do que já fez nos Estados Unidos da América, a substituição, por outros novos, dos títulos do Plano "B", ora em circulação com a inconveniente carimbagem indicadora da forte redução dos seus "face values".

Sòmente após êsse preparo do terreno, é que o Tesouro Nacional poderá cogitar de lançar, nos mercados estrangeiros, novos empréstimos públicos, como o deve fazer, não para cobrir dispêndios de caráter administrativo e *deficits* financeiros, mas sim para custear empreendimentos nacionais de rentabilidade própria ou de reprodutividade indireta segura.

Não sofreu variação apreciável, no exercício de 1951, a Dívida Interna Fundada da União, cuja posição, a 31 de dezembro, era de 10.446 milhões. Em 31 de dezembro de 1950, seu total montava em 10.439 milhões de cruzeiros. Verifica-se um acréscimo de um por mil. Considerados êsses valores em relação aos da receita total da União, nos respectivos exercícios financeiros, constata-se uma sensível melhoria de situação, pois se, em 1950, essa relação era de 53%, em 1951 se reduziu de cêrca de um quinto.

DÍVIDA  
INTERNA  
FUNDADA

Verifica-se assim que o Brasil é um dos países de menor dívida pública em todo o mundo. Entretanto, as cotações dos títulos públicos estão baixas e o crédito é realmente quase inexistente.

No que se refere à dívida flutuante, houve no exercício uma redução de 4.188 milhões.

Quanto à Dívida Interna Fundada dos Estados e Municípios, que, em 31 de dezembro de 1949, se elevava a 12 bilhões de cruzeiros, alcançou, em 31 de dezembro de 1950, a importância de 12,7 bilhões.

Emissões  
estaduais e  
municipais

O vulto da dívida dos poderes locais e o crescimento experimentado em 1950 não representariam, em si, nada de alarmante. As condições do lançamento dos títulos, porém, eram altamente negativas e ainda não o deixaram de ser. Em consequência, o desprestígio dos títulos públicos no mercado interno, agravado sempre pelos efeitos da situação financeira desfavorável de algumas das mais importantes unidades da Federação, circunstância que as leva ao não cumprimento de suas obrigações para com os portadores de títulos de sua emissão. Destarte, vem-se tornando de todo inviável o lançamento de novos empréstimos públicos, destinados a fornecer recursos para financiar inversões governamentais.

As indicações são de que as administrações estaduais melhoraram sensivelmente essa situação durante o exercício de 1951.

O Governo Federal, a fim de possibilitar aos Estados e Municípios a remoção dessas dificuldades, resolveu providenciar para que o Banco do Brasil lhes adiantasse empréstimos a prazos médios e a juros razoáveis; desse modo, foram concedidos por esse banco oficial, no decurso do ano de 1951, empréstimos dessa natureza em total superior a um bilhão de cruzeiros.

Tal política foi pelo Governo Federal adotada, a fim de coibir ou restringir o lançamento de novos empréstimos estaduais e municipais, à custa de fortes deságios e de altas taxas de juros, com a indefectível consequência da degradação das cotações dos demais títulos públicos. Essas repercussões ou interferências são fatais e só deixarão de ser perniciosas, se houver uma coordenação superior dos investimentos nacionais e dos meios de seu financiamento.

Sob o atual regime constitucional de excessiva liberdade, as emissões simultâneas ou sucessivas de títulos públicos pelas entidades governamentais só podem resultar em detrimento próprio, pois tôdas padecerão dos efeitos da quantidade e da qualidade dos títulos em circulação e em emissão. Vale ressaltar, a este ponto, que a União tem visado, precipuamente, fortalecer o crédito estadual e municipal, acarretando-se mesmo uma posição de inferioridade no mercado aberto. É de notar, por exemplo, que, presentemente, os títulos públicos do Estado de São Paulo circulam com deságios médios sensivelmente menores que os dos próprios títulos federais (Bolsa do Rio de Janeiro: deságio médio anual dos títulos federais, de mais de 26%; e dos títulos de São Paulo, de

menos de 21%; Bólsa de São Paulo: mais de 30% e menos de 25%, respectivamente).

Como se percebe, empenha-se o Governo Federal na reabilitação dos títulos públicos, com tôdas as cautelas exigidas. Julga o Governo que, antes de qualquer novo empréstimo federal ou de um empréstimo de conversão e uniformização dos empréstimos em circulação, se impõe a prévia regularização dos pagamentos de seu serviço de juros e amortização, como se está procedendo, quer na esfera federal quer na dos Estados e Municípios.

Quanto aos pagamentos de juros pela União, o atual Governo se empenha pela sua rigorosa pontualidade e resolveu torná-los de maior comodidade para os portadores dos títulos. Assim, mediante convênio entre o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil, ficou a cargo dêste último, bem como das Caixas Econômicas e demais bancos, o processamento de tais pagamentos, através da ampla rêde nacional de suas agências ou filiais.

*Reabilitação  
do crédito fe-  
deral*

Os efeitos propícios dessas medidas preliminares deverão ser acentuados ainda mais pela obrigatória redução das taxas de juros sôbre depósitos em bancos, como recentemente disposto pela Superintendência da Moeda e do Crédito.

O Executivo, no que tange à sua estrita competência, esgotou, em 1951, tôdas as iniciativas tendentes a melhorar o serviço de nossa dívida interna fundada. Todavia, é evidente que êste setor financeiro está a merecer cuidados especiais, pertinentes também à alçada do Legislativo, dado o seu atual reflexo negativo sôbre o crédito e a confiança nos papéis do Governo.

Contemporânea da dívida externa, não logrou até hoje êste ramo das dívidas consolidadas uma solução definitiva e feliz, como a conseguida, para aquela, com os planos baixados com os Decretos-leis ns. 6.019, de 23 de novembro de 1943, e 6.410, de 10 de abril de 1944.

Em 1827 nasciam os primeiros títulos da dívida interna consolidada. A lei autorizativa previa uma amortização anual de tantas apólices quantas equivalessem à soma de 1% do capital, mais a dos juros das apólices que se fôssem amortizando. Infelizmente, a amortização prevista não foi cumprida com o rigor impôsto pela Lei, e daí encontrar a República, — em face das emissões posteriormente efetuadas, — um volume, em circulação, de . . . . . 543.583.300\$000, isto é, 100 vêzes mais do que o montante apurado em 1827 — 5.006.990\$849.

A amortização se fez em pequena escala, até 1839, em virtude dos escassos recursos existentes, quando, então, resolveu o Governo suspendê-la totalmente.

Existem atualmente 139 autorizações diferentes de emissões, cujos títulos, em grande número, circulam hoje sem cupões de juros, por se terem esgotado nas fôlhas respectivas, à falta de amortização e resgate, no tempo previsto.

Os países mais avançados têm financiado os seus empreendimentos com o produto de empréstimos públicos, chegando o montante da dívida, em alguns déles, a cobrir 6 vêzes o total da receita orçamentária. Mas em todos êles o serviço de juros e amortização é parte sagrada do orçamento.

No Brasil, com uma dívida pública consolidada que apenas gira em tôrno de 45% da receita orçamentária, a valorização dos títulos do Governo e a restauração do crédito público interno não é apenas matéria necessária e urgente, senão também perfeitamente factível.

Com êsse propósito, tive a honra de, há pouco, submeter ao Congresso um projeto de lei consolidando em 4 grupos as 139 autorizações de empréstimos internos, para efeito de resgate :

Grau I — Compreenderá as Obrigações do Tesouro (exceto uma das emissões), as Ferroviárias e Rodoviárias, além das Apólices do Tratado da Bolívia. Corresponde aos empréstimos já vencidos, e não resgatados.

Grau II — Abrangerá uma das emissões de obrigações do Tesouro e as Apólices, com prazo de extinção, decretado, mas não ocorrido.

Grau III — Constituir-se-á das Obrigações de Guerra, cujo prazo de resgate já deveria ter sido fixado, por força do art. 1.º, § 2.º, do Decreto-lei n.º 4.789, de 5 de outubro de 1942.

Grau IV — Incluirá as apólices emitidas sem prazo de resgate.

Uma graduação de percentagens, para o serviço de amortização, distinguirá os graus entre si, dando-lhes o pêsô que merecem, em vista das condições estabelecidas nas autorizações legais relativas às respectivas emissões.

O serviço de amortização será iniciado a partir de 1953, quando as condições financeiras do país já se mostrarão, por certo, mais propícias. As taxas variarão, dentro de cada grau, até 1955, a partir de quando ficarão estáveis, tomando a forma de fundos cumulativos.

As amortizações observarão a forma clássica: serão feitas por compra, no mercado, se os títulos estiverem abaixo do par, e por sorteio, em caso contrário.

Não sendo possível, de imediato, substituir os 15 milhões de títulos atualmente em circulação, o projeto prevê a forma provisória de carimbagem, a exemplo do que se fez com a dívida externa. Desejo salientar que essa medida permitirá à Caixa de Amortização fazer um levantamento dos títulos de fato existentes, sendo de se esperar uma redução do montante em circulação, decorrente dos títulos perdidos ou destruídos.

O projeto respeita as taxas de juros atualmente em vigor, e que são as seguintes :

	<i>Circulação</i>
Obrigações de 7% .....	780.921.000,00
Obrigações de 6% .....	4.686.724.720,20
Obrigações de 5% .....	68.000.000,00
Apólices de 5% .....	4.902.012.900,00
Apólices de 3% .....	1.629.000,00
	<hr/>
	10.439.287.620,20
	<hr/>

A execução do plano proposto determinará a aplicação das seguintes somas, no serviço de amortização :

	<i>Cr\$</i>
Em 1953 .....	110.171.126,70
Em 1954 .....	204.698.345,90
De 1955 em diante .....	299.229.565,10

Esses totais correspondem, em relação ao montante dos títulos em circulação, a 1,06%, no 1.º ano; 1,96%, no 2.º; e a 2,87, a partir do 3.º, quando, então, se transformarão em um fundo cumulativo, aumentando, conseqüentemente, a cota destinada à amortização da dívida.

Feitos os cálculos, à base dos valores nominais, os títulos se extinguirão nos seguintes prazos máximos :

- Grau I — 22 anos.
- Grau II — 29 anos.
- Grau III — 37 anos.
- Grau IV — 68 anos.

O Governo examinou a possibilidade de, concomitantemente, proceder a um reajustamento das taxas de juros, para fixá-los em

5% ao ano. O fato, porém, de existirem, em circulação, títulos já vencidos, rendendo 7% ao ano, e também a circunstância de tal operação exigir certo pagamento imediato em dinheiro, para compensar a redução a operar-se na taxa de juros, deram a certeza de que melhor será proceder-se por etapas.

Pôsto em funcionamento o plano, e executando-se uma política hábil de valorização, inclusive pela oportuna introdução de operações de *open market*, conseguirá o Govêrno, certamente, abrir caminho para novos investimentos futuros, que venham a ser reclamados pelo país.

Será, então, oportuno cogitar-se da execução de um plano que permita a uniformização das taxas de juros, plano êsse cujo estudo já foi iniciado. Uma série de medidas, em terreno tão delicado, vem sendo objeto de estudos entre os técnicos federais e os das bôlsas de valores. Está o Govêrno convicto da necessidade de um programa continuado, de alguns anos, a fim de tornar possível a completa reabilitação do crédito público. Para êste programa é indispensável a colaboração dos governos locais.

Seguindo tal programa, dará o Govêrno mais uma prova objetiva de preocupação e esforço, no sentido de reestruturar a vida nacional em bases sólidas, a fim de possibilitar-lhe um desenvolvimento de acôrdo com as suas potencialidades e exigências do momento.

## CRÉDITOS E CAPITAIS

O total dos depósitos nos bancos que, a 1.º de janeiro de 1950, era de 64 bilhões de cruzeiros, subiu, a 31 de dezembro daquele ano, a 90,4 bilhões e, a 31 de dezembro de 1951, a 104,3 bilhões, donde se deduz um *acrécimo mensal* médio de 2,5 bilhões de cruzeiros em 1950 e de 1,1 bilhões em 1951. Distinguindo-se os depósitos a vista dos depósitos a prazo, verifica-se ainda em 1951 um *acrécimo mensal* médio maior para os depósitos a vista, a par de um *decrécimo mensal* médio de 0,09 bilhões para os depósitos a prazo, denunciando, dêsse modo, que a inflação minou a confiança do público na moeda nacional.

Os empréstimos subiram de 92,9 bilhões, em 1950, a 105,4 em 1951, ou sejam 13%. Nêsse global, os bancos particulares apresentaram o elevado incremento de cerca de 20%, muito maior que o do Banco do Brasil.

As operações de títulos descontados apresentaram uma expansão total de cerca de 30%, passando de um *acrécimo mensal* médio em 1950 de 0,90 bilhões de cruzeiros, ao de 1,06 bilhões nos dez primeiros meses de 1951. As operações de empréstimos em conta corrente, após a forte expansão em 1950, mantiveram-se, em 1951, quase estáveis em seu total de cerca de 54 bilhões de cruzeiros.

Uma diferença considerável se verificou, entretanto, entre os dois exercícios.

A expansão em 1950 foi devida a operações concedidas a entidades públicas ou autárquicas, cujo débito total, em 31 de dezembro daquele ano, já estava reduzido de um terço a 31 de outubro de 1951. Em 1951, a expansão do crédito se destinou sobretudo à produção, e foi possível graças à redução dos empréstimos às entidades públicas federais e ao aumento dos depósitos públicos no Banco do Brasil.

O capital autorizado dos bancos subiu de 4.811 milhões em 1950, para 5.679, em 1951; as reservas, de 6.256 para 6.985, revelando crescente solidez do sistema bancário.

**BANCO DO  
BRASIL**

O Banco do Brasil, exercendo algumas funções de banco central, dispondo da maior soma de recursos aplicada no crédito comercial e de fomento econômico, e aparelhado com uma rede de agências por todo o território nacional, é a viga mestra do nosso sistema bancário. Suas operações são decisivas no conjunto do sistema e marcam a política creditícia do País. Cabe, pois, um rápido exame de suas atividades em 1951.

Os depósitos totais no Banco do Brasil subiram de 29,7 bilhões em 1950 para 35,1 em 1951, ou sejam 18%. Nesse quadro, o que releva notar é o aumento dos depósitos do Tesouro Nacional, relativo a operações financeiras, de 322 milhões para 3.185 milhões, ou sejam 886%. Mesmo incluindo as operações cambiais, o acréscimo foi de 6.188 milhões para 9.846, correspondendo a 59%.

Os fundos diretamente supridos pelo Tesouro Nacional ou recolhidos à sua ordem, por força de disposições legais ou regulamentares, cresceram-se de 5.561 milhões de cruzeiros, em 31 de dezembro de 1951, relativamente a 31 de dezembro de 1950, expressando-se, respectivamente, por 35.307 e 29.746 milhões de cruzeiros.

Tais fundos passaram a concorrer com 27,89% na formação dos recursos do Banco, ao passo que representavam apenas 20,81%, em dezembro de 1950.

Os empréstimos subiram, no total, de 39.687 milhões para 41.774, ou seja, na taxa prudente, em face das circunstâncias inflacionárias, de 5%, se tivermos em vista os fatores apontados na introdução sobre a política econômica e financeira.

Os empréstimos destinados ao Tesouro Nacional se reduziram de 34% e de 57%, para operações financeiras e operações cambiais, respectivamente, somando um total, em números absolutos, de 9.428 bilhões. No que se refere às entidades públicas, registrou-se o aumento de 1.260 milhões nos financiamentos aos Estados, correspondendo a 102% sobre o saldo em 31 de dezembro de 1950.

Enquanto o Tesouro, em 1950, absorvia 47,12% do total dos empréstimos do Banco, que eram, na época, de 39.688 milhões de cruzeiros, já em 1951 aquela percentagem baixou para 22,19% — calculada sobre um total superior de operações — o que permitiu

a aplicação de substancial massa de recursos nos setores produtivos privados, bem como na assistência aos governos locais.

Os empréstimos à produção cresceram de 2.366 milhões, como se verifica pelo quadro seguinte :

*Crédito à  
produção*

	<i>Saldos em fim de ano</i>		<i>Varições</i>
	<i>1950</i>	<i>1951</i>	<i>%</i>
Agrícolas . . . . .	1.130	2.535	+ 124
Pecuários . . . . .	2.888	3.303	+ 14
Agropecuários . . . . .	21	33	+ 58
Industriais . . . . .	1.287	3.260	+ 153
Agro-industriais . . . . .	920	30	— 96
Outros . . . . .	599	50	— 91
<b>Total . . . . .</b>	<b>6.845</b>	<b>9.211</b>	<b>+ 34</b>

Na expansão do crédito agrícola, foram beneficiados principalmente o algodão, a cana de açúcar, o milho e o trigo. Registram-se ainda acréscimos nos financiamentos para máquinas e animais de serviço e para melhoramentos nas fazendas, em percentagens aproximadas de 150% e 300%, respectivamente.

Durante o ano de 1951, restabeleceu-se, em parte, o crédito destinado à criação, em benefício de proprietários rurais e de tradicionais pecuaristas, que se achavam necessitados de repovoar seus campos e que dispunham de instalações adequadas, campos cercados, aguadas suficientes, etc. Foi cuidadosamente desenvolvido, outrossim, o financiamento para aquisição de gado leiteiro de raças finas, bem como tomadas as providências necessárias para incrementar o auxílio financeiro aos trabalhos de remodelação e equipamento das propriedades rurais.

Mereceram especial amparo da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, em 1951, as indústrias de base, notadamente as de cimento, energia elétrica, metalurgia e siderurgia, além de outras essenciais, como as têxteis e de beneficiamento de produtos agrícolas

As operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial serão realizadas em bases mais amplas, quando entre em vigor o novo Regulamento há pouco aprovado pelo Governo. Nêle acham-

se previstos e disciplinados o crédito cooperativo, o incentivo da pequena agricultura, o melhoramento das condições de rendimento de explorações agrícolas, o estímulo ao aprimoramento técnico do trabalho e das atividades rurais, etc. E' indispensável, porém, ampliar os recursos financeiros à disposição da Carteira.

Os empréstimos da Carteira de Exportação e Importação cresceram de 94%, atendendo a necessidades imperiosas de aquisição de estoques e a problemas difíceis de exportação.

Os empréstimos diversos, através da Carteira de Crédito Geral, se elevaram de 92%, atingindo em 31 de dezembro de 1951 a cifra de 15.093 milhões, contra 7.260 milhões em igual data de 1950. Tais recursos foram preponderantemente destinados ao financiamento de produtos em fase de circulação e escoamento, conferindo, ainda, à indústria os capitais de movimento necessários à renovação de seus estoques de matérias primas e às demais operações ligadas à produção industrial.

Além dos fatores apontados na introdução a este capítulo da Mensagem, vale salientar que débitos dos Governos federal, estaduais e municipais, relativos a fornecimentos e obras, obrigam os credores a recorrerem ao crédito bancário. No caso dos bancos oficiais, apesar da política de disciplina e seletividade do crédito, não era possível deixar de atender a certas situações clamantes.

E' essa mais uma conseqüência da situação desordenada que encontrei na execução orçamentária e nas contas públicas. E' mais um exemplo a favor da conveniência de uma administração financeira e orçamentária cuidadosa.

Da mesma forma, receberam o necessário apóio financeiro instituições diversas, como as Cooperativas de Produção da Paraíba e de Pernambuco, o Instituto de Cacau da Bahia, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, etc., tendo-se em vista os interesses econômicos de extensas regiões produtivas do interior.

As cifras até aqui alinhadas deixam evidente a favorável orientação dada em 1951 às operações do Banco do Brasil, cujas disponibilidades foram aplicadas no incremento de atividades diretamente ligadas à produção ou destinadas a favorecê-la, mantendo estreito entrosamento com as diretrizes econômico-financeiras traçadas na anterior Mensagem anual.

*Auxílios financeiros aos Estados e Municípios*

Para completar o quadro aqui delineado, merece ser registrada a destinação dos créditos e dos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil no ano findo aos Governos Estaduais e Municipais, visando ao financiamento de relevantes programas locais, conforme a discriminação abaixo :

	Cr\$
<i>Alagoas :</i>	
Para ampliação dos serviços de águas e esgotos de Maceió . . . . .	5.000.000,00
<i>Bahia :</i>	
Para atender a urgentes compromissos pertinentes à conclusão de obras públicas de cuja paralisação resultariam conseqüências danosas à economia de Estado . . . . .	200.000.000,00
<i>Ceará :</i>	
Para minorar os efeitos da seca e a serem aplicados por intermédio dos 78 Municípios do Estado . . . . .	20.000.000,00
<i>Goiás :</i>	
Para encampação de serviços elétricos . . . . .	12.000.000,00
<i>Minas Gerais :</i>	
Para aplicação em obras públicas, sobretudo de energia e transportes . . . . .	400.000.000,00
<i>Paraíba :</i>	
Para atender às necessidades mais imediatas do Estado, tendo em vista a grave situação econômico-financeira que atravessa, causada, principalmente, pela ausência de chuvas na época normal das atividades rurais, pela praga da legarta, que reduziu a produção algodoeira, pela necessidade de incrementar a agricultura e os transportes e pela dívida passiva de aproximadamente 94 milhões de cruzeiros . . . . .	40.000.000,00
<i>Paraná :</i>	
Para conclusão de obras relativas aos primeiros grupos das usinas hidrelétricas de Cotia e de São João, do plano hidrelétrico do Estado . . . . .	50.000.000,00
<i>Piauí :</i>	
Para reforma e ampliação dos serviços elétricos de Teresina . . . . .	10.000.000,00

*Rio Grande do Norte :*

Para reforma, ampliação e instalação de serviços de água e esgotos em Natal, Mossoró e Caicó .....	30.000.000,00
--	---------------

*Rio Grande do Sul :*

Para conclusão do plano de eletrificação do Estado ..	400.000.000,00
Para reaparelhamento da Viação Férrea do Rio Grande do Sul .....	100.000.000,00
Para reaparelhamento dos serviços de água e luz da cidade do Rio Grande .....	10.000.000,00

*Rio de Janeiro :*

Para os serviços de conclusão da Usina Hidrelétrica de Macabu .....	100.000.000,00
---	----------------

*São Paulo :*

Crédito do movimento, destinado à antecipação de receita	480.000.000,00
--	----------------

Além da concessão desses créditos, prestou o Banco do Brasil assistência aos Estados, por garantias oferecidas para que realizassem a aquisição de equipamentos essenciais para a conclusão de relevantes obras públicas.

**CARTEIRA  
DE REDES-  
CONTOS**

Como fonte de recursos complementares e eventuais, destinados ao financiamento cíclico da produção, nos períodos máximos do escoamento das safras, as operações da Carteira de Redescontos merecem ser analisadas em função da maior margem de recursos que, em 1951, foi aplicada pelo Banco do Brasil naquele financiamento.

Pelos saldos existentes no fim dos exercícios de 1950 e 1951, as aplicações da mencionada Carteira sofreram um declínio de 4.854 milhões de cruzeiros, sendo :

Redescontos e empréstimos ao Banco do Brasil .....	— 6.466
Redescontos a outros Bancos .....	+ 1.612
<b>Total</b> .....	<b>— 4.854</b>

O papel-moeda de responsabilidade da Carteira baixou, também, de 4.960 milhões de cruzeiros.

A encampação de 9.135 milhões de cruzeiros, promovida de acordo com a Lei n.º 1.419, de 28 de agosto de 1951, permitiu resgates sucessivos — do Tesouro Nacional para com o

Banco do Brasil, dêste para com a Carteira de Redescontos e, finalmente, desta para com o Tesouro Nacional. Em consequência, reajustando-se os números acima indicados, as transações da Carteira de Redescontos, em 1951, apresentaram a seguinte evolução real, já que a precitada tem característicos contábeis :

	Cr\$ 1.000.000
Redescontos ao Banco do Brasil .....	+ 2.669
Redescontos aos outros Bancos .....	+ 1.612
	<hr/>
Aumento geral dos redescontos .....	4.281
A emissão líquida para atender à Carteira de Redescontos foi de .....	4.175
	Cr\$ 1.000.000
Valor da encampação (Lei n.º 1.419) .....	9.135
Redução contábil do papel-moeda de responsabilidade da Carteira, em 31-12-1951, em relação ao saldo de 31 de dezembro de 1950 .....	— 4.960
	<hr/>
Emissões de papel-moeda feitas em 1951, para suprir de recursos a Carteira .....	4.175

A encampação promovida pela Lei n.º 1.419, acima referida, foi aplicada na liquidação dos seguintes débitos do Tesouro Nacional, junto ao Banco do Brasil :

	Cr\$
Saldo a liquidar do exercício de 1946 .....	1.092.763.696,30
C/Liquidação — remanescente do exercício de 1949 ..	995.088.148,60
Saldo a liquidar do exercício de 1950 .....	42.373.409,30
Letras do Tesouro, emitidas em 1950 e reformadas em janeiro de 1951 .....	2.000.000.000,00
The Leopoldina Railway Co. Ltd. — C/Carvão .....	7.233.337,20
C/Compra de carvão .....	3.793.747,40
C/Compra do saldo de 12.820 toneladas de farinha de trigo da Argentina .....	1.336.821,20
C/Serviço de abastecimento da Benha .....	9.145.253,00
C/Serviço de abastecimento de Carne .....	5.420.961,00
C/Trigo Uruguaio — Acôrdo de Compensação firmado em 18-4-1949 .....	72.025,00
C/Adiantamentos a The Leopoldina Railway Co., Ltd.	
C/Resultados pendentes .....	857.269.638,80
Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná .....	88.125.600,30
Dívida Externa — Compra e resgate de títulos .....	397.461.402,60
Estrada de Ferro Santos a Jundiá .....	159.398.431,70
The Leopoldina Railway Co., Ltd. ....	40.614.799,70
Lloyd Brasileiro Patrimônio Nacional .....	217.613.961,30
State of Bahia South Western Railway Co., Ltd. ....	45.030.056,90

Tesouro Nacional — C/Resgate de empréstimos em esterlínos . . . . .	2.349.221.945,70
The Great Western of Brazil Railway Co., Ltd. . . . .	4.254.252,60
<hr/>	
Aplicações feitas . . . . .	8.716.216.488,60
Encampação autorizada . . . . .	9.135.160.000,00
<hr/>	
Saldo . . . . .	418.943.511,40

Para bem desincumbir-se de suas funções, cada dia mais complexas, o Banco do Brasil empenhou-se em 1951 no aperfeiçoamento de sua organização. Os dois pontos fundamentais desse programa são a melhoria na coordenação entre seus vários setores e o aparelhamento dos serviços técnicos na Presidência e nas várias Carteiras. Dessa forma, atualiza-se o Banco como instrumento da política econômico-financeira do Governo.

#### EXPANSÃO DA RÊDE BANCÁRIA

A rêde bancária ainda está pouco difundida, apesar do papel pioneiro exercido pelo Banco do Brasil, que, ainda em 1951, criou mais 60 agências.

Na Região Sul, a mais bem servida, há um estabelecimento por 12.000 habitantes; na Região Leste, um por 14.000, e na Região Centro-Oeste, um por 26.000, enquanto que na Região Nordeste o número correspondente de habitantes passa a ser 102.000 e na Região Norte 78.000.\* Além do número reduzido de agências, ainda não se generalizou o uso do banco em muitas zonas do interior, nas quais já se instalaram estabelecimentos.

Estão sendo adotadas medidas para maior extensão da rêde bancária.

Mesmo nos grandes centros, o uso do cheque não se encontra difundido, apontando-se como grande responsável a pouca ou nenhuma garantia da lei, que não oferece meios rápidos e eficazes para a defesa dos portadores contra a má-fé dos emitentes. Convém, outrossim, desenvolver o uso institucional do cheque nos pagamentos. Para êsses problemas peço a atenção do Congresso.

Entretanto, devemos registrar que a situação melhora dia a dia. Aumentam as transações bancárias, não só em termos monetários, mas também em consequência da maior difusão da rêde. Cresce o movimento de cheques, e de tal sorte que a relação

entre os cheques compensados e os depósitos a vista se eleva, indicando um aumento na velocidade de circulação.

Um fato é digno de nota especial no que se refere à rede bancária: a tendência à especialização de funções e ao estabelecimento de bancos de investimentos.

Aparte o Banco do Brasil, dispõe hoje o Governo de numerosas outras organizações de natureza bancária, cujo papel cresce de importância cada dia. Além das Caixas Econômicas e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, sobre os quais apresento adiante os dados atuais, há a Caixa de Crédito da Pesca e o Banco de Crédito da Amazônia, os quais, sendo ligados a um ramo de produção e a um programa regional, são referidos nas seções próprias.

ORGANIZA-  
ÇÕES ES-  
PECIAIS

Propôs o Governo, em 1951, a criação do Banco do Nordeste do Brasil e, já neste exercício, a do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que, objetivando inicialmente a gestão do fundo de reaparelhamento econômico, evoluirá provavelmente no sentido de transformar-se no banco oficial de investimentos.

A necessidade que se tem feito sentir da criação de bancos especiais impôs ao Governo o exame da questão do controle dos mesmos, só em parte, presentemente, resolvido. Nesse sentido, foram propostos dispositivos adequados, no anteprojeto de lei sobre a criação do Banco do Nordeste do Brasil.

As atividades das Caixas Econômicas Federais continuam em franca ascensão, dentro de absoluta normalidade e perfeita segurança.

CAIXAS  
ECONÔ-  
MICAS  
FEDERAIS

Os depósitos recolhidos, no fim do ano passado, somaram aproximadamente 12 bilhões, e os empréstimos 9,5 bilhões, o que corresponde a uma inversão de cerca de 80%.

Para se fazer uma idéia de quanto as Caixas Econômicas Federais representam no conjunto dos estabelecimentos de crédito do País, basta assinalar que os saldos, em 31 de dezembro de 1951, de empréstimos por elas concedidos equivalem praticamente ao total de saldos de empréstimos do Banco do Brasil a todos os ramos da produção agrícola e industrial, na mesma data. Dê-se total de saldos de empréstimos concedidos pelas Caixas, 5 bilhões, ou seja, pouco mais da metade, correspondem a empréstimos hipotecários, simples, para construção ou compra de casa própria e, em pequena escala, para empreendimentos industriais.

Os saldos de empréstimos sob garantia de consignação em folha, atribuídos a funcionários públicos e parastatais, totalizaram, em 1951, a importância de 1,6 bilhões de cruzeiros. Nas principais rubricas, aliás, houve sensível acréscimo de movimento em relação ao ano anterior.

A receita das vinte e uma Caixas Econômicas Federais está orçada, para o 1.º semestre de 1952, em 519 milhões e a despesa em 493 milhões. Considerando-se que estes valores ascendem de semestre para semestre, prevêem-se para o ano de 1952 as somas de aproximadamente 1.050 milhões e 1 bilhão, respectivamente, para a receita e a despesa orçamentárias.

Montando a 484 milhões, ou 93% do total da receita, a renda de juros, e atingindo a 299 milhões, ou 60% do total da despesa, a despesa com juros credores, temos um saldo de 184 milhões, insuficiente para cobrir a despesa administrativa, no total de 187 milhões. A renda administrativa supre a deficiência, e as rendas patrimonial e extraordinária são superiores às respectivas despesas. Mas, ainda assim, não se trata de uma situação satisfatória.

O saldo provável é representado, no 1.º semestre, pela importância de 25 milhões, que corresponde a 5% da receita. Este índice é baixo. É de esperar, todavia, que os resultados efetivos sejam melhores, pois os orçamentos são elaborados, especialmente nas Caixas maiores, em base inferior às possibilidades reais.

Prevêem-se para o 1.º semestre de 1952 inversões superiores a 1 bilhão.

A 8.ª Reunião Congressual das Caixas Econômicas, realizada já neste exercício, recomendou, atendendo à orientação do Governo, várias normas no sentido da perfeita harmonia entre as operações e o funcionamento das Caixas Econômicas Federais e a política financeira da União.

Nessa base, as Caixas Econômicas Federais aplicarão suas disponibilidades nos seguintes empréstimos permitidos pelo artigo 57 do Decreto n.º 24.427, de 1934: I — hipotecas; II — empréstimos a Municípios; III — penhores e caução de títulos; IV — consignações.

Na concessão de empréstimos hipotecários, terão prioridade absoluta os destinados: I — à aquisição de residência própria até o limite máximo de Cr\$ 300.000,00, de preferência casas a construir, e à construção de conjuntos residenciais populares, cujas unidades sejam vendidas pelo preço máximo de Cr\$ 200.000,00,

mediante contrato de promessa com imissão na posse e prazo de pagamento até 30 anos; II — ao financiamento a industriais (pessoas físicas e jurídicas) para construção de vilas operárias nas proximidades das fábricas, cujas casas deverão ser vendidas aos operários pelo custo.

Os empréstimos aos Municípios destinar-se-ão exclusivamente ao financiamento de obras reprodutivas ou de urgente e imediata utilidade pública, sobretudo serviços de águas, esgotos e energia, devendo ser garantidos, de preferência, pela cota-parte do imposto de renda.

As Caixas Econômicas Federais depositarão, em cada exercício, 10% de suas disponibilidades no Tesouro Nacional ou no Banco do Brasil, até completar o mínimo de 5% sobre o total dos depósitos de cada uma delas, destinando-se essa reserva a atender aos casos de retiradas anormais feitas pelos depositantes.

Ao Ministro da Fazenda competirá deliberar sobre a melhor aplicação das reservas, ouvido o Conselho Superior e o Conselho Administrativo interessado.

Juntamente com o seu orçamento, cada Caixa submeterá semestralmente ao Conselho Superior o plano de inversões, no qual serão rigorosamente observadas as normas acima. O orçamento e o plano de inversões serão elaborados e executados de modo a lograr estrito equilíbrio orçamentário.

As Caixas Econômicas Federais incentivarão, por meios adequados, o aumento dos depósitos populares, abstando-se de receber depósitos comerciais. Na elaboração das tabelas de juros organizadas pelos Conselhos Administrativos, serão obedecidas as instruções da Superintendência da Moeda e do Crédito.

A 8.<sup>a</sup> Reunião Congressual recomendou ainda a concessão de auxílios de valor correspondente às quantias que se fizessem necessárias para que cada uma das Caixas novas, cujos recursos (depósitos mais auxílios) sejam inferiores a cinquenta milhões de cruzeiros em 31 de dezembro de 1951, de conformidade com o disposto no art. 66 do Decreto n.º 24.427, de 1934. O auxílio será prestado pelas Caixas que disponham de mais de meio milhão de cruzeiros de depósitos e cuja taxa de custo de dinheiro não exceda de 9% a.a. Apurado o total dos auxílios a serem prestados, será êle rateado entre as Caixas auxiliadoras, proporcionalmente à soma dos depósitos que cada uma destas possua no Tesouro Nacional e no Banco do Brasil, nas contas congeladas.

A 8.<sup>a</sup> Reunião Congressoal recomendou também que seja incentivada a criação do maior número possível de novas agências econômicas postais, estabelecendo-se um plano pelo Conselho Superior e o Departamento dos Correios e Telégrafos, para a respectiva instalação no menor prazo possível. A parte dos lucros líquidos oriundos das inversões dos depósitos coletados pelas agências econômicas postais, que couber às aludidas agências, será aplicada em benefício dos respectivos funcionários.

Cogitou-se também da reclassificação das Caixas Econômicas Federais na base dos depósitos realizados.

Foram os seguintes, por ordem geográfica, os programas de inversões adotados pelas Caixas, segundo as normas acima e em função dos recursos previstos:

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	I N V E R S Õ E S				
	(em milhões de cruzeiros)				
	Total	Aumento do depó- sitos	Reversão	Compro- missos	A aplicar em 1952
Amazonas . . . . .	18,7	6,0	3,5	1,2	8,0
Pará . . . . .	30,0	10,0	5,0	—	15,0
Maranhão . . . . .	12,2	4,0	2,1	1,9	4,2
Piauí . . . . .	13,6	5,0	1,8	3,0	3,8
Ceará . . . . .	54,6	18,0	9,6	12,0	15,0
Rio Grande do Norte . . . . .	8,7	3,0	1,2	3,0	1,5
Pernambuco . . . . .	15,8	10,5	2,4	1,5	1,4
Pernambuco . . . . .	66,8	8,0	22,0	16,8	20,0
Alagoas . . . . .	24,0	8,0	3,5	3,6	8,9
Sergipe . . . . .	7,0	1,5	2,0	0,1	3,4
Bahia . . . . .	90,0	30,0	15,0	5,0	40,0
Minas Gerais . . . . .	360,0	120,0	60,0	50,0	130,0
Espírito Santo . . . . .	22,9	6,0	2,0	6,9	8,0
Rio de Janeiro . . . . .	103,0	30,0	21,0	52,0	—
Distrito Federal . . . . .	1.112,0	450,0	105,0	282,0	275,0
São Paulo . . . . .	1.450,0	250,0	400,0	526,0	274,0
Paraná . . . . .	296,0	100,0	48,0	71,0	77,0
Santa Catarina . . . . .	36,0	12,0	4,0	10,0	10,0
Rio Grande do Sul . . . . .	437,0	100,0	96,0	141,0	100,0
Goiás . . . . .	30,0	1,5	10,5	12,0	6,0
Total . . . . .	4.188,3	1.173,5	814,6	1.199,0	1.001,2

As aplicações destinam-se, em regra, a casas de valor até 300.000 cruzeiros, a unidade. No Estado da Bahia, aplicar-se-ão 15 milhões em empréstimos aos Municípios para a instalação de serviços de água, esgotos e energia. No Estado do Rio de Janeiro

a aplicação de recursos, em 1952, dependerá do que a administração da Caixa transferir da importância dos "compromissos" para 1953. No Distrito Federal serão aplicados 75 milhões nas Carteiras de Penhores e Consignações. No Rio Grande do Sul, 30 milhões em empréstimos aos Municípios para a instalação de serviços de água, esgotos e energia.

O Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais se esforça por cumprir sua função de controle de gestão das diversas Caixas, com um orçamento de despesas que, sendo de 1,2% sobre as receitas globais das Caixas, se eleva a cerca de 25% dos saldos previsíveis. Poderá o Conselho Superior isentar as Caixas Econômicas das contribuições a êle destinadas, se o Congresso Nacional aprovar o projeto que o autorize à criação de um Departamento de Seguros.

A coleta de dados e a classificação das operações, por parte do Conselho, ainda não permitem, contudo, um melhor exame da atuação desses estabelecimentos.

Em minha longa vida pública venho insistindo sobre a necessidade de criar-se no País sólido sistema de crédito cooperativo. Fundei em 1943 a Caixa de Crédito Cooperativo. Infelizmente, o programa não teve a conveniente continuidade. Em princípios de 1951, essa instituição se encontrava em situação das mais precárias, desprovida de recursos que lhe permitissem desenvolver o plano de fomento para o qual fôra instituída. As despesas de administração chegaram a superar as receitas, consumindo o próprio capital. As operações realizadas escapavam por vêzes às finalidades da instituição, cujos poucos recursos foram comprometidos em financiamentos inseguros, obrigando o Governo atual a constituir uma comissão de inquérito e liquidação, incumbida de apurar a natureza de tais transações e indicar os meios de promover a sua regularização ou liquidação, bem como a responsabilidade dos que tenham concorrido para tais irregularidades.

Cuidou, por isso, o Governo de prover a Caixa de Crédito Cooperativo de meios suficientes para o prosseguimento das suas atividades. Assim obteve a Caixa um empréstimo de 100 milhões de cruzeiros no Banco do Brasil, com o qual amparou preferentemente cooperativas produtoras de gêneros alimentícios e de primeira necessidade, ou aquelas que, exercendo atividades no ramo de exportação, contribuissem para o ingresso de divisas.

CRÉDITO  
COOPERATIVO

A Caixa concedeu financiamentos nos valores seguintes, em mil cruzeiros :

Cooperativas Ervateiras .....	14.355
Cooperativas Agro-Industriais .....	9.124
Cooperativas de Crédito Agrícola .....	900
Cooperativas Avícolas .....	1.580
Cooperativas de Cacau e Tungua .....	10.400
Cooperativas Vinícolas .....	3.700
Cooperativas de Banha e Produtos Suínos .....	17.300
Cooperativas de Carne e Derivados .....	19.300
Cooperativas de Produção Animal de outras categorias .....	5.500
Cooperativas açucareiras .....	22.275
Cooperativas Diversas .....	250

Essas novas operações, cujo total se elevou a cerca de .... 115.000.000 de cruzeiros, resultaram, sem dúvida, em notável alívio à crise de suprimentos alimentícios, que ainda afeta os centros de maior concentração populacional do país, e, ao mesmo tempo, em forte estímulo à massa de produtores cooperativados de várias regiões, notadamente nos setores que se dedicam à produção da erva-mate, cacau, vinhos, banha, produtos suínos e produtos animais de outras categorias.

Entretanto, o empréstimo obtido pela Caixa significou uma providência de emergência, visto que sendo elevada a taxa de juros respectiva, só permitia o financiamento da comercialização da produção cooperativa, não alcançando outras fases da economia cooperativa.

Em agosto do ano transato, foi promulgada a Lei n.º 1.412, que transformou a antiga Caixa em Banco Nacional de Crédito Cooperativo e elevou o seu capital inicial para 500 milhões de cruzeiros, em cujo montante se permitiu a participação das Cooperativas na proporção de dois quintos. A mesma lei autorizou o Poder Executivo a abrir o crédito especial de 200 milhões para integralização da cota de capital reservada à União Federal. Promoveu o Governo, de logo, a abertura de um crédito especial de 100 milhões.

Não tendo o Banco Nacional de Crédito Cooperativo as características dos bancos mercantis de depósitos e descontos, as suas atividades reclamam grandes dotações de capital. Seus recursos atuais são insuficientes para atender às necessidades de crédito cooperativo.

Em 11 de dezembro último, pelo Decreto n.º 30.265, aprovou o Governo o novo Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, baixado em decorrência da Lei n.º 1.412.

Algumas alterações fundamentais foram introduzidas no citado Regulamento, em confronto com o anterior. Dentre elas, convém assinalar, em primeiro lugar, o dispositivo que manda incorporar ao capital do Banco cinquenta por cento dos lucros apurados em cada exercício. Esta medida, embora no início não possa proporcionar recursos avultados, com o decorrer do tempo há de contribuir, certamente, para aproximar os recursos do Banco à demanda do crédito cooperativo

Outra inovação digna de nota é aquela que manda aplicar, às operações do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, tabelas de juros diferenciais comparativos. Este sistema parece ser o mais adequado para o atendimento das finalidades de um Banco de fomento, característica que motivou a instituição deste estabelecimento. Mediante este processo, serão organizados planos financeiros com taxas de juros variáveis, segundo a natureza das iniciativas a financiar, e suas relações com os interesses da economia nacional, da economia cooperativa, rentabilidade, risco de operação, etc.

Manda o novo Regulamento instituir dois fundos especiais, cujo alcance merece ser destacado: o primeiro se refere ao fundo de remuneração do capital, instituído com a finalidade de proporcionar recursos que possibilitem o gradativo rebaixe das taxas de juros; e o segundo, destinado a prover recursos que permitam a concessão de empréstimos-auxílio destinados ao fomento das iniciativas que concorram para o bem-estar e o progresso social dos cooperados, bem como para recuperação de prejuízos causados por pragas ou eventos da natureza, para os quais não exista cobertura de risco nos planos de seguros das empresas em operação no país.

Esta segunda modalidade poderá suprir, em relação aos produtores cooperados, a falta de seguros agrícolas, cuja necessidade cada vez mais se acentua nos meios rurais. Os empréstimos efetivados com a aplicação deste fundo especial, não vencerão juros e serão resgatados no prazo de três anos, permitindo, assim, que o prejuízo de uma colheita venha a ser resgatado em três safras consecutivas.

Estas providências regulamentares demonstram o interesse do Governo em solucionar, de um modo racional e conveniente,

os problemas do crédito cooperativo, atendendo, tanto quanto possível, aos interesses ligados às populações do interior, e ao abastecimento dos núcleos de concentração urbana.

**MERCADO  
DE CAPI-  
TAIS**

O desenvolvimento do mercado de capitais se correlaciona com a expansão da economia monetária, com o desenvolvimento da produção básica e da organização econômica nacional. Todavia, numerosas outras razões, ligadas à situação financeira, têm impedido o alargamento do mercado brasileiro de capitais, na proporção que as atuais condições já permitem. Entre essas razões, cumpre mencionar: a precária posição dos títulos da dívida pública; o retraimento do capital privado, que, de modo geral, ainda circula em âmbitos restritos e exclusivistas de empresas familiares auto-financeáveis; certo descrédito em que caíram, perante a opinião pública, as emissões de capital de empresas particulares, pela experiência negativa de empreendimentos inidôneos, que procurei coibir, no meu passado governo, por uma lei que disciplinou a incorporação de sociedades por ações.

O movimento de capitais registrou, em 1951, consideráveis acréscimos, relativamente ao ano anterior. Basta mencionar, a respeito, que as emissões de capitais, em 1951, totalizaram 11,8 bilhões de cruzeiros, somente no Distrito Federal e na capital do Estado de São Paulo, contra 4,5 bilhões de movimento, em 1950. O fato é sobremaneira auspicioso, sobretudo quando se tem em vista que dois terços das aludidas emissões consistiram em subscrições em dinheiro, traduzindo, inequivocamente, apesar da inflação, apreciável aumento de nossa capacidade investidora.

Entretanto, a situação das bolsas de valores não é, apesar do progresso que registra, a desejável e a que seria de esperar nas atuais circunstâncias, a fim de permitir a mobilização mais conveniente dos recursos do País e o financiamento adequado dos empreendimentos básicos, públicos e particulares, ao lado do desenvolvimento geral da produção. O Governo, no seu programa econômico e financeiro, reputa de grande importância a organização e o alargamento das operações das bolsas de valores, ou seja, do mercado dos títulos do Governo e das empresas privadas.

Um passo fundamental é disciplinar o lançamento e defender as cotações dos títulos públicos, de que tratei no capítulo sobre Dívida Pública.

Cabe, ainda, um melhor controle das emissões particulares, a fim de resguardar o público, quanto possível, das incorpora-

ções indóneas, e assim evitar que, na atual fase de expansão dos empreendimentos privados, se prejudique, pela desmoralização conseqüente, a boa disposição do público, relativamente à subscrição de capitais. Esse é um problema em estudo nos órgãos próprios do Governo.

Enquanto isso, afigurou-se indispensável a mobilização das economias institucionais mais de acôrdo com os interesses gerais da economia brasileira. Já expus a orientação seguida quanto às caixas econômicas. Quanto às instituições de previdência ou seguro social, igual esforço está sendo feito pelo Governo, tendo em vista, inclusive, estimular os nascentes bancos de investimento.

Indispensável também se faz que as disponibilidades das empresas de seguros privados e capitalização, deduzidos seus recursos próprios, tenham sua aplicação rigorosamente subordinada aos interesses da economia geral, sem, naturalmente, desprezar os princípios tradicionais da segurança e da rentabilidade necessárias para fazerem face aos seus compromissos. Antes mesmo de encaminhar um projeto de lei especial sobre a matéria, já no projeto criando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico se estabelece a obrigação de as empresas de seguro privado e capitalização tomarem os títulos do reaparelhamento econômico.

É imprescindível satisfazer às grandes necessidades de investimentos básicos, para os quais os fundos estabelecidos em lei são manifestamente insuficientes. O progresso ulterior do País depende, em grande parte, da capacidade de superar nosso atraso nos investimentos básicos de energia, transportes, saneamento, indústrias básicas e produção agrícola.

De relevante importância para o desenvolvimento e a manutenção mesma de grande número de atividades na sociedade moderna, a par da não menos destacada repercussão sobre a economia interna dos países, não pode deixar de merecer esse setor a melhor atenção e estímulo por parte dos poderes públicos.

SEGUROS  
PRIVADOS

Outra não foi, aliás, a preocupação do Governo ao criar, em 1939, o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), destinado, de um lado, a controlar e fomentar os seguros privados entre nós e, de outro, a reter no País vultosas importâncias que eram canalizadas para o Exterior, por via do "resseguro", à falta de organizações internas em que se pudesse êle realizar.

Dos frutos desse empreendimento, quer sob o ponto de vista da retenção de capitais, quer sob o de desenvolvimento das opera-

ções de seguros, falam o crescente desenvolvimento do nosso mercado segurador, com plena consolidação das operações nos principais ramos, promissor impulso nos ramos menos desenvolvidos e progressiva incursão naqueles até então inexplorados em nosso meio.

Ao se encerrar o exercício de 1951, encontrava-se o Instituto de Resseguros do Brasil operando nos ramos Incêndios, Transportes, Cascos Marítimos, Acidentes Pessoais, Vida, Aeronáuticos, Automóveis e Lucros Cessantes, este último com suas operações iniciadas em 1.º de fevereiro daquele ano.

Uma idéia do desenvolvimento das atividades do Instituto de Resseguros do Brasil pode ser dada pelo confronto com o desenvolvimento do mercado segurador nacional. O movimento deste último, revelado pelo montante dos prêmios de seguros diretos, já próximo dos 3 bilhões de cruzeiros, apresentou, em 1951, um acréscimo de 6,9% em relação ao movimento de 1950; enquanto isso, no ano passado, o movimento de resseguros a cargo do IRB revelou um acréscimo de 19,7% em relação ao do ano anterior. O montante dos resseguros no IRB já ultrapassou, em 1951, a importância de quinhentos milhões de cruzeiros.

Digna de menção é a circunstância de que, com o início das operações do Instituto de Resseguros do Brasil nos ramos Automóveis, Cascos Marítimos e Lucros Cessantes, apresentaram esses ramos extraordinário aumento no volume de suas operações, respectivamente de 153,71%, 268,59% e 273,14%, sobre o movimento do ano anterior, fato este que tem sido observado tôdas as vezes em que aquêlê órgão inicia operações em um novo ramo.

Os seguros de Responsabilidade Civil e Agropecuário constituem novos ramos de particular interêsse, notadamente o último, que representará forte instrumento de amparo social e econômico a um núcleo destacado dos nossos produtores de riqueza, qualificando-o, por isso mesmo, como medida quase imprescindível. Aos projetos a respeito, já em curso no Congresso Nacional, conviria, assim, ser dada a maior atenção, sendo que, no tocante aos seguros agrícolas, já determinei estudos especiais, que permitirão equacionar o problema em bases amplas, os quais espero submeter, em breve, à consideração do Congresso Nacional.

No que se refere, particularmente, ao Resseguro, é de salientar-se que elevada percentagem do volume de prêmios dos contratos de seguros realizados no País vem sendo retida pelo Insti-

tuto de Resseguros do Brasil, que somente os coloca no exterior nos casos de riscos de excepcional vulto que ultrapassem a capacidade de cobertura do nosso mercado, resultando em que a balança de pagamentos do Brasil não só deixa de ser pesadamente onerada com o envio desses prêmios para o exterior, como ainda é beneficiada com a entrada de divisas provenientes dos negócios obtidos em reciprocidade.

No tocante às operações com o exterior, é de notar-se, contudo, que não foi sem grandes dificuldades que se obtiveram os resultados apresentados em 1951. Assim é que, obrigado, por motivos de ordem técnica, a enviar para o estrangeiro o montante aproximado de 25 milhões em prêmios de resseguros, conseguiu o Instituto de Resseguros do Brasil, a título de reciprocidade, apenas uma compensação de 15%, não obstante sua posição de ressegurador internacional já o haver colocado como a 12.<sup>a</sup> organização mundial exclusiva no ramo. Concorrem para dificultar essas operações externas, dentre outros fatores gerais, certas condições peculiares ao sistema fiscal e financeiro do Brasil, tais como: a incidência do imposto de renda de 15% sobre os prêmios de seguros e resseguros enviados ao exterior; o imposto de remessa de 8%, ao qual é adicionada a despesa bancária de 1%; o imposto de selo de 5%, que incide sobre os prêmios recebidos do exterior; a dificuldade de obtenção de cambiais destinadas ao pagamento de saídos de contas mantidas de acordo com contratos de resseguros previamente estabelecidos.

Medidas que venham facilitar essas operações deverão ser estudadas, a fim de que, sem embargo dos interesses derivados de outros setores também relevantes, possam ser vencidos os obstáculos acima assinalados, em proveito da economia nacional.

Na esfera do comércio internacional, cogita-se, ainda, de um plano para cobertura dos riscos de viagens internacionais, excluídas até agora do âmbito de operações do ressegurador oficial, plano este que proporcionará, sem dúvida, os mais amplos benefícios ao seguro privado brasileiro.

A política de fretes e seguros de qualquer país visa ao estabelecimento de condições econômicas para o desenvolvimento de suas atividades comerciais, industriais e outras, e essas condições econômicas se refletem fortemente na balança de pagamentos, pois quanto maior for a parcela de dispêndio em troca de utilidades e menor a parcela relativa a serviços, tanto melhor será a situação do País.

Os prêmios de seguros, estimados com base na taxa média calculada nos valores do movimento de mercadorias do nosso comércio exterior, nos últimos anos, atingiram somas elevadas.

É evidente que, se esses seguros fossem efetuados no Brasil, haveria uma apreciável economia de divisas, porquanto todo o movimento de prêmios, deduzidos os pagamentos de sinistros, ficaria dentro de nossas fronteiras.

Ressalte-se que nossa importação é geralmente feita sob a cláusula CIF, e a exportação, FOB. Isto significa que as mercadorias que exportamos só entram no ativo da nossa balança comercial com uma parte — o valor FOB — do seu custo no porto de destino, enquanto a mercadoria importada entra no passivo dessa mesma balança pelo seu valor CIF.

O número de empresas de seguros e capitalização, caixas e cooperativas de acidentes do trabalho, espalhadas por todo o território nacional, algumas notoriamente de grande vulto, é de 180. Seu patrimônio já atinge mais de 8 bilhões de cruzeiros. As reservas técnicas e matemáticas das companhias de seguros e capitalização, em fins de 1950, quase alcançavam 6 bilhões, assim aplicadas, em milhões :

Investimentos imobiliários . . . . .	2.935
Empréstimos a segurados e prestamistas, conforme as apólices . . . . .	1.175
Títulos da dívida pública . . . . .	1.035
Outras aplicações . . . . .	801
	<hr/>
	5.946

O incremento anual nessas reservas tem superado a média de 20%, e foi em números absolutos, em 1950, de 1.178 milhões.

Em 1951, os impostos arrecadados sobre as operações de seguros e capitalização totalizaram 410 milhões, superando de 25% o total de 1950.

## CONTROLE MONETARIO

De acôrdo com a Mensagem de abertura da Sessão Legislativa de 1951, o meu govêrno prestigiou a ação do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, que tem atuação destacada na orientação e no contrôle do crédito, e em todos os problemas concernentes à moeda, e à sua defesa interna e externa.

Na Mensagem em que apresentei o projeto do Banco do Nordeste do Brasil, solicitei a outorga de poderes à Superintendência para um contrôle efetivo dos bancos de propriedade do Govêrno Federal ou de que êste seja o maior acionista. Concedidos que sejam êsses poderes, estará a Superintendência apta a programar as concessões de crédito dentro de um plano geral prèviamente fixado, e a exercer um efetivo contrôle dos bancos do Estado, cujo número cresce à vista de imperativos do nosso sistema econômico.

Sem interferir na legítima esfera de ação dos bancos privados, exerceu a Superintendência, com êxito, suas funções precípua de orientadora do crédito e órgão fiscalizador dos estabelecimentos bancários. Conserva ela ainda a estrutura que lhe deu o Decreto-lei n.º 7.293, de 2 de fevereiro de 1945. Em se tratando de instituto estritamente ligado a vários setores do interêsse público, uma imediata reforma de base não seria das mais aconselháveis, pela sua imprevisível repercussão no sistema bancário do país, trazendo eventualmente maiores dificuldades que benefícios. Afigurou-se-me, por isso, de maior valia a reorganização paulatina dos diferentes setores e o seu conseqüente reaparelhamento interno, a fim de habilitá-la ao exercício das graves e importantes funções próprias a um banco central. Com êsse objetivo, criaram-se dois serviços indispensáveis à orientação da moeda e o do crédito — a Assessoria Técnica e a Inspeção Geral de Bancos — aperfeiçoando-se o estudo e contabilização da “balança de pagamentos” exteriores.

A Assessoria Técnica foram atribuídas funções pertinentes ao estudo da conjuntura bancária e de outros problemas concernentes ao sistema bancário e ao crédito em geral. E' desnecessário ressaltar a importância fundamental dêsse órgão no equipamento da Superintendência como entidade orientadora do crédito.

A Inspeção Geral de Bancos não constitui novidade entre nós, embora jamais tenha sido exercitada com a frequência e oportunidade desejadas. E essa vigilância se impõe, uma vez que os bancos, pela própria natureza do negócio, não se limitam a empregar apenas os seus capitais e reservas. A necessidade de remunerar esses capitais e custear os encargos administrativos obriga à inversão de grande parte dos depósitos recebidos da clientela, fazendo nascer o direito do depositante, que não participa das deliberações da diretoria ou da assembléia de acionistas, a que seus interesses sejam eficazmente protegidos pelo Governo. Daí a necessidade inadiável de dar forma permanente e regular à atividade fiscalizadora, reclamada pelo interesse geral.

A atividade dos bancos comerciais é de eminente interesse público. Refletem na estrutura econômica do país as perturbações que porventura os afetem. Incumbe ao Governo fiscalizar-lhes a atuação não só para prevenir as crises e o pânico, de efeitos sempre nefastos, como para proteger os interesses do depositante que na realidade se julga amparado pelo Estado.

A Superintendência reexaminou a questão das taxas sobre depósitos, a fim de se firmar um critério tanto a respeito dos índices máximos convenientes como dos limites a serem adotados para cada tipo de depósito.

A primeira providência no sentido de limitar as taxas de juros sobre depósitos consistiu na Instrução n.º 34, de 17 de agosto de 1950, baixada em virtude de resolução do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, mas a medida não pôde produzir os resultados esperados, pela falta de um órgão fiscalizador. Ocorreu mesmo o decréscimo dos depósitos junto aos bancos mais credenciados, que insistiam na obediência ao preceito legal. Assim, a pedido dos próprios interessados, foi a matéria reexaminada pelo atual Conselho da Superintendência, que não só manteve o critério de limitação das taxas, mas também decidiu fiscalizar o cumprimento da instrução e punir os infratores.

Em consequência foram baixadas as Instruções ns. 36 e 38 reafirmando o princípio da limitação das taxas e introduzindo pequenas alterações para estimular o recolhimento aos bancos das economias mais modestas, respeitada a limitação das taxas, para impedir a especulação em torno dos depósitos e o correlato desvirtuamento dos empréstimos.

Outra importante resolução do Conselho diz respeito à instalação de novas agências de bancos, até então permitidas sem um critério de ordem geral capaz de melhor orientar tais decisões. Na realidade, a expansão da rede bancária se operou entre nós de maneira sensível, mas não inteiramente favorável aos interesses do depositante, uma vez que os novos departamentos se concentraram nas localidades de maior expressão econômica ao envez de se estenderem às pequenas praças, recolhendo as economias das classes mais modestas, familiarizando-as com os negócios bancários, inculcando-lhes hábitos de pontualidade e favorecendo-lhes o intercâmbio com os grandes centros.

Ademais, a abertura indiscriminada de agências em regiões já convenientemente assistidas tenderia a acarretar perturbações na distribuição do crédito, no mercado do dinheiro e no de trabalho, porquanto representariam sempre novos encargos administrativos e de empregados, cujo custo se elevaria na proporção da procura dos elementos capazes. E, como a sobrevivência dos departamentos, com a manutenção dos emprêgos, ficaria condicionada a resultados financeiros compensadores, estabelecer-se-ia desde logo tenaz concorrência em tôrno dos depósitos e empréstimos, favorecendo o desrespeito às taxas máximas estabelecidas para os depósitos e criando o interesse pelas operações de finalidade não produtiva, únicas capazes de proporcionar compensações extra.

Pela Instrução n.º 37, de 20 de junho de 1951, as praças foram classificadas em três categorias: *zonas de captação de fundos*, *zonas florescentes* e *zonas novas*, admitindo-se a abertura de novas filiais em cada uma delas enquanto os empréstimos não tenham alcançado, respectivamente, 50 % 90 % e 150 % dos depósitos já existentes. Ao mesmo tempo fixou-se um limite médio mínimo de depósitos por agência bancária, variável, segundo uma escala previamente fixada, de acôrdo com o número de filiais comportáveis. Finalmente, estabeleceu-se uma ordem de preferência para o caso de vários bancos concorrerem para a abertura de filial em determinada praça e esta somente admitir número menor de agências. Facilidades serão criadas para a instalação de departamentos em praças ainda não providas de agências bancárias, nas capitais e grandes cidades, bem como naquelas em que a média de depósitos por agências se eleve a mais de 30 milhões, a critério do Diretor Executivo.

## SITUAÇÃO CAMBIAL

No ano de 1950 as operações de câmbio, liquidadas em todo o território nacional, foram encerradas com um *deficit* de 278 milhões de cruzeiros.

A sensível redução das importações resgatáveis em moedas conversíveis, levada a efeito em 1950, no intuito de possibilitar a solvência de nossos atrasados comerciais, implicou substancial adiamento da importação de bens essenciais procedentes das áreas de moedas fortes. As solicitações da procura interna de tais utilidades foram atenuadas pela ampliação do regime de compras nos países de moedas inconvertíveis, o que foi fomentado por meio de acordos e convênios de comércio.

Mostrei, ademais, na Mensagem de março de 1951, a necessidade de um programa corajoso de compra e estocagem de produtos essenciais à economia do País, problema vital à nossa segurança econômica, dadas as sombrias perspectivas internacionais, que já nos impunham, desde antes, decisiva política comercial de caráter preventivo, como então reconheceu a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional.

Dêsse modo, intensificamos nossas compras de produtos julgados essenciais, pois que a tensão internacional, cada vez mais forte e ameaçadora, aconselhava essa providência de cautela, em face das graves experiências passadas.

Essa deliberada política, ao lado da utilização de cambiais resultante de compromissos assumidos anteriormente, determinou que em 1951 se acentuasse o *deficit*, reduzindo-se sensivelmente o saldo de divisas. Isso, apesar de, em 1951, se haver tornado mais rigoroso, conquanto mais flexível, o regime de prioridades na concessão de câmbio, baseado na essencialidade das mercadorias a importar e no escalonamento dos compromissos a satisfazer.

Em dezembro de 1950, tais reservas equivaliam, em moeda nacional, a 4,3 bilhões de cruzeiros, assim discriminados:

Unidade — Cr\$ 1.000	
Moedas arbitráveis .....	2.400.039
Moedas compensadas .....	683.446
Moedas bloqueadas .....	1.302.711
Moeda nacional .....	291.740
	<hr/>
	4.677.936
De acordo com a nova taxa da libra .....	4.335.703

No saldo relativo a moedas bloqueadas, estavam compreendidas £ 14.863.160-0-6, calculadas ainda à antiga taxa de Cr\$ 75,4416, não obstante a cotação do esterlino ter baixado, desde setembro de 1949, a Cr\$ 52,4160.

Em 31-12-1951 o quadro era o seguinte, em milhares de cruzeiros :

<i>Disponibilidades:</i>	
Moedas compensadas .....	120.578
Moedas bloqueadas .....	203.776
Moeda nacional .....	278.816
	603.170
<i>Obrigações :</i>	
Moedas arbitráveis .....	559.265
Saldo . . . . .	43.905

Entretanto, registram acréscimo as reservas de ouro, conforme as seguintes cifras, em 31 de dezembro: 283.706.836 gramas de ouro, no valor de Cr\$ 6.447.426.542,90, o que representa, sobre os dados de 1950, uma elevação de 848.876 gramas, ou Cr\$ 17.671.565,60.

Ao findar o ano de 1950, tínhamos comprado, para oportuna devolução, ao Fundo Monetário Internacional US\$ 37.500.000,00, correspondentes a 25 % da cota subscrita pelo nosso Governo naquela instituição. Essa compra se processara em duas parcelas: uma de US\$ 15.000.000,00, em 5-4-1949; e outra, de . . . . . US\$ 22.500.000,00, em 18-11-1949.

Em vista do desequilíbrio em nossa balança comercial com a área do esterlino, que se acentuou em 1950, fomos forçados a nova compra, ao Fundo, de £ 10.000.000 —/, em 9 de janeiro de 1951. Assim, o nosso débito para com essa instituição subiu à cifra de US\$ 65.600.000,00 em fins de 1951.

Além desse total, foi sacada em fevereiro último a soma de 37,5 milhões de dólares para compra de trigo, face à impossibilidade da Argentina de cumprir seus fornecimentos desse cereal.

Os adiantamentos do Fundo Monetário Internacional, destinados a remediar dificuldades passageiras do balanço de pagamentos, vencem juro inferior a 2%, incluindo despesas.

Os adiantamentos anteriores serão pagos no período junho a agosto do corrente ano, e o de fevereiro último vencerá em fevereiro e agosto de 1953.

Sem tocar nas reservas de ouro, o Governo julgou, contudo, necessária a movimentação das disponibilidades em cambiais.

As de moedas fortes, existentes em janeiro de 1951, da ordem de 139 milhões de dólares, foram integralmente utilizadas no decurso do ano transato, na aquisição previdente de bens essenciais, passando a respectiva posição a expressar-se por saldo negativo, em 31 de dezembro último.

Nas moedas de compensação, em que se liquidam as operações efetuadas em virtude de Convênios de pagamentos, as oscilações para menos abrangem quase tôdas as moedas, num total de 685.560 milhares de cruzeiros.

No que respeita às moedas congeladas, também se operou pronunciada baixa, decorrente principalmente da satisfação dos compromissos assumidos em libras, pelo Governo passado, que exigiram a aplicação de £ 846,9 milhares no decorrer dos onze meses de 1951, sem computar a parcela de £ 10.307.762-7-1, paga em 27-11-1951, em virtude do discutido contrato de encampação de "The Leopoldina Railway Co., Ltd.", e contabilizada em dezembro de 1951.

Esses dados podem parecer negativos, porque, do ponto de vista meramente aritmético, passamos do saldo ao *deficit* no balanço de pagamentos. Entretanto, como disse, decorrem de uma política acautelatória deliberada, com base na conjuntura econômica nacional e na política econômica internacional.

Convém advertir ainda que, tal como acontece em relação a outros setores da política monetária e fiscal, os saldos e *deficits* têm significação variável, conforme as circunstâncias. No caso, vários fatores fizeram com que o Governo preferisse maior segurança nos suprimentos e utilização imediata das moedas estrangeiras disponíveis, em troca de bens produtivos, ao aumento ou mesmo manutenção das reservas de cambiais.

Já acentuei a escassez de artigos essenciais, como peças e sobressalentes de tôdas as máquinas, de que sofria nossa economia, além da procura acumulada de equipamentos e outros materiais essenciais. E, ao lado disso, o agravamento da situação internacional, tornando periclitantes tais fornecimentos no futuro próximo.

Além do mais, cumpre acentuar outras razões igualmente importantes. A situação inflacionária no País requeria uma ampliação substancial do suprimento de bens pela importação. Os efeitos

imediatos e remotos dessa política de importações, com liquidação do saldo de divisas, no estancamento da inflação, pelo atendimento imediato da procura de bens de capital e de consumo e pelo aumento da capacidade de produção do Brasil, são e serão certamente muito importantes, apesar de não se poder dispor de dados numéricos que os expressem.

Por outro lado, qual seria o risco da liquidação das divisas? O único estaria na dissipação da tensão internacional, que fizesse suspender os programas armamentistas com a conseqüente queda geral dos preços. Nessa hipótese, ter-nos-íamos precipitado nas compras e enfrentaríamos uma grave redução nas nossas receitas de exportação. O risco remotíssimo vale a pena correr, portanto, como está no consenso geral. Aliás, não há indício de que a corrida armamentista se atenuie em 1952. A situação atual é inteiramente diversa daquela que se verificava ao findar a segunda guerra mundial.

Risco maior seria, tal como o demonstraram as conseqüências da última guerra, manter e acumular saldos no exterior, com os quais seriam pagas importações a preços internacionais muito mais elevados. E o que se está verificando é uma elevação cada semestre, bastante sensível, nos preços das nossas importações.

Deve ficar claro, porém, que o Governo não pretende acumular *deficits* comerciais sem cobertura. Assim é que, desde o último trimestre de 1951, depois de atendido um volume substancial de importações essenciais, com objetivo de segurança, passou a restringir os licenciamentos de importação e concessões de câmbio, de sorte a corrigir o desequilíbrio verificado.

#### TAXA DE CAMBIO

No que se refere à taxa de câmbio há, sem dúvida, um problema a resolver, dentro do espírito de defesa da estabilidade cambial, em conjunção com a política de comércio exterior.

Em sua exposição geral da situação econômica do Brasil, relativa a 1951, o Conselho Nacional de Economia acentuava a manifesta conveniência de medidas prontas em matéria cambial, a fim de ser possível ao País defender-se ou adaptar-se às flutuações da conjuntura do balanço de pagamentos e do comércio internacional:

"Recentemente, o Governo, em Mensagem ao Congresso, solicitou fôsse concedida autorização ao Executivo para instituir o mercado livre de câmbio. Como pedido de autorização nada há a objetar. Ao contrário, se a Superintendência da Moeda e do Crédito dispõe de plenos poderes para fixar a taxa de câmbio,

deveria ter também o poder de adotar diferentes tipos de mercado quando as circunstâncias aconselharem o uso de tal discriminação. Aliás, o Brasil já perdeu bastante por não possuir faculdade discriminatória. A utilização dêsse poder, em determinada emergência, não pode depender de prévia votação de uma lei especial".

Poucos países no mundo oferecem, como o Brasil, tantos e tão variados atrativos para as inversões de capital estrangeiro, conferindo-lhe, do mesmo passo, um clima de segurança não apenas consagrado nos princípios definidos em nossa Lei Maior, senão que, também, solidificado, na prática, como fruto da maturidade política que logramos atingir na trilha dos ideais democráticos.

Por outro lado, a fase de desenvolvimento por que atravessa o País reclama sempre maiores ingressos líquidos de divisas e também capitais sob a forma de máquinas e equipamentos, em aplicações a longo prazo, concorrendo, realmente, para fortalecer a estrutura econômica nacional.

Observou-se, porém, que as entradas líquidas de capitais, em divisas, caíam de ano para ano, notando-se mesmo que, em 1951, até setembro, as saídas superaram os ingressos, como revelam os seguintes números, segundo dados da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil e do Fundo Monetário Internacional :

#### INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS

(Cr\$ 1.000.000)

<i>Anos</i>	<i>Entrada</i>	<i>Saída</i>	<i>Ingresso líquido</i>	<i>Saída líquida</i>
1948 .....	540	68	472	
1949 .....	163	61	102	
1950 .....	196	138	58	
1951 (dados provisórios) .....	162	221	—	60

Mesmo levando em conta os capitais estrangeiros representados por bens de produção, os ingressos estavam longe de corresponder ao montante dos lucros que se acumulavam no País, apesar de aumentarem de ano para ano as vultosas transferências de rendimentos autorizados. É o que demonstra o quadro abaixo, em milhões de cruzeiros :

INVESTI-  
MENTO DE  
CAPITAIS  
ESTRAN-  
GEIROS

Anos	A Capitais do investimento e emprésti- mos em di- visas, inclui- ve máquinas e equipamen- tos	B Lucros não transferidos	C Lucros transferidos	D B + C Total dos lucros auferidos	E % de D sôbre A
1948	6.734	6.232	704	6.936	103%
1949	5.858	9.634	802	10.436	178%
1950	9.418	15.718	873	16.591	176%
1951 (até setembro)	13.979	14.077	1.150	15.227	109%

Por aí se vê que o Brasil se estava tornando a terra de Canaã das antigas inversões de capital estrangeiro, cuja rentabilidade e poder de auto-financiamento eram verdadeiramente surpreendentes. Nem por isso, porém, atraía o nosso País novos investimentos estrangeiros no ritmo desejado.

Aqueles que pretendiam explicar o fenômeno pelo fato de a taxa de câmbio, de certo modo valorizada, não representar atrativos à entrada do capital estrangeiro, contrapunha-se o argumento de que, no ato da transferência de rendimentos, a taxa cambial, em contrapartida, compensava amplamente a desvantagem aparente havida quando do ingresso do capital. E mais: o contróle do comércio exterior, reprimindo as importações de produto similar acima do que se produz satisfatoriamente no País em qualidade, quantidade e preço, age também como fator de estímulo para novas aplicações de capital estrangeiro.

Em verdade, bem outra era a explicação do fenômeno. E' que, havendo sido baixado o Decreto-lei n.º 9.025, de 1945, foram suas conseqüências cambiais desvirtuadas, mercê de um erro de interpretação.

Resultou daí a aceitação, pelas autoridades cambiais, de ônus cambial potencial, correspondente a lucros a transferir, o qual, concretizado em remessas efetivas, acarretaria rápida exaustão do orçamento de câmbio, sem que a essa lucratividade exacerbada do capital estrangeiro — fruto em parte das condições inflacionárias ou monopólicas do mercado — correspondesse um real incremento da produtividade nacional. Basta dizer que, em alguns casos concretos, o privilégio irrestrito de agregação de lucros ao capital, para efeito de transferência de rendimentos, permitiria remessas equivalentes a mais de 1.000% do capital efetivamente ingressado no País.

Nessas condições, por maior que fôsse, em números absolutos, a dotação orçamentária de câmbio destinada às remessas, a percentagem de remuneração oferecida era cada vez mais baixa, porque incidia sobre um capital cada vez mais alto, ao qual, ilegalmente, se aglutinavam os lucros acumulados no País. Esses lucros não eram transferidos para o exterior, em tôda plenitude, apenas porque, para tanto, seria necessário paralisar, por quase todo um ano, as importações brasileiras. Os números abaixo, em milhões de cruzeiros, dão uma idéia mais clara do acontecimento:

Anos	A	B	C	D	E
	Capitais estrangeiros próprios ditos	Lucros obtidos no País e errôneamente registrados como base para transferência de rendimentos	Total dos capitais estrangeiros e lucros reinvestidos	Remessas de rendimentos autorizadas	% de D sobre C
1948	6.734	6.232	12.966	704	5,4%
1949	5.858	9.634	15.492	802	5,2%
1950	9.418	15.718	25.136	873	3,5%
1951 (até setembro)	13.979	14.077	28.056	1.150	4,1%

Nesse caminhar, não tardaria o dia em que uma percentagem de 1% para remuneração de capitais estrangeiros aplicados no Brasil representaria um peso insuportável ao nosso balanço de pagamentos.

E nesse dia, como seria fácil de imaginar, nenhum capital, por tão baixa remuneração, seria atraído pelo nosso mercado, onde só os antigos investimentos estrangeiros desfrutariam de situação privilegiada, suplantando até mesmo o tratamento dispensado ao capital nacional.

De outra parte, em face da inexistência de um processo seletivo que disciplinasse as aplicações dos capitais estrangeiros, acontecia que as inversões de menor interêsse para a economia nacional se colocavam, para efeito de remuneração, no mesmo pé de igualdade daqueles empreendimentos fundamentais e realmente úteis.

Assim, quem se propusesse a produzir artigos supérfluos gozava do mesmo tratamento dispensado às inversões aplicadas na exploração da energia elétrica, da indústria química de base, na siderurgia, etc.

Era evidente, pois, que as inversões que exigiam menor soma de capital e que, nada obstante, auferiam lucros fáceis e maiores do que os proporcionados pelos grandes empreendimentos, voltados para as realizações em setores básicos, e, bem por isso, de baixa rentabilidade, concorriam também para afugentar as aplicações de capitais estrangeiros mais úteis e mais convenientes ao desenvolvimento econômico do País.

O ato recentemente baixado pelo meu Governo, consubstanciado no Decreto n.º 30.363, de 3 de janeiro último, corrigindo uma interpretação demasiado lata do regime estabelecido em 1945 e orientando-o num sentido mais consentâneo com as possibilidades de nosso balanço de pagamentos, permitirá em realidade abrir as portas para novas inversões produtivas do capital estrangeiro que, de fato, deseja cooperar no nosso desenvolvimento econômico, recebendo, em troca, a retribuição que merece, em função do benefício efetivamente trazido para o País.

E' necessário destacar que o ato do Governo não teve o objetivo de hostilizar os investimentos estrangeiros legítimos, nem desconhecer a contribuição que têm prestado a certos setores do desenvolvimento econômico nacional. Não se justificam, portanto, as interpretações malévolas dos que pretendem afastar do Brasil os novos investimentos estrangeiros, exatamente aqueles para os quais as medidas recém-adotadas buscam assegurar condições de remuneração razoável e possibilitar transferências compatíveis com o nosso orçamento de câmbio.

E' de reconhecer, entretanto, que situações de fato, resultantes da aplicação, durante vários anos, da regulamentação referente ao Decreto-lei n.º 9.025, criam problemas jurídicos e técnicos de natureza complexa, que merecem cuidadoso exame, o qual se deve também estender a todos os variados aspectos do problema de capitais, inclusive a questão da seletividade dos investimentos, a que acima aludi.

Para o estudo desses problemas foi designada uma comissão que, sob a presidência do Ministro da Fazenda, está procedendo a levantamentos estatísticos e colhendo sugestões técnicas, como primeiro passo para a regulamentação, em bases sólidas e realistas, de uma política de investimentos estrangeiros destinada a selecionar e premiar os de real interesse para o País, assegurando-lhes uma remuneração cambial ajustada, na medida do possível, à respectiva contribuição para o incremento do potencial produtivo da Nação.

## COMÉRCIO EXTERIOR

Verificou-se no ano de 1951 uma extraordinária expansão no comércio exterior do País. As exportações, que se haviam mantido em torno de 20 bilhões no biênio 1948-49, alcançaram 24 bilhões em 1950 e atingiram a cifra recorde de 32,5 bilhões no ano findo, ou mais 36% em relação ao ano anterior. Não obstante, as importações cresceram em ritmo mais acelerado ainda, ultrapassando o valor dos embarques para o exterior em cerca de 4,6 bilhões, enquanto o ano de 1950 registrava um *superavit* de 4,5 bilhões na balança de comércio do País.

Verdade é que esse saldo favorável resultou substancialmente de drástica limitação das importações, no primeiro semestre de 1950, seguida de uma melhoria geral nos preços de exportação, decorrente da situação internacional de emergência. Foi possível, então, liquidar atrasados comerciais acumulados anteriormente.

A mudança da política de controle com o fim de aumentar as importações, sujeitas ao regime de licença prévia, resultou de um balanço dado na situação, no qual se verificou a ocorrência dos seguintes fatores a considerar :

LIBERALI-  
ZAÇÃO DE  
IMPOR-  
TAÇÕES

a) a persistência de séria pressão inflacionária interna e de aguda propensão a importar, refletindo esta última não só as demandas crescentes do desenvolvimento econômico, mas também a influência da taxa cambial favorável às aquisições no exterior;

b) o abastecimento precário do mercado interno, no que tange a produtos estrangeiros, devido às restrições de importação aplicadas com crescente severidade, desde 1948 até meados de 1950, e atenuadas apenas parcialmente, após a melhoria da posição cambial de fins desse ano;

c) a perspectiva de crescente escassez internacional de matérias primas e equipamento importável, por motivo da expansão dos programas armamentistas e da possibilidade de conflito armado;

d) as perspectivas favoráveis à exportação dos principais produtos nacionais, cujos preços se situaram em níveis satisfatórios

compensando as dificuldades previsíveis no escoamento dos chamados produtos gravosos, ou seja, daqueles que não alcançaram preços compatíveis com os seus custos de produção no País.

A par de uma situação cambial temporariamente favorável, a última das circunstâncias assinaladas ensejava fôsse revista, no início do ano passado, a política de compressão das importações que vinha sendo seguida com variável grau de severidade, desde 1948. Os três outros fatores enumerados, por sua vez, tornaram essa revisão necessária e urgente.

Com a liberalização das importações, assim justificada pelas autoridades incumbidas de superintender a política de comércio exterior do País, esperava o Governo obter três efeitos: — atenuar a pressão inflacionária pelo aumento da oferta de bens estrangeiros no mercado nacional, repor os estoques desfalcados pelas restrições anteriores às compras externas e possibilitar o abastecimento de algumas mercadorias cuja aquisição no exterior constituía medida providente, em face do agravamento da crise política internacional.

Registrou-se, em termos percentuais, ligeiro aumento de participação dos bens não essenciais na composição de nossas importações. Ao contrário do que tem sido propalado, isso não foi decorrência de liberalidade do dispêndio de divisas fortes, rigorosamente confinadas estas a importações essenciais, senão que reflete antes a influência de operações vinculadas, assim como de transações cobertas por acôrdos comerciais, as quais, à parte os saldos devedores anuais, são liquidáveis em moeda escritural.

Essas importações não constituíram, assim, dispêndio impenso de moeda escassa, mas refletem o imperativo de propiciar a colocação de nossos produtos gravosos no exterior, e a manutenção das transações com países nossos clientes, cuja pauta de exportação se compõe, em alguns casos, exclusivamente de itens de pouca essencialidade para o Brasil.

*Efeito anti-inflacionário*

Conquanto o efeito anti-inflacionário da política liberal de importação possa afigurar-se desprezível, em face da marcha dos preços durante o ano, parece não haver dúvida de que importantes setores das atividades do País foram beneficiados pela estabilização ou mesmo redução dos preços de mercadorias estrangeiras a elas imprescindíveis. Demais, não seria de esperar fôsem os preços, em geral, detidos na sua ascensão, como decorrência

única de tal política, sabido que o aumento de oferta de bens estrangeiros no mercado nacional se verificaria simultaneamente com a atuação de outros fatores inflacionários.

Dois fatores específicos, que minoraram a contribuição deflacionária do saldo das importações, merecem mencionados neste contexto. O primeiro é que, por força dos imperativos superiores do desenvolvimento econômico, a liberalização das importações incidiu primordialmente sobre matérias-primas e bens de equipamento que, somente após completado o ciclo produtivo, vêm aumentar a oferta de bens de consumo. O segundo é que grande parte da importação de bens de consumo se verificou por via de operações compensadas, e oneradas, conseqüentemente, pelo ágio pago ao exportador de nossos produtos gravosos.

A melhoria das condições em que se vinha processando o abastecimento nacional tornara-se, porém, premente diante da tensão internacional que acentuava as perspectivas de interrupção ou de irregularidade crescente das aquisições do País nos mercados externos. Ao se iniciar o ano de 1951, os estoques continuaram depauperados. Verificação a que procedeu o órgão próprio revelou existirem setores da atividade nacional ameaçados de paralisar, à falta de suprimentos externos regulares. Foram, então, dilatados os prazos de validade de licenças de importação, para consumidores diretos de matérias-primas, antecipando-se-lhes o licenciamento de cotas futuras; eliminadas quaisquer restrições à importação dos produtos denominados "críticos" e liberalizadas, em grau menor, a concessão de licenças para estoque e revenda.

*Reposição de estoques*

Entretanto, a situação insatisfatória de abastecimento não se cingia, somente, a matérias-primas e semi-manufaturas; atingia, também, as máquinas, os equipamentos e os veículos, avidamente reclamados pelo desenvolvimento econômico do País, como o demonstram os seguintes índices de importação desses bens essenciais, relativos aos anos de 1949, 1950 e 1951 (janeiro a setembro), em confronto com 1946 = 100 :

*Médias mensais da importação de bens de produção essenciais no desenvolvimento econômico*

	1949	1950	1951
Máquinas e aparelhos elétricos e artigos eletro-técnicos	123	133	250
Máquinas, aparelhos e utensílios para as indústrias .	203	220	357
Outras máquinas e aparelhos .....	169	201	366
Veículos e acessórios, exceto automóveis de passageiros	145	179	382

Pautou-se pelos critérios seguintes a ordem de prioridade para a concessão de cambiais destinadas à importação de máquinas e equipamentos :

1. maquinaria agrícola e equipamento de transporte;
2. máquinas para reequipamento ou expansão de indústrias já existentes ;
3. maquinaria e equipamentos para novas indústrias essenciais, ou para novas indústrias de menos essencialidade, quando consumidoras de matérias-primas nacionais ;
4. maquinaria e equipamentos para indústrias essenciais grandemente dependentes de matérias-primas importadas, com preferência para aquelas cujo abastecimento se faça em moeda fraca ;
5. máquinas e equipamentos para indústrias não essenciais.

*Estoques preventivos*

Em face da redução dos estoques nacionais de mercadorias estrangeiras e da ameaça de escassez crescente de matérias-primas e de bens de produção essenciais ao desenvolvimento econômico do País, impunha-se ainda a liberação de importações destinadas a colocar a Nação a coberto das conseqüências mais graves do programa armamentista das grandes potências. A absorção de percentagens cada vez mais altas da produção pela indústria bélica e a formação de grandes estoques com objetivos de segurança indicavam ao Governo a necessidade de acautelar-se com suprimentos estrangeiros que poderiam interromper-se ou escassear de forma extremamente danosa à economia nacional. As medidas acautelatórias com essa finalidade poderiam, aliás, ser revistas, como o foram, ao se modificar a situação do abastecimento do mercado nacional com produtos estrangeiros, ou ao alterar-se substancialmente a conjuntura internacional.

RESTRIÇÕES AS IMPORTAÇÕES

De fato, encerrado o primeiro semestre do ano, procedeu-se a um reexame do problema geral do suprimento do País com mercadorias estrangeiras. As importações haviam atingido, na primeira metade do ano, a 15,9 bilhões — cêrca do dôbro das autorizadas em igual período do ano anterior — com um pequeno *deficit* na balança de comércio, de vez que as exportações cresceram simultaneamente de 40,5%.

Em vista dos demais encargos cambiais do País, as reservas se haviam reduzido de 48%, conquanto as de moedas conversíveis tivessem baixado de apenas 35%, sem qualquer alteração da par-

cela em ouro dessas reservas. A análise dos fatores determinantes do acelerado ritmo de absorção das disponibilidades cambiais do País revela a ocorrência de fatos, como :

a) utilização de licenças de importação em volume superior ao previsto, principalmente em relação às áreas de moedas inconvertíveis, mas também em relação à área do dólar. Esse fato decorreu do retardamento do programa armamentista, cuja execução poderá acelerar-se em 1952 e 1953, acarretando maior escassez dos bens estrangeiros necessários ao suprimento do País;

b) regressão na relação de trocas, em confronto com a melhoria flagrante verificada em 1950. A regressão decorreu, em grande parte, da fixação de preços-teto de importação nos Estados Unidos da América, que não chegaram, contudo, a ser transmitidos aos produtos manufaturados, cujos preços haviam sido afetados pela alta anterior na cotação das matérias-primas. Dessa forma, o valor médio da tonelada importada aumentou de 57,4%, de janeiro a setembro de 1951, em confronto com o do ano anterior, ao passo que o valor médio da tonelada exportada acusou um acréscimo de somente 4,5%;

c) alta dos fretes marítimos e despesas correlatas, que passaram, por exemplo, de 13,5% do valor líquido das mercadorias exportadas dos Estados Unidos da América para o Brasil, em 1950, para 13,7%, 16,7%, 17,2%, respectivamente, no primeiro, segundo e terceiro trimestres de 1951;

d) avultamento de outros encargos do balanço de pagamentos, como a transferência de juros e amortização de capitais, cujo montante ultrapassou o das entradas de capitais, públicos e privados.

Afora esses fatos, motivadores da redução das disponibilidades cambiais do País, surgiu a perspectiva de novos encargos para a balança de pagamentos, dos quais cumpre ressaltar o dispêndio de moeda forte com o pagamento de importações de trigo, estimado em US\$ 200 milhões em 1952, e de outros produtos, ora agudamente escassos, como enxófre, cobre e borracha.

Essas circunstâncias impuseram uma revisão na política liberal de importações, particularmente em relação à área do dólar. Assim, a partir de 1.º de agosto, reimpôs-se um regime mais severo de licenciamento, cujos efeitos, entretanto, só começaram a fazer-se sentir no início deste ano, em virtude da defasagem normalmente

verificada entre as alterações na política de licenciamento e as importações efetivas. Decresceu a média mensal de todos os licenciamentos de 5,4 para 3,9 bilhões de cruzeiros. As novas restrições encontrarão o País, porém, abastecido, quer de matérias-primas, quer de equipamentos, e coincidirão com a diminuição das disponibilidades, no exterior, de mercadorias estrangeiras de que a Nação necessita.

EXPANSÃO  
DAS  
EXPORTA-  
ÇÕES

As previsões do início do ano sobre o movimento geral de exportações cifraram-se num total de 29 bilhões, ou mais cêrca de 17% do valor efetivo das vendas externas do País em 1950. Essas previsões foram, entretanto, ultrapassadas, alcançando as exportações a cifra de 32,5 bilhões.

Esse resultado foi devido, fundamentalmente, às exportações de café e algodão, que se processaram em volumes superiores ao previsto, e à ocorrência de maiores disponibilidades de produtos como o milho, o pinho e o arroz, as peles e couros e o sisal. No caso do pinho e do arroz, registrou-se também melhoria de preços paralelamente ao aumento da tonelagem exportada. A posição do cacau, quanto ao preço, não foi satisfatória, enfrentando a economia do produto dificuldades em parte atenuadas através do crédito.

A partir de fevereiro de 1951, cessou a aceitação de novas operações vinculadas, dando-se, entretanto, tramitação normal às recebidas até então. Conquanto as operações vinculadas autorizadas em 1950 e as remanescentes que se realizaram em 1951 tenham contribuído apreciavelmente para a expansão das exportações, aumentou o escoamento dos produtos gravosos pelos canais normais de comércio, graças à melhoria dos preços de alguns deles e à execução dos acordos comerciais.

O estímulo às exportações constitui, aliás, problema de excepcional importância, visto como o pequeno porte do ingresso de capitais no País e o caráter passivo do balanço de serviços tornam as nossas vendas externas responsáveis pela quase totalidade da receita cambial e, em consequência, pela nossa capacidade de importar. No período de após-guerra, salvo em 1948 e 1949, tem aumentado apreciavelmente a capacidade nacional de importar, crônicamente inferior aos reclamos do desenvolvimento econômico do País. Esse aumento tem resultado, porém, quase só da melhoria das relações de troca e não de uma evolução favorável do *quantum* exportado, que, ao contrário, se apresenta num descenso perigoso, a ser combatido não obstante as dificuldades decorrentes da rela-

tiva inelasticidade de absorção de nossos produtos primários nos mercados externos.

Duas medidas capazes de atenuar o desequilíbrio do nosso balanço externo de pagamentos ficam, somente em parte, dentro dos limites do campo de ação nacional. A primeira consiste no desenvolvimento da produção substitutiva de importações; a segunda é o desenvolvimento das exportações. É forçoso reconhecer que neste último setor ainda há muito que fazer.

Avulta, ainda mais, a importância de um esforço coordenado de estímulo às vendas para o exterior, algumas delas com os preços desajustados devido à inflação interna, quando se considera que o controle das relações de troca escapa quase inteiramente às nossas possibilidades atuais — visto como tanto os preços de exportação, quanto os dos principais produtos de importação, são formados nos mercados externos — e o afluxo de capitais, por sua vez, obedece a imponderáveis psicológicos e a flutuações de rentabilidade nos países de origem, sobre os quais pouca ou nenhuma influência exercemos.

É, portanto, sobre a expansão das exportações, com a busca de novos mercados e a ampliação dos já existentes, que repousa essencialmente a manutenção de um conveniente equilíbrio do nosso balanço de pagamentos, indispensável para permitir um ritmo de importações compatível com as exigências crescentes do desenvolvimento econômico do País. Constitui intenção do Governo intensificar as atividades dos órgãos oficiais de fomento às exportações, paralelamente com a disciplina adequada das compras nacionais no exterior, não obstante as dificuldades que tal política terá necessariamente de vencer.

## PRODUÇÃO

Embora a produção total brasileira tenha aumentado no ano findo, em relação à do ano anterior, circunstâncias ocasionais perturbaram-na consideravelmente, em especial no setor da atividade agro-pecuária. De frontou-se o Nordeste com mais uma das crises climáticas que o assolam periodicamente, reduzindo-se a sua produção rural, de gêneros alimentícios e de matérias-primas, com repercussão sobre a economia das demais regiões do País. O *deficit* de produtos alimentares verificado, assim, no Nordeste, teve de ser coberto, em parte, pela produção do Sul, onde ocorreu simultaneamente danosa estiagem.

Ao lado dessa perturbação ocasional da atividade agro-pecuária, o suprimento nacional de gêneros alimentícios continuou a processar-se em meio a dificuldades decorrentes de deficiências estruturais, cuja superação é objeto da política econômica do Governo, a longo prazo, conforme o expus na minha primeira Mensagem anual. As deficiências dos meios de transporte, terrestres e marítimos, a par da carência de aparelhagem de armazenamento, afetam de forma decisiva a circulação das mercadorias no território nacional, em prejuízo concomitante de produtores e consumidores. Enquanto não dispuser o País de melhores transportes e de uma rede de armazéns, silos e frigoríficos, para assegurar a conservação dos produtos agro-pecuários, durante as entre-safras, e para permitir o seu escoamento, de forma regular, até os centros de consumo e os pontos de exportação, a oferta e a procura estarão sujeitas a especulações que desencorajam os produtores e proporcionam lucros descabidos aos intermediários.

Justifica-se, dessa forma, que o Governo, no interregno da execução dos empreendimentos destinados a obviar tais deficiências, procure combater os abusos gerados pela anormal oferta dos gêneros de primeira necessidade, nos centros consumidores, e pela procura intermitente nos centros de produção. A legislação de defesa da economia popular e de garantia dos preços mínimos, recém-promulgada, tem esses objetivos fundamentais.

Não desconhece o Governo, porém, que a solução de tais problemas está condicionada à realização de grandes obras públicas, para modernização da rede nacional de transportes, em todos os seus setores, sem o que se tornam por vezes ineficazes as medidas de fomento da produção. Não obstante, em 1951, medidas com essa finalidade foram postas em prática pelos órgãos oficiais próprios, em escala mais intensa do que no ano anterior, nas regiões e nos setores da atividade rural em que se afiguraram proveitosas. Prosseguirão, este ano, redobrados, os esforços oficiais no sentido de encorajar a atividade produtora rural naquilo que dependa da atuação do poder público, quer através da ajuda técnica, quer por meio do crédito, quer mediante outros processos de assistência de que a Administração possa valer-se para fomentar a atividade produtora privada.

A produção industrial tem-se expandido de forma notável. Processa-se, de ano para ano, a industrialização do País, num ritmo bem mais acelerado do que o da atividade rural, provocando desajustamento, mas renunciando a solução de problemas de outra forma insuperáveis, inclusive no setor da produção agro-pecuária. A harmonização das atividades urbanas e rurais, dependente da introdução das técnicas modernas, não poderá ser alcançada sem que o País atinja um estágio de desenvolvimento industrial capaz de lhe assegurar o suprimento, com produção própria, dos bens indispensáveis ao trabalho da terra, à recuperação desta, à conservação das colheitas e ao seu transporte para os centros de consumo e pontos de exportação.

O desenvolvimento da indústria nacional, que se vem processando e que tem sido encarado como uma das causas do retardamento da atividade rural, constitui, ao contrário, o único processo eficaz para a superação das nossas dificuldades. Vencerá a Nação, sem dúvida, os óbices que se lhe antepõem, expandindo a atividade agro-pecuária modernizada com os elementos materiais que lhe proporcionar a indústria nacional em pleno desenvolvimento.

SITUAÇÃO  
AGRO-  
PASTORIL

Dentro das possibilidades dos recursos financeiros e humanos, com que contou no ano findo, o Governo deu início ao seu programa de fortalecimento e expansão da produção agropecuária, conforme as diretrizes traçadas na Mensagem anual anterior. Grande parte da atuação governamental, com essa finalidade, está condicionada à obtenção de dados objetivos, que a própria Administração Pública vai coligindo. Como se verá nos capítulos pertinentes, desta Mensagem, o trabalho destinado a programar a atuação gover-

namental abrangeu vários setores, quer de âmbito nacional, quer peculiares às regiões cujo desenvolvimento econômico se encontra mais retardado. Evidentemente, a ação do Poder Público terá sempre de ser guiada por estudos e pesquisas de caráter permanente, aliás imprescindíveis, em qualquer dos setores da atividade onde o Governo atua ou se propõe atuar de forma eficiente.

Órgão específico de estudo dos problemas peculiares à atividade rural, foi a Comissão Nacional de Política Agrária criada em fins de julho, para, sob a orientação direta do Ministro da Agricultura, analisar tais problemas e sugerir ao Governo as medidas executivas ou legislativas que se afigurem convenientes à organização e ao desenvolvimento da economia agropecuária nacional.

*Comissão  
Nacional de  
Política  
Agrária*

A Comissão deu início ao exame da nossa legislação agrária e ao estudo das medidas capazes de propiciar o acesso à terra aos que a ocupam ou desejam ocupá-la. Além da consideração das leis agrárias de outros países, procura conhecer objetivamente os vários sistemas de relações de trabalho prevalentes nas atividades agropecuárias do País, como base para os seus estudos posteriores. Cooperará na implantação do Serviço Social Rural, uma vez aprovado o projeto de lei que propus com essa finalidade.

Muito confia o Governo em que a Comissão Nacional de Política Agrária, integrada por homens de saber e experiência comprovados no trato dos problemas rurais brasileiros, contribuirá de forma marcante para a fixação de diretrizes oficiais adequadas à solução de tais problemas.

Sente a classe rural, porém, que a solução dos complexos problemas com que se defronta não será obtida sem que ela própria se organize, para formulação e defesa das suas aspirações. Ao Poder Público cumpre estimular o movimento associativo no meio rural, assistindo-o e orientando os esforços espontâneos que vão surgindo nesse sentido.

*Associações  
Rurais*

A campanha com êsse objetivo empreendida pelo Ministério da Agricultura, de acordo com as disposições do Decreto-lei número 8.127, de 24 de outubro de 1945, estendeu-se a todo o território nacional e, no ano findo, apresentou resultados auspiciosos. Com efeito, de fevereiro a dezembro de 1951, foram reconhecidas 294 associações rurais organizadas em todo o país, cifra a ser confrontada com a de 217 instituições reconhecidas desde 1945 até 31 de janeiro do citado ano.

Das instituições reconhecidas, 494 são do primeiro grau e contavam, à data do reconhecimento, com 57.527 associados, estimando-se seu número hoje, conforme inquérito ainda não ultimado, em mais de 100.000 profissionais. O movimento de organização logrou intensificar-se mais nas regiões que já apresentam atividade desenvolvida — Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, conquanto em todos os Estados se tenham organizado associações municipais e especializadas. Dispõem de órgão federativo, além dos Estados referidos, os do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Goiás. Com a Sociedade Nacional de Agricultura, êsses órgãos regionais constituíram a Confederação Rural Brasileira, já reconhecida e em funcionamento.

Na rede de instituições existentes, predominam as associações municipais (433) sobre as regionais (47) e sobre as especializadas (13). A fraca densidade demográfica da região Norte e suas explorações típicas levaram a preconizar, para ela, as associações especializadas, que deverão por certo preponderar nos Territórios federais onde ainda não foram organizadas.

*Cooperativismo*

Paralelamente ao incremento da campanha de incentivo à criação de associações rurais, prosseguiu o movimento no sentido de encorajar a organização de cooperativas, como um dos mais eficazes instrumentos de defesa de produtores e consumidores. Esse movimento é orientado pelo Ministério da Agricultura e se processa mediante acórdos de cooperação com todos os Estados, exceto Mato Grosso. O Ministério atua diretamente no referido Estado, no Distrito Federal e nos Territórios.

No ano findo, malgrado as deficiências dos órgãos de assistência ao cooperativismo, foi possível apreciar o movimento social-econômico-financeiro de 1.649 cooperativas, com 505.974 associados. Registraram-se 188 novas sociedades cooperativas, sendo 186 do primeiro grau e 2 do segundo — uma Central e uma Federação. Das primeiras, com 19.408 associados, são de consumo 77, de produção 72 (animal 11, vegetal 61), de crédito 29 e diversas 8.

*Crédito cooperativo*

Um poderoso instrumento de difusão do cooperativismo e de amparo às organizações já criadas, para lhes assegurar condições de eficiência, consiste na expansão do crédito especializado, proporcionado através de tais organizações. A antiga Caixa de Crédito Cooperativo, criada em 1943, foi encontrada pelo atual Go-

vêrno em situação das mais precárias, desprovida de recursos financeiros para preencher as suas finalidades e operando em desacôrdo com estas, conforme inquérito procedido e que concluiu por sugerir a sua liquidação.

Com a promulgação da Lei n.º 1.412, de agosto do ano findo, que transformou a referida instituição no Banco Nacional de Crédito Cooperativo, tornou-se possível ampliar-lhe os recursos, com Cr\$ 100 milhões, de forma a habilitar o estabelecimento de crédito a vencer as suas dificuldades mais prementes. Expandindo-se o movimento, a situação deficitária em que vinha operando, às custas do próprio capital, modificou-se de forma substancial, verificando-se pequeno *superavit* no segundo semestre, contra um *deficit*, embora não vultoso, no primeiro semestre. As novas operações de financiamento realizadas durante o ano, à base do refôrço dos recursos financeiros geridos pela instituição, montaram a 115 milhões.

Espera o Govêrno fortalecer cada vez mais o Banco, a partir do corrente exercício, para que, através das cooperativas por êle assistidas, possa ser levado o crédito ao pequeno produtor, nas condições mais propícias possíveis e na escala mais ampla que comportarem os recursos destinados pelo Tesouro a essa finalidade.

Ao lado da pesquisa a cargo da rede de institutos agrônômicos, estações experimentais e outros órgãos de investigação dos problemas peculiares à atividade agropecuária, a assistência técnica a essa atividade, pelos serviços oficiais, continuou a processar-se no ano findo, dentro dos recursos financeiros e humanos disponíveis.

*Assistência  
técnica*

Com essa finalidade, a rede de postos agropecuários tem possibilitado um contato mais direto entre os técnicos oficiais e o agricultor ou o pecuarista. Tal rede compreende 186 unidades e a sua manutenção exigirá, em 1952, o dispêndio de 46,7 milhões, afora 15,7 milhões para a complementação das instalações de 96 delas. Nos 134 postos em funcionamento em 1951 foram plantados 109,1 mil ha, colhendo-se 2.950 t de sementes.

O êxito desses estabelecimentos tem sido, em grande parte e por vêzes decisivamente, prejudicado pela sua má localização, decorrente da prevalência de interesses outros que não os da produção. O exame dessa questão já foi realizado, estabelecendo-se critérios objetivos para a extinção dos postos agropecuários mal localizados sob o ponto de vista da sede ou da natureza dos terrenos, desde que não seja preferível, em vista das inversões de re-

curso públicos já feitas, ampliar-lhes a área, mediante a aquisição de terrenos adequados. Aos postos que oferecem melhores condições, para o seu êxito, dedicou-se atenção especial.

A assistência prestada através dos campos de cooperação, do Ministério da Agricultura com os lavradores, exerceu-se através de 9.090 unidades de produção, com 57,8 mil ha plantados. Esse serviço de extensão longe está, porém, de adquirir a amplitude reclamada pelas condições gerais da atividade agrícola do país. Não obstante, expandido e convenientemente orientado, poderá exercer salutar influência no aperfeiçoamento progressivo das práticas rurais, desde que a cooperação se processe sucessivamente em novas propriedades agrícolas, uma vez assimilados os métodos modernos de trabalho da terra. Apresta-se o Ministério da Agricultura para ampliar a assistência técnica prestada através dos campos de cooperação.

#### Mecanização

Com o objetivo de generalizar o uso das máquinas agrícolas, no trabalho rural, o Governo imprimiu maior amplitude aos serviços oficiais de revenda dessas máquinas aos agricultores. Enquanto o Ministério da Agricultura, de 1945 a 1950, adquiriu para seu uso e para revenda, 554 tratores, no ano de 1951 as aquisições dessas máquinas somaram 1.180 unidades, das quais 1.125 para revenda.

Difunde-se, aliás, a mecanização agrícola, em algumas regiões. Em fins de 1950, existiam em todo o país cerca de 18.000 tratores, contra 3.380 recenseados em 1940. As importações em 1950 somaram 5.815 unidades, ao passo que se estimam em mais de 12.000 as compras externas realizadas no ano findo. A necessidade de suprir o país dessas máquinas levou o Governo a elaborar um programa para sua fabricação na Fábrica Nacional de Motores.

A vista da pequena dotação orçamentária (7,7 milhões) destinada à compra de máquinas agrícolas e reprodutores, para revenda pelo Ministério da Agricultura, contratou o Governo com o Banco do Brasil a abertura de um crédito, no montante de 49 milhões, para aplicação com essa finalidade, através dos serviços oficiais de fomento da produção. Espera o Governo facilitar, realmente, a aquisição de máquinas pelos agricultores e criadores, não só por motivo da redução dos preços de venda, mas também em virtude da modalidade de pagamento.

A revenda de máquinas agrícolas, pelo Ministério, montou a 14,9 milhões em 1951.

Operaram, em 1951, duas patrulhas mecanizadas, com que o Ministério da Agricultura inicia um programa de difusão das práticas modernas de trabalho da terra com emprêgo de máquinas modernas. Essas patrulhas destinam-se, mais, a despertar o interesse das empresas agrícolas para a exploração intensa de grandes áreas. Realizam, contudo, trabalhos especiais, em pequenas propriedades agrícolas.

Difunde-se auspiciosamente o uso de fertilizantes em algumas culturas, conquanto as necessidades de adubos e corretivos para as terras agrícolas do país longe estejam de ser atendidas de forma satisfatória. As importações de adubos químicos ascenderam de 127 mil t em 1949 para 273 mil em 1950 e para mais de 500 mil em 1951. Os adubos fosfatados correspondem a cerca de 50% do total. *Fertilizantes*

A base de suprimentos externos não será possível ao País generalizar o emprêgo de fertilizantes nas suas terras agrícolas. A industrialização dos recursos naturais, com essa finalidade, impõe-se, portanto, cada vez de forma mais premente.

Os trabalhos em marcha para medir a pessaça das jazidas de fosforita descobertas em Pernambuco permitem antever, para dentro em breve, o surgimento da indústria de adubos fosfatados, à base de matéria prima nacional. Outros recursos naturais do País estão sendo objeto de estudos, com essa finalidade.

Determinou o Governo, no ano findo, que o projeto da refinaria de petróleo de Cubatão seja completado com instalações destinadas ao aproveitamento dos subprodutos pela indústria de fertilizantes. Demais, a expansão da indústria química básica, objeto de preocupação do Governo, ensejará o desenvolvimento daquela indústria.

Simultaneamente, os órgãos técnicos de pesquisas agronômicas examinam os problemas peculiares à fertilidade natural, no País, e os processos práticos a adotar no sentido de preservar essa fertilidade, nas áreas cultivadas, ou de restaurá-la, nas zonas exauridas. Os estudos e experimentos realizados com esse objetivo vão habilitando os serviços oficiais a prestar assistência técnica à iniciativa privada, de outra forma impossível, à falta de conhecimento seguro acerca desses problemas, no nosso País.

Os trabalhos a cargo dos serviços federais, no setor da defesa sanitária vegetal, ganharam considerável amplitude, em 1951, num confronto com os realizados no ano anterior. Esse confronto revela-se mais promissor no que concerne à campanha contra a broca do café e as pragas do algodoeiro.

Conquanto se tenham esgotado os créditos especiais abertos ao Ministério da Agricultura, para custeio de combate à broca do café, com os recursos normais dos serviços de defesa sanitária e à base de um crédito bancário rotativo, de 20,0 milhões, destinado à aquisição, para revenda, de inseticidas e material para sua aplicação — foi possível levar tal combate a novas áreas infestadas e lograr resultados satisfatórios, principalmente no Estado de São Paulo, onde os serviços federais se articulam com os estaduais, visando maior eficiência. Nesse Estado a revenda atingiu 5 milhões em 1951, contra a média de 2,2 no período de 1948 a 1950.

A campanha contra a broca do café estendeu-se da Bahia ao Paraná e processa-se, em geral, num regime de cooperação entre os serviços da União e dos Estados.

O combate às pragas que infestam a cultura algodoeira deverá alcançar, em 1952, um terço das plantações totais nordestinas, com o dispêndio de cerca de 20 milhões, dos quais 50% serão recuperados, através da venda de inseticidas e de máquinas para a sua aplicação. No ano findo, essa campanha adquiriu mais intensidade na Paraíba.

Ao lado da fiscalização fitossanitária, que se exerce nos principais portos e outros pontos de entrada, no país, de plantas e produtos vegetais, prosseguiram, no ano findo, os trabalhos de combate ao gafanhoto, à formiga cortadeira, às moscas de frutas, à cigarrilha da cana de açúcar e a outras pragas que atacam as lavouras nacionais. Esses trabalhos, principalmente o relativo ao combate à formiga cortadeira, apresentam graves deficiências que deverão ser afastadas de acordo com as possibilidades nacionais, em recursos financeiros e humanos.

Quanto à defesa sanitária animal, o ano de 1951 não assinala nenhum surto de zoonose de maior gravidade. Dessa forma, foram mantidos os serviços de inspeção de veículos transportadores, de vigilância sanitária animal, de pesquisas, de produção de soros e vacinas e outros normalmente a cargo do Ministério da Agricultura. Parte desses serviços processam-se em regime de cooperação entre o Ministério e os Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará,

Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso.

Iniciou-se a instalação, na Fazenda de São Bento, do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, órgão da Repartição Sanitária Pan-Americana que, em regime de cooperação com os Governos americanos, deverá empreender, a partir deste ano, o treinamento de pessoal técnico em trabalho de campo e em métodos de laboratório para diagnóstico e profilaxia da aftosa, a realização de pesquisas básicas de metodologia de diagnóstico e profilaxia dessa doença e o auxílio técnico consultivo sobre assuntos relativos ao seu combate.

Como se vê, importantes serviços oficiais de fomento da produção agropecuária e de defesa sanitária vegetal e animal realizam-se em regime de cooperação entre a União e os Estados. A celebração de Acórdos intergovernamentais com essa finalidade é um dos processos de que os serviços públicos federais e estaduais vêm lançando mão, desde 1936, para melhorar a sua eficiência, trabalhando de forma articulada no trato dos problemas com que se defronta a atividade agropecuária nacional. Essa cooperação precisa, contudo, desenvolver-se, contando com mais amplos recursos, para custeio dos serviços já criados e para novos empreendimentos, sob tal regime.

*Acórdos de  
cooperação*

Como assinaei na minha primeira Mensagem anual ao Congresso, os serviços oficiais destinados a fomentar a produção agropecuária nacional ainda não conseguiram superar as dificuldades com que se deparam, para consecução desse objetivo. A medida que os problemas de abastecimento dos nossos grandes centros urbanos se agravam com a concentração demográfica, e a indústria demanda mais matérias primas, os serviços públicos de fomento da produção e de transporte vão tendo os seus encargos acrescidos, necessitando reaparelhar-se. Para essa necessidade tem o Governo voltada a sua atenção e espera obter resultados satisfatórios através das medidas em execução ou programadas. Com a promulgação da Lei n.º 1.489, de 10 de dezembro de 1951, uma das dificuldades mais sérias com que se debatiam os serviços federais de fomento foi removida, tornando-se possível movimentar as verbas orçamentárias em tempo hábil e de forma adequada à natureza dos serviços com elas custeados.

Dessa forma, a melhoria das condições em que se processa o abastecimento dos grandes centros urbanos do país, no que dependa da atuação do poder público, foi objeto de preocupação constante do Governo, em 1951, mas defrontou obstáculos que não puderam ser superados de forma satisfatória. A par das conhecidas deficiências dos transportes nacionais e do sistema de armazenamento — que reclamam vultosas inversões, a longo prazo — a seca nordestina e a estiagem que afetou a produção agropecuária do Centro e do Sul do País contribuíram seriamente para agravar tal problema. De fato, não só deixou de crescer, no ritmo normal, a produção agropecuária do Centro e do Sul, mas também essa produção teve de atender parte do consumo do Nordeste assolado pela seca.

Não obstante, nenhuma crise grave de suprimento alimentar ocorreu nos grandes centros urbanos do país, durante o ano de 1951. Dificuldades consideráveis, dessa natureza, defrontaram as populações rurais nordestinas, cuja safra foi consideravelmente prejudicada pela seca. O Governo organizou um serviço especial destinado a minorar a crise alimentar que assolou a região.

Mediante a adoção de medidas de emergência, foi possível atenuar, em parte, as deficiências de transporte. No tráfego de cabotagem, admitiu o Governo, em caráter transitório, a participação de navios estrangeiros no transporte, de forma a acelerar consideravelmente o escoamento de mercadorias, como o sal do Rio Grande do Norte para os portos do Sul e os cereais sul-riograndenses para os centros consumidores e de distribuição, ao longo do litoral. No tráfego ferroviário, a coordenação dos serviços das estradas pelas quais se escoam a produção agrícola do Norte do Paraná possibilitou o transporte de cereais em volumes substancialmente superiores aos carreados nos anos de 1950 e de 1949. A liberação das importações de veículos automóveis para carga, em geral, ensejou vultosas compras externas de caminhões que vieram acelerar o escoamento da produção agrícola pelas estradas de rodagem.

Não obstante, a normalização do transporte de gêneros destinados ao abastecimento urbano continua a reclamar medidas cuja execução terá de processar-se nos anos próximos. A criação de uma rede nacional de silos, armazéns e frigoríficos afigura-se das mais importantes, como aparelhagem indispensável, de um lado, à defesa do produtor, através da garantia de preços mínimos, de outro, ao escoamento regular da produção nas entressafras, com um melhor aproveitamento dos meios de transporte.

A anormalidade do abastecimento dos centros urbanos, decorrente dessas deficiências de armazenagem e de transporte e, conseqüentemente, do desencorajamento da produção, exigiu que o Governo mantivesse a política de controle dos preços, ao mesmo passo que punha em prática as medidas de emergência ao seu alcance, para ampliar a capacidade dos meios de transporte existentes.

A pressão inflacionária decorrente das vultosíssimas emissões de papel-moeda realizada nos últimos meses do ano anterior, a par do processo acelerado de urbanização em que se encontra o país impediu tivesse êxito, em parte, a política de estabilização dos preços, conquanto fôsse imprevisível a sua elevação em 1951, se o Poder Público houvesse suspenso os controles.

A conjugação dos fatores altistas tenderá a ter os seus efeitos atenuados, porém, pela política de saneamento financeiro e pelos empreendimentos destinados a ampliar a rede de armazéns, silos e frigoríficos e a melhorar os meios de transporte. Não obstante, o reajustamento dos salários, decorrente da última alta dos preços, e o prosseguimento da urbanização, que resulta de condições gerais persistentes a longo prazo, tenderão a manter os preços em ascensão próximamente, reclamando a manutenção dos controles até a obtenção de melhoria substancial nos meios de transporte e na produção.

Na condução dessa política de preços o Governo se propõe a atuar de forma coordenada, enfrentando os problemas mais agudos e ensejando o restabelecimento do equilíbrio natural, dispensando os controles quando se afigurar conveniente, nos setores em que os problemas tenham sido superados.

A antiga Comissão Central de Preços não dispunha de meios para preencher suas funções. Encaminhei ao Congresso um projeto de lei que, com alterações, foi últimamente promulgado, criando a Comissão Federal de Abastecimento e Preços, ora em fase de instalação. O novo órgão dispõe de mais amplos poderes legais de intervenção e está autorizado a entrar no mercado para regularizar o abastecimento e conter a especulação nos preços.

A situação da produção de origem animal, no ano findo, não apresentou modificação sensível em confronto com a do ano anterior. Como acentuei na minha primeira Mensagem anual ao Congresso, esse setor de atividade, para fortalecer-se e expandir-se

PRODUÇÃO  
ANIMAL

em bases racionais, requer sejam enfrentados e resolvidos problemas que transcendem ao seu âmbito específico, como a melhoria ou criação de transporte especializado e a construção de frigoríficos nas zonas produtoras e nos centros de consumo dos produtos perecíveis. Côncio dessa dependência em que se encontra a produção animal, o Govêrno está lançando os fundamentos dos empreendimentos essenciais à sua conservação e circulação.

#### *Pecuária*

Como decorrência da inadequada aparelhagem de conservação e transporte dos produtos de pecuária, a par da estiagem que assolou o Centro do País, acentuaram-se, no ano findo, as dificuldades de suprimento de carne aos grandes centros urbanos dessa região. Em face dêsse problema, o Govêrno pôs em prática medidas de emergência, inclusive a compra e o abate do gado transportado em regime de prioridade nas estradas de ferro.

A demanda de carne nos centros urbanos parece, aliás, ter alcançado níveis superiores à capacidade normal de suprimento, à base da produtividade atual dos rebanhos; e a capacidade dos meios de transporte disponíveis já não permite atendê-la regularmente. Impõe-se, portanto, o intenso fomento à bovinocultura para corte, ao mesmo tempo que se reequipam as vias de transporte.

Dedicaram-se os serviços oficiais a essa tarefa, durante o ano passado, conforme as suas possibilidades financeiras e técnicas. Assim, a revenda de reprodutores, em moldes jamais adotados no País, e a assistência através de estações de monta, em número que se aproximam de 1.500, foram intensificados em todo o território nacional. Efetua-se o trabalho de fomento, também, mediante acôrdos de cooperação com os Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Auxiliaram-se as entidades de classe, no custeio de certames pecuários regionais e na manutenção de registros genealógicos, e os criadores, na construção de silos para ferragens verdes e no transporte de reprodutores. Realizou-se, com êxito, em São Paulo, a 18.<sup>a</sup> Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados.

Ao lado do fomento da bovinocultura, expandiu-se o pertinente à criação de ovinos, em especial com o fim de melhorar a produção lanígera, em quantidade e em qualidade. A inseminação artificial ganhou novo impulso, com mais de 40 mil nascimentos

de ovinos obtidos por esse processo de reprodução, avaliando-se em cerca de Cr\$ 35.000.000,00 a economia obtida pelos criadores, com o seu emprêgo.

Os trabalhos oficiais, no campo da difusão de práticas agrológicas modernas, de proteção aos campos naturais, de fiscalização da indústria e do comércio de produtos de origem animal, de inspeção dos veículos que os transportam, representam outros fatores de encorajamento da iniciativa privada, carente, contudo, de mais ampla assistência, para que a produção pecuária nacional se expanda segundo os reclamos do consumo. Estiveram sob inspeção federal 3.465 estabelecimentos que manipulam carne, leite, pescado e derivados.

A assistência através do crédito, pelo Banco do Brasil, acusou um incremento de 14% no valor dos empréstimos concedidos à pecuária, em confronto com o do ano anterior, o que se tornou possível, conforme demonstrado no capítulo próprio, em virtude da política financeira adotada pelo Governo.

Teve início, no ano findo, um amplo programa de ação destinado a expandir e modernizar a atividade pesqueira nacional, através da assistência ao pescador e da melhoria do equipamento de que necessita, no mar e em terra.

*Pesca e  
pescado*

Entre as medidas postas em prática cumpre assinalar: no Distrito Federal — recuperação de 20 câmaras frigoríficas e construção de dois depósitos, que permitirão aumentar, para mais do dôbro, a produção de gelo; Santos — prosseguimento do grande entreposto, a ser inaugurado ainda este ano, e início da construção de uma ponte para desembarque do pescado; Cananéia — recebimento do frigorífico, que estava sendo explorado por estranhos, e franqueamento das instalações aos pescadores; Paranaguá — reparo no frigorífico com substituição de equipamentos; Rio Grande do Sul — coordenação do trabalho dos pescadores do Estado para o fornecimento regular de peixe congelado ao Distrito Federal, em quantidade que deverá atingir, uma vez normalizado o transporte, 1.000 t mensais, conquanto os fornecimentos iniciais sejam da ordem de 200 t por mês; Pernambuco — recuperação do antigo entreposto de pesca, com o fim de aumentar-lhe a capacidade de armazenamento; instalação de duas câmaras frigoríficas, uma ao norte, outra no sul do Estado, para possibilitar a

racionalização da pesca da lagosta; João Pessoa — operação do entreposto de pesca.

Como providência preliminar à criação de uma grande frota pesqueira nacional, um dos objetivos do programa oficial, foi autorizada a operação, no Brasil, de seis modernos barcos dinamarqueses, um italiano e um norueguês, os quais demonstrarão aos nossos industriais o uso dos modernos equipamentos de pesca. A difusão das técnicas pesqueiras modernas deverá processar-se, além disso, de forma sistemática, através da Escola de Pesca do Nordeste, em início de construção no Estado de Pernambuco.

Venderam-se motores, a preço de custo e para pagamento em prestações, a pescadores de Recife, Anchieta, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Santos, Cananéia e Rio Grande do Sul. A compra de material para revenda deverá ampliar-se substancialmente, a partir deste ano, através das novas agências a serem criadas nos Estados da Bahia, Alagoas, Pará e Amazonas.

A assistência médico-cirúrgica, farmacêutica, odontológica e educacional aos pescadores muito deixa a desejar, conquanto já estejam em funcionamento a Policlínica e o Hospital dos Pescadores, na Capital Federal, 52 ambulatórios médicos sediados em vários Estados e 372 escolas que funcionam junto às colônias de pesca, ao longo da costa brasileira.

Ainda não são conhecidos os dados referentes à produção nacional de pescado no ano findo. Mas, o conjunto de medidas postas em prática já começou por certo a surtir efeitos salutareos, como permite antever o aumento da produção movimentada pelo Entreposto do Rio de Janeiro, a qual passou de 9,7 mil t, em 1950, para 17,8 mil, em 1951.

#### PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Defrontou o Brasil, em 1951, um mau ano agrícola, principalmente na sua região semi-árida. Conquanto a produção das demais regiões não acuse o descenso, mas, sim, um aumento inferior ao previsto, a redução verificada nas colheitas nordestinas fêz com que o conjunto das safras, em confronto com as de 1950, apresente uma ascensão (1,2%) menos intensa do que o crescimento da população do País. E, como êsse decréscimo do ritmo de aumento geral resultou da insuficiência da produção da área sujeita às secas, em grande parte auto-abastecida normalmente de produtos alimentares, sobreveio durante o ano a necessidade de deslocar volumes consideráveis da safra agrícola do Centro e do Sul para

o Nordeste, o que se processou, inclusive, por meio de providências governamentais, afora as correntes de comércio surgidas, em virtude da iniciativa privada.

Não obstante isso, a produção agrícola nacional, no ano findo, permitiu atender as necessidades essenciais do suprimento interno e manter as exportações em níveis satisfatórios. Para êsse resultado contribuíram, sem dúvida, as medidas oficiais postas em prática, durante o ano, bastando assinalar que os empréstimos agrícolas concedidos pelo Banco do Brasil acusaram um aumento de 124% em relação aos do ano anterior. As perspectivas para o corrente ano são melhores, ressalvada a hipótese da ocorrência de anormalidade climática, como a repetição da seca nordestina.

Mau grado uma redução de 28% na safra de cereais dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, confrontada com a do ano anterior, a produção cerealífera de todo o País acusou um aumento de 3%, ou seja, mais do que o crescimento da população nacional.

*Cereais*

Êsse aumento foi devido essencialmente à ampliação da área plantada com milho e à melhoria do rendimento dessa cultura, fora da região sujeita às secas periódicas. Alcançou a produção o total de 105,7 milhões de sacas, a mais volumosa até hoje obtida no País, com um aumento de 5,3% em relação à do ano anterior, não obstante a queda de 26,3% verificada na safra dos três Estados referidos. A colheita de milho no ano findo, nas áreas em que o rebanho porcino ainda não se refez dos efeitos da peste que o assolou em anos anteriores, permitiu se liberassem volumes consideráveis para exportação, elevando-se as vendas nacionais desse cereal para o exterior a volumes jamais alcançados antes. Com a recuperação da suinocultura, que se processa; com a difusão de novos usos dos produtos do milho, obtidos pela industrialização; e mesmo com a regularidade das vendas para o exterior de tipos uniformes de alta qualidade já produzidos em algumas regiões, é de esperar a expansão da cultura desse cereal, por processos racionais, que cumpre implantar no meio rural.

A cultura arrozeira, entretanto, apresentou-se estacionária, de 1950 para 1951, com pequeno aumento da área plantada e queda de rendimento por unidade, resultante da insuficiência das precipitações pluviosas, que reduziram as colheitas de 30% no Nordeste. Manteve-se regular, porém, o suprimento nacional, visto como o

País vinha produzindo esse cereal em volumes superiores à sua necessidade de consumo. As dificuldades de transporte continuam a afetar grandemente a economia rizícola da região central; mas, os estoques retidos no Sul, desde o ano anterior, à falta de mercado externo que os adquirisse a preços compatíveis com os custos nacionais de produção, tiveram escoamento, em parte, graças à atuação governamental.

Quanto ao trigo, foi o cereal que mais se ressentiu da estiagem, na região sul do País. Não obstante ter aumentado de 8% a área plantada, a produção caiu de 6% no volume total, pois o rendimento médio se reduziu de 816 para 702 kg/ha, de 1950 para 1951. A campanha nacional do trigo prossegue, porém, nas bases expostas na minha Mensagem Anua anterior, isto é, mediante o incentivo à iniciativa privada, para que expanda as culturas e dê margem à realização pelo Poder Público de empreendimentos destinados a assegurar a conservação das safras, seu armazenamento em condições de permitir a obtenção de empréstimos, e o escoamento regular dos estoques para os pontos de distribuição, quando não necessários ao consumo da própria região produtora.

O incentivo à produção processou-se mediante a garantia de preços mínimos, o fornecimento de sementes, a assistência técnica, a venda de máquinas agrícolas em condições acessíveis ao triticultor. Só a irregularidade das chuvas impediu que a produção continuasse a expandir-se durante o ano findo.

Aos quatro armazéns de madeira existentes, ao se iniciar o ano, veio somar-se a rede de armazenagem, em parte já concluída, composta de seis armazéns metálicos pré-fabricados, em Blau Nunes, Cachoeira do Sul, Júlio de Castilhos, Bento Gonçalves, Santa Rosa e Cruz Alta, no Rio Grande do Sul; quatro armazéns de alvenaria, em Lajes, Joaçaba, Concórdia e Caçador, em Santa Catarina; dois outros, também de alvenaria, em União da Vitória e Ponta Grossa, no Paraná. Além disso, estão sendo construídos um silo subterrâneo, com capacidade para 5.000 t, em Erechim, e um outro de madeira, menor, em Passo Fundo, ambos no Rio Grande do Sul; e foram adquiridos, para uso nos serviços do Ministério da Agricultura e para revenda aos lavradores, cooperativas e pequenos moinhos, 500 silos metálicos pré-fabricados, de pequena capacidade.

Esses armazéns e silos, com capacidade total para 124.400 toneladas de grão, fazem parte da rede nacional de armazenamento que o Governo espera seja instalada, com a possível brevidade. Como o armazenamento do trigo pode ser renovado três vezes por ano, as instalações já construídas ou em via de o serem permitirão secar, limpar e estocar, até o embarque, um total de 373.200 t de trigo, na próxima safra.

Progresso considerável foi realizado, portanto, no sentido de ampliar os suprimentos nacionais de farinhas panificáveis, com a produção do País. Faz-se indispensável, porém, obter resultados bem maiores, ao surgirem dificuldades na obtenção do trigo tradicionalmente importado do principal fornecedor estrangeiro e ao se ampliar o consumo, principalmente nos nossos grandes centros urbanos. Enquanto não conseguir a Nação abastecer-se substancialmente com o grão por ela produzido, estará sujeita ao racionamento ou às misturas de farinhas sucedâneas da de trigo.

Produtos de grande importância no regime alimentar brasileiro, principalmente das populações rurais, a farinha de mandioca, o feijão e as batatas tiveram as suas safras, de 1950 a 1951, praticamente estacionárias quanto ao total dos volumes produzidos. Nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, mais afetados pela seca, a queda da produção das raízes de mandioca atingiu 7,5%; a de feijão, 35,2%; a de batata inglesa, 63,8%; e a de batata doce, 19,1%. Não obstante, em nenhum desses produtos ocorreu uma redução dos volumes colhidos, no conjunto do País, em virtude do aumento da área plantada, no caso da mandioca e da batata inglesa, ou de uma melhoria do rendimento cultural, verificada em relação aos dois outros produtos.

*Mandioca,  
batatas e  
feijão*

Conquanto se tenha estabilizado, de 1950 para 1951, a área produtora das frutas que as estatísticas consignam, verificou-se um aumento substancial das quantidades colhidas, em virtude de melhor rendimento unitário. O País dispôs de mais bananas, abacaxis, laranjas, uvas, cocos da Bahia do que no ano anterior, possibilitando, inclusive, a manutenção das correntes de comércio, para o exterior, de algumas dessas frutas. Supriram-se os grandes mercados urbanos, também, com elevado volume de frutas estrangeiras, importadas principalmente do Rio da Prata, no intercâmbio com as frutas nacionais. Esse setor da atividade agrícola está a reclamar, contudo, maiores cuidados, em vista da sua importância

*Frutas*

para a dieta alimentar nacional. As deficiências da armazenagem frigorífica estão sendo examinadas para que se reduzam as perdas elevadas a que estão sujeitos êsses produtos, grandemente perecíveis.

*Cana de  
açúcar*

Apresentou-se desprezível o aumento da produção nacional de cana de açúcar, de 1950 para 1951, não obstante o crescimento de 3,6% na área cultivada e a expansão verificada nas safras paulista (7%) e mineira (2%). A queda da safra nordestina, decorrente da estiagem, fêz com que o volume total produzido permanecesse praticamente igual ao do ano anterior. Dessa forma as dificuldades econômicas com que se defrontava a lavoura canavieira nordestina agravaram-se de forma considerável, motivando o reajustamento do preço do açúcar, já pleiteado desde dois anos. Ao Governo se afigurou oportuno, nesse ensejo, uniformizar os preços de venda do açúcar na origem, de forma a eliminar a diferença de tratamento que vinha sendo dispensada pelo órgão de controle econômico dêsse produto, entre a produção do Nordeste e do Centro e do Sul do País. Simultaneamente com essa medida, ficou constituído um fundo financeiro destinado a possibilitar amplos investimentos na modernização das usinas de açúcar e na introdução de métodos técnicos que assegurem a redução dos custos reais de produção da matéria-prima e de sua industrialização. As necessidades crescentes do mercado consumidor nacional reclamam, aliás, a expansão da cultura da cana de açúcar. Só no ano findo, o consumo absorveu mais 2,5 milhões de sacas de açúcar do que em 1950, o que foi possível atender, em face da estabilização da safra canavieira, com os estoques vindos do ano anterior e com o sacrifício parcial da produção de álcool. Esse consumo ascensional, em ritmo acelerado, constitui um dos índices mais expressivos da melhoria das condições alimentares do povo brasileiro. A super-produção da década de 30 corresponderia hoje uma situação tendente à demanda não satisfeita, se não fôsse adotada uma política de fomento à produção da matéria-prima e de modernização da indústria do açúcar e do álcool, ora posta em prática.

*Cacau*

Contrariamente ao que se passa com o açúcar, o consumo interno de cacau não se tem expandido de forma a assegurar maior estabilidade à economia cacaueira, ainda dependente, em alta escala,

dos mercados exteriores. A colheita de 1951 foi 7,2% maior do que a do ano anterior, conquanto a área cultivada só acusasse um aumento de 3,1%. Não obstante essa melhoria do rendimento cultural, a economia cacaeira defrontou dificuldades, no segundo semestre, por motivo da baixa então verificada nos mercados externos compradores. Há indícios de melhores cotações no corrente ano, mas as condições climáticas parece terem afetado a safra em curso, que deve ser menor do que a anterior. O Governo está atento à situação do produto, essencial à economia baiana e fonte substancial de divisas para o País.

Persiste a posição estatística favorável ao café brasileiro, conservando-se os preços de exportação estabilizados, durante todo o ano de 1951, conquanto os embarques (16.357.000 sacas) tenham superado de 10,2% os do ano anterior. O valor médio da saca exportada alcançou Cr\$ 1.195,00, contra Cr\$ 1.072,00 em 1950, de forma que o valor total das exportações, acrescidas em volume, somou 19.542 milhões, com um aumento de 22,8% sobre o ano precedente. Não há indícios de queda nas cotações, pois o equilíbrio estatístico permanece e nem mesmo um aumento substancial na produção, resultante dos novos cafezais plantados, justificaria a queda dos preços, em vista da ampliação do consumo.

*Café*

Fonte essencial das divisas com que conta o País para se suprir no exterior e fazer face aos encargos em moeda estrangeira, o café é objeto permanente da atenção do Governo, que vem assistindo a lavoura e o comércio do produto através do crédito e da assistência técnica, para mantê-la a coberto de maiores dificuldades. A safra de 1951 foi 8,2% mais volumosa do que a de 1950, aumentando a área cultivada de 44.152 ha. e melhorando substancialmente o rendimento cultural, que passou de 402 para 428 kg/ha. Os lavradores obtiveram, assim, considerável melhoria no resultado financeiro da sua atividade, que se exerce, aliás, como é sabido, na região agrícola mais desenvolvida do País. Novas zonas rurais vão sendo incorporadas por essa cultura, especialmente no Norte do Paraná e no Sul de Goiás, para onde se encaminham grandes contingentes populacionais das velhas zonas agrícolas do Nordeste e do Centro do território nacional.

*Algodão*

Conquanto a safra paulista de algodão tenha acusado um aumento de 12%, em confronto com a de 1950, a colheita global do País apresentou-se ligeiramente inferior, por motivo da queda verificada no Nordeste, avaliada em 25%. O ano algodoeiro de 1951 não foi, porém, mau, em virtude da posição estatística do produto no mercado internacional, que assegurou cotações remuneradoras para o produto brasileiro. Só em parte o Brasil beneficiou-se dessa situação, visto como percentagem considerável das exportações foi vendida a preços inferiores aos alcançados no final do ano. Os resultados médios obtidos foram, contudo, satisfatórios.

Preocupa-se o Governo com a situação geral dessa cultura agrícola, que tem acusado descenso desde o fim da guerra. Medidas de grande alcance começaram a ser postas em prática, no ano passado, para soerguer a produção algodoeira, principalmente a nordestina, dos tipos de fibra longa. A seca ocorrida na região impediu que tais medidas surtisser o efeito desejado; mas, o programa oficial de fomento prosseguirá êste ano, com o fim de fortalecer e expandir, tecnicamente, a tradicional lavoura algodoeira do País.

*Outras culturas*

Como já ficou dito, as condições climáticas desfavoráveis prejudicaram a atividade agrícola do País, em 1951, na generalidade dos setores em que ela se exerce. Mesmo que o Poder Público estivesse habilitado a prestar assistência mais ampla do que a efetivamente levada à agricultura nacional, acha-se esta sujeita, pela sua própria natureza, a contratempos que transcendem às possibilidades de atuação privada e governamental.

Assim, salvo as culturas de hortaliças, em geral irrigadas, as demais produções foram afetadas pela estiagem, que lhes reduziu o rendimento cultural. Constitui notável exceção o amendoim, cuja produção aumentou em virtude da melhoria do rendimento unitário, e do aumento da área cultivada.

**PRODUÇÃO  
FLORESTAL**

As atividades econômicas que se exercem em torno da floresta adquiriram, em 1951, ritmo mais acelerado do que em qualquer ano anterior, quer no setor da exploração de madeiras, quer no da valorização de outros recursos florestais. Infelizmente, essa valorização da riqueza florestal da Nação continua a processar-se, em geral, segundo métodos rotineiros que a comprometem, bem como os solos, o regime de águas e mesmo o clima de vastas regiões do País.

Dados ainda incompletos, ao se elaborar esta Mensagem, permitem verificar que foram os mais elevados, de todos os tempos, os volumes das exportações nacionais de madeiras, em 1951. O suprimento do mercado interno foi mantido, ao mesmo tempo, em condições satisfatórias. Dessa forma, a indústria madeireira do Sul do País refez-se da crise em que se debatia anteriormente, em face da falta de mercados externos para onde escoar a sua produção.

Essa recuperação tornou-se possível, também, graças à expansão do mercado consumidor nacional, que continua suprido de forma regular, não obstante a expansão das vendas para o exterior. Parte dessas vendas processou-se, porém, à base de operações vinculadas a importações e essa política de comércio sofreu reexame do Governo, para adoção de nova diretriz acêrca do escoamento dos produtos gravosos.

Manter-se-á o Governo atento em relação a êsse problema, no que concerne especialmente às madeiras, cujo principal mercado comprador, a República Argentina, terá possivelmente dificuldade de realizar as suas compras no nosso País, em 1952, por carência de cobertura cambial.

Não obstante substancial aumento (16 %) verificado na produção de borracha natural, no País, o suprimento dessa matéria prima às indústrias consumidoras começou a processar-se, em parte, mediante importações. Dado o crescimento do consumo, as compras no exterior deverão avolumar-se dêste ano em diante, conquanto a produção dos seringais nativos e de alguns plantados, ora em idade de corte, possa aumentar ainda consideravelmente. É que a expansão da indústria manufatureira da borracha, decorrente da demanda nacional dos seus produtos, reclama um volume de matéria prima que aumenta em ritmo mais acelerado do que o observado no crescimento da produção nacional desta.

Em fase desta situação, já assinalada na minha Mensagem ânua anterior, o Governo procurou encorajar, durante o ano findo, a extração da borracha nativa, na Amazônia e nas demais regiões produtoras, bem como o início da exploração de seringais plantados nos Estados da Bahia e do Pará. As medidas adotadas com essa finalidade começaram a surtir efeito, conquanto a mobilização de mão-de-obra se tenha apresentado como um problema mais difícil de resolver do que inicialmente antevisto.

Simultaneamente, encaminha-se o Governo para o cultivo da seringueira, em escala adequada às necessidades nacionais de borracha, para que o suprimento dessa matéria-prima à indústria volte a processar-se, no futuro, com a produção do País. Trata-se, porém, de empreendimento cujos resultados só poderão ser obtidos a longo prazo e, tendo em conta a necessidade de maior volume da matéria-prima, a par das dificuldades cambiais para cobertura de importações, planeja o Governo a produção de borracha sintética, em unidades industriais capazes de atender parte do consumo.

*Mate*

A economia ervateira, de significativa importância para a região Sul do País, manteve-se estável no ano findo, com tendência a melhorar no âmbito do mercado interno consumidor. A manutenção dos suprimentos para os mercados do Hemisfério Sul em níveis capazes de assegurar essa estabilidade e a ampliação dos fornecimentos, ainda incipientes, para os países do Hemisfério Norte — constituíram as preocupações essenciais do Governo nesse setor, durante o ano de 1951, e serão objeto do programa de ação do órgão próprio, este ano.

Na ampliação do consumo interno, principalmente nos grandes centros urbanos, em que consideráveis volumes da produção nacional poderão ser colocados regularmente, assentam as perspectivas de fortalecimento e expansão da indústria ervateira.

*Babaçu*

Deu início o Governo, no ano findo, a estudos objetivos no sentido de programar a exploração do babaçu em larga escala, para aproveitamento integral do côco. Confia o Governo em que, à base de tais estudos, possam ser mobilizados recursos financeiros na escala reclamada por um programa de industrialização do babaçu capaz de aumentar substancialmente a produção nacional de óleos, para consumo interno e para exportação, bem como o aproveitamento de matérias primas diversas, proporcionadas por essa indústria.

*Outros produtos*

Quer na programação dos serviços oficiais peculiares à valorização da Amazônia, quer na atuação normal dos organismos incumbidos de orientar o comércio exterior do País, os problemas

pertinentes a outros produtos florestais, como a castanha do Pará, as cêras de carnaúba e de licuri, a oiticica, foram objeto da atenção do Governo no ano findo, com o fim de assegurar condições para a manutenção das atividades produtoras privadas e para o seu aperfeiçoamento futuro, naquilo que dependa do Poder Público.

Na minha mensagem inicial, ressaltai as dificuldades que se antepunham a uma ação eficiente da União no setor mineral, devido às peias burocráticas e ao desaparecimento em pessoal e material com que se debatia o órgão próprio. Essas dificuldades desapareceram, em parte, com a Lei n.º 1.489, de 10-12-1951, que veio estabelecer um novo regime financeiro para os trabalhos específicos do Ministério da Agricultura; como tal lei só influenciará o exercício de 1952, os serviços de 1951 padeceram ainda dos males antes apontados.

PRODUÇÃO  
MINERAL

O Governo procurará, paulatinamente, reforçar esse setor, pois é no subsolo e nas riquezas minerais que temos de apoiar, em grande parte, os esforços para levantar o padrão de vida do nosso povo.

Um fator importante para reintensificar as atividades mineiras privadas será sem dúvida a reforma do Código de Minas, cujo projeto foi submetido em 1950 à apreciação do Congresso Nacional e, principalmente, a regulamentação da preferência garantida ao superficiário pelo art. 153, § 1.º, da Constituição. Sobre esse assunto pretendo submeter ao Congresso, oportunamente, mensagem que caracterizará tal preferência.

A indústria mineral, embora com lentidão, continuou a progredir, especialmente no setor siderúrgico e do fabrico do cimento, tendo-se iniciado a produção de aço na Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita), ora sob contróle do Banco do Brasil.

Houve crescimento na produção de minério de ferro, no calcáreo para cimento e no minério de tungstênio; os outros bens minerais muito pouco reagiram comparados com as respectivas produções no ano anterior. A mica e o quartzo mantiveram a posição que adquiriram em fins de 1950, sendo de salientar que já há alguma exportação de semi-manufaturas desses minerais, embora em escala reduzida.

Os trabalhos para exportação do manganês do Amapá seguem sua marcha normal. A situação do carvão continuou pouco satis-

fatória, persistindo a acumulação de estoques e os conflitos entre produtores e consumidores; tal produto será objeto de apreciação no capítulo referente aos problemas de energia.

*Pesquisas  
minerais*

As principais pesquisas minerais oficiais incidiram sobre minérios rádio-ativos de urânio do Nordeste e de São João d'El Rei, e de tório (monazita) do litoral do Espírito Santo; depósitos de carvão no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Piauí; bauxita e zircônio em Poços de Caldas. Além desses, merecem especial relêvo os trabalhos de prospecção dos minérios de ferro do centro de Minas, procedidos em colaboração com geólogos do Governo americano, e os estudos realizados sobre a fosforita de Olinda. Já se pode assinalar, com satisfação, a existência de 50 milhões de toneladas de fosforita, cujo aproveitamento se dará, certamente, muito breve, assim que resolvidas dificuldades peculiares à sua extração. Em face do significado que têm os adubos fosfatados para a nossa agricultura, deve-se caracterizar essa jazida e a verificação do seu vulto como o mais importante acontecimento para nós, no setor mineral, ocorrido durante o ano passado.

Foram também retomados os trabalhos da Carta Geológica, terminando-se oito fôlhas de meio grau quadrado.

Especial atenção foi dispensada pelo Governo à questão da obtenção do enxôfre, continuando-se as pesquisas tecnológicas para aproveitamento da pirita do carvão e constituindo-se uma Comissão de especialistas e industriais para estudar o assunto sob todos os ângulos. Urgem decididos esforços para mitigar as nossas deficiências nesse setor. A eventual interrupção ou drástica diminuição nas importações de enxôfre pode paralisar a maior parte do nosso parque industrial e a sua escassez, decorrente do *deficit* mundial, já nos vem afetando de modo sensível, com a interrupção de atividade em diversas fábricas e instalações.

É, por isso, motivo para satisfação assinalar os progressos nos estudos técnico-econômicos e as iniciativas industriais em andamento para utilizar a pirita do carvão de Santa Catarina no fabrico de ácido sulfúrico.

*Exportação  
de minérios*

A exportação de minérios de ferro continuou em sua marcha ascendente, atingindo a cerca de 1.350.000 toneladas, em comparação com 890.000 toneladas em 1950; o valor dessa exportação foi de cerca de 240 milhões de cruzeiros. O principal país importador foi os Estados Unidos da América, mas embarcaram-se parti-

das consideráveis para o Canadá e a Europa. A maior parte da exportação escoou-se pelo pôrto de Vitória (1.273.978 toneladas), com origem na produção da Companhia Vale do Rio Doce.

Com o advento da Lei n.º 1.310 e a criação do Conselho Nacional de Pesquisas, foram centralizadas as questões relativas à exportação de minérios estratégicos de interesse atômico; cessou a exportação de monazita com caráter comercial, não se tendo concretizado nenhuma negociação de governo a governo, única permitida pela lei. Estabeleceu-se teto para exportação de berilo, continuando a política de controle de preços.

Iniciou trabalhos mais uma fábrica para processamento industrial da monazita e prepararam-se outras duas para tratar o berilo. O Governo, atento à importância desses bens, zelará pela sua conservação e utilizará os mesmos nos propósitos de defesa, segurança e progresso econômico do País.

Por um decreto recente, o Governo criou uma Comissão Especial no Itamarati para o controle da exportação dos materiais estratégicos.

Foi deveras auspicioso o resultado obtido pela Companhia Vale do Rio Doce. A conjugação favorável da elevação das cotações do minério de ferro no mercado internacional e do aumento da produção permitiram à Companhia apresentar um resultado social invejável no exercício que passou.

*Cia. Vale do  
Rio Doce*

Já está quase atingida a primeira fase do programa da Companhia, de extrair, transportar e exportar um milhão e meio de toneladas anuais de hematita compacta; iniciar-se-á, em breve, a segunda fase, para expansão até três milhões de toneladas.

Em 1950, as atividades da Companhia se traduziram numa exportação de 710.000 toneladas, no valor *FOB* de US\$ 5.638.994; em 1951, esses números subiram para 1.273.978 toneladas, no valor de US\$ 12.620.312. Houve um aumento de 80% na quantidade e de 120% no valor. Se perdurar a atual cotação elevada, a exportação do minério de ferro passará a ser apreciável fonte de divisas.

Para atingir a meta de três milhões, estima-se que os investimentos adicionais atingirão a Cr\$ 700.000.000,00, a serem despendidos principalmente no setor de transporte. Com um acréscimo de 50% no investimento total, dobrar-se-á sua capacidade; isso resultará em diminuição sensível dos custos, aumento da margem de lucro e da possibilidade de competição. Foram iniciadas expe-

riências para exportação dos chamados "finos" do minério que, se coroadas de êxito, aumentarão indiretamente as reservas minerais da Companhia e melhorarão sua rentabilidade.

Como consequência dessa situação favorável, apresentou a Companhia um lucro, no exercício, de quase 60 milhões, o que lhe permitirá iniciar a distribuição de dividendos. A Companhia Vale do Rio Doce, orientada por métodos eficientes de administração, como está, vai-se tornando um negócio lucrativo e se incorporará à lista dos empreendimentos mistos de utilidade geral. A Estrada de Ferro Vitória-Minas apresentou, também, índices extremamente favoráveis, com grande intensidade de tráfego, altos coeficientes de aproveitamento, tudo traduzido num ponderável saldo.

O conjunto favorável de circunstâncias, já citado, permitiu à Companhia iniciar a regularização de seus débitos, saldar diversos compromissos no País e no exterior, efetuando amortização do principal. Tudo isso foi feito sem esquecer a assistência social, o apôio e a justa remuneração que cabem aos seus colaboradores e empregados.

O mal essencial da Companhia é a sua super-capitalização; em face das despesas que foram e ainda são necessárias para aparelhar uma via de transporte de 500 km. Isto desaparecerá com a fase de expansão e aí, e cada vez mais, a Companhia será o elemento decisivo de valorização do Vale do Rio Doce, para integrá-lo na economia nacional.

*Produção  
de sal*

Em face da crise de abastecimento de sal nos mercados consumidores do Sul e Centro do País, fez o Governo um decidido esforço para superar as dificuldades, tendo autorizado o transporte dos centros produtores desse material em navios de bandeiras estrangeiras. O conjunto de medidas surtiu algum efeito, tendo-se conseguido transportar 814.000 toneladas, com um aumento de 18 % sobre o ano anterior.

Há, ainda, um imenso campo para racionalização da indústria do sal marinho, desde a modernização dos métodos, reunião das salinas em unidades maiores, aproveitamento de subprodutos, até à melhoria do sistema de transporte.

É necessário coordenar e reunir a legislação esparsa que rege essa atividade extrativa, proporcionando meios e programas ao Instituto Nacional do Sal para que o mesmo possa, além da sua ativi-

dade fiscal e reguladora, assumir seu verdadeiro papel de estimulador e promotor da economia dessa indústria.

Continuou o Governo a receber a assistência do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia no trato das questões relativas à metalurgia e à mineração. Tratou esse órgão em 1951 de questões relativas ao carvão mineral e de madeira, aos fertilizantes, às indústrias da soda, das terras raras e de assistência técnica.

*Política de  
mineração e  
metalurgia*

Continua tendo singular expressão na economia brasileira a atividade da Companhia Siderúrgica Nacional. Suas vendas cresceram, seus lucros aumentaram e os preços de venda continuaram os mesmos, mostrando a utilidade das empresas de economia mista para manter o equilíbrio dos mercados e defender o consumidor.

**INDÚS-  
TRIAS  
DE BASE**

*Cia. Siderúr-  
gica Nacional*

A produção de 1951 foi a seguinte, nos principais ramos:

Coque . . . . .	285.604 t
Gusa . . . . .	342.087 t
Aço (em lingote) . . . . .	465.032 t

A produção de gusa manteve-se quase estacionária, com ligeiro aumento, mas na de aço o incremento foi de 45.000 t, cerca de 12% sobre o ano anterior.

Na laminação de aço, o acréscimo foi de 20 %, passando de 287.168 t, em 1950, para 342.561 t, em 1951. Esta quantidade se distribuiu entre trilhos, perfilados, chapas grossas, chapas finas a quente e a frio, fôlhas galvanizadas e fôlhas de Flandres; as principais melhorias se deram nas chapas finas, perfilados e na fôlhas de Flandres. A coqueria continuou a fornecer apreciáveis quantidades de derivados do alcatrão da hulha, sobressaindo entre eles o benzol, o toluol e o sulfato de amônio.

Os diferentes departamentos da Companhia apresentaram bons resultados, convindo ressaltar as atividades de mineração de carvão, ferro, calcário, e lavagem do carvão, e o setor de navegação.

Inaugurou-se em Volta Redonda, em fins do ano, uma fábrica de cimento para aproveitar as escórias do alto-forno e está em término de montagem uma usina metalúrgica de estanho; mostra isso a benéfica influência de Volta Redonda na industrialização do Vale do Paraíba e na atração que está constituindo para a atividade privada subsidiária.

O movimento de vendas em 1951 foi de Cr\$ 1.475.331.224,00, quase um bilhão e meio de cruzeiros, enquanto em 1950 foi de Cr\$ 1.131.540.516,00; houve, assim, um aumento de mais 30%, sem modificação nos preços de venda. Nesse movimento, quase

90% correspondem ao ramo de laminados de aços, sendo de salientar que o preço médio conjunto *Fob* Volta Redonda para esse grupo, de Cr\$ 3.782,00 t, já foi inferior ao custo *Cif* do produto importado que atingiu em média, para o grupo ferro e aço, Cr\$ 4.480,00. Já se começa a fazer sentir, portanto, a influência de Volta Redonda, não só na economia de divisas, como na redução dos preços para o mercado interno.

E' verdade que nem todos os itens da linha de laminados apresentam preços mais baixos que os produtos importados e que a diferença favorável assinalada provém, em parte, de fatores de perturbação no suprimento internacional de ferro e aço, mas a circunstância merece relêvo especial. Esta tendência atual favorável aos produtos de Volta Redonda, quando comparados com similares estrangeiros de diversas procedências, se solidificará com a ampliação e expansão da Companhia e sua conseqüente descapitalização.

As vendas da Companhia se fazem de preferência para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, cujos mercados absorvem quase 85% do total, mas praticamente tôdas as unidades da Federação receberam produtos de Volta Redonda.

A situação econômica e financeira da Companhia solidificou-se cada vez mais. No 1.º semestre de 1951, o lucro líquido foi de Cr\$ 114 milhões, contra Cr\$ 196 milhões para todo o ano de 1950; há, assim, um aumento médio previsível de 15% a apurar ainda pelo balanço final do exercício.

No 1.º semestre, os dividendos distribuídos foram normalmente aumentados, tendo sido de 6% a.a. para as ações preferenciais, 7,5% a.a. para as do Tesouro Nacional e 10% a.a. para as dos demais acionistas. Tudo indica que êstes auspiciosos índices sejam mantidos, embora venham a se fazer sentir brevemente, na economia da Companhia, os aumentos de fretes e salários de marítimos e a incidência dos impostos de renda e consumo, cuja isenção foi suspensa nos têrmos da lei.

Durante o ano, foi o capital da Siderúrgica aumentado de Cr\$ 1.250.000.000,00 para Cr\$ 1.750.000.000,00. Este acréscimo se destina a arcar com as despesas em cruzeiros decorrentes da planejada expansão da usina e foi autorizado pela Lei número 1.380, de 7-6-1951.

A Cia. Siderúrgica já está atingindo o máximo de produção que suas atuais instalações permitem alcançar, não estando previsto, para 1952, aumento superior a 5%; é agora a ocasião de

expandir e ampliar a usina para chegar-se a um milhão de toneladas anuais de lingotes de aço. Para isso, estão sendo tomadas providências para adaptação dos projetos atuais a êste objetivo, que está bem mais próximo do que parecia a muitos céticos.

Fôra negociado no passado Govêrno um empréstimo de . . . US\$ 25.000.000, com o Banco de Exportação e Importação, cujo aproveitamento dependia do acréscimo de capital da Companhia. Com o cumprimento de tôdas as exigências e formalidades no correr do ano de 1951, já foi possível colocar encomendas no valor de US\$ 10.600.000, cuja data de entrega está próxima, desde que se consigam prioridades junto ao Govêrno americano, como tudo faz crer seja obtido.

Dedicou, também, a Companhia especial atenção aos problemas do trabalhador, criando uma Superintendência dos Serviços Sociais que, englobando os órgãos independentes existentes, lhe prestará assistência social, médica, alimentar e educacional. E', realmente, digna de realce a obra assistencial da Companhia Siderúrgica, convindo que a mesma seja tomada como exemplo para aquêles que querem dignificar as relações entre o capital e o trabalho e julgam possível humanizar as duras fainas do serviço industrial.

Na Fábrica Nacional de Motores, sem prejuízo da organização e desenvolvimento dos serviços de rotina de revisão dos motores de aviação e outros de menor vulto, continuaram os trabalhos de produção de caminhões diesel, de tipo médio, iniciando-se os estudos para fabricação de tratores.

*Fábrica Nacional de Motores S. A.*

No setor de caminhões, os objetivos visados vão sendo atingidos aos poucos, ampliando-se as instalações; o faturamento neste ramo já atingiu a 85 milhões, prevendo-se um maior desenvolvimento no corrente ano. O conjunto do faturamento industrial atingiu 110 milhões, em que 18 milhões couberam à revisão dos motores de aviação e 6 milhões a peças diversas.

No corrente ano, espera-se dar início à execução do programa de fabricação de tratores e intensificar-se a nacionalização dos caminhões. Aos poucos, portanto, a Fábrica Nacional de Motores, S. A., se incorporará eficazmente na atividade industrial brasileira, passando a ser um elemento positivo para a economia nacional.

Tomaram, felizmente, em 1951, feição mais objetiva os trabalhos e estudos para implantação da indústria de soda.

*Indústria de Alcalis*

Pela Lei n.º 1.491, de 12 de dezembro, foi dada nova estrutura financeira à Companhia Nacional de Alcalis, aplainando-se, assim, as principais dificuldades para obtenção do financiamento internacional; o assunto está entregue à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, esperando o Governo que as negociações sejam coroadas de êxito.

Por outro lado, prosseguiu a Companhia nos estudos e experiências relativas à obtenção de sal, água potável, água para resfriamento, contratando uma firma especializada norte-americana para rever anteprojetos, especificações e orçamentos, cujas conclusões confirmaram as previsões favoráveis.

No atual dimensionamento, a fábrica deverá produzir na fase inicial 20.000 t de soda cáustica, 68.000 t de barrilha e 4.000 t de bicarbonato de sódio, pretendendo-se ampliá-la muito nas fases subseqüentes.

Se as previsões se confirmarem, poderá a fábrica funcionar em 1955. Eliminadas as prejudiciais hesitações, o Governo empenhará todo o seu esforço e decisão em dotar o País de mais uma indústria de base. A indústria de álcalis é exigente e não tem atraído a iniciativa privada na escala desejável. O empreendimento de Cabo Frio é talvez marginal, mas deve ser levado avante pela segurança política e econômica que acarreta. Esse é o propósito do Governo.

*Enxôfre e siderurgia no Sul*

Os estudos da Comissão especial de industriais e técnicos, a que já me referi, incumbida de projetar a indústria do enxôfre no Brasil, aproveitando a pirita de Santa Catarina, encaminha-se para a elaboração de um projeto compreendendo duas unidades complementares na área carbonífera de Santa Catarina — uma para produzir enxôfre e outra para produzir ferro. Segundo os estudos já realizados, os custos do enxôfre se confrontarão favoravelmente com os atuais preços internacionais, libertando-nos da necessidade de importar tão essencial matéria-prima; e os do ferro gusa permitirão à indústria do Sul do País um suprimento mais barato do que o oriundo de outras usinas nacionais.

Trata-se, pois, da solução de um problema vital para toda a indústria brasileira, e de um passo decisivo na industrialização do extremo Sul, antecipando, neste particular, o Governo, o que prometeu ao encaminhar ao Congresso o Plano do Carvão Nacional.

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

## PESQUISA

A criação do Conselho Nacional de Pesquisas, que iniciou suas atividades em abril de 1951, representa um importante marco no desenvolvimento cultural, científico e econômico do País. O Estado não podia continuar ausente desse domínio, renunciando a orientar e estimular a pesquisa científica. Além disso, era necessário incentivar as questões relativas à energia atômica.

CONSELHO  
NACIONAL  
DE PES-  
QUISAS

Teve cuidado o Governo de dar uma expressão nacional ao Conselho, chamando a integrá-lo homens de ciência dos Estados, de modo a que sua ação abrangesse, em conhecimento de causa, os principais problemas de pesquisa no País.

No seu primeiro ano de funcionamento, teve o Conselho que estruturar seus órgãos próprios e limitar, pelas contingências, suas atividades aos ramos da ciência pura e aplicada para os quais já existia, em nosso meio, uma tradição de trabalho eficiente. A par disso, foi dado especial relêvo às questões atômicas.

Foram concedidos auxílios para realização de pesquisas específicas a 32 instituições e a 8 pesquisadores, de acordo com programas e critérios pré-estabelecidos.

Outra atividade a salientar foi a política de concessão de bolsas, numa caça aos talentos e vocações para a ciência. Tais bolsas foram concedidas, de preferência, aos cientistas sob cuja orientação iria ser realizada a pesquisa, o estudo ou o aperfeiçoamento, os quais ficaram responsáveis pela eficiência, exatidão e assiduidade dos contemplados. Tal política deverá ter uma influência benéfica e decisiva no sentido de fortalecer nosso meio científico e de promover a formação de pesquisadores.

Não descurou o Conselho aspectos de intercâmbio cultural, tendo dado os passos iniciais para promover a visita ou radicação no País de diversos cientistas de renome internacional.

Outra iniciativa do Conselho que deu origem a mensagem minha ao Congresso foi a organização de um anteprojeto estabe-

lecendo regime financeiro especial para as instituições de pesquisa, mediante normas flexíveis que liberem a investigação tecnológica e científica das peias burocráticas que ainda as tolhem.

*Energia  
Atômica*

No campo da energia atômica foi deveras intensa a atividade do Conselho.

Foram decididamente estimuladas as investigações no campo nuclear do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, iniciaram-se entendimentos para a compra de um sincro-ciclotron, e estudos para a construção de um reator piloto.

De outro lado, o Conselho promoveu diversas prospecções sôbre minerais de tório e urânio nos Estados de Espírito Santo e Minas Gerais, estabelecendo, quanto à monazita, um programa que abrange a plataforma continental.

Os técnicos responsáveis têm muita esperança de que as ocorrências uraníferas de S. João d'El Rei tenham uma real importância e significação.

Pretende, também, o Conselho iniciar no corrente ano as prospecções aerogeofísicas, baseadas no emprêgo do avião e de métodos aeromagnetométricos e cintilométricos. Tais investigações têm permitido, em outros países, a descoberta de importantes corpos de minérios rádioativos. Se tais métodos forem aplicáveis às condições geológicas do País, um enorme passo se dará para apressar os trabalhos de geologia geral e aplicada entre nós.

Entrou, também, o Conselho em estreito contato com a missão que veio ao Brasil chefiada pelo presidente da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, Sr. Gordon Dean. Foram lançadas as bases para um entendimento e cooperação entre os dois países no setor atômico, as quais, quando concretizadas, serão submetidas à apreciação do Congresso Nacional.

Assistiu, também, o Conselho ao Govêrno nas questões de fiscalização, industrialização e exportação de minérios atômicos.

Com o aumento das dotações e experiência que fôr colhendo, o Conselho Nacional de Pesquisas deverá assumir, cada vez mais, uma posição singular na promoção no País da investigação científica em todos os ramos do conhecimento, especialmente no da energia atômica. Para maior eficiência de sua função planejadora, promotora e coordenadora, determinei que o Conselho limite ao estritamente indispensável suas atividades de execução direta, utilizando os serviços dos órgãos próprios da administração, cujos recursos deverão por êle ser reforçados.

## TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

É quase ocioso lembrar a importância do transporte em nossa evolução econômica e no aumento do bem-estar social.

Não obstante constituir esse pensamento denominador comum nos homens de Governo, nas classes conservadoras, na imprensa e no próprio povo, verdade é que a carência de transportes tem sido motivo quase permanente de clamor público. A atividade transportadora tem estado aquém das necessidades, incapaz de responder às exigências, sempre crescentes, de energias que se transformam em bens destinados a atender as necessidades sociais.

A falta de transportes, desencorajando o aumento da produção e reduzindo a concorrência no abastecimento dos mercados consumidores, provoca a elevação dos preços e conseqüente encarecimento do custo de vida, contra o qual vem o Governo empregando o melhor dos seus esforços.

Importa, pois, pesquisar a fundo o problema e identificar as causas da inadaptação do sistema transportador, pois que esta inadaptação gera o desequilíbrio que tende a afetar o organismo social, dada a interdependência dos fenômenos econômicos.

Várias causas podem ser apontadas como determinantes da situação da carência de transporte de que nos lamentamos. Entre elas, salienta-se a crescente falta de estímulo ao capital investido nessa atividade. Paralelamente a um controle tarifário, cada vez mais exigente, no sentido de se manterem baixos os fretes, os capitais privados tornam-se, progressivamente, esquivos à aplicação nesse setor de atividades, a tal ponto que o Governo se viu compelido a arcar com a responsabilidade da exploração, por sua conta, da quase totalidade das empresas de transportes marítimos e ferroviários, existente no País.

Pode e deve, às vezes, o Governo se assenhorear de certas atividades de grande influência para a vida da população, com o intuito de imprimir à sua gestão a característica de ação pública, substituindo a ação privada, cujo regulador absoluto é o espírito do

lucro. Mas, além de se eliminar o lucro de exploração dessas atividades, não se lhes permitiu tirar do produto médio do transporte o necessário para assegurar uma evolução do aparelhamento transportador, de acordo com as exigências do progresso nacional. E foi-se além: não se permitiu às estradas de ferro, por exemplo, tirarem de sua exploração o necessário para cobrir, sequer, as despesas de custeio, sem falar na amortização e renovação do material.

Essa situação se agrava de maneira progressiva. Em 1944, o conjunto das estradas de ferro apresentou um saldo de custeio de cerca de 280 milhões. O saldo desapareceu para dar lugar, nos anos seguintes, a *deficits* cada vez mais volumosos, que atingiram a 1,5 bilhão em 1950 e talvez quantia superior em 1951.

Não se impute à gestão pública a responsabilidade da situação; também as empresas particulares foram levadas de roldão nos acontecimentos. Ao contrário, quando se examina a ação dos agentes executores, verifica-se que a exploração dos serviços em si tem aumentado de eficiência, pois que o número de unidades de transporte tem diminuído, constantemente, para a mesma unidade de trabalho produzida. Em parte, deve-se esse fato ao aumento progressivo do transporte útil realizado.

E' óbvio que, do exercício de uma atividade do qual não se obtém uma recompensa que permita, sequer, sua manutenção, não se poderia esperar a restauração de seu capital físico, e, muito menos, sua ampliação. A degradação do aparelhamento é consequência fatal de uma exploração onerosa. Ao Governo caberia, então, fazer face às deficiências apontadas, dado o vulto dos interesses sociais em jogo. Acontece, porém, que o ônus da exploração deficitária de uma atividade econômica não é anulado mas, apenas, transferido para outrem e, muitas vezes, injustamente. Se ao Governo couber pagar o *deficit* mediante o acréscimo dos impostos, estará distribuído por todos os brasileiros, disponham ou não de bons meios de transporte, o ônus que, por justiça, deveria caber àqueles que se servem desse serviço.

Distrair parte dos recursos orçamentários para suprir deficiências verificadas em atividades que, por si, possam removê-las sem prejuízo para a economia geral, significaria postergar ou reduzir iniciativas outras que o interesse comum está a reclamar. As necessidades nacionais de investimentos básicos são muitas e exigem vultosos recursos financeiros. Eles, ademais, influem decisivamente na rentabilidade do sistema de transportes.

A grave situação por que atravessam os transportes é decorrente não somente da sua atividade específica, mas também de circunstâncias do meio ambiente. No Brasil, como no mundo, existem zonas ricas e zonas pobres, regiões industrializadas e regiões agrárias, e, entre elas, se processa a permuta dos bens de consumo indispensáveis à vida coletiva.

Examinando as nossas estatísticas, verifica-se uma tendência acentuada para a valorização dos produtos industrializados, em relação aos resultantes das atividades agrárias — quer dizer, estão sendo alterados os termos da troca entre uns e outros, em detrimento dos últimos. O homem do campo tem recebido, em regra, cada vez menos em termos de produtos manufaturados, pela mesma unidade que oferece à sociedade ou, o que é o mesmo, deve entregar, cada vez maior número de unidades de produção agrária, em troca da mesma unidade de produtos manufaturados. Sendo as primeiras muito densas em peso e pouco densas em valor, ao contrário do que acontece com as últimas, os transportes refletem o fenômeno.

Apesar da falta de transportes para os produtos agrários, há um acentuado excesso deles para retorno. As estradas de ferro brasileiras, por exemplo, só aproveitam 43% do transporte oferecido devido a esse desequilíbrio; 57% dos vagões e locomotivas trafegam sem produzirem trabalho útil, isto é, inteiramente inaproveitados. Fenômeno semelhante verifica-se na navegação de cabotagem.

Acontece ainda que o escoamento da produção, muito elevado nas épocas de safra e reduzido nas de entressafras, exige um equipamento muito maior que o necessário para um escoamento em volume constante. Daí o desaproveitamento ou sobra de pessoal e de material no último período e a sua escassez no primeiro.

O Governo está atento ao fenômeno e procura dar-lhe solução com a implantação de uma vasta rede de silos, câmaras de expurgo e armazéns e frigoríficos de coleta e distribuição, no território nacional. Do estudo do assunto foi encarregado o Ministro da Agricultura, e depois a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, incluindo-se o problema da instalação de matadouros frigoríficos nas zonas de produção de gado, compreendendo o aproveitamento dos subprodutos. Por essa forma, será eliminado o transporte de produtos imprestáveis: o transporte de carne, em vez do boi, ocupará menos vagões, o que importa redução do retorno vazio dos veículos. Aumentará o poder aquisitivo da população nos centros

de produção, aumentando assim a troca, com o conseqüente aproveitamento do transporte de retôrno oferecido.

Não basta, porém, melhorar o aproveitamento do atual parque de transporte. Mister se torna o reaparelhamento dos transportes, pela melhoria das instalações fixas e móveis, de sorte a ajustá-las às necessidades do momento e de um futuro próximo, ao lado do aperfeiçoamento da administração das atividades transportadoras.

Esse reaparelhamento, compreendendo portos, navegação marítima, rios e canais, melhoria do leito e dos traçados terrestres, aeroportos e acréscimo do número de unidades transportadoras, em todos os ramos do sistema, nas condições impostas pela atualidade, importa em vultosas quantias, que, somadas, ultrapassam de muito o montante da receita federal de um exercício. As necessidades se acumularam, e já que são imperiosas e não foram atendidas em tempo oportuno, sente o Govêrno a responsabilidade de preencher agora ao máximo a lacuna, distribuindo o ônus resultante pelas gerações atual e futuras. A mobilização de recursos suficientes para o reaparelhamento e atualização do sistema de transportes é um dos objetivos da política econômica e financeira do Govêrno. De outra maneira, o progresso do País ficará limitado.

Por todos êsses motivos é que, em minha primeira Mensagem, tive oportunidade de salientar que, sem a resolução dos problemas fundamentais de transportes, a economia brasileira não poderia avançar muito da posição atual; e de que deveria ser organizado um novo Plano Nacional de Viação, que atualizasse e aperfeiçoasse as normas baixadas pelo Decreto n.º 24.497, de 1934, de forma a integrar todos os sistemas.

A solução do problema não repousa, sòmente, em destinar-se recursos às compras de material ou construção, e sim num planejamento adequado que encare os vários meios de transportes como um todo, com seguimento numa racional execução. De pouco valerão as soluções improvisadas, dispersas e apressadas.

Como as ferrovias são detentoras de percentagem dominante dos transportes internos, tinha o Govêrno que dispensar especial atenção a êsse setor; por isso, foi recomendado à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que desse absoluta prioridade aos estudos de reaparelhamento das nossas estradas de ferro. O trabalho realizado já é enorme e representa um perfeito levantamento das nossas necessidades. Baseado na segurança da conclusão a que chegaram os técnicos brasileiros e americanos, tem o Govêrno fundadas espe-

ranças de obter o financiamento de trinta milhões de dólares correspondente ao início da gigantesca tarefa de modernizar e reequipar nossas ferrovias.

Foram completados pela Comissão o projeto de auxílio à E. F. Santos a Jundiaí para compra de novos vagões, para padronização e modernização de freios e engates, a fim de facilitar sua articulação com a Paulista e a Central do Brasil, o projeto para compra pela Paulista de vagões de carga e padronização de freios e engates e o projeto da Central, em que o financiamento em moeda estrangeira é de quase 14 milhões de dólares.

Sem embargo dos estudos do planejamento fundamental, cuidou o Governo de atender aos problemas e serviços mais imediatos para intensificar o transporte de mercadorias e passageiros, melhorando o escoamento da produção, ao mesmo tempo que fez prosseguir, no ritmo compatível com as possibilidades financeiras do momento e com o imperativo de liquidar débitos de serviços antes atacados sem verba, os trabalhos de construção, articulação e ligação das diversas rédes do País, conforme os projetos e orçamentos aprovados. Neste particular, o Governo procura orientar as novas construções segundo os interêsses econômicos nacionais; e desta maneira, no que toca à réde ferroviária, salvo ligações e prolongamentos reputados essenciais, dá prioridade às variantes e outros melhoramentos que aumentem a eficiência das linhas existentes de transporte.

Com o reaparelhamento, deverão cair os custos por unidade transportada, reduzindo-se o *deficit* anual dos serviços de transporte.

O reaparelhamento, porém, não afasta a necessidade de assegurar à atividade transportadora, permanentemente, rendimentos suficientes que permitam a sua manutenção, inclusive o desgaste impôsto pela exploração e, se possível, o crescimento da sua capacidade. Ao poder público deverá caber, essencialmente, a ação supletiva, onde não fôr possível a auto-suficiência.

Ponto fundamental e complementar é o aperfeiçoamento dos métodos de administração e financiamento das empresas estatais de transporte. Neste sentido, está em curso um programa de estudos e providências, de parte dos órgãos próprios. A Comissão especial designada para examinar e propor ao Governo as medidas sobre administração e financiamento das autarquias e sociedades

mistas tem particularmente em mira o sistema de transporte, conforme as instruções do Governo.

**TRANS-  
PORTE  
FERRO-  
VIÁRIO**

A decisão do Governo em intensificar e melhorar o transporte ferroviário, aproveitando de forma mais racional o aparelhamento existente, refletiu-se em providências e decisões administrativas que ocasionariam um decidido acréscimo no movimento das mercadorias, como será detalhado na apreciação das principais estradas federais; como era de prever, manteve-se, porém, a situação deficitária, cuja ordem de grandeza deve se situar em torno de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros, conforme estimativa preliminar à conclusão dos balanços financeiros.

Promoveu o Governo várias reuniões de coordenação de transportes, tendo em vista aumentar a vazão de gêneros dos centros de produção. Apesar do desgaste de material, foi meritório o esforço das estradas em assegurar e melhorar o transporte. A essa compreensão da gravidade da situação por parte dos chefes e pessoal deve-se não se ter agravado a crise de abastecimento dos grandes centros.

Cuidou, também, o Governo de evitar que soluções isoladas comprometessem outros planos de produção e administração; assim é que, reconhecendo a invencível tendência para eletrificação ou dieselização das ferrovias, tomou providências para que em certa fração do tráfego fôsse mantida a tração a vapor para possibilitar a integridade do Plano do Carvão, garantindo durante algum tempo um canal de consumo para o combustível nacional, o que é absolutamente necessário para manter a estabilidade da indústria carvoeira e assegurar-lhe condição que permita aumentar sua produtividade.

*Estradas do  
Ferro da  
União*

Na Estrada de Ferro Central do Brasil, a tonelage transportada foi acrescida de 1 bilhão de toneladas-quilômetro, com um incremento de 10% sobre o ano de 1950. A tonelage bruta dos principais gêneros alimentícios que foi de 180.000 t em 1950, passou a 245.000 t em 1951.

Continuaram as obras de melhorias da via permanente, principalmente no Ramal de São Paulo. Com a inauguração de diversas variantes, as resistências da linha diminuiriam, sendo que só no trecho Barra do Pirai-Taubaté a capacidade tração passou de trens de 500 a 1.000 t para 1.900 t.

Prosseguem os estudos e obras para melhoria, inclusive com a programação de aproveitamentos hidrelétricos para eletrificação da linha, e aquisição de 120 locomotivas Diesel e 10 unidades elétricas, segundo contrato assinado.

Foi decisivamente incrementado o uso do carvão nacional, quase duplicando o seu consumo.

Os trabalhos de assistência social foram ativamente cuidados, principalmente através da construção de casas.

Fêz o Governo prosseguir diversas obras na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, convindo assinalar o prolongamento de Pôrto Esperança a Corumbá, a variante Mirante-Guaigara e o ramal de Campo Grande a Ponta-Porã. Voltará esta Estrada, em face da sua importância estratégica e econômica e do empenho decidido do Governo em reequipá-la e racionalizar sua administração, a apresentar os seus antigos índices de eficiência.

Serve a Rêde Paraná-Santa Catarina uma região responsável pelo abastecimento de vastas zonas do País: o Norte do Paraná é um dos celeiros que abastecem Rio e São Paulo de diversos cereais e outros produtos de alimentação. Qualquer *deficit* de seu tráfego pode refletir rapidamente no custo de vida dessas capitais. Em 1951, transportou a Rêde cerca de 8.400.000 sacas de milho, arroz, feijão e batatas provenientes do Norte do Paraná; em 1950, tal transporte foi somente de 5.000.000 de sacas. Há, pois, um aumento de 60%.

Fêz proceder o Governo a diversos melhoramentos que atingiram, principalmente, a tração, com aquisição de locomotivas Diesel e a vapor.

Na E. F. Santos-Jundiáí, o aumento da carga transportada foi de 15% em relação a 1950, atingindo a mais de sete milhões de toneladas. Além de constantes melhorias, prosseguiu a construção do oleoduto para São Paulo, inaugurado em outubro com o transporte de produtos claros. Apesar de um incremento de quase 20% no salário médio do pessoal dessa ferrovia, o *superavit* verificado foi da ordem de 120 milhões de cruzeiros, cerca do quádruplo do de 1950.

Na E. F. Leopoldina, o aumento do transporte foi de 6%, mas o *deficit* continuou no mesmo nível de 1950.

Na Rêde Ferroviária do Nordeste, foram atacados diversos melhoramentos e obras exigidos pelo crescente movimento da região dependente de Recife.

O plano de trabalho organizado para 1951 pela Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana teve, infelizmente, que ser alterado devido à falta de trilhos e acessórios, atacando-se, em troca do lastreamento e assentamento de 90 km via permanente, o desmatamento da faixa de domínio e a construção da infra-estrutura estradal na extensão total de 650 km, entre Corumbá e Santa Cruz de La Sierra.

Na Réde de Viação Cearense, Estrada de Ferro São Luís-Teresina, Estrada de Ferro Central do Piauí, Estrada de Ferro de Goiás, Estrada de Ferro Sampaio Correia, Estrada de Ferro Teresa Cristina, Estrada de Ferro Mossoró-Sousa, Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Estrada de Ferro Ilhéus e na Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, os serviços decorreram normalmente, procedendo-se às melhorias e construções dentro das possibilidades financeiras.

**TRANS-  
PORTE  
RODO-  
VIÁRIO**

Dos 36.000 km que constituem o Plano Rodoviário Nacional, estão construídos, até o momento, cerca de 12.000 km. Tomando-se por base somente os recursos provenientes do Fundo Rodoviário, distribuídos ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, chega-se à conclusão de que serão necessários mais de uma dezena de anos para a construção do restante.

Nestas condições, mister se torna evitar, tanto quanto possível, a dispersão dos recursos orçamentárias em numerosas estradas. Urge concentrar a suplementação das leis de meios na construção de estradas integrantes do Plano e na pavimentação progressiva das mesmas, a fim de que possam desempenhar sua função integral, permitindo um tráfego seguro, econômico e confortável.

A receita do órgão federal para aplicação em rodovias foi, em 1951, de um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros. Sua ação se distribui entre as atividades de estudos e construção, conservação e pavimentação.

O Governo fez construir 600 km de novas rodovias das quais 425 pertencentes ao Plano Rodoviário Nacional, 174 km de caminhos pioneiros e diversas obras d'arte de singular importância e grande vulto, como as pontes em construção sobre o Rio Doce, em Linhares (Esp. Santo), sobre o Rio Paraíba, em Campos, e no Guia, em Recife.

Dentro do possível, cuidou o Governo da conservação dos 7.300 km de rodovias que estão a seu cargo, procedendo-se, também, à pavimentação de quase 400 km.

A arrecadação do Fundo Rodoviário Nacional, constituído pelo impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes líquidos, atingiu a um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros; desta importância, cêrca de um bilhão e cem milhões foi entregue aos Estados e Municípios, nos têrmos da Lei n.º 302.

Os trabalhos de articulação com as unidades da União continuaram a se fazer de modo satisfatório através do Conselho Rodoviário Nacional.

Ponto crucial do sistema de transporte por água e de interseção com o transporte terrestre, constituem os portos, por isso mesmo, um dos elementos-chave mais importantes da organização e funcionamento do próprio sistema geral de transporte. Obstruídos, porém, como estão, com mais de 18 milhões de metros cúbicos de areia, lodo e argila, e desaparelhados de quase 50% de suas necessidades atuais, nossos portos estão praticamente fechados ao tráfego normal como verdadeiros gargalos por onde a produção nacional e a nossa importação se escoam lenta e onerosamente.

PORTOS

Diante de tão grave situação, cujos reflexos se estendem por todo o País e recaem, afinal, sôbre o povo consumidor, não vacilou o Governo em enfrentar o problema portuário com um plano de larga envergadura que eliminasse completamente as causas dessa crise e evitasse a sua reocorrência em futuro previsível.

Esse plano geral do reaparelhamento e ampliação dos nossos portos, cuja execução exigirá necessariamente vultosos recursos, inclusive em materiais e em mão-de-obra especializada, terá que ser levado a efeito em duas etapas. A primeira compreende um programa de urgência, de quatro anos; na segunda, logo a seguir, serão consolidados e ampliados os resultados do esforço inicial.

O programa de emergência, que aprovei, pelo Decreto número 30.334, de 21-12-51, abrange o reaparelhamento, ampliação das instalações existentes, conclusão de obras já em andamento, execução de serviços de dragagem, recuperação do aparelhamento de dragagem existente, e construção de novos cais nos portos de Manaus, Itaquí, Luís Correia (ex-Amarração), Camocim, Mucuripe, Areia Branca, Macau, Natal, Cabedelo, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Marauá, Ilhéus, Vitória, São João da Barra, Rio de Janeiro, Niterói, Angra dos Reis, São Sebastião, Santos, Paranaguá,

Antonina, São Francisco do Sul, Itajaí, Florianópolis, Imbituba, Laguna, Rio Grande, Pelotas, Pôrto Alegre, Pôrto Amazonas, Foz do Iguaçu, Corumbá, Cuiabá, Pôrto Murtinho e Pôrto Velho.

Está previsto, inclusive, o reaparelhamento material do próprio Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, com a aquisição de dragas, bate-lôes, rebocadores e "drag-lines", para capacitá-lo a dar continuidade à dragagem agora programada e que determinei fôsse executada em dois anos.

O plano geral está orçado em cêrca de Cr\$ 4.300.000.000,00 sendo que no programa de urgência serão aplicados cêrca de 1.925 milhões de cruzeiros para os serviços e obras custeados em moeda nacional e 800 milhões (equivalentes a 40 milhões de dólares) para os equipamentos a serem importados. A parte relativa aos serviços e às obras custeados em cruzeiros terá a seguinte distribuição anual:

	Cr\$
1952 .....	450.000.000,00
1953 .....	600.000.000,00
1954 .....	600.000.000,00
1955 .....	275.000.000,00

As obras da segunda etapa estão orçadas em cêrca de Cr\$ . . . 1.140.000.000,00, e os aparelhamentos em Cr\$ 460.000.000,00.

Em resumo, o plano obedece à seguinte discriminação:

I — *Programa para os portos organizados, de acôrdo com o disposto no Decreto-lei n.º 8.311-45, que instituiu a taxa de emergência, compreendendo obras urgentes e aquisição de equipamento mecânico para melhorar de pronto o rendimento dos serviços nos portos de Manaus, Belém, Natal, Cabedelo, Recife, Maceió, Salvador, Ilhéus, Vitória, Rio de Janeiro, Niterói, Angra dos Reis, Santos, Paranaguá, Imbituba, Laguna, Pôrto Alegre, Rio Grande e Pelotas* — Cr\$ 1.516.577.836,00 em obras; Cr\$ 462.488.830,00 em aparelhamentos.

II — *Portos a construir* — Itaqui, Luís Correia, Areia Branca, Macau, Maraú, Florianópolis — Cr\$ . . . 230.000.000,00 em obras; Cr\$ 165.000.000,00 em aparelhamentos.

- III — *Portos a completar, ampliar ou aparelhar* — Belém Natal, Itajaí e Laguna, Cr\$ 148.000.000,00 em obras; Cr\$ 27.000.000,00 em aparelhamentos.
- IV — *Portos em concessão, a concluir, ampliar, aparelhar ou construir* — Mucuripe, Recife, Maceió, Ilhéus, Aracaju, Vitória, Paranaguá, São Francisco do Sul, Pôrto Alegre e Pelotas — Cr\$ 515.000.000,00 em obras; Cr\$ 188.500.000,00 em aparelhamentos.
- V — *Portos fluviais a construir* — Pôrto Velho, Cuiabá, Corumbá, Pôrto Murtinho, S. João da Barra, Foz do Iguaçu e Pôrto Amazonas — Cr\$ 71.000.000,00 em obras; Cr\$ 28.000.000,00 em aparelhamentos.
- VI — *Dragagem dos portos de Belém, São Luís do Maranhão, Luís Correia, Camocim, Mucuripe, Natal, Cabedelo, Recife, Maceió, Aracaju, Ilhéus, Vitória, Rio de Janeiro, Niterói, Angra dos Reis, São Sebastião, Santos, Paranaguá, Antonina, São Francisco do Sul, Itajaí, Florianópolis, Imbituba, Laguna, Rio Grande, Pôrto Alegre e canais interiores das lagoas dos Patos e Mirim* — volume de 31.580.000 m<sup>3</sup>, pelo custo de Cr\$ 560.000.000,00.
- VII — *Aparelhamento de dragagem a ser adquirido para o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais* — compreendendo dragas, batelões, cábreas, rebocadores, etc., Cr\$ 361.000.000,00.
- VIII — *Recuperação do atual aparelhamento de dragagem do D.N.P.R.C.* — Cr\$ 28.000.000,00.

Ao dar início a êsse vasto plano de renovação e ampliação dos portos, com as providências determinadas no citado Decreto n.º 30.334, declarei, e repito agora com igual convicção, que êle constitui um dos elementos vitais de ação na batalha pela redução do custo de vida, em que o Governo e o Povo estão empenhados.

A situação do sistema de transporte por água, abrangendo a frota e os portos, revelou-se, em 1951, bastante precária, como era de prever, dadas as suas graves deficiências para enfrentar as crescentes necessidades de nosso intercâmbio comercial. Para evitar crise maior, viu-se o Governo obrigado a adotar medidas de emer-

TRANS-  
PORTE  
MARÍTIMO

gência, ao mesmo tempo que cogitava de providências de longo alcance, destinadas a dar ao problema solução tão completa e duradoura quanto possível.

Com uma frota insuficiente e composta, em sua maior parte, de unidades obsoletas e anti-econômicas, e com os portos assoreados e desaparelhados a ponto de reterem os navios o dôbro do tempo gasto no mar — para só lembrar dois aspectos mais salientes da crise — não é, de fato, de estranhar que os transportes por água tenham constituído, no decorrer do ano que passou, e continuam a constituir, um dos setores mais críticos do nosso aparelhamento econômico.

A verdade é que nossa frota mercante não pôde transportar, como lhe cumpria, todo o volume de mercadorias que constituem o nosso comércio de cabotagem, por deficiência própria e dos portos, nem pôde, tampouco, participar substancialmente do transporte relativo ao nosso comércio externo, no pagamento de cujos fretes gastamos, em 1951, mais de 4 bilhões de cruzeiros em preciosas divisas. A frota de longo curso, tendo apenas 20 navios, não conseguiu transportar em 1951 senão 4 % do volume das nossas trocas com o exterior.

Para atender à crise do transporte de cabotagem, especialmente de gêneros alimentícios dos portos do Rio Grande do Sul que abastecem a Capital da República, o Nordeste e os demais Estados da União, foram retirados, temporariamente, alguns de nossos poucos navios de longo curso, sendo ainda o Governo compelido a permitir o transporte de sal e de gêneros alimentícios por navios estrangeiros, além de adotar outras medidas de caráter local e circunstancial, tais como a inspeção, por autoridades federais, em diversos portos, para estudo *in loco* de meios e modos de intensificar o movimento portuário.

Foi determinado o aproveitamento integral da praça dos navios do Lloyd Brasileiro-P.N. e da Companhia Nacional de Navegação Costeira-P.N. para o transporte de gêneros alimentícios do Rio Grande do Sul, ficando a praça dos navios particulares cbrigada ao contingenciamento de 60% para aquelas mercadorias e de 40% para a carga geral. Tendo em vista a menor remuneração dos fretes dos gêneros alimentícios e para evitar a escolha de outras mercadorias, para transporte, ficou estabelecido nos portos gaúchos o regime de distribuição de carga pela Comissão de Morinha Mercante, ainda em vigor. Por fim, para ampliar o apro-

veitamento dos navios estabeleceu-se, a título de emergência, o sistema de carregamento, em Pôrto Alegre e Pelotas para o Rio Grande, em embarcações auxiliares, com baldeação neste último pôrto, de que resultou o carregamento integral dos navios.

A despeito da prioridade conferida aos gêneros de alimentação, não deixou o Govêrno de atender às necessidades de outros setores de atividade que estão promovendo o enriquecimento nacional. Assim, sem resultados positivos para exploração comercial da navegação de cabotagem, foram feitos vultosos transportes de carvão nacional, destinado à Estrada de Ferro Central do Brasil e à Cia. Siderúrgica Nacional, além do de dormentes para estradas de ferro, de Caravelas para o Rio de Janeiro, e de outras matérias primas destinadas às indústrias nacionais, tais como madeiras, gesso, gipsita, areias monazíticas, talco, etc. Para atender a essa circunstância, já foi incluído no Plano do Carvão Nacional em vias de execução, o transporte eficiente desse combustível.

Graças a essas providências conseguiu-se que o transporte de cabotagem ascendesse em 1951 a 5.048.000 toneladas, com um aumento de 320.000 t ou 6,8% sôbre o do ano de 1950, quando foram transportadas sômente 4.728.000 t, que representaram um acréscimo de cêrca de 3% sôbre o do ano anterior. O aumento mais acentuado verificou-se no Rio Grande do Sul, cuja exportação cresceu de 245.000 t, ou sejam mais 32% sôbre a tonelagem transportada em 1950.

Foi possível, assim, com medidas específicas e de emergência, intensificar o tráfeço de cabotagem, enquanto o Govêrno tomava providências de maior alcance e duração, que eliminem, de vez, as causas da crise de transporte e não se limite a combater seus efeitos

Com êsse caráter programático, a primeira providência fundamental do Govêrno foi a da ampliação e reaparelhamento dos portos e da navegação. Pelo citado Decreto n.º 30.334, de 21 de dezembro próximo passado, foram reservados, dentro do plano de reaparelhamento nacional, para o programa de portos e navegação, a importância de Cr\$ 3.525 milhões, sendo Cr\$ 1.925 milhões para os serviços e obras custeados em cruzeiros; Cr\$ 800 milhões (equivalentes a US\$ 40 milhões) para os equipamentos a serem importados e mais Cr\$ 800 milhões (equivalentes a US\$ 40 milhões) para compras de navios.

A Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico foi incumbida, nos termos do

citado Decreto, de promover a preparação urgente de projetos, em cooperação com a Secção Norte-americana da Comissão, que permitam fazer negociações para o financiamento, em moeda estrangeira, das importações necessárias à execução do programa de melhoramentos. Os programas de reaparelhamento dos portos, do Lloyd Brasileiro e da Cia. Nacional de Navegação Costeira, abrangendo não só a navegação de cabotagem, mas também a de longo curso, e dos respectivos estaleiros de reparos e construção naval, já estão sendo considerados pela referida Comissão em regime de urgência; mas, não obstante, de modo a imprimir ao plano de renovação e ampliação das frotas das duas principais empresas de navegação do Estado, em caráter harmônico e racional em bases tão sólidas e duradouras que atendam, por um lado, não só às necessidades específicas e imediatas de cada uma dessas empresas, tão carentes de tonelagem adicional e sobretudo econômica, que revigore a sua precária situação financeira, mas que também, por outro lado, garantam o desenvolvimento progressivo da própria Marinha Mercante nacional em condições de eficiência e economia.

Ao mesmo tempo que dá, assim, início ao programa de reaparelhamento e ampliação dos portos e da navegação, que permitirá, em breve, a normalização do tráfego marítimo, cogita o Governo de suplementá-lo com outras providências correlatas e complementares relativas ao problema geral da Marinha Mercante.

Além da reativação e ampliação da indústria de construção naval, a começar pela complementação das instalações existentes, inclusive regionais, para que possamos, num futuro próximo, não só reparar, mas construir nossos próprios navios, questão a ser examinada pela Comissão de Desenvolvimento Industrial — cogita o Governo da sistematização, extensão e intensificação das medidas de auxílio e proteção à nossa Marinha Mercante, de modo a proporcionar-lhe meios de renovação e ampliação contínuas, não mais sujeita a hiatos e intermitências em seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que tratará da reestruturação racionalizada da organização administrativa da Marinha Mercante, segundo uma política ampla e coordenada.

Preocupa ainda o Governo, no encaminhamento desses estudos, o problema do alto custo de operação dos navios que fazem o tráfego da cabotagem, resultante não só de sistemas obsoletos de propulsão, que podem ser aperfeiçoados ou substituídos, mas, principalmente, das crescentes despesas de pessoal e material, além das deficiências administrativas. A par disso, há ainda o problema cor-

relato, e não menos importante, do alto custo da tarifa vigente, cuja estrutura e valores não correspondem às atuais e verdadeiras necessidades nacionais e regionais de um transporte bom e barato. O reequipamento e a reorganização da Marinha Mercante nacional deverá orientar-se por esta preocupação de eficiência e economia, ou não terá fundamento e continuidade.

Espera o Governo, assim, dar ao Brasil uma Marinha Mercante à altura de suas necessidades e responsabilidades de nação marítima, capaz de proporcionar-lhe, a qualquer tempo, ao longo do seu litoral ou nas rotas do nosso comércio exterior, meios de transporte suficientes e econômicos.

O reaparelhamento da Marinha Mercante abrange naturalmente, a navegação fluvial. O programa de renovação e ampliação dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, já estudado, deverá ser executado com os recursos e em correlação com o Plano de Valorização da Amazônia. Quanto ao do Serviço de Navegação da Bacia do Prata, já em execução, será acelerado, e possivelmente reforçado com a colaboração da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

NAVEGAÇÃO FLUVIAL

A navegação do rio São Francisco também já foi devidamente estudada, conforme exposto em Mensagem que enviei ao Congresso sobre o desenvolvimento do Vale, na qual proponho a organização de uma sociedade de economia mista para a exploração do tráfego fluvial.

Para melhoria e aumento das linhas de navegação fluvial e lacustre, a par do saneamento de zonas ribeirinhas, foi, ainda, realizado, em 1951, um extenso programa de obras e trabalhos diversos em numerosos rios e canais nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, em que foram dragados, represados, escavados, etc., mais de . . . . 1.500.000 m<sup>3</sup>, e executados trabalhos de limpeza, drenagem, levantamentos hidrográficos, etc., numa área superior a 1.800.000 m<sup>2</sup>, além da construção de cais, muralhas de proteção e obras de canalização.

O transporte aéreo comercial continua, em nosso País, em franca ascensão. Em 1951 registrou-se um aumento de 40% em relação ao ano anterior, no número de passageiros conduzidos, de mais de 37% na quilometragem voada e de cerca de 17%

TRANSPORTE AÉREO

quanto ao volume da carga transportada. Foram concedidas 53 novas linhas aéreas internas e 26 localidades foram incluídas na rede aeroviária nacional, o que, naturalmente, deve ter concorrido, de certo modo, para essa notável expansão, embora os seus principais fatores sejam menos ligados à estrutura da rede do que, de fato, decorrentes do próprio progresso econômico e social do País.

Nas rotas internacionais, oito novas linhas passaram a ser exploradas por empresas brasileiras, às quais o Governo auxilia financeiramente para que possam competir com as companhias estrangeiras, fortemente subvencionadas.

Nossa rede internacional, toda ela com intenso tráfego, se estende atualmente a Paris, Londres, Roma, até Frankfurt, na Europa, além de Istambul e Beirute, no Oriente Próximo. No continente americano estamos ligados, por empresas brasileiras, a Miami, nos Estados Unidos da América, a Santiago do Chile, via Assunção, além de Buenos Aires, onde aportam aviões de quatro companhias nacionais.

Quanto à política aérea internacional do Brasil, baseada nos vários acordos e convênios vigentes, notadamente no que resultou da Conferência realizada em Chicago, em dezembro de 1944, não sofreu alterações. Vinculados como estamos à Organização Internacional de Aviação Civil, entidade incumbida de disciplinar as formalidades, normas e procedimentos da aviação civil dos países a ela filiados, dispomos, para o trato dessas questões e orientação da nossa política aérea, de um órgão especializado — a Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea, sediada no Ministério da Aeronáutica, a qual, em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, tem procurado, não sem naturais dificuldades, conciliar, na prática, nossos interesses com os dos países amigos, com base nos compromissos recíprocos que livremente assumimos para a segurança e o desenvolvimento da aviação no campo internacional.

O progresso da aviação nacional está, porém, necessitando, cada vez mais, alicerçar-se numa infra-estrutura mais sólida. Há, ainda, nesse setor, carências gerais e fundamentais a suprir, desde, por exemplo, a organização e funcionamento de um sistema eficiente e racionalmente articulado de proteção e segurança do voo, e um Plano Aeroviário Nacional, até, futuramente, uma indústria aeronáutica de base, que atenda às crescentes necessidades de renovação e ampliação da frota aérea.

Consciente da importância e da complexidade desses problemas, cuja solução demanda concentração e continuidade de recursos financeiros e técnicos, está o Governo estudando a conveniência e possibilidade da captação de recursos, de fontes ainda disponíveis, para não só atender, de forma contínua, às necessidades correntes do desenvolvimento da aviação, como, principalmente, custear as despesas com a execução de planos básicos da aeronáutica e das indústrias de apoio e correlatas. Enquanto estuda esse curso de ação, envida o Governo, no entanto, os maiores esforços para, dentro das possibilidades atuais, retirar o máximo proveito das instalações existentes, incrementando e ampliando o ensino técnico e as atividades tecnológicas e industriais dos centros e parques aeronáuticos do País, ao mesmo tempo que pretende promover a padronização da contabilidade das empresas de Navegação Aérea, a fim de poder concretizar iniciativas tendentes a melhorar, num futuro próximo, as condições da aviação civil, principalmente no que tange às questões de tarifas e subvenções.

Sem prejuízo do desenvolvimento harmônico do sistema nacional de transportes, está, pois, o Governo empenhado em acelerar e consolidar o progresso da aviação civil, certo do seu relevante papel não só econômico e social, mas, também, como fator de unidade nacional, aproximando as gentes e regiões do nosso grande País.

A medida que se estendem as fronteiras econômicas do País e se adensa a sua vida política e social, cresce a importância de um eficiente e articulado sistema de comunicações, ao mesmo tempo que mais graves se tornam as deficiências por acaso existentes.

COMUNI-  
CAÇÕES

E nesse setor, como no de transportes, nossas deficiências são ainda extensas e profundas, como sói acontecer com serviços que, além de outros fatores negativos, são deficitários como, por exemplo, o serviço postal. Mas, quando se pensa na vastidão territorial do País, nos seus desertos demográficos, na assimetria e dispersão de seu desenvolvimento e na extensão e disseminação de seu serviço postal-telegráfico, não surpreende, de resto, o aparecimento de *deficits* de custeio.

A tarefa essencial do Governo é, primordialmente, assegurar eficiência aos serviços e reduzir, quanto possível, o *deficit*, pois não se compreende monopólios com baixo rendimento que se protejam pela falta de competição.

Para o seu reaparelhamento e aperfeiçoamento, contam os Correios e Telégrafos, atualmente, com a chamada Lei da Tarifa (498-48), que estabeleceu recursos durante o prazo de 16 anos para remodelação dos serviços, tendo sido constituída uma Comissão Executiva do Plano Postal-Telegráfico como órgão de programação e coordenação das obras, serviços e atividades a realizar à conta desses recursos.

Dos planos de trabalho estabelecidos pela referida Comissão, destacam-se: estudo e projeto de aparelhamento dos serviços postais e de telecomunicações; programa de formação e aperfeiçoamento de pessoal, para os serviços postais e de telecomunicações; programa de construção, aquisição e melhora dos edifícios do Departamento de Correios e Telégrafos; e reestruturação administrativa.

O setor telegráfico compreende o plano de linhas, o de instalação-rádio e o de aparelhagem telegráfica. Assegurou o Governo continuidade administrativa à execução desses projetos.

Assim é que, em 1951, concluiu-se, no Plano de Linhas, a construção da etapa São Paulo-Santos; no Plano Rádio, as Estações de Campo Grande e Cruzeiro. Foram terminadas 96 edifícios, estando 79 em construção, para término em 1952; outras 63 obras, que também tinham sido iniciadas no quinquênio anterior, serão oportunamente retomadas. Os serviços do telégrafo nacional foram, ainda, ampliados com a inauguração de 54 novas estações e a incorporação à rede geral de grande número de linhas, com a extensão de 2.213.271 metros, passando a contar, atualmente, com 2.001 estações telegráficas e uma extensão de linhas de 73.996.180 metros. Essas linhas vieram beneficiar as comunicações internas e interestaduais do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Território do Guaporé e serão em breve novamente aumentadas com mais 7.400.000 metros nos Estados do Nordeste e do Centro.

No setor postal, foram programados e executados diversos melhoramentos, principalmente na coleta e distribuição da correspondência em Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Pôrto Alegre, além da elaboração de projetos de padronização dos carros para os serviços de correio-ambulante.

Foram realizados, ainda, cursos de formação e aperfeiçoamento de pessoal, tanto para o serviço postal, quanto para o telegráfico.

A renda do serviço postal atingiu a cêrca de 460 milhões de cruzeiros, com um incremento de 15% sôbre o ano anterior; como as tarifas permaneceram inalteradas, êste índice representa, aproximadamente, o aumento de tráfego postal. Do mesmo modo, como a renda do serviço telegráfico atingiu a 195 milhões, com um acréscimo de 6% sôbre o exercício anterior, esta percentagem deve corresponder, também, ao aumento aproximado do serviço telegráfico.

O *deficit* anual dos serviços dos Correios e Telégrafos é da ordem de 600 milhões de cruzeiros. O Plano Postal-Telegráfico conta anualmente com 110 milhões, e é de se esperar que, com êsses recursos e a dedicação de seus dirigentes e técnicos, ao seu término estejam os Correios e Telégrafos nacionais em satisfatórias condições de eficiência e, quiçá, menos onerosos à coletividade. A segurança e eficiência dêsses serviços não dependerão, porém, sômente do reaparelhamento e reorganização resultantes das inversões previstas no Plano, mas sobretudo do senso de dever de seu dedicado pessoal, pois poucos serviços públicos, como êsses, têm no esforço e consciência individuais o fundamento e o principal fator de sua segurança e eficiência.

Os serviços telefônicos do País, com seus 160.000 km de linhas, participam da deficiência geral do sistema de comunicações.

*Telefones*

O congestionamento das linhas, a morosidade com que são atendidos os pedidos de novas ligações, a obsolecência do equipamento em muitas comunidades, são fatos públicos e notórios que atestam, cotidianamente, a crescente insuficiência quantitativa e qualitativa dêsses serviços

Não podendo nêles intervir, pois que são objeto de concessão municipal, preocupa-se o Govêrno Federal com o estado em que se acham tais serviços, para cuja melhoria tem feito o que lhe é possível, dentro de sua estrita competência, inclusive facilitando ao máximo a importação de equipamento para as emprêsas que porventura se interessam por renovar e ampliar suas instalações.

Considera o Govêrno o serviço telefônico, como de resto os demais serviços de comunicações, um dos setores de maior priori-

dade no programa geral de investimentos do País, em que deverá ser prevista, inclusive, a ampliação da indústria nacional de equipamento para comunicações e transmissões.

Cuida, assim, o Governo em que a rede nacional de comunicações se amplie e aperfeiçoe, como fator de unidade nacional e imprescindível instrumento de progresso econômico e social.

## ENERGIA

Cuidou o Governo em 1951 de propiciar condição para melhorar o balanço energético do brasileiro, preparando planejamentos nos setores do carvão mineral, do petróleo e da eletricidade e executando diversas iniciativas. Mesmo no campo da energia atômica, mantiveram-se atentos os órgãos próprios para que possamos utilizá-la, logo que essa conquista tecnológica seja alcançada.

Não há forma de energia ou bem energético que seja inteiramente superado por um avanço tecnológico; há, sempre, ocasião ou vantagem em usar determinada fonte de energia. Urge equacionar no Brasil os campos de aplicação da lenha, do carvão, dos óleos, da eletricidade e, até, da energia eólica. O Governo procurará oferecer, oportunamente, as bases desse planejamento.

Um dos mais graves problemas com que se defronta o Brasil é o do petróleo. Nossa segurança política e econômica e a continuação de nosso progresso dependem essencialmente do suprimento adequado de óleo mineral e seus derivados. O dreno de divisas representado pelos combustíveis líquidos já alcança 13 % dos nossos gastos de importação e tende a crescer cada vez mais, sem que, a longo prazo, haja análoga tendência na nossa capacidade de exportar. A possibilidade de adquirir óleo e o acesso aos mercados externos fornecedores constituirão, sempre, problemas da máxima preocupação para qualquer Governo responsável, no Brasil, até que a produção nacional atinja volume substancial.

Daí o cuidado dispensado a esse problema, no ano que passou, seja na pesquisa, na refinação, no transporte ou no preparo de um amplo programa de ação, a ser levado a termo por uma sociedade de economia mista capaz de repetir para o petróleo a realização de Volta Redonda na siderurgia.

O Conselho Nacional do Petróleo vem enfrentando, de acordo com as suas possibilidades técnicas e financeiras, os problemas que se lhe apresentam, no tocante ao abastecimento nacional de combustíveis líquidos.

PETRÓLEO

*Conselho  
Nacional do  
Petróleo*

Esforça-se o Conselho não só na busca de áreas sedimentares favoráveis à acumulação de óleo, que lhe permitam a locação de poços pioneiros, como também na intensificação dos trabalhos de sondagem e produção nos campos petrolíferos já determinados no Recôncavo baiano.

No setor da industrialização, manteve-se em 1951 o funcionamento normal da refinaria de Mataripe, devendo ainda este ano ser ultimada a duplicação da sua capacidade para 5.000 barris diários, o que permitirá desafogar do peso das importações de derivados os Estados de Sergipe, Alagoas e parte do de Pernambuco. As obras de construção da grande refinaria de Cubatão, para o trato de 45.000 barris diários de petróleo importado, tiveram acelerado o seu ritmo, esperando-se possa estar em condições de funcionar em fins do ano próximo, desde que não surjam dificuldades no programa de importação do material.

Por outro lado, já estão em andamento a ampliação da Refinaria Ipiranga, que funciona no Rio Grande do Sul, e os projetos das novas refinarias de 10.000 e 20.000 barris diários, a serem instaladas no Distrito Federal e em São Paulo, respectivamente, de acordo com as autorizações concedidas a duas entidades privadas. No momento, estão sendo apreciados pelo Conselho pedidos preliminares para a construção de refinarias em vários pontos do território nacional. Estuda esse órgão um plano geral para localização de novas refinarias, o qual orientará a política de industrialização do petróleo.

Relativamente ao transporte de combustíveis líquidos, foi inaugurada em 1951, e continua operando normalmente, a primeira linha do oleoduto Santos-São Paulo, destinada a gasolina, querosene e óleo diesel, sendo sensível a repercussão desse empreendimento na rapidez do escoamento dos derivados do petróleo importados pelo porto de Santos.

Ainda em 1951, a Frota Nacional de Petroleiros iniciou suas atividades comerciais com a exploração dos dois navios-tanques adquiridos no ano anterior e o recebimento de unidades que estavam em construção em estaleiros japoneses e europeus.

No que se refere ao xisto betuminoso, os resultados das investigações que o Conselho vem realizando na região do vale do Paraíba, Estado de São Paulo, são animadores, quer quanto às possibilidades do seu aproveitamento econômico, quer quanto à possança das respectivas reservas de óleo de xisto.

Os estudos geológicos e geofísicos que o Conselho executa com o objetivo de determinar as zonas mais favoráveis à existência de petróleo abrangeram, em 1951, áreas sedimentares dos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, ou sejam 10 unidades da Federação.

Tais prospecções se realizam, atualmente, nas regiões de Abacaxis, Parauari e Maués, no Estado do Amazonas, e Acarapíreira, na ilha de Marajó; nas regiões de Balsas e Carolina, em direção norte, bem como em São Luis, no Estado do Maranhão; na região compreendida entre Piracuruca, no Estado do Piauí, e Ipueiras, no Estado do Ceará; na região de Pojuca e no Recôncavo, no Estado da Bahia; nas regiões de Angatuba, Guareí-Conchas-Porangaba, no Estado de São Paulo, e Reserva-Castro-Prudentópolis, no Estado do Paraná.

Os trabalhos de perfuração têm sido intensivos, alcançando o total de 238 o número de poços perfurados pelo Conselho desde o início das suas atividades até 31 de dezembro de 1951. Dêsse total, 137 são produtores de óleo (todos no Estado da Bahia), 22 de gás (também na Bahia), 57 secos, 19 estratigráficos e 3 já esgotados. Atualmente, estão em perfuração 7 poços, sendo 5 na Bahia, 1 em Sergipe e 1 no Pará.

Releva acentuar que as sondas do Conselho, em número de 16, já não operam apenas no Recôncavo baiano, estendendo-se os seus trabalhos aos Estados do Pará, Maranhão e Sergipe. No primeiro dêsses Estados, iniciou o CNP, em 1950, a perfuração de um poço pioneiro em Limoeiro, à margem do rio Tocantins, o qual atingiu a profundidade de 4.026 metros, sendo, em 1951, abandonado como sêco. A sonda utilizada nessa perfuração, que é do tipo mais moderno e adquirida especialmente para operar na bacia amazônica, onde a espessura dos sedimentos exige perfuratrizes de grande capacidade, foi transferida para a ilha de Marajó, sendo iniciada em Cururu, no dia 23 de outubro do ano findo, a abertura de novo poço pioneiro, cuja profundidade já ultrapassou de 2.800 metros.

No Estado do Maranhão, após demorada campanha geológica, foi locado em 1951, nas proximidades da cidade de Carolina, um poço pioneiro, também improdutivo, que alcançou a profundidade de 1.166 metros. Estuda-se, no momento, a conveniência da abertura de outro poço, na mesma estrutura ou o deslocamento da

nova perfuração, para outra região que apresente características favoráveis à acumulação do óleo.

No Estado de Sergipe, já realizou o Conselho três perfurações pioneiras (uma em Japoatã e duas nas proximidades de Japarutuba), sendo, porém, negativos os resultados. Em dezembro, foi iniciada a perfuração de outro poço ainda nas vizinhanças de Japarutuba, o qual já atingiu a profundidade de 182 metros.

Ainda no primeiro semestre deste ano deverá ser iniciada uma perfuração pioneira em Angatuba, Estado de São Paulo.

De 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1951, o Conselho concluiu a perfuração de 3 poços, perfurou 30 e aprofundou 2 poços, dos quais 31 na Bahia, 1 no Pará, 1 no Maranhão e 2 em Sergipe, com a metragem total de 23.830. Das perfurações realizadas na Bahia, 19 produzem óleo, 5 gás e 7 foram secas.

O desenvolvimento das prospecções geológicas e geofísicas no Estado da Bahia proporcionou, em fins de 1950, a descoberta dos campos de Agua Grande e Paramirim do Vencimento, e, em 1951, duas novas áreas produtoras — Pedras e Mata de São João — foram ali desvendadas, o que vem ampliar promissora-mente as possibilidades petrolíferas desse Estado.

*Reserva do  
petróleo e  
produção  
potencial*

A reserva de petróleo nos campos do Conselho no Estado da Bahia pode ser avaliada em 50 milhões de barris, ou sejam, 7 bilhões e 950 milhões de litros.

A produção potencial diária dos campos que apresentam expressão comercial é estimada em tórno de 20.000 barris . . . . (3.180.000 litros), o que corresponde a uma produção econômica e efetiva de cerca de 7.000 barris.

*Produção  
do petróleo*

A produção de óleo, em 1951, nos campos da Bahia, foi de 690.776 barris (109.833.384 litros), com uma diferença a maior, sobre o ano anterior, de 352.069 barris (55.978.971 litros). Essa considerável diferença decorre do fornecimento regular de óleo bruto à refinaria de Mataripe, num total diário de 2.500 barris, além das quantidades utilizadas pelo Conselho em caldeiras de sondas de vapor e no revestimento de estradas.

*Industriali-  
zação do gás  
natural*

O gás natural produzido nos campos de Aratu e Itaparica está sendo industrializado, tendo a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro firmado contrato para o aproveitamento desse combustível na usina termelétrica destinada à eletrificação das suas linhas. No

momento, o gás de Itaparica já é utilizado, em pequena escala, por uma fábrica local de tecidos.

Está calculada a reserva desse gás natural em 1,2 bilhão de metros cúbicos.

As investigações que o Conselho vem realizando no vale do rio Paraíba, Estado de São Paulo, e os resultados das análises a que foram submetidas numerosas amostras de testemunhos obtidos nas sondagens, revelaram, em 1951, a possibilidade do aproveitamento econômico das jazidas de xisto pirobetuminoso existentes na zona em que se estende desde Quiririm, ao sul de Taubaté, até Roseira, ao norte de Pindamonhangaba, com a área total de 200 quilômetros quadrados.

*Prospecção  
do xisto betu-  
minoso*

Amostras de minério extraídas dessa área estão sendo submetidas a ensaios nos Estados Unidos da América para definição dos processos de industrialização, a cargo da Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso. Essa Comissão, criada em setembro de 1950, com subordinação ao Presidente da República, foi, pelo Decreto n.º 30.161, de 12-11-51, incorporada ao Conselho Nacional do Petróleo.

Pela mensagem n.º 469, de 6-12-1951, submeti ao esclarecido exame do Congresso Nacional um projeto de lei para constituição de uma grande sociedade de economia mista destinada a unir os esforços do Governo e do Povo na busca e industrialização do petróleo.

*Petróleo.  
Brasileiro  
S. A.*

Continua o Governo convicto de que essa fórmula, ditada pelo espírito nacionalista da legislação em vigor, e capaz de mobilizar recursos financeiros avultados, de acordo com a magnitude do problema, sob firme controle do Poder Público, será um instrumento eficiente de produção petrolífera, em benefício da economia brasileira e da elevação dos níveis de vida do nosso povo.

Estou certo que o Congresso Nacional, em sua sabedoria e patriotismo, dará ao assunto a mais decidida atenção e proporcionará ao Governo, ainda no corrente ano, os recursos financeiros e os instrumentos de ação de que necessita para levar a cabo o programa do petróleo nacional.

Retomou o meu governo os estudos da passada administração

CARVÃO

um projeto para racionalização da indústria, que foi enviado à consideração do Congresso Nacional com a minha mensagem n.º 252, de 8-8-1951.

O Plano do Carvão Nacional foi alvo de cuidadoso exame pela Câmara dos Deputados, sofrendo naturais acréscimos e melhorias que não alteraram, porém, sua concepção ou sua estrutura. Depende êle agora da apreciação do Senado Federal e tenho esperança de poder, em breve, sancioná-lo, com as contribuições dos Senhores Congressistas. A lei é, aliás, indispensável para quebrar o círculo vicioso em que nos encontramos, de subconsumo, alto preço, medíocre qualidade da produção e baixos salários, característicos da indústria carvoeira nacional.

Apesar de perdurarem as dificuldades anteriores apontadas, a mineração do carvão prosseguiu no ano findo, tendo havido melhora de alguns índices. Foram definidas diversas feições sedimentárias das formações carboníferas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, prosseguindo também as pesquisas nas bacias do Piauí e Maranhão, com as mesmas esperanças anteriores.

#### CARVÃO VEGETAL E LENHA

A grande fonte nacional de energia, representada pelo material lenhoso oriundo das nossas florestas, constitui uma das preocupações do Governo, na ordenação do suprimento energético do País. Em virtude da extensão e complexidade dêsse problema, a programação da ação oficial destinada a encaminhar a sua solução, a longo prazo, requer a realização de estudos demorados, que ainda se processam nos órgãos oficiais.

No ano findo, foi dado, entretanto, um balanço na situação do suprimento de carvão vegetal à indústria siderúrgica de Minas Gerais, chegando-se a conclusões objetivas sôbre o trabalho a realizar para que fique assegurado tal suprimento, no futuro. Êsse trabalho, em face da legislação vigente, está a cargo da própria indústria interessada na obtenção do carvão vegetal; mas, ao poder público incumbe não só zelar pelo cumprimento dos dispositivos legais pertinentes à matéria como também prestar a assistência técnica de que a iniciativa privada necessita, para resolver o problema.

A essa questão, como para outras peculiares à exploração dos recursos florestais do país, deve o Governo dedicar pròximamente maior atenção, à base dos elementos de estudo que estão sendo coligidos.

Assim, deverá ser enfrentado, em grande escala, o problema da produção racional de lenha, para suprimento das populações dos centros urbanos onde o aproveitamento de outras fontes de energia não se afigura possível, bem como abastecimento das estradas de ferro não eletrificadas e fora do alcance do carvão mineral, e de instalações industriais que consumam combustível vegetal.

O objetivo a que visa o Governo alcançar consiste na difusão dos processos modernos de exploração das matas nativas e de constituição de florestas artificiais próprias para a produção de lenha a baixo custo. A iniciativa privada, assistida pelo Poder Público, e os governos regionais e locais defrontam imensa tarefa a realizar nesse setor, quiçá um dos mais importantes da atividade econômica do País, que se supre de energia, em altíssima percentagem, dessa fonte primária de produção.

No decurso do ano de 1951, atravessou o País, em algumas regiões, penosa crise de energia elétrica. No ano corrente, entretanto, será bastante atenuada a situação e, nos três anos seguintes, esperamos que as áreas em que se assinalam deficiência de eletricidade estejam em condições normais de disponibilidade desse imprescindível fator de progresso.

O problema da eletricidade é de solução mais fácil do que o do petróleo, ao qual o Governo deu prioridade em 1951. E' que a produção de energia elétrica como indústria implantada no País, há muitos anos, se encontra em ritmo de acentuada expansão.

Com efeito, no período de após-guerra, o Brasil vem apresentando elevadíssimos índices de crescimento em referência à produção de energia elétrica, excedendo não só os países altamente industrializados, como também vários dos subdesenvolvidos (Austrália, México, Canadá, União Sul-Africana, Chile, Argentina e outros).

A crise atual deve-se ao crescimento acelerado de concentração demográfica nas grandes cidades, propiciado pelo desenvolvimento industrial do País, e pela deficiência de algumas empresas concessionárias, não obstante a rentabilidade elevada dos serviços que exploram.

Como acentuei na mensagem de 1951, tais empresas, notadamente as mais importantes, limitam seus planos de expansão às possibilidades de autofinanciamento com os excedentes dos lucros. Embora êsses últimos se acumulem em ritmo elevado, não corres-

ELETRI-  
CIDADE

pondem à progressão da demanda de energia elétrica em nossos grandes centros.

Para solucionar o impasse, vários Estados da Federação já iniciaram a execução de planos de eletrificação e também o Governo federal intensificará, a partir do ano corrente, suas atividades nesse setor, no qual o promissor andamento das obras de Paulo Afonso constitui importante incentivo.

Comparativamente a outros serviços, como os de águas e esgotos, gás, telefones, transportes, a rentabilidade das empresas de eletricidade apresenta-se muito mais favorável. Em confronto com o comércio e a indústria, os lucros dos serviços elétricos são, sem dúvida e explicitamente, inferiores. Aliás, o mesmo sucede em todo o mundo, pois o risco inerente aos negócios privados, decorrente de sua natureza especulativa, contrasta à evidência com o regime monopolístico da indústria da eletricidade. Os serviços públicos de eletricidade se caracterizam pela estabilidade de lucros.

É sabido que, em todo o mundo, os serviços de eletricidade, como aliás os de gás e telefones, perderam o favor do público inversionista. Mesmo nos Estados Unidos da América, país onde a iniciativa privada se expandiu ao máximo, observa-se idêntico fenômeno, que vem determinando o rápido progresso da municipalização desses serviços, com a finalidade de suprir a incapacidade das empresas concessionárias e assegurar serviço adequado por preços razoáveis.

A experiência tem demonstrado ser otimismo neutralizar o desinteresse do capital privado, cortejando-o mediante compensação representada por favores ou privilégios excepcionais. Eis o motivo pelo qual já em Mensagem de 1951 declaramos ser indispensável que o Poder Público assumira a responsabilidade de construir sistemas de produção e distribuição de energia elétrica.

Para o financiamento de tais empreendimentos, estuda o Governo a criação de um Fundo Nacional de Eletrificação que se enquadrará num conjunto de iniciativas dignas do vulto desse magno problema econômico nacional. No Congresso, aliás, já surgiram contribuições importantes. Se ao primeiro ano do atual governo couber a prioridade ao petróleo, o segundo será caracterizado como o ano da eletricidade, dado o equacionamento definitivo que o problema merecerá e os empreendimentos importantes que daí decorrerão.

Outra medida que se enquadra no conjunto de iniciativas em estudos será a reestruturação dos órgãos da Administração Pú-

blica pertinentes ao problema de eletricidade, a fim de eliminar reconhecidas deficiências e permitir a execução pronta dos planos de eletrificação do país.

Em referência ao acréscimo da produção de energia elétrica em 1951, podemos consignar um aumento de 6% para todo o país, atingindo a cifra recorde de 8,7 bilhões de kWh, enquanto em 1950 a produção alcançou apenas 8,2 bilhões.

As perspectivas para 1952, são de molde a permitir a previsão da mesma taxa de crescimento, alcançando-se possivelmente uma produção da ordem de 9,6 bilhões de kWh.

Continuando diversos estudos para aproveitamento do nosso potencial hidráulico, foi feito, pelo órgão oficial próprio, o reconhecimento da Cachoeira do Rio Pardo no município de Iúma (Espírito Santo), cuja potência é estimada em 10.000 c.v.; estudou-se o desvio do Rio das Pombas para o vale do Rio Pomba, em Minas Gerais, também com 10.000 c.v. e que pode suprir de energia a região de Barbacena; em Santa Catarina, estudaram-se os desníveis do Rio Itajaí, na cachoeira dos Pilões, que, com desvio do Rio Canoas, poderá fornecer 30.000 c.v. às indústrias e fazendas da zona do Rio do Sul.

*Potencial  
hidráulico*

Terminou-se o projeto para o aproveitamento, em etapas sucessivas, da Cachoeira Dourada, no Rio Paranaíba, situada entre os Estados de Goiás e Minas Gerais. Poderá essa cachoeira fornecer 300.000 c.v. e sua influência no desenvolvimento daquelas regiões do Brasil Central será muito grande.

Prosseguiram os estudos do desvio para a vertente atlântica das águas dos formadores do alto Paraíba e de regularização do rio principal, para defesa contra as enchentes; espera-se demonstrar a possibilidade da criação de nova fonte de energia, da ordem de 600.000 c.v., sem danos ao aproveitamento de Ribeirão das Lajes com o desvio em Pirai. Se isso se concretizar, novo impulso tomarão as atividades econômicas e industriais na zona de influência de Rio de Janeiro e São Paulo, em breve, ameaçadas de estagnação ou de ter que recorrer às usinas termo-elétricas, com agravação da balança comercial pela importação de óleo mineral.

A Comissão do Vale do São Francisco, por seu lado, providenciou a organização dos estatutos da Companhia de Eletricidade do Alto São Francisco, a conclusão do projeto do aproveitamento hidrelétrico do Cachoeirão do Tajuitai; a construção da usina-piloto de Correntina; a concorrência pública para a

Central Elétrica de Pandeiros; a execução de um plano detalhado para o aproveitamento, em sistema, das quedas existentes nos cursos d'água que formam o vale secundário do Rio Corrente. A êsse setor, podem ser, também, filiados os estudos para regularização do regime fluvial do São Francisco, pela construção de barragens no Rio das Velas, Rio Pará e na Cachoeira das Três Marias, no São Francisco superior. Só esta última reprêsa poderá aumentar de 40 % a capacidade de estiagem na cachoeira de Paulo Afonso e suprir de energia elétrica tôda a região do alto São Francisco.

*Cia. Hidro-  
Elétrica do  
São Fran-  
cisco*

Procurou meu govêrno apoiar de tôdas as formas a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, determinando a intensificação do ritmo dos trabalhos dentro dos recursos financeiros de que dispunha.

Em face da ampliação dos planos, solicitei ao Congresso as medidas necessárias para aumentar o capital da emprêsa de 400 para 800 milhões, o que foi autorizado pela Lei n.º 1.429, de 11 de setembro de 1951.

De acôrdo com as instruções e planos traçados, os trabalhos de 1951 atingiram um alto nível de eficiência e intensidade, nos setores de acampamento, barragens (partes fixas e móveis), tomada d'água, obras subterrâneas, linhas de transmissão. Para avaliação dêsse ritmo, basta assinalar que, o volume do concreto aplicado em 1951 foi de 120.489 m<sup>3</sup>, enquanto no período anterior de trabalho da Companhia haviam sido aplicados ..... 43.541 m<sup>3</sup> de concreto. Das aplicações totais da Companhia, cerca de 50 % se verificaram no exercício passado, num montante 281 milhões.

A importância da usina de Paulo Afonso na economia do Nordeste e na elevação do padrão de vida da sua gente será decisiva. Começa ela a ser compreendida já pelos industriais estrangeiros, como demonstra a proposta que recebeu o Govêrno de um grupo americano para ali instalar uma modelar e vultosa usina de alumínio, com investimento de ordem de US\$ 150 milhões. Tal proposta foi encaminhada aos órgãos competentes que estão apreciando suas vantagens e seus eventuais inconvenientes.

No ano de 1952, pretende a Companhia despende cerca de 200 milhões nesse empreendimento que constituirá, estou certo, um exemplo de tino administrativo e competência técnica do brasileiro e sua engenharia.

## PLANOS REGIONAIS

Num País da extensão do Brasil, com regiões de características naturais tão diversos, com índices econômicos e populacionais tão variados e em que existem desertos demográficos e zonas sub-desenvolvidas consideradas no conjunto, a ação do Estado não pode continuar a exercer-se de um modo desordenado, intermitente, caótico, ao sabor de paroquialismos políticos, às vezes bem interacionados, mas causadores sempre de prejudiciais dispersões de recursos.

A fase da improvisação tem de ser superada e temos que enveredar pela senda dos planejamentos regionais, projetando os investimentos e iniciativas em províncias geo-econômicas bem definidas.

O Governo procurou intensificar a ação no campo do planejamento regional, atentando para a Amazônia, para o São Francisco, para o Paraíba, para o Polígono das Sêcas e recebeu com extrema simpatia as sugestões dos governadores dos Estados contidos na Bacia do Paraná, aliás de acôrdo com o que já expressara na Mensagem de março de 1951.

Muito trabalho foi dedicado ao estudo dos problemas regionais e preparo de projetos de lei, mas também muita coisa foi feita no campo das realizações objetivas.

Expus na Mensagem anual anterior o meu empenho de empre-

AMAZÔNIA

ender, o quanto antes, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Determinei, por isso, indo ao encontro do pensamento do Legislativo, e antes mesmo que fôsse votada a lei especial, que técnicos do serviço público empreendessem, com a colaboração de outros especialistas e consultores, um levantamento da situação e das necessidades daquele imenso trecho do território nacional, realizando em consequência um programa de providências que pudesse dar início ao referido Plano, na medida da autorização legislativa com que contasse o Executivo.

No cumprimento das minhas instruções, uma equipe de técnicos dos mais destacados do País, trabalhando com devotamento, sem qualquer remuneração, procedeu, durante os meses de agosto a novembro do ano findo, aos estudos que julgou necessários, reunindo-se durante os dois meses finais numa Conferência no Rio de Janeiro, e sugerindo um programa articulado de medidas.

A volumosa documentação que resultou da reunião e dos debates vai ser publicada para o conhecimento de todos. É um precioso subsídio à elaboração do Plano estipulado pela Carta Magna da República ou à decretação de providência imediatas julgadas urgentes e preliminares.

Foi considerada a região, como era natural, na sua unidade geográfica e sócio-econômica e não nas suas divisões políticas, embora este fator também fôsse levado em conta.

Foi realizado o levantamento das condições atuais da região e das perspectivas do crescimento de sua população em 20 anos.

No tocante à imigração e colonização, considerando o baixo índice demográfico da região e a necessidade de impulsionar a formação de mão-de-obra para os vários serviços e tarefas de vulto que devem ser executadas, em especial a cultura das héveas, foi recomendada a criação de condições dignas de trabalho, o estabelecimento de núcleos coloniais, facilidades e garantias na política de concessão de terras, o reaparelhamento das hospedarias e o financiamento do transporte e fixação de famílias de imigrantes, recrutadas no Nordeste.

No setor de saúde e saneamento, foram examinados a situação presente e os resultados das campanhas sanitárias na região, particularmente o Serviço Especial de Saúde Pública, não sendo esquecidas as necessidades de maiores cuidados com a criança. Foi recomendado: evitar a criação de qualquer órgão central de saúde pública para a Amazônia, para isso definindo as áreas de jurisdição dos órgãos já existentes na região e criando-se, com o objetivo de coordenar a ação de tais órgãos, o Conselho de Saúde da Amazônia; suplementar as verbas orçamentárias anuais daqueles órgãos com dotações do fundo da Valorização Econômica da Amazônia; adotar o critério de "dotações globais", porém de acôrdo com planos detalhados a serem aprovados previamente pelo Conselho de Saúde da Amazônia; condicionar o desenvolvimento do plano de saúde e saneamento à fixação das diretrizes gerais do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

O grupo que estudou o problema da alimentação indicou um programa abrangendo pesquisas e abastecimento alimentar, aquelas em cooperação com a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, sobre as condições alimentares locais, recursos e hábitos alimentares e disponibilidades econômicas das populações, elementos essenciais à promoção de qualquer política realística.

Região onde o homem não tem sido um realizador permanente de tarefas ligadas à agricultura, com exceção da vitoriosa experiência alcançada com a juta, por isso mesmo impõe-se uma atenção particular nesse setor.

A borracha mereceu consideração especial em face de sua indiscutível importância econômica, sendo considerado o imperativo da formação de seringueiras de cultura, criadas através do plantio racional e técnico, financiamento, aspectos legais das explorações. Para tal, estudou-se um programa de plantação de 30.000.000 de seringueiras, no prazo de 10 anos.

O mesmo aconteceu com a juta, objetivando-se a ampliação das safras, pela expansão do financiamento aos produtores, a melhor distribuição de sementes de boa qualidade, preço certo para a produção local, transportes rápidos e esforço tecnológico no sentido da maior divulgação do tratamento mecânico de algumas fases da preparação da fibra. A respeito do arroz foi sugerida a sua cultura na proporção necessária à autossuficiência regional. Foi indicado o aproveitamento das várzeas, que possibilitará a recuperação de nada menos de dez milhões de hectares de terras, que serão empregadas em culturas intensivas de gêneros alimentícios e de matérias primas.

Quanto ao açúcar, opinaram os técnicos pela conveniência da instalação inicial de cinco pequenas usinas. Posteriormente, o Governo recomendou ao Instituto do Açúcar e do Alcool a liberação das cotas de produção do açúcar na Amazônia.

No tocante aos óleos vegetais, foi recomendado o aproveitamento racional do babaçu e do dendê, devendo os serviços especializados que operam na região passar por adaptações que os habilitem ao desempenho da sua missão, de fomento à exploração intensiva das plantas oleaginosas, cerosas e resinosas.

Foi ressaltada a necessidade da ampliação das áreas destinadas às culturas de cereais, grãos leguminosos, hortaliças, frutas e outras plantas de valor alimentício, bem como a distribuição de postos

agrícolas, que terão por finalidade atender ao maior número possível de agricultores dos Municípios ainda não beneficiados por outros serviços, visando-se, assim, ao aproveitamento dos solos agricultáveis e à fixação do homem à terra. Faz parte também do programa agrícola a criação de escolas de iniciação em centros de população relativamente densa.

Um programa especial para o desenvolvimento da pecuária também foi elaborado, atendendo ao grande *deficit* de abastecimento da região. Concorrendo a pesca e a caça para a dieta preferencial das populações ribeirinhas da Amazônia, reclamam medidas eficientes de proteção e amparo, o que só se conseguirá com a radical modificação dos métodos até agora ali adotados e que são completamente inadequados à evolução que se objetiva. Assim, os seus problemas sofreram um exame detido, sendo considerada a urgência de criação e proteção à fauna, quer quanto aos parques de refúgio, reservas e criação de animais silvestres, quer quanto ao fomento da pesca e ao aproveitamento racional da caça.

Com relação à exploração da floresta propriamente dita, pelo aproveitamento de suas riquezas, em estado natural ou não, o programa aprovado compreende quatro fases: a primeira, tendo por finalidade reunir e criticar os conhecimentos e dados existentes; a segunda, abordando em detalhes os diferentes aspectos do problema e tendo como objetivo a melhoria das condições que prevalecem atualmente nas atividades florestais da região e a criação de novos núcleos de indústria florestal, nas áreas que tiverem sido escolhidas; a terceira, ou seja a do planejamento da exploração racional dos recursos florestais da Amazônia, ficando a cargo do órgão governamental competente e baseando-se nos resultados dos estudos realizados; a quarta, de pesquisas, experimentação e ensino de caráter permanente, visando obter em futuro próximo maior volume e variedade de matéria-prima por unidade de mata trabalhada, possibilitando, dessa forma, o controle da floresta, em regime de produção continuada. A mão-de-obra qualificada para esse trabalho deverá ser formada na própria região, com recursos ali disponíveis e através de cursos práticos nos moldes já adotados pelo SENAI.

A produção extrativa, fundamento da economia do extremo-norte, mereceu um exame atento e realístico, que concluiu pela indicação de incentivos e medidas que amparem a produção da

borracha silvestre, castanha, madeiras odoríferas, guaraná, balata e chicles, uaicima, piaçava, cumaru, copaíba-jacaré, puxuri e timbó.

Em tôrno do petróleo, os trabalhos foram orientados tendo em vista: o estágio presente do conhecimento da reserva e possibilidade de sua utilização; tarefas de pesquisa, significação regional e impacto que possa exercer sôbre a economia da Amazônia e do País a produção dêsse combustível líquido. A região, para efeito das operações a serem realizadas, foi dividida em quatro zonas sedimentares.

Daí os dois aspectos ressaltados: o presente, de transformação de matéria prima de importação em derivados utilizáveis na região, com dois centros naturais de implantação de refinarias, as cidades de Belém e Manaus, e de facilidades de transporte e armazenamento; e o futuro, de obtenção de óleo bruto na vasta área sedimentar amazônica, o qual exige, dada a magnitude do problema, inversão de somas consideráveis, concentração de esforços humanos e adoção de um ritmo de trabalho condizente com a vastidão da área a pesquisar.

Relativamente aos recursos do subsolo, foram de logo selecionadas, entre as ocorrências já conhecidas, as mais importantes para ataque imediato, em particular aquelas, como calcário, que podem dar margem à criação de indústrias regionais viáveis e necessárias, como a do cimento. Considerou a conferência ser conveniente criar uma base técnica local, representada por laboratório, geólogos e químicos, de atuação concentrada no ataque a numerosos problemas que estão surgindo e cujo sentido econômico cumpre investigar em face das promessas que oferecem recentes conhecimentos da geologia da região.

No tocante à energia elétrica, em face da parcimônia de dados oferecidos pelos governos locais, a conferência sugeriu a ajuda imediata do Governo federal para a instalação de conjuntos termoeletrônicos suficientes para as necessidades de Belém, Manaus, Rio Branco, Macapá, Boa Vista, Pôrto Velho e Santarém, e o levantamento em profundidade das fontes de energia hidráulica que possam ser utilizadas para os programas locais de desenvolvimento econômico.

O problema dos transportes e comunicações foi examinado nos tópicos por que êle se apresenta presentemente e em face das necessidades futuras que resultarão das obras e serviços a serem

executados. Reconheceu-se-lhe uma alta prioridade. Assim, faz-se mister :

— recuperar o S. N. A. P. P., mas apoiar, sempre que fôr mais econômica, a navegação particular ;

— melhorar as ferrovias da região: Belém-Bragança e Madeira-Mamoré, não esquecendo a Tocantins pela importância geopolítica que apresenta na ligação norte-sul do País ;

— estudar as prioridades para rodovias de interesse imediato ;

— equipar a rede aeroviária, apressando a rota direta Sul-Manaus-Estados Unidos, construindo e ampliando campos de pouso, fazendo maior ligação interna dos centros urbanos ;

— realizar o plano postal-telegráfico na região ;

— reaparelhar os portos de Belém e Manaus e enfrentar a preparação de portos menores.

Pela importância de que se reveste, em face de compromissos internacionais que assumimos e das necessidades da navegação aérea, dos estudos hidrológicos e agrônômicos na região, foi organizado um programa de estações meteorológicas.

A valorização da Amazônia, é óbvio, não pode ser um empreendimento em que apenas o poder público seja chamado a atuar. A iniciativa privada, que tem sido até o presente a força mais viva na movimentação econômica da região, por isso mesmo deve ter a sua participação ativa estimulada pelo Governo. A instituição do crédito, em consequência, há de ser uma das facilidades a lhe ser assegurada com aquêlo objetivo. O Banco de Crédito da Amazônia, foi, assim, objeto de exame em sua estrutura, recursos e atuação, propondo os técnicos as seguintes indicações :

— supressão do encargo de armazenagem e venda da borracha no Sul do País, evitando, assim, o empate de vultoso capital ;

— dotação de 50 milhões para o financiamento à cultura da juta e fibras congêneres ;

— dotação de 50 milhões para o financiamento à pecuária e pesca ;

— dotação de quantia correspondente a 10% das verbas de valorização da Amazônia, durante dez anos, para a formação de seringais, sob indicação da técnica moderna, inclusive assistência social aos respectivos trabalhadores e colonos;

— incorporação do Fundo Especial e dos dividendos do Governo federal ao Fundo de Fomento à Produção, no Banco;

— aumento de 10% para 20%, como do projeto inicial, das dotações da Verba da Valorização Econômica da Amazônia, na sua aplicação do Fundo de Fomento à Produção incorporado ao Banco.

O Banco de Crédito da Amazônia será assim o órgão financeiro por excelência do Plano, gerindo-lhe os fundos rotativos.

Outra diretriz formulada foi a extensão à Amazônia, adaptando-se às circunstâncias peculiares, do presente sistema legal de garantia de preços mínimos.

Os orçamentos, organizados, na base das recomendações apresentadas, somam despesas, muitas delas, é certo, recuperáveis a curto e longo prazo, que ultrapassam, no entanto, os 3% da letra constitucional nêles incluídas as contribuições dos Estados e Municípios da área amazônica.

Tenho determinado que se tomem tôdas as medidas já autorizadas na legislação. Resta-me aguardar a votação do projeto que estabelece um órgão especial para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e que deverá completar os trabalhos já feitos, para apresentar o Plano à aprovação do Congresso. Se a lei autorizar ao Executivo a adoção de um plano de emergência, o Governo selecionará no programa elaborado pelos técnicos as medidas de maior urgência e alcance, para imediata realização, nos limites das autorizações financeiras.

As aplicações previstas, em cinco exercícios, atingem a 4.079 milhões de cruzeiros, assim distribuídos:

Saúde . . . . .	674,8
Colonização e Imigração . . . . .	34,2
Transportes . . . . .	1.182,4
Produção Agro-Pecuária . . . . .	423,2
Produção Florestal . . . . .	50,0
Petróleo e Minerais . . . . .	854,2
Produção extrativa . . . . .	1,0

Pesquisas, afóra os programas especiais já considerados nos itens acima . . . . .	14,5
Novos recursos para crédito a longo e médio prazos . . . . .	844,8
	<hr/>
	4.079,1
	<hr/>

A distribuição anual das aplicações seria a seguinte:

1.º exercício . . . . .	1.286,5
2.º " . . . . .	818,3
3.º " . . . . .	719,2
4.º " . . . . .	638,6
5.º " . . . . .	616,5
	<hr/>
	4.079,1
	<hr/>

A receita da verba constitucional no período, começando em 1952, é prevista, em bases prudentes, em 3.724 milhões.

A diferença não é grande, sendo mesmo menor do que a parcela que seria investida em fundos de crédito do Banco de Crédito da Amazônia. Ela será ainda eliminada se o Governo obtiver os recursos pedidos para a Petróleo Brasileiro S. A. Nos dois primeiros exercícios é que o problema financeiro seria mais difícil, até porque parcela considerável da verba constitucional está comprometida com a continuação de obras, manutenção de serviços e auxílios diversos, em grande parte alheios a qualquer planejamento. Haveria que fazer face a essa diferença e ainda que obter adiantamento por conta de exercícios futuros.

Contudo, previu a conferência tal possibilidade, sob a forma de aquisição de equipamentos importados com financiamentos internacionais. Para a hipótese de falharem esses recursos financeiros, há indicações de prioridades nos vários programas, que, de resto, requerem, salvo medidas de urgência, a revisão do órgão que fôr criado por lei.

**POLIGONO  
DAS  
SÊCAS**

O novo surto do flagelo que assola periódicamente o Nordeste encontrou inteiramente desaparelhado o Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas. Na Mensagem do ano passado apresentei, em suas linhas mestras, o intento do Governo de traçar novas e firmes diretrizes para o prosseguimento da luta contra a natureza semi-árida do chamado "Polígono das Sêcas", no esquema de um verdadeiro plano econômico regional.

Não se cinge somente ao combate às sêcas, com obras públicas, a solução do problema do Nordeste semi-árido: a região é um

valioso viveiro humano, com um povo forte e austero, dotado das melhores qualidades de trabalho e resistência, e pode e deve ser integrada ao desenvolvimento econômico nacional. Um planejamento regional e a articulação inteligente dos serviços a cargo dos Ministérios da Viação e Obras Públicas e da Agricultura, da Comissão do Vale do São Francisco, do Banco do Nordeste, em projeto, e dos governos estaduais, permitirão dar um sentido objetivo e continuado à sua atividade econômica.

Tal programação é uma das preocupações máximas do meu Governo e, como primeiro passo para o plano oficial a ser elaborado, submeti ao Congresso Nacional o projeto de criação do Banco do Nordeste do Brasil.

O Banco representará a primeira providência concreta para início dêsse novo modo de encarar o problema das sêcas, expandindo e multiplicando os centros de resistência econômica, num programa integrado de aparelhamento e organização da produção, tendo como principal núcleo de irradiação a Usina de Paulo Afonso. Fortalecidos pelo crédito e pelo financiamento, os nordestinos se tornarão cada vez mais fortes econômica e socialmente e, com a intensificação dos programas de investimentos da União através do planejamento regional, chegará um dia, tenho fé, em que as sêcas serão consideradas como característica climática do Nordeste, mas não como um flagelo inelutável.

A ocorrência, no ano passado, de mais uma seca periódica, que prossegue lamentavelmente, agravando-se mesmo em muitas zonas, no começo dêste ano, obrigou o Governo a empenhar-se o quanto possível no socorro e nas obras públicas de emergência.

A intensidade das migrações, de que apresento números impressionantes no capítulo sobre população, está sendo estudada, tendo em vista não só orientar a ação imediata, mas também o planejamento definitivo da solução dos problemas do Nordeste.

Para atenuar os efeitos do flagelo ressurgido, elaborou o Go-  
vêrno um programa de emergência, para execução pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas e da Agricultura, com o fim de dar emprego à mão de obra deslocada e de promover o aproveitamento dos tratos de terras irrigáveis em que fôsse possível empreender, com rapidez, culturas agrícolas de subsistência.

*Programa de  
emergência*

Ao lado da intensificação dos serviços normais, a cargo do Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, foram empreen-

didias obras de emergência, especialmente nos territórios dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. As dotações orçamentárias do Departamento, no montante de 214,7 milhões, foram reforçadas com recursos suplementares na importância de 191,5 milhões; ao todo, portanto, 405,2 milhões postos à disposição do principal órgão federal de combate aos efeitos das secas

Com esses recursos, foram prosseguidas as obras de construção de dez açudes públicos e iniciadas as de oito outros, sendo quatro à conta das verbas ordinárias e quatro das dotações extraordinárias. O conjunto dessas obras, quando ultimado, elevará a capacidade de acumulação de água nos açudes da região de 2,2 bilhões de metros cúbicos. Além dos açudes públicos, estiveram em andamento durante o ano 63 pequenas barragens particulares, construídas em regime de cooperação com o Departamento e capazes de acumular 137,9 milhões de metros cúbicos. Dos açudes públicos, cinco se localizam no Estado do Ceará; três, no Rio Grande do Norte; três, na Paraíba; um, em Pernambuco; cinco, na Bahia; um no Piauí; dos particulares, 36, no Ceará; 11, no Rio Grande do Norte; 11, na Paraíba; dois, em Pernambuco; três, na Bahia.

Deu-se andamento à rede de canais de irrigação dos açudes públicos "Aires de Sousa" e "General Sampaio", no Estado do Ceará, e foi iniciado o canal do Piató, no Rio Grande do Norte, cuja finalidade é alimentar a lagoa do mesmo nome com as águas do rio Açú. Esses trabalhos corresponderam à execução global de 41 km de canais. Prosseguiram, também, as perfurações de poços tubulares, em todo o "Polígono das Secas", concluindo-se 140 dessas obras, ficando por terminar 41.

Concluíram-se 254 km de estradas de rodagem, inclusive as respectivas obras d'arte, a maior parte das quais integrantes do Plano Rodoviário Nacional. A plataforma chata das obras atacadas estendeu-se por 492 km. Semaram 445 m as pontes e os pontilhões construídos.

Intensificaram-se os trabalhos de fomento agrícola, pelo incentivo da lavoura irrigada, em Lima Campos, Forquilha, Joaquim Távora, Santo Antônio de Russas e Cedro, no Ceará; Itans, no Rio Grande do Norte; São Gonçalo e Engenheiro Arcoverde, na Paraíba; Icó, margem esquerda do rio São Francisco, em Pernambuco.

A frequência operária nos serviços do Departamento atingiu a cerca de 53.000 assalariados, compreendendo, em média, 265.000

pessoas assistidas pelas obras públicas. Nas bacias de irrigação exploradas diretamente pelo Governo, foram abrigadas, ainda, cêrca de 100.000 pessoas, o que eleva a 365.000 o número de pessoas socorridas durante o ano.

A base de recursos financeiros de emergência, foram empreendidos serviços e realizadas obras públicas, em setores não atendidos pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, os quais muito contribuíram para absorver parte da mão de obra deslocada pela crise climatérica.

*Outros empreendimentos*

Assim, o Departamento Nacional de Estradas de Ferro deu prosseguimento aos trabalhos de ligação ferroviária Periperi-Teresina e Oiticica-Campo Maior, no Piauí; Girau-Crateús, e Juazeiro-Barbalha, no Ceará; São Rafael-Jacurutu, no Rio Grande do Norte; e Campina Grande-Patos e Mombaça-Sousa, na Paraíba.

Em cooperação com o Ministério da Aeronáutica, foram beneficiadas as pistas de pouso de Juazeiro, Iguatu, Limoeiro, Icó, Russas, Granja, Camocim, Morada Nova, Lavras, Milagres, Jaguaribe, Quixeramobim, Mombaça, Solonópolis, Sobral e Baixio, no Ceará; Jardim do Seridó, Areia Branca e Caicó, no Rio Grande do Norte; Campina Grande, Sousa, Patos, Pombal, Piancó e Brejo das Freiras, na Paraíba; Salgueiros, em Pernambuco; Parnaíba e Teresina, no Piauí.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem assumiu o encargo da conserva de 3.288 km de rodovias construídas pelo Departamento das Sêcas, e passou a executar 18 trechos novos, inclusive em zonas ainda não alcançadas pela rede regional.

O Ministério da Agricultura deu início a serviços especiais de fomento agropecuário, num programa que compreende a aplicação de 96,1 milhões, realizado ou ainda a realizar desde o Piauí até Sergipe. O ponto capital desse programa consiste na compra, para venda em condições módicas de pagamento, de bombas próprias à elevação das águas disponíveis para irrigação, à margem dos rios nordestinos. Em virtude de dificuldades encontradas no encaminhamento desse programa, em especial quanto à aquisição de material, os serviços só êste ano deverão adquirir maior vulto.

As despesas totais da União no combate à sêca de 1951 somaram Cr\$ 579.170.000,00, dos quais 403,75 milhões corresponderam a recursos extraordinários.

Abastecimen-  
to e assistên-  
cia

Afora as obras públicas e outros empreendimentos destinados a dar ocupação à mão de obra deslocada pela sêca, o Govêrno cuidou de, dentro dos recursos financeiros e humanos de que dispunha, amenizar as condições em que se vinha processando o abastecimento alimentar, não só nos pontos de concentração da mão-de-obra assistida, mas nos próprios centros urbanos regionais. Inicialmente, a Legião Brasileira de Assistência, por último a Comissão de Abastecimento do Nordeste, órgão da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, realizaram trabalho considerável de distribuição de gêneros alimentícios às áreas mais atingidas pela calamidade.

Caso tal calamidade se prolongue êste ano, o Govêrno estará mais bem aparelhado para enfrentá-la, à base das organizações de emergência criadas, cujos serviços só cessarão quando a situação se normalizar.

VALE DO  
S. FRAN-  
CISCO

O ano de 1951 marcou um período de transição entre o chamado "plano de emergência" para o aproveitamento econômico da bacia do São Francisco e o plano definitivo, que deverá regular as atividades da União naquela zona, no quinquênio 1951-1955. O novo programa elaborado pela Comissão do Vale do São Francisco foi por mim aprovado em 12 de outubro e encaminhado à consideração do Congresso Nacional.

Até dezembro de 1950, o Govêrno destinara aos trabalhos do São Francisco, por conta das dotações constitucionais, para execução do programa de emergência, importância próxima de 540 milhões de cruzeiros; com o novo plano, pretende-se aplicar até 1955 cerca de um bilhão e cem milhões de cruzeiros. Nesse novo plano, a Comissão do Vale do São Francisco levou em consideração a necessidade de estabelecer uma hierarquia para solução dos diversos problemas, concedendo prioridade àqueles cujas obras já tenham sido iniciadas e aos que representam iniciativas fundamentais indispensáveis à recuperação econômica da região.

No setor de estudos, levantamentos e observações gerais, a Comissão procedeu em 1951 aos seguintes trabalhos:

a) levantamentos cartográficos e geográficos sôbre a bacia do São Francisco, em colaboração com o Conselho Nacional de Geografia e com a "Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul";

- b) levantamento do canal navegável entre Juazeiro e Pirapora;
- c) intensificação dos estudos hidrométricos;
- d) estudos sociológicos;
- e) estudos de solos e de recursos minerais.

Para equacionar bem o problema da regularização do regime fluvial foi feito o levantamento da bacia do Rio das Velhas, iniciado o do São Francisco superior e terminado o da barragem do Cajuru. A mais importante das obras no particular já foi encaminhada para a fase das realizações, com o contrato firmado para a elaboração, pela firma que melhores condições apresentou, dos estudos e projetos técnicos do grande reservatório de Três Marias, que represará cerca de 7 bilhões de metros cúbicos e permitirá o aproveitamento, em benefício da economia mineira, de um potencial superior a 300.000 KW.

Relativamente à navegação, prosseguiram os estudos para melhoramento das passagens difíceis do Médio e Baixo São Francisco e da barra do rio. Continuaram, em colaboração com o Departamento de Portos, Rios e Canais, os trabalhos de proteção dos portos fluviais, de construção da barragem eclusada do Braço do Sobradinho e do estaleiro da Ilha de Fogo e de desobstrução dos canais de navegação.

No setor da energia elétrica, foi providenciado o projeto para o aproveitamento do Cachoeirão de Jequitaiá, a construção da usina de Correntina, o estudo do aproveitamento em sistema dos desníveis existentes no Vale do Corrente, a abertura de concorrência para a construção da usina de Pandeiros e o estudo das linhas de transmissão para as regiões vizinhas de Paulo Afonso.

No setor da irrigação e colonização, procedeu-se à seleção e levantamento de uma área de 30.000 hectares para o estabelecimento da primeira colônia agrícola a ser instalada no Vale do Corrente em 1952; relação e levantamento da área para a primeira colônia do Vale do Urucuia; elaboração de um plano para colonizar e irrigar grande área no Vale do Rio Grande; estabelecimento de um convênio com o Ministério da Agricultura para execução de serviços de pequena irrigação com rodas d'água.

Foram firmados convênios com os Governos de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco para construção de rodovias de acesso ao

Vale do São Francisco, que só começarão a produzir frutos no corrente ano. Convênio do mesmo gênero será firmado com o Ministério da Aeronáutica para construção de aeroportos e campos de pouso.

No setor de urbanização e saneamento, foram iniciados os estudos para remodelação e abastecimento de água de oito cidades do Vale. Foi, também, estudado um convênio a ser firmado com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, para saneamento rural e drenagem dos afluentes do Baixo São Francisco.

Fretende a Comissão instalar uma Fazenda-Escola no Baixo São Francisco, estabelecer cursos de treinamento manual e missões rurais ambulantes.

Os serviços de saúde e assistência continuaram de acôrdo com o programa aprovado e convênios firmados com o Ministério da Educação e Saúde, tendo prosseguido o equipamento da Rede Hospitalar do São Francisco.

No ramo do fomento da produção, procederam-se aos estudos para instalação dos postos de pesca, matadouros e laboratórios para vacinação, tendo-se adquirido máquinas e implementos agrícolas para fazer face à mecanização da lavoura nas colônias a instalar.

O grande impulso da assistência da União prevista na Constituição de 46 para recuperação econômica do Vale do São Francisco vai depender do plano geral e definitivo.

O programa especial de Paulo Afonso é relatado no capítulo sôbre energia elétrica.

#### VALE DO PARAÍBA

A bacia do Paraíba, em cuja periferia se situam as duas maiores cidades brasileiras, está adquirindo decidida importância industrial, escorvada com a criação da usina de Volta Redonda.

Para estímulo de sua economia e para evitar que seus recursos naturais, principalmente o seu potencial hidráulico, sejam malbaratados em planos parcelados ou de interesse de grupos, é indispensável que as obras e serviços da União, Estados e Municípios nos vários pontos de tão importante Bacia e as iniciativas dos particulares e das empresas de serviços públicos, sejam entrosados num planejamento geral, que atenda aos característicos geo-econômicos do vale e alcance o maior benefício para a Nação.

Há, por exemplo, esperanças de que se possa regularizar o regime fluvial do Paraíba e aproveitar novas fontes de energia da ordem de meio milhão de cavalos no litoral de S. Paulo, mediante desvio das águas de seus formadores. Esse problema técnico está sendo devidamente estudado. Basta essa menção para se compreender o considerável efeito econômico que terá um racional aproveitamento do rio. Não pode, portanto, tal assunto continuar disperso por diversos setores da Administração, em compartimentos estanques, em que é impossível aos dirigentes ultrapassar o âmbito das respectivas atribuições.

Por esse motivo, foi constituída no Ministério da Viação uma comissão com representantes de diversos órgãos federais e estaduais e que começou a trabalhar em fins de agosto, depois de uma conferência em que estiveram reunidos os governadores dos Estados diretamente interessados.

Na Bacia do Paraíba, em conexão com as incumbências da Comissão, foram realizadas inspeção e estudos para proteção contra as enchentes, estudos para ligação direta no planalto da rodovia Rio-S. Paulo às estradas Rio-Belo Horizonte e Rio-Bahia passando por Barra do Pirai e Três Rios, estudos de variantes para melhoramentos do traçado no Ramal de S. Paulo e estudos de aproveitamentos hidráulicos.

Confia o Governo em que receberá da Comissão pelo menos as linhas iniciais de um planejamento para o Vale do Paraíba que evite a continuação do seu aproveitamento do modo desordenado como vem sendo realizado.

Outro exemplo da compreensão com que começam a ser encaradas no País as questões de planejamento regional foi a Conferência dos Governadores para estudo dos problemas da Bacia do Rio Paraná. Reunida em São Paulo, em setembro de 1951, sob os auspícios do governador daquele Estado, contou com a presença dos governadores de Mato Grosso, Goiás e Paraná e de representantes dos Governos de Minas Gerais e Santa Catarina.

Foram debatidos, com amplidão de vistas, os problemas de integração e desenvolvimento das glebas mais férteis do Brasil, para que o seu crescimento se possa fazer racionalmente e com melhor proveito para a Nação.

Foram estudados os aspectos dos transportes nos setores ferroviários, rodoviários, fluvial e aéreo; os aproveitamentos hidrelé-

BACIA DO  
RIO PA-  
RANÁ

tricos e os combustíveis; o zoneamento geo-econômico, o povoamento, o intercâmbio; o financiamento e o crédito.

A Conferência apresentou ao Governo da União a sugestão de criar um órgão federal, de que participariam diretamente os Estados geograficamente contidos na Bacia do Paraná, com incumbências técnicas e administrativas para disciplinar e orientar o planejamento dos empreendimentos e sugerir medidas para uma objetiva execução.

Tal sugestão está sendo atentamente considerada pelo Governo, para eventual envio de mensagem ao Congresso Nacional.

Está o País se voltando para seus grandes Rios, para utilizá-los adequadamente como fatores de aglutinação nacional. A Bacia do Paraná, que detém, também, as melhores reservas de potencial hidráulico e inúmeras riquezas naturais, está predestinada a ser um grande centro de civilização e de indústria.

---

**PROGRESSO SOCIAL**

## POPULAÇÃO

A apuração definitiva do censo demográfico de 1.º de julho de 1950, já iniciada pelo Serviço Nacional de Recenseamento, permitirá a realização de múltiplos estudos sobre a população brasileira. A apuração preliminar, divulgada em março do ano findo, já possibilitou a verificação, em linhas gerais, dos principais aspectos da distribuição territorial da população do País, mostrando, desde logo, que o crescimento da população brasileira se processa em ritmo acelerado, bem superior ao verificado para os demais países da América, e mais rápido, no período 1940-1950, do que o correspondente aos cinquenta anos anteriores. Dêsse modo, segundo cálculos realizados pelo Laboratório de Estatística do I.B.G.E., prevê-se que o País possua, em 1.º de setembro do corrente ano, 53.530.000 habitantes, e mais do dôbro, talvez, da população atual, ao findar-se o século.

Estes consideráveis acréscimos quantitativos da população não podem deixar de produzir reflexos profundos em toda a estrutura econômico-social do País, e a elaboração de qualquer plano do Governo, para execução a longo prazo, necessita levar em conta esse importante fator.

Por outro lado, conhecida a extrema desigualdade da distribuição dos efetivos populacionais brasileiros, que na maior parte ainda se limitam a uma faixa que acompanha o litoral, seria de indagar-se se o crescimento da população do País não tenderia a corrigir essa desigualdade, ou, ao contrário, se pareceria antes agravar a concentração existente. Neste particular, a apuração preliminar do censo demográfico de 1950 confirma, de um lado, o desenvolvimento dos movimentos migratórios internos, que envolvem sempre mais vultosos contingentes, e, de outro lado, que o crescimento da população brasileira continua a beneficiar, preponderantemente, a Região Sul do País. O afluxo de populações rurais para os centros urbanos localizados, sobretudo, no litoral tende a agravar a concentração demográfica existente, mas há

também movimentos que buscam terras interiores e que talvez compensem os deslocamentos rumo ao litoral. E' de presumir-se que ainda se mantenha a tendência de o "centro de população" do Brasil deslocar-se no sentido geral de sudoeste, o que significaria que não se estagnou, antes prossegue a incorporação de novas áreas interiores às fronteiras econômicas nacionais.

Essas migrações carecem, no entanto, de orientação racional. Ocorre, muitas vezes, que as populações emigrantes não conseguem, em seus novos domicílios, aquelas condições de vida a que aspiravam e também que tais deslocamentos não melhoram, por si, a situação das regiões de que procedem e agravam, muitas vezes, as condições das zonas, sobretudo urbanas, para onde se dirigem. O efeito dessa imigração desordenada no Distrito Federal foi, por exemplo, o agravamento das condições habitacionais na Capital da República, sujeita a um crescente favelamento; o aumento descontrolado das exigências em abastecimento, transporte e outros serviços, congestionando o sistema existente e provocando a escassez e a carestia dos gêneros; e ainda a formação de uma enorme população marginal, socialmente desorganizada, sensível a agitações subversivas e a que se relaciona forte criminalidade. O problema das imigrações desordenadas, assaz complexo, preocupa as autoridades públicas, que, no momento, estudam medidas capazes de reduzir o êxodo rural, de oferecer adequada assistência aos retirantes, ao longo das principais linhas de deslocamento, bem assim no sentido de orientar as correntes migratórias para áreas carentes de povoamento e passíveis de rápido desenvolvimento econômico.

Outra verificação importante, que se tornou possível em virtude da realização do censo demográfico de 1950, é a de que, pelo menos nos principais centros urbanos brasileiros, sofreu sensível diminuição a mortalidade geral. O que isto representa para o País é fácil avaliar, pois tal diminuição se traduz não apenas em menor sacrifício de seres humanos, mas ainda no aumento da duração média da vida, em menor ônus para a coletividade, no que concerne à manutenção de pessoas que não exercem atividade. Quando se considera que a diminuição da mortalidade também significa o aumento da duração da vida economicamente ativa e da vida biologicamente reprodutiva, afigura-se promissor o futuro do Brasil, que contará, assim, com maior soma de elementos dedicados à construção de sua grandeza.

Determinei a realização de um estudo acurado sobre as migrações internas, como um dos elementos de base para o planejamento da política federal, particularmente a da área das sêcas. Dêse trabalho está encarregada a Comissão Nacional de Política Agrária, pois que êle se relaciona com o principal aspecto do problema geral das migrações rurais e da organização agrária no Brasil.

Antes de examinado minuciosamente o grande problema, cabe aqui registrar, à luz dos dados disponíveis, suas características mais evidentes.

Os resultados do censo demográfico de 1950 permitiram estimar a ocorrência de u'a migração para o Distrito Federal de cêrca de 440.000 pessoas no decênio, assim distribuídas em números aproximados, segundo sua origem:

Estado do Rio de Janeiro .....	133.000
Minas Gerais .....	101.000
Espírito Santo .....	45.000
Bahia .....	23.000
Pernambuco .....	22.000
Paraíba .....	16.000
Alagoas .....	12.000
Ceará .....	8.000
Sergipe .....	8.000
Rio Grande do Norte .....	7.000

Os registros do Departamento de Imigração e Colonização do Estado de São Paulo revelam uma entrada de trabalhadores nacionais em São Paulo, no decênio 1941-1950, num total de 608.662, no qual os Estados que mais contribuíram foram, na ordem:

Bahia . . . . .	184.609	33 %
Minas Gerais .....	145.280	23 %
Pernambuco . . . . .	44.034	7,2%
Alagoas . . . . .	43.366	7,1%
Ceará . . . . .	31.478	5,1%
Sergipe . . . . .	18.873	3,1%

Em 1950, a migração anual foi de 100.123, bem acima da média do decênio, já se registrando aumento nas percentagens da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Minas Gerais, e queda na percentagem do Ceará, conquanto também êste tenha superado a média do decênio.

Em 1951 assistimos, em consequência da sêca, o agravamento do fenômeno, registrando-se em São Paulo a entrada de 208.515,

emigrantes nacionais, mais do dôbro do ano anterior, e verificando-se um aumento da percentagem dos Estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Paraíba e sobretudo Ceará:

	1950		1951	
Bahia . . . . .	36.290	36 %	73.667	38 %
Minas Gerais . . . . .	27.141	27 %	41.784	21 %
Alagoas . . . . .	11.848	12 %	23.346	12 %
Pernambuco . . . . .	11.658	12 %	24.594	13 %
Sergipe . . . . .	4.311	4,3%	9.994	4,6%
Ceará . . . . .	3.636	3,6%	15.968	8 %
Piauí . . . . .	1.008	1 %	2.047	1 %
Rio Grande do Norte . . . . .	783	0,8%	439	0,2%
Paraíba . . . . .	693	0,7%	2.579	1,3%

Acompanhando os dados mês a mês, em 1951, notou-se que as migrações se atenuaram na expectativa das chuvas do começo do verão, mas o malôgro das esperanças, na maior extensão da área sujeita às sécas, determinou o recrudescimento do movimento nos meses finais do ano e seu agravamento nos dois primeiros meses de 1952.

Em janeiro foram matriculados no serviço de São Paulo 22.827 e em fevereiro 37.372. Neste período mais recente a Bahia aumentou sua percentagem para 43 %.

Por via ferroviária se destinam a São Paulo cêrca de 80% dos retirantes. As migrações por rodovias, conquanto cresçam, ainda constituem maioria.

O maior affluxo para São Paulo provém da região sêca no Vale do São Francisco, cuja maior extensão está no Estado da Bahia.

Em relação ao aumento de população entre os censos, os emigrantes para São Paulo representaram 31% em Alagoas, 19% na Bahia, 17% em Sergipe, 13% em Minas Gerais, 6% em Pernambuco e 5% no Ceará.

Esses dados bem demonstram a gravidade da situação para muitos Estados, que, embora contribuindo para o desenvolvimento demográfico de outras áreas do País, se vêem desfalcados de grande massa recrutada entre os elementos mais ativos das populações sertanejas.

IMIGRA-  
ÇÃO

Em 1951 criaram-se maiores facilidades para a imigração e é pensamento do Govêrno adotar as medidas convenientes para

atraí-la, na escala possível, atendido naturalmente o interesse nacional de evitar elementos perturbadores e indesejáveis.

A intensificação das correntes imigratórias internas, que revela a existência de braços à procura de emprego, não reduz o interesse nacional pela imigração. Antes pelo contrário, pois os imigrantes nacionais são em regra trabalhadores rústicos, sem habilitações técnicas, enquanto o imigrante já não é mais o braço concorrente para o colonato, e sim o agricultor e o artífice com um nível de instrução geral e de experiência técnica, que representam um grande desafogo na carência nacional de trabalhadores qualificados e técnicos.

A imigração é, assim, uma escola para o trabalhador nacional, que se tem mostrado perfeitamente capaz de assimilar as técnicas modernas, mas não dispõe de preparação. Isso é tanto mais importante quando se sabe que é alto o custo do ensino vocacional e técnico e limitados os recursos do País para desenvolvê-lo rapidamente.

A imigração é assim, também, um fator importante para ampliar as oportunidades de emprego remunerativo para os trabalhadores nacionais.

Além da técnica, traz o imigrante, conforme a experiência tem mostrado, um capital próprio, em forma de instrumentos, máquinas e objetos de uso que, no conjunto, representa uma considerável adição aos recursos do País.

Por tudo isso, o imigrante é um fator de produção que se integra no nosso sistema econômico e social e vem prontamente atender à procura ascendente do nosso mercado.

Nessas condições, o Governo procura tomar tôdas as medidas tendentes a encorajar a imigração, tanto para a agricultura como para a indústria.

A entrada de estrangeiros, com visto permanente, no Brasil, foi de 60.134 em 1951, contra 35.867 em 1950.

Aos 23 de fevereiro de 1951 foi assinado, pelo Presidente do Conselho de Imigração e Colonização e pelo Chefe da Missão da Organização Internacional de Refugiados de Guerra no Brasil, o Acôrdo Administrativo entre o Governo brasileiro e aquela Organização, para recebimento de 5.000 deslocados de guerra, ficando os serviços relativos ao recrutamento dêsses elementos sob a responsabilidade exclusiva das autoridades brasileiras.

Logo partiu para Genebra a Comissão Brasileira de Seleção, que até dezembro havia selecionado cêrca de 2.300 imigrantes.

A União Suíça de Caridade, organização suíça de âmbito internacional, com o objetivo de traçar um plano de imigração dirigida para o Brasil, estabeleceu no Rio de Janeiro uma delegação, e submeteu ao Conselho de Imigração e Colonização, preliminarmente, um esbôço de plano de colonização, propondo, para isso, a vinda de 20.000 famílias, num total de 100.000 pessoas de religião católica.

Esses elementos, denominados "Fluchtlinge" ou "Volksdeutsche", encontravam-se há vários séculos radicados nas regiões dos Sudetos, na Boêmia e nas planícies dos rios Danúbio, Drau e Volga, tendo, por razões políticas, abandonado seus lares, refugian-do-se, após a recente guerra mundial, na Áustria, Alemanha, Suíça e Dinamarca: vivem, presentemente, asilados em campos coletivos, não gozando, no entanto, da proteção ou assistência da Organização Internacional de Refugiados, por isso que nada têm em comum com os deslocados de guerra.

Os órgãos do Governo pronunciaram-se favoravelmente à imigração proposta pela "Caritas Suíça", tendo em vista tratar-se de elementos que pelo reconhecido valor moral, social e profissional, consultam aos interesses nacionais no campo da imigração

Com a chegada a Santos, em 5 de junho de 1951, pelo vapor "Provence", de 222 componentes da primeira leva de colonos do grupo "Volksdeutsche", acha-se em plena execução a etapa inicial do Acôrdo firmado para a vinda de 2.500 pessoas.

Essa primeira leva de imigrantes está localizada em Guaruapuava, no Estado do Paraná, já em franca atividade colonizadora.

O Conselho de Imigração e Colonização tem estado presente em tôdas as atividades que vêm sendo levadas a efeito pela Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana, criada em 1950, promovendo os entendimentos necessários junto às autoridades brasileiras a fim de conseguir tôdas as facilidades para concretização do empreendimento.

Por iniciativa da Organização Social Pio XII foram concedidos vistos de entrada no País, pelo Conselho de Imigração e Colonização, a 100 menores italianos, órfãos de guerra, de 14 a 18 anos, que vieram se estabelecer em São Paulo, onde se dedicam, atualmente, a atividades agrícolas. A referida imigração é das melhores, pelo ânimo com que êstes jovens imigrantes se entregam aos labores do campo. Outras levas da mesma natureza se

transferirão para o Brasil, em futuro próximo, sem qualquer ônus para o nosso Governo e sob os auspícios daquela Organização.

Além das atividades que lhe são inerentes, tais como entrada de estrangeiros, tendo-se em vista a idade, a saúde e a religião do alienígena, retificação de nacionalidade, legalização de permanência, transformação de vistos, etc., foram examinados pelo plenário do Conselho de Imigração e Colonização inúmeros outros processos referentes a transferência de indústrias e cooperativas agrícolas para nosso País.

Acham-se em plena execução, devidamente fiscalizados por esse Conselho, os acôrdos de imigração e colonização assinados entre o Governo brasileiro e os Governos da Holanda, Suíça e Itália. Através dêste setor, o Conselho tem procurado estabelecer uma coordenação eficiente entre as organizações estrangeiras e os diferentes setores da administração pública federal e estadual, no sentido de sanar dificuldades e facilitar o cumprimento das respectivas cláusulas.

Estuda o Governo uma reforma da legislação, que será objeto de um projeto de lei que em breve espero dirigir-vos.

## SAÚDE PÚBLICA

Os nossos problemas de saúde, como os equacionei na anterior Mensagem anual, refletem as condições econômicas e sociais do País. Assim, a solução satisfatória desses problemas é obtida, em última análise, através do desenvolvimento econômico-social da Nação. Dentro desta ordem de idéias, as verbas aplicadas no trabalho de saúde não devem ameaçar as disponibilidades destinadas a uma aplicação de maior prioridade.

Estudos recentes confirmam que, no Brasil, a parcela da renda nacional aplicada na conservação da saúde da população equipara-se à dos países atualmente em pleno desenvolvimento — o que, do ponto de vista econômico, afigura-se um paradoxo, pois a comparação não pode ser sustentada quanto aos investimentos de maior influência sobre o progresso real do País.

Na verdade, em matéria de saúde, guardadas as proporções, são suficientes, entre nós, os recursos que vêm sendo aplicados pelo Governo, carecendo-se, no caso, de melhor planejamento e coordenação de atividades.

O Governo está cogitando de estabelecer normas para que a distribuição dos recursos orçamentários aos serviços de saúde se efetive dentro de uma rigorosa escala de prioridade, tendo em vista o imperativo do desenvolvimento econômico.

Esta providência deverá ser complementada por uma reforma das diretrizes dos serviços de medicina preventiva e curativa que melhor os ajuste aos propósitos do Governo, formulados na Mensagem anterior.

No exercício passado, a ação do Governo, no que se refere à saúde, procurou, como principal objetivo, assegurar prosseguimento do trabalho sanitário, promovendo uma expansão satisfatória das medidas de prevenção e assistência.

**CAMPA-  
NHA CON-  
TRA AS  
ENDEMIAS  
RURAIS**

No setor das grandes campanhas sanitárias empreendidas no território nacional, os resultados conseguidos consolidaram eficientemente o propósito da ação federal e abriram campo para um desenvolvimento ainda mais significativo nos próximos exercícios.

**Malária**

Continuando o combate ao transmissor da malária, foram executadas aplicações de inseticidas de ação residual em 2.100.000 domicílios em todos os Estados da União.

A assistência medicamentosa, por meio de unidades distribuidoras de antimaláricos, estendeu-se a 23.706 localidades em toda a área malarígena do País.

Foram notavelmente ampliados os trabalhos contra a malária na Bacia Amazônica, e teve prosseguimento a campanha anti-kertezia no sul do País.

Procedeu-se ao combate à doença de Chagas nos Estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo, pela aplicação de inseticidas em 71.710 domicílios, e ainda à campanha contra o escorpião em Belo Horizonte, pelo emprêgo de inseticidas em 24.150 prédios e 26.205 terrenos.

Além dessas atividades, foram realizados nas diversas seções do Instituto de Malariologia estudos e pesquisas, bem como inquéritos epidemiológicos e entomológicos nas áreas de malária e relativos também à incidência da doença de Chagas e à filariose.

Acha-se em funcionamento uma fábrica de inseticidas que, em 1951, produziu 100.000 litros de hexaclorobenzeno e quantidade apreciável de emulsificante, o que tem permitido notável economia e segurança de produção ininterrupta.

Além da conservação das obras de drenagem já existentes, estão em execução algumas obras de hidrografia antimalárica em Ilhéus e em Bonfim, Estado da Bahia.

Dentre as atividades previstas para o plano do corrente ano, incluem-se a ampliação do combate à malária pela aplicação domiciliária de inseticidas de ação residual, procurando-se atingir o número de 3.000.000 de casas; manutenção da rede de unidades distribuidoras de antimaláricos; início do combate à doença de Chagas no Rio Grande do Sul; início da campanha contra a filariose bancroftiana em Belém do Pará, pela borrifação domiciliária do B.H.C.; campanha contra escorpiões em Belo Horizonte, pelo expurgo com B.H.C.; e instalação de uma fábrica de D.D.T., com uma produção calculada para 1.500 toneladas anuais.

A luta contra a febre amarela silvestre está sendo sustentada por meio de vacinação específica de grandes massas da população rural. No terreno da febre amarela urbana, o ano de 1951 consolidou os esforços de erradicação do agente transmissor, reafirmando os créditos sanitários internacionais do Brasil.

Realizaram-se investigações entomológicas em 59.329 localidades, nas quais foi identificado o transmissor urbano da febre amarela apenas em 4 prédios situados em três pequenas localidades rurais da Paraíba e da Bahia.

No ano findo, foram positivados pela viscerotomia casos fatais de febre amarela silvestre em municípios dos Estados de Goiás, Mato Grosso e São Paulo, o que demonstra estar sempre vigilante a vasta rede de postos em todo o território nacional.

Devidamente atacados os surtos de febre amarela irrompidos principalmente nos Estados de Goiás e Mato Grosso, pôde ser evitada maior extensão da doença graças ao intenso trabalho de vacinação realizado. Somente na Colônia Agrícola de Ceres (Estado de Goiás) foram vacinadas 29.000 pessoas, nas quais não se registrou nenhum caso de febre amarela. Até o mês de setembro do ano findo, tinham sido vacinadas, em todo o território nacional, 741.248 pessoas.

O Serviço Nacional de Febre Amarela cooperou com as repúblicas americanas visando à solução do problema da febre amarela, concedendo-lhes vacina anti-amarílica e facilitando-lhes provas de laboratório.

O Convênio estabelecido em 1950 entre o Ministério da Educação e Saúde e a Repartição Sanitária Pan-Americana, para cooperação quanto ao problema da febre amarela, vem sendo cumprido nas cláusulas que dependem da interferência do Serviço Nacional de Febre Amarela sempre que a mesma seja solicitada ou se torne oportuna, tendo este Serviço colaborado, direta ou indiretamente, no combate ao *Aedes aegypti*, com os seguintes países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Costa Rica, Honduras e Panamá.

O Serviço Nacional de Peste, desde 1943 adequadamente aparelhado para o controle dessa endemia em todo o território nacional, manteve suas atividades sistemáticas em mais de 200 municípios do País, assim cobrindo toda a área endêmica da doença, onde desenvolve um programa de ação definido em

quatro itens essenciais: assistência em torno dos casos isolados e surtos de peste humana; medidas de desratização e despulização, visando à redução das populações murina e pulicidiana; medidas de anti-ratização, visando à proteção do homem contra o roedor infectado; e educação sanitária das populações rurais no tocante à peste e a aspectos de higiene geral.

No trabalho permanente de profilaxia antipestosa nas zonas perigosas, durante o exercício de 1951, o pessoal volante de campo percorreu cerca de 40.000 locais (sítios, fazendas, engenhos, povoações, vilas e cidades), ali realizando 63.780 ciclos de trabalho polivalente, abrangendo tôdas as medidas indicadas de anti e desratização, despulização e educação sanitária.

Durante o ano registraram-se apenas 20 casos humanos positivos. Parecem, assim, os resultados do trabalho a longo prazo empreendido pelo Serviço começar a traduzir-se de modo significativo, através da diminuição da incidência da doença verificada no último triênio. De fato, o ano de 1951 foi o de menor ocorrência de peste, desde 1935, época da qual datam as primeiras estatísticas razoáveis da prevalência da endemia no País. Tal constatação provavelmente constituirá uma indicação da tendência ao declínio, já esboçada pela doença nos dois anos anteriores, que, juntamente com o ano findo, representam o triênio de mais baixa média anual de casos humanos de peste.

#### *Verminoses*

A campanha que vem sendo desenvolvida no combate às verminoses dirige-se principalmente contra as mais perigosas infestações helmínticas — a ancilostomose, a esquistosomose e a hidatidose.

Vale notar que foi construído e aparelhado em Recife um Centro de Pesquisas sobre estas matérias, o primeiro organizado com tal finalidade no continente americano. Objetiva o Centro a formação de técnicos capacitados para a realização do tratamento e da profilaxia desse grupo de doenças.

O plano de ação da campanha inclui, entre outros objetivos, o conhecimento das zonas de maior incidência desses males, através do exame ovo-helminoscópico dos escolares, do aparelhamento de tôdas as unidades, de modo a poder realizar, ao lado das tarefas de profilaxia e tratamento, um programa intensivo de educação sanitária, de melhoria das condições de saneamento das localidades servidas pelos postos, sobretudo no que

se refere ao abastecimento d'água e à instalação e manutenção de centros de investigações e estudos.

Presentemente, mantém a campanha 32 postos de combate às helmintoses, devendo brevemente entrar em funcionamento mais cinco em Guarabira (Paraíba), Aracaju (Sergipe), Santa Inês e Caetitê (Bahia) e Teófilo Otôni (Minas Gerais). Outrosim, serão iniciados êste ano os trabalhos do Instituto de Pesquisas Ageu Magalhães, sediado em Recife.

As estatísticas apuradas até outubro do ano transcorrido acusam os seguintes resultados: pessoas recenseadas, 62.792; casas cadastradas, 14.840; exames de fezes realizados, 76.804; medicações ministradas, 73.274; fossas construídas, 720.

O aparelhamento atual de combate ao tracoma abrange 136 unidades, das quais 108 no território paulista, mantidas pelo Governo de São Paulo, e 28 distribuídas em 11 Estados outros, sob a responsabilidade do Governo Federal.

*Tracoma*

Os principais dados estatísticos das atividades levadas a efeito até novembro do ano próximo findo estão representados nas seguintes cifras: comparecimentos para primeiro exame, 73.874; casos confirmados de tracoma, 16.453; casos matriculados de outras afecções oculares não suspeitas de tracoma, 14.763; comparecimentos subseqüentes de casos de tracoma, 227.516; curativos, 120.479; instilações de colírios, 393.218; comprimido de sulfa ministrados, 489.096; visitas de visitadora a domicílio, 49.623.

Do programa de execução para o presente exercício constam a instalação e a manutenção de mais 6 postos de profilaxia que serão localizados em Piracuruca (Piauí), Euíque e Araripina (Pernambuco), Bom Jesus da Lapa e Cícero Dantas (Bahia) e Maringá (Paraná).

A boubá representa entre nós relevante problema de caráter médico-sanitário.

*Boubá*

Os serviços organizados contra essa endemia desenvolvem-se no mesmo ritmo dos anos anteriores, e os resultados obtidos nos 9 postos, 20 subpostos e centros de tratamento rápido em funcionamento foram satisfatórios e compensadores.

No presente ano serão instalados mais 6 postos de profilaxia que terão sede em Breves (Pará), Uruburetama (Ceará), Mamanguape (Paraíba), Quipapá (Pernambuco), Teófilo Otôni e Carlos Chagas (Minas Gerais).

O movimento estatístico acusou os seguintes resultados: comparecimento para primeiro exame, 5.726; comparecimentos posteriores, 91.942; casos de boubá diagnosticados, 4.055; injeções de arsenicais, 23.362; injeções bismúcticas, 37.518; penicilina consumida em unidades, 3 bilhões, 767 milhões e 50 mil; exames de laboratório, 1.940; curativos, 31.885; casas cadastradas, 11.676; pessoas recenseadas, 57.336.

Centro de tratamento rápido: casos hospitalizados, 44; altas por cura, 38; injeções aplicadas, 600; penicilina consumida em unidades, 336 milhões e 600 mil.

**OUTRAS  
CAMPA-  
NHAS**

*Doenças  
Venéreas*

A luta contra a sífilis e outras doenças venéreas atinge hoje tôdas as unidades federativas.

Mediante convênios estabelecidos com os Governos Estaduais, serviços autárquicos e instituições particulares, e à medida que se ampliam os recursos financeiros, está sendo montado em todo o País o armamento antivenéreo imprescindível à prestação dos serviços indicados, de caráter preventivo e curativo.

Estão sendo mantidos atualmente 32 dispensários nas capitais dos Estados, 17 em cidades do interior e 34 centros de tratamento rápido, com um total de 600 leitos para homens e mulheres.

Os resultados obtidos no correr do ano findo são expressos pela estatística de produção relacionada a seguir:

Nos dispensários — comparecimento para primeiro exame, 140.129; total de casos de doenças venéreas confirmados, 45.784; total de comparecimentos ao dispensário, 1.090.182; total de injeções aplicadas, 565.656; comprimidos sulfaderivados, 785.101; unidades de penicilina, 26 bilhões, 474 milhões e 327 mil.

Nos Centros de Tratamento Rápido — número de casos hospitalizados, 3.484; número de altas, 2.991; tratamentos terminados, 2.550; total de injeções aplicadas, 32.415; número de unidades de penicilina consumidas, 6 bilhões, 452 milhões e 200 mil; comprimidos de sulfaderivados distribuídos, 66.685.

*Saúde dos  
portos*

O Serviço de Saúde dos Portos vem conseguindo impedir a entrada, no território nacional, de pacientes portadores de doenças contagiosas, através de medidas de fiscalização e de profilaxia nos diversos portos e aeroportos.

Vêm sendo aplicadas inflexivelmente as medidas profiláticas contra a peste, exigindo o Serviço de Saúde dos Portos a desratização de toda e qualquer embarcação cujo certificado haja ultrapassado o prazo previsto nas Convenções Sanitárias.

Funcionou, em 1951, um serviço permanente de vacinação contra cólera, febre tifóide, tifo exantemático e peste, tendo sido praticadas 9.374 vacinações contra essas doenças.

As Inspetorias de Saúde dos Portos do Pará e Amazonas deverão ser ampliadas e beneficiadas com as verbas destinadas à valorização da Amazônia, e, para esse fim, foi organizado um levantamento das necessidades mais urgentes das duas repartições para que possam, com eficiência, preencher suas finalidades.

No programa de trabalho para 1952 e em exercícios subsequentes, está previsto um completo reaparelhamento dos diversos órgãos do Serviço de Saúde dos Portos, o que será possibilitado pelas verbas do Plano SALTE. Deverão ser instaladas novas inspetorias e subinspetorias em diversos portos brasileiros, equipadas do indispensável para não prejudicar, retardar ou dificultar o movimento comercial dos Estados.

A Campanha Nacional contra a Tuberculose, sob nova orientação, desenvolveu, em 1951, grande atividade, visando especialmente aos seguintes objetivos: reconhecimento, nas coletividades, dos casos inaparentes da doença; isolamento e tratamento especializado de indivíduos com fimatose ativa infectante; proteção à família do tuberculoso contra o aparecimento de novos focos infectantes e contra a penúria econômica; premunicação pelo BCG, por via oral, das crianças, dos adultos analérgicos e também dos alérgicos; educação sanitária das coletividades e grupos profissionais determinados pelo entrosamento da Campanha com as instituições de previdência social e ainda com a Cruzada Contra a Tuberculose, destinada ao amparo eficiente da família do doente; construção de novos sanatórios e dispensários nas diversas Unidades da Federação, bem como incremento da eficiência de unidades ou núcleos móveis; auxílio eficiente e constante às organizações particulares empenhadas na luta antituberculosa.

Fundou-se o Instituto Nacional do B.C.G., nos moldes da microbacteriologia moderna, o qual, pelo seu aparelhamento, está apto a produzir vacinas para todo o País e mesmo para a maioria dos países sul-americanos. O Instituto deverá funcionar como escola criadora de novos técnicos altamente especializados, como laboratório de investigações originais e indicador de observações clínicas laboratoriais do mais requintado primor, a serem utilizadas na defesa do homem contra a tuberculose.

No segundo semestre de 1951, a Fundação Ataufo de Paiva forneceu 449.048 doses de vacina B.C.G., em contraste com 265.848 doses, distribuídas nos primeiros seis meses do ano.

Prosseguindo em sua importante tarefa de formação de médicos especializados, realizou a Campanha Nacional contra a Tuberculose o IV Curso de Tisiologia Sanitária e Social, com a freqüência de 44 alunos e duração de cêrca de 5 meses.

Os trabalhos da Campanha Nacional contra a Tuberculose tiveram grande desenvolvimento no terceiro e quarto trimestres de 1951, tendo sido, sòmente no terceiro trimestre, realizados 19.439 exames radiológicos para, cadastro, diagnosticados 101 tuberculosos, reexaminados 491 comunicantes, visitadas 869 famílias e premunidas pelo B.C.G. 375 pessoas. No segundo semestre do ano transcorrido, a Fundação Ataufo de Paiva distribuiu 449.048 doses de vacina B.C.G.

Foram beneficiados pelo programa de obras e de fornecimento de equipamento do Govêrno os sanatórios de Sancho em Recife, com capacidade para 1.098 doentes, os de Belém e Aracaju, o Pavilhão de Bagé e o Sanatório de Bauru, que passará à administração do Estado de São Paulo. O Sanatório de Manaus teve suas obras concluídas, o mesmo acontecendo com o Hospital de Clínicas Tisiológicas de Salvador. Continua a construção do Sanatório de Campos e do Sanatório do Estado em Belo Horizonte, e em 29 de dezembro do ano findo entrou em funcionamento o Conjunto Sanatorial de Curicica, tão logo se firmou o primeiro contrato com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

Outras obras foram realizadas no Dispensário do Centro de Saúde Modelo em Pôrto Alegre, no alojamento do Sanatório Azevedo Lima, em Niterói, no Sanatório Imaculada em Belo Horizonte e no Sanatório Parthenon, o qual foi entregue ao Govêrno do Estado do Rio Grande do Sul em novembro de 1951.

O programa da Campanha, elaborado para 1952, prevê a fundação da Escola Nacional de Tisiologia, para aperfeiçoamento técnico, no Conjunto Sanatorial de Curicica; a instalação de unidades transportáveis para realizar nos diversos Estados da União o cadastro torácico, premunicação pelo B.C.G., provas tuberculínicas e micóticas e outras, a instalação do Instituto Nacional do B.C.G. na Fundação Ataufo de Paiva; a conclusão das obras em andamento de hospitais-sanatórios em vários Estados da União e a construção de pavilhões Anti-Tuberculosos, junto às Santas Casas

dos Estados; a ampliação da rede de dispensários profiláticos e assistenciais, visando especialmente a agrupamentos humanos em formação, na Amazônia, no Paraná e em outras regiões; e o funcionamento das redes de hospitais-sanatórios em diversos pontos do País, com o entrosamento dos Institutos de Previdência.

Os ambulatórios para doentes mentais, no Distrito Federal, atenderam, em 1951, 26.007 doentes e realizaram, neste mesmo ano, 19.353 tratamentos especializados em seus doentes.

*Doenças mentais*

Os Hospitais Psiquiátricos do Distrito Federal internaram, em 1951, 5.202 doentes e, no primeiro dia de janeiro de 1952, já abrigavam 5.127 doentes.

Nos Estados, os ambulatórios mantidos pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais atenderam 36.221 doentes, que, somados aos atendidos pelos ambulatórios do Distrito Federal, atingem a cifra de 52.228 enfermos.

A construção de hospitais e de pavilhões complementares junto aos hospitais psiquiátricos existentes nos Estados foi continuada.

No Distrito Federal estão para ser concluídas as obras de construção do Instituto de Psiquiatria, em Engenho de Dentro, as de dois Pavilhões de Adolescentes, de dois Pavilhões de Internações, além do Pavilhão de Administração da Colônia Juliano Moreira, em Jacarêpaguá, conjuntos estes que poderão comportar mais de 700 doentes. Foi iniciada a construção da Clínica Psiquiátrica da Praia Vermelha e do Pavilhão para toxicômanos, principalmente alcoolistas, na Colônia Juliano Moreira.

As atividades e o combate ao câncer foram notavelmente aumentados após a transferência do Serviço Nacional do Câncer para as novas instalações anexas ao Hospital Gaffrée-Guinle.

*Câncer*

Foi criado um banco de sangue e instalaram-se no Serviço um setor de patologia e outro de análises. Em consequência, a própria cirurgia tomou notável incremento, principalmente após a construção de um bloco cirúrgico. Os aumentos nas dotações orçamentárias possibilitaram sensível acréscimo na assistência anticancerosa.

Organizou-se a Campanha contra o Câncer no território nacional, baseada principalmente na colaboração do Governo Federal com o Governo dos Estados e com instituições particulares interessadas na luta contra o câncer.

Depois de aprovado o seu programa, foi iniciada a Campanha nos Estados, tendo sido subvencionadas instituições particulares que apresentavam maiores credenciais para levar avante a luta contra a doença.

Os resultados obtidos têm sido promissores, estando já em estudos a possibilidade de estender êsse programa a todos os Estados, às instituições atualmente existentes e às que futuramente se instalarem.

Já foram assinados convênios com os Estados de Alagoas, Espírito Santo, Pernambuco e Bahia. Tem sido últimamente incrementado o programa educacional, base de tôda a campanha anticancerosa. A Fundação Laureano, organizada em homenagem ao altruísmo do Dr. Napoleão Laureano, que, com o exemplo de seu próprio caso, muito sensibilizou a opinião pública, conseguiu arrecadar mais de oito milhões de cruzeiros. Tal importância será destinada à construção de um hospital especializado em João Pessoa, com capacidade para 50 leitos.

Acha-se em construção, na Praça Cruz Vermelha, nesta Capital, o novo hospital do Serviço Nacional do Câncer, que terá capacidade para 400 leitos e possuirá instalações capazes de permitir não só completa assistência aos cancerosos, como eficiente preparo de técnicos para todo o País. Será aí instalado um centro de pesquisas sobre o câncer. A construção desse hospital está orçada em Cr\$ 55.000.000,00 e o seu equipamento, pelos preços atuais, é avaliado em Cr\$ 20.000.000,00.

ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR

A distribuição do auxílio do Fundo de Assistência Hospitalar, à razão de Cr\$ 1.179,40 por leito gratuito, destinou-se, primordialmente, aos estabelecimentos hospitalares localizados nos municípios mais carentes de recursos hospitalares.

Da importância total de Cr\$ 47.998.041,80, que foi a quanto montou, no ano de 1951, o citado Fundo, 61% foram destinados às instituições situadas fora das capitais dos Estados e Territórios.

Vários hospitais foram beneficiados com a verba para obras de aprestamento e equipamento, melhorando sensivelmente a situação precária em que se achavam devido à carência de instalações.

Em função do planejamento previsto, a Divisão de Organização Hospitalar intensificou os seus trabalhos no sentido de prestar auxílio técnico às instituições hospitalares e para-hospitalares, bem como de estabelecer padrões mínimos de instalação e

organização hospitalar no Brasil, tema, aliás, do 1.º Congresso Nacional do Capítulo Brasileiro do Cólégio Internacional de Cirurgiões, que se realizou, com grande sucesso, em 1951.

As atividades no setor do planejamento de hospitais tiveram maior desenvolvimento, em relação aos anos anteriores. Nada menos de 69 projetos e estudos dos hospitais foram executados para atender a vários Estados.

O estudo e levantamento do cadastro hospitalar do País é outra atividade de realce e que foi executado por uma comissão de especialistas. Verificou-se que o Brasil possui 1.191 hospitais, com 162.515 leitos, não computados os destinados para doenças nervosas e mentais, tuberculose e lepra.

Pretende-se, no corrente ano, convocar a 1.ª Conferência Nacional dos Diretores de Assistência Hospitalar, a fim de estabelecer uniformidade de métodos e processos de organização hospitalar, no País; ampliar e melhorar as atividades de assistência a mutilados e a outros indivíduos fisicamente deficientes; instalar no Distrito Federal um hospital-padrão, destinado a servir de modelo da moderna organização e administração hospitalares, servir de escola para o Curso Especializado do Departamento Nacional de Saúde e como estabelecimento para assistir mutilados e outros indivíduos fisicamente deficientes, civis e militares, proporcionando-lhes os meios necessários para a sua recuperação.

Os serviços de proteção à maternidade e à infância visaram principalmente ao combate à natimortalidade e à mortalidade infantil, e, para essa finalidade, foi amplamente desenvolvida a rede de serviços assistenciais e organizado um programa geral de cooperação financeira com os Estados e Territórios da União. O Governo Federal, em 1951, auxiliou 386 obras de proteção à infância, das quais 163 postos de puericultura, 98 maternidades e 126 hospitais infantis. Inauguraram-se, no exercício passado, em todo o País, 16 maternidades, 43 postos de puericultura e 6 outras entidades de proteção à infância.

MATERNI-  
DADE E IN-  
FANCIA

Merece destaque a cooperação prestada ao Governo pelo Fundo Internacional de Socorro à Infância, que possibilitou o funcionamento de 23 postos de puericultura, 10 maternidades e mais outras obras, no Nordeste.

A ajuda do F I S I beneficiou os Estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, assegurando a distribui-

ção de 2.438.189 quilos de leite em pó, através de 366 instituições e 300 lactários de emergência, além do fornecimento de margarina e medicamentos.

#### EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Tiveram apreciável desenvolvimento, em 1951, as atividades de vulgarização dos preceitos de higiene e saúde pública, utilizados todos os métodos e sistemas de propaganda e educação pela palavra falada ou escrita, pela música, pintura, escultura, por meio de palestras, conferências, impressos, cartazes, projeções luminosas, fixas e movimentadas, pela radiodifusão, através da imprensa e ainda de exposições constituídas de desenhos, pinturas, amostras, objetos, modelos de situações e condições que interessam à Higiene.

O Serviço Nacional de Educação Sanitária realizou duas exposições antivenéreas, como contribuição às comemorações do Dia Mundial de Saúde e do Dia Antivenéreo, as quais foram visitadas por 1.540 pessoas.

Foram distribuídas 803.815 publicações e 4.385.707 cópias de tópicos sobre saúde, irradiados 520 programas radiofônicos e realizadas 1.220 projeções de filmes educativos.

O plano de trabalho para 1952 visa a ampliar a esfera de ação do Serviço Nacional de Educação Sanitária, fazendo-a crescer cada vez mais sobre o território nacional, principalmente para abranger a população rural de todas as condições sociais.

#### SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA

O Serviço Especial de Saúde Pública, criado em 1942 mediante um convênio internacional entre o Brasil e os Estados Unidos da América, prosseguiu nos seus objetivos de desenvolver, em determinadas áreas rurais do País, um amplo programa de saúde pública, dentro do qual a máxima atenção continuaria a ser dada às lacunas primárias relativas à saúde, apontadas na minha primeira Mensagem anual, isto é, às falhas referentes à nutrição, ao saneamento do meio, à assistência médica e à educação sanitária do Povo.

Assim é que na Amazônia, no Vale do Rio Doce e em áreas de demonstração, respectivamente, no sul da Bahia, em Pernambuco e na Paraíba, o trabalho do S. E. S. P. cada vez mais se ajustou às seguintes linhas mestras: unificação das atividades de medicina preventiva e curativa; realização de medidas de saneamento básico (especialmente fornecimento de água para o abastecimento público e remoção de dejetos); preparação

de pessoal; realização de estudos e inquéritos indispensáveis à atividade científica bem conduzida; realização de extenso programa de educação sanitária.

Para a execução de seus trabalhos, contou o S.E.S.P., a partir de 1942, com as contribuições financeiras do Governo do Brasil (Ministério da Educação e Saúde) e dos Estados Unidos da América (Instituto de Assuntos Interamericanos), no total de Cr\$ 472.995.416,80, de acôrdo com a seguinte distribuição:

	Cr\$
a) contribuição total do Brasil . . . . .	304.000.000,00
b) contribuição total do I.I.A.A., US\$ 8.665.000.00 ou . . . . .	168.995.416,80

Afora as contribuições acima indicadas, o S.E.S.P. recebeu verbas provenientes da Comissão de Valorização Econômica da Amazônia, da Comissão do Vale do São Francisco e de entidades governamentais (Estados, Territórios, Municípios, etc.).

Já as despesas com os técnicos norte-americanos que vêm dando sua colaboração ao S.E.S.P., no total de . . . . . US\$ 2.943.569,00 ou Cr\$ 58.882.340,00, couberam exclusivamente ao Governo dos Estados Unidos da América.

A par disso, aproximadamente 250 profissionais (médicos, engenheiros e enfermeiras) receberam treinamento nos Estados Unidos, quase exclusivamente por conta do Instituto de Assuntos Inter-Americanos. O programa de treinamento custou, de 1942 a 1951, cerca de Cr\$ 18.000.000,00.

Como consequência dos bons resultados do trabalho realizado pelo S.E.S.P. nas regiões em que vem atuando há mais tempo, foi o Serviço incumbido de desenvolver, no Vale do São Francisco, um plano geral de saúde no qual, pouco a pouco, seriam integrados os hospitais ali construídos pelo Governo Federal. Em face, porém, da limitação de recursos federais para obra de tal envergadura, foi o S.E.S.P. autorizado a realizar convênios com os Governos Estaduais de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, mediante os quais aqueles Estados também contribuirão financeiramente para maior e mais rápido desenvolvimento dos trabalhos.

Desde logo, porém, foi dado início às atividades do S.E.S.P. no Vale do São Francisco, já estando em operação os hospitais de Pirapora, Juazeiro e Bom Jesus da Lapa. Um outro, em

Petrolândia, foi entregue ao Ministério da Agricultura, que o mantém em funcionamento, servindo ao Núcleo Agrícola local. Há ainda mais alguns, como, por exemplo, o de Petrolina, que apenas dependem de providências finais para entrar em funcionamento.

Em relação à parte de saneamento básico para as comunidades do Vale do São Francisco, está o S.E.S.P. completando os últimos estudos para o abastecimento d'água de Pirapora, Juazeiro, Petrolina, Propriá e Penedo, devendo as obras de Juazeiro e Petrolina ter início imediatamente.

Além de suas atividades normais, desenvolvidas por intermédio dos postos e subpostos de saúde e hospitais distribuídos pelos pontos mais remotos do País, na maioria das regiões em que atua, o S.E.S.P. se vê a braços com o problema da esquistosomose. Dada, porém, a possibilidade de um controle eficiente e econômico da doença, pela extinção dos caramujos que a veiculam, torna-se perfeitamente indicada a concessão de recursos mais amplos, que possibilitem uma campanha mais intensa contra flagelo tão devastador.

Especial referência merece o papel que o S.E.S.P. vem desempenhando no campo do ensino de enfermagem. Assim é que, além de auxiliar financeiramente as escolas que não contam com verbas ou pessoal capacitado, coube ao serviço organizar e colocar em funcionamento três novas Escolas. A primeira foi criada em Manaus, por solicitação da Comissão de Valorização da Amazônia; a segunda pertence ao Estado de Pernambuco e a terceira, anexa à Faculdade de Medicina de Porto Alegre, veio preencher, no extremo sul do País, a grave lacuna da falta de uma escola destinada ao preparo de enfermeiras para aquela região.

## EDUCAÇÃO E CULTURA

Em discurso que pronunciei por ocasião do almoço que me foi oferecido em 28 de julho do ano passado, na Universidade do Brasil, disse :

"Prestigiar a cultura, sob tôdas suas formas, constituiu sempre preocupação constante do meu Governo. Num dos discursos da última campanha eleitoral, tive oportunidade de salientar não ter sido por acaso que a evolução política do Brasil, após a Revolução de 1930, coincidiu com o renascimento da sua vida intelectual e com o surpreendente despertar do impulso criador no sentido da brasilidade, na literatura e nas artes. E' que essas manifestações esplêndidas da vida popular e a orientação governamental que presidi brotaram das mesmas fontes e se irmanaram nas mesmas aspirações.

As fôrças coletivas que provocaram o movimento revolucionário do modernismo na literatura brasileira, que se iniciou com a Semana da Arte Moderna de 1922, em São Paulo, foram as mesmas que precipitaram, no campo social e político, a Revolução vitoriosa de 1930. A inquietação brasileira, fatigada do velho regime e das velhas fórmulas, que a rotina transformara em lugar-comum, buscava algo de novo, mais sinceramente nosso, mais visceralmente brasileiro. Por outro lado, a evolução econômica do mundo, o progresso técnico e industrial, a ascensão do proletariado urbano como fôrça ponderável na decisão dos fatos políticos estavam a exigir nova estruturação da sociedade e novas leis, capazes de atender com eficiência a essas necessidades.

Uns e outros fatores se congregaram para forjar o movimento, que aos poucos se dilatou, criou raízes e, finalmente, amadureceu, determinando, de um lado,

a renovação dos valores literários e artísticos, de outro lado, a renovação dos valores políticos e das próprias instituições. Na verdade, o movimento modernista, nas letras e nas artes brasileiras, foi um impulso revolucionário que cresceu e extravazou, como o foi o movimento político causador da Revolução de 1930.

Mas, passados os primeiros instantes e obtidas as primeiras conquistas, um e outro se fundiram num movimento mais amplo, mais geral, mais completo, simultaneamente reformador e conservador. onde foram limitados os excessos, polidos os extremos sempre cheios de asperezas, e harmonizadas as tendências mais radicais e divergentes.

Eis porque assistimos, de 1930 para cá, a um magnífico surto das letras brasileiras, em que uma plêiade numerosa de valores novos trouxe a sua colaboração e o seu entusiasmo criador e renovador a todos os departamentos de cultura. O romance, o conto, a poesia, a pintura, a escultura, a música, o teatro, as ciências sociais, as disciplinas físicas e biológicas — se enriqueceram com preciosas contribuições. Pode-se dizer que nunca foi tão pujante a vida intelectual do Brasil e em nenhum período da nossa história se tornaram tão difundidas e apreciadas no estrangeiro, através de traduções, exposições e críticas, as obras dos nossos escritores, dos nossos artistas e dos nossos cientistas.

Não podia o meu Governo desligar-se de tão intensas e expressivas manifestações da cultura nacional; tampouco poderão estas ser explicadas independentemente d'ele. Os fenômenos sociais, culturais e políticos formam um todo inseparável, e cada qual só se compreende em função do conjunto. Fôsem outras as condições culturais e intelectuais do Brasil, entre 1930 e 1945, e teria sido outra, inevitavelmente, a orientação do meu Governo. Mas a recíproca é também verdadeira. As expansões criadoras do sentimento e da inteligência brasileira não teriam podido tomar o rumo que tomaram, se não tivessem encontrado no meu

Governo a simpatia, a compreensão, o apoio cotidiano, o estímulo e a liberdade, que nunca lhes neguei.

.....

O Governo se empenha, neste momento, em resolver um dos problemas fundamentais que vos dizem respeito: o do livro didático e técnico. Esse problema não interessa apenas às universidades, mas também à mobilização científica e tecnológica indispensável ao nosso desenvolvimento econômico. A maioria dos estudantes não pode adquirir os livros necessários, tanto mais quanto, nos cursos superiores, são poucos os livros em português e os importados custam preços inacessíveis. As medidas que o Governo pretende tomar visam à mais ampla e freqüente publicação de livros didáticos superiores e científicos nacionais, tradução dos livros estrangeiros fundamentais, concessão de facilidades às reitorias, à direção das faculdades e às organizações estudantis para a importação de livros técnicos e científicos, bem como maior desenvolvimento das bibliotecas universitárias e escolares.

A união íntima e profunda entre a cultura e a política é uma condição imprescindível do progresso social. Pois, se é a cultura que estabelece o contato entre a política e a vida, entre os homens de Estado e as realidades sociais que eles se propõem satisfazer, por outro lado, é a política, são as instituições e os atos de Governo que criam o ambiente indispensável às expansões da cultura e permitem a livre eclosão das forças sociais, criadoras de valores espirituais e morais. Onde não existe essa cooperação, essa harmonia entre o Estado e a cultura, não pode haver vitalidade no Estado nem progresso na civilização.

A cultura em si é sempre a expressão mais alta da vida popular, representa tendências, aspirações, cristalizações de valores, necessidades de vida, que buscam afirmar-se, expandir-se, renovar-se. A cultura é o próprio povo vivendo intensamente, criando obras de arte e de pensamento, dando forma e expressão aos seus costumes e tradições. A inteligência parte do real para projetar-se no mundo das idéias e das formas, refletindo

o meio em que vive e do qual se nutre. Por isso mesmo, tudo o que criamos, nas letras, nas artes, nas ciências, na política, tem um fim social e uma causa social: e tanto por esta como por aquêle, penetramos no campo da ordem política, que não pode divorciar-se da cultura, mas tem o dever de ampará-la de todos os modos, proporcionando-lhe os meios eficazes de desenvolvimento.

As energias criadoras do povo, que se expandem através dos seus usos e costumes, da literatura, das suas artes e ciências, e que se cristalizam no esforço de educar e instruir as gerações novas — grande e sagrada missão das universidades — constituem o material humano que serve de conteúdo à paisagem política e que exige do Governo muito mais que a tolerância indiferente, ou o mero apóio material: exige a preocupação cotidiana, a colaboração íntima e profunda, o estímulo, a inspiração, e, acima de tudo, a liberdade”.

Estas palavras configuram objetivos básicos que tenho procurado atingir através da ação governamental na esfera da educação e da cultura.

Passo agora, a dar-vos conta das atividades do Governo e do que se projeta no setor da educação e da cultura.

No setor do ensino, os serviços do Ministério da Educação e Saúde se desenvolveram em ritmo crescente, atendendo às responsabilidades da União em suas atribuições supletivas ao esforço educacional dos Estados e no melhoramento de seu próprio sistema educativo.

A federalização das escolas superiores, em obediência ao ato legislativo, transferiu à responsabilidade federal número não pequeno de escolas dêsse nível, fundadas pela iniciativa privada e estadual, nos pontos mais diversos do País.

Determinou a lei uma expansão, de certo modo inesperada e, sem dúvida, não planejada, do sistema federal de ensino superior, expansão que se não reduzirá à manutenção do professorado superior já existente nessas escolas e que terá de se estender à remodelação material, no reaparelhamento técnico e científico e a medidas de tôda ordem no sentido de erguer tais escolas ao nível e ao espírito de um autêntico ensino universitário.

A federalização dessas escolas superiores decorreu, aliás, de uma situação de crescimento espontâneo das necessidades de ensino de grau superior, que conduziram particulares a procurar atendê-las do modo que lhes fôsse possível, até que a Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, entregou à responsabilidade federal êsses institutos de ensino.

A conseqüência lógica da mudança operada pelo referido diploma legal terá que ser o esforço de ajustar essas escolas às necessidades emergentes, integrando-as no mesmo tempo no todo estruturado que deve constituir o ensino universitário nacional.

As atividades em benefício da educação nacional desenvolveram-se basicamente no quadro da legislação orgânica, iniciada em meu anterior período de Governo.

BASES E  
DIRETRI-  
ZES DA  
EDUCAÇÃO  
NACIONAL

Essa legislação realizou com proveito a disciplinação dos principais ramos de ensino constitutivos do sistema escolar do País, não apresentando os atos legislativos posteriores o caráter de uma obra estruturada que lhe modificasse os lineamentos fundamentais, aperfeiçoando-o.

A revisão do conjunto, que deverá alterar para melhor tôda a legislação vigente, definindo, entre outras coisas, as atribuições federais em matéria de ensino, de acôrdo com a Constituição, será a lei de bases e diretrizes da educação nacional, que, porém, ainda não foi votada.

Seria de desejar que, dentro do espírito de prudência que deve presidir as deliberações relativas a assuntos de tamanha importância, fôsse quanto antes equipado o Governo com o instrumento indispensável à orientação de sua ação administrativa, que será essa lei.

E' verdade que o anteprojeto que se encontra no Congresso Nacional, enviado pelo Governo anterior, vem sendo objeto de controvérsias acesas quanto a alguns de seus pontos básicos. Em vista disso, o próprio Governo, se fôr julgado oportuno, submeterá ao Congresso alterações ao referido anteprojeto, de modo que venha o País a dispor de uma legislação adequada à disciplinação do crescimento do sistema educacional.

O que, de qualquer modo, se faz mister é que a expansão inevitável do sistema escolar não ocorra de modo desordenado e acidental, por meio de medidas que não se integrem numa orien-

tação geral definida, o que, ao invés de fazê-lo satisfazer às necessidades do País, criará outros tantos problemas imediatos e futuros, de difícil solução.

A lei de bases e diretrizes deverá estabelecer uma legislação fundamental e única para todo o ensino, seja federal, estadual, municipal ou privada, criando a possibilidade de um desenvolvimento harmonioso, com a liberdade e responsabilidade de execução asseguradas aos Estados, sob a inspiração, coordenação e limitação da lei básica federal.

Espera, assim, o Governo que da colaboração entre o Executivo e o Legislativo resulte a lei que os interesses mais altos da continuidade do progresso nacional reclamam.

#### ENSINO SUPERIOR

Foram apreciáveis as realizações do Governo no setor do ensino superior.

Dado o grande interesse nacional em relação aos estudos de física nuclear, recomendei a construção de um Instituto, anexo à Escola Nacional de Engenharia, onde pudessem trabalhar os cientistas nacionais que integram o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, de conformidade com o acôrdo assinado entre êsse Centro e a Reitoria da Universidade do Brasil.

Realizaram-se várias obras em diferentes unidades da Universidade do Brasil, destacando-se as seguintes :

- a) na Faculdade Nacional de Medicina — acabamento da Casa do Estudante ; instalação da 3.<sup>a</sup> Cadeira de Técnica Operatória e do Restaurante dos Estudantes ;
- b) na Escola Nacional de Química — reforma geral do Pavilhão de Laboratórios ; construção de oficinas ; início das obras de construção do edifício que acomodará a cadeira da Escola ;
- c) na Faculdade Nacional de Odontologia — obras gerais no antigo prédio ; conclusão da construção do novo edifício ;
- d) no Palácio Universitário — construção da Casa de fôrça ; instalação de incinerador ; recuperação da ala esquerda, para a instalação das Faculdades de Farmácia e de Arquitetura ; construção do depósito e oficinas da Diretoria de Obras e Planejamento ; ampliação da Oficina Gráfica, com a instalação da Seção de Encadernação ;
- e) no Instituto de Psiquiatria — construção do Pavilhão Maurício de Medeiros ; recuperação do Pavilhão Magnan ;

f) na Faculdade Nacional de Farmácia — construção do Pavilhão de Laboratórios, para cinco cadeiras; obras de instalação da Faculdade no Palácio Universitário e de acréscimos no Pavilhão de Microbiologia;

g) na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas — reforma e adaptação do prédio, para instalação da Faculdade, à rua Marquês de Olinda;

h) na Escola de Enfermeiras Ana Néri — obras gerais;

i) na Escola Nacional de Música — instalação de elevador e obras gerais;

j) na Escola Nacional de Engenharia — obras de reforma e acréscimo do edifício da Escola, com mais dois pavimentos;

k) na Faculdade Nacional de Filosofia — obras de adaptação para a instalação do restaurante de alunos; construção de um anfiteatro; reformas gerais;

l) na Escola Nacional de Belas-Artes — recuperação da cúpula e telhados; pintura de salas;

m) na Faculdade Nacional de Direito — reparos gerais;

n) no Instituto de Neurologia — construção dos Pavilhões de Neurocirurgia, Recuperação Funcional, Neurologia Infantil, Fisiologia Experimental, do Anfiteatro e do Pavilhão de médicos e enfermeiros; reforma do Ambulatório; instalação da Biblioteca.

Tiveram prosseguimento, com intensidade, os trabalhos do Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, com a utilização da verba de Cr\$ 43.900.000,00 consignada em 1951.

Dos edifícios já em construção, merece destaque, por sua importância didática e social, o Hospital de Clínicas da Faculdade Nacional de Medicina.

Obra de invulgar complexidade, visto abranger assistência médica em ambulatório e enfermagem, bem como ensino e pesquisa, o seu projeto foi elaborado e está sendo desenvolvido pelas equipes de arquitetos e engenheiros do Escritório Técnico.

Em situação periférica em relação à Cidade Universitária, o Hospital de Clínicas está sendo erguido à margem da Avenida Brigadeiro Trompowsky, com o objetivo de facilitar o acesso das grandes massas diárias de doentes e seus acompanhantes ou visitas, sem que precisem atravessar outros setores da Universidade.

Foi, ainda, no ano de 1951, dada plena execução à Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que estabeleceu o sistema

federal do ensino superior, com a nomeação dos professores catedráticos, dos diretores dos estabelecimentos de ensino, do pessoal docente auxiliar e do pessoal administrativo das escolas que passaram a integrar a rede federal.

APERFEI-  
COAMEN-  
TO DO PES-  
SOAL DE  
NÍVEL  
SUPERIOR

Cumpra assinalar a instalação da Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, que veio concretizar o pensamento do Governo, consubstanciado no Decreto n.º 29.741, de 11 de julho do ano findo, com a finalidade de suprir as deficiências graves do nosso equipamento técnico e científico. O desenvolvimento do País, a feição industrial moderna que vem rapidamente adquirindo, e os problemas de organização que daí decorrem, estão a exigir um rendimento correspondente do pessoal de nível superior.

O nosso ensino de nível superior, se atendia, em parte, à formação de pessoal de rotina para as diversas atividades profissionais, não estava aparelhado para fornecer, com a urgência necessária, equipes de especialistas capazes dêsse trabalho de inovação e de pesquisa. E a urgência era tão grande que não poderia aguardar o lento resultado de uma política escolar nesse sentido.

O problema estava a exigir a mobilização de elementos humanos que pudessem ser colocados, por meio de treino intensivo, dentro e fora do País, ao nível dessas tarefas de cúpula.

Os estudos e trabalhos que, no Brasil, estarão a cargo da Comissão foram iniciados nos principais países ocidentais, logo após a terminação da segunda guerra mundial.

Não será feito, assim, um trabalho sem precedentes, mas, antes, será dado tardio início a uma das necessidades mais urgentes do momento, que é a de balancear o nosso capital humano, científico e profissional, e estudar e planejar os meios de ampliá-lo, enriquecê-lo e melhorá-lo.

Por outro lado, a nova cooperação intelectual que a Organização das Nações Unidas vem desenvolvendo no mundo, por si e pela UNESCO, e que as Nações Membros também vêm, individualmente, estimulando como uma das mais altas formas de auxílio mútuo de compreensão internacional, oferece um campo propício à expansão cultural e permite que o Brasil, ao examinar as suas necessidades de formação profissional e científica, não se restrinja somente aos recursos locais, mas elabore seus planos segundo uma perspectiva ampla, dentro dos recursos internacionais que lhe vêm

sendo oferecidos pelo sadio espírito de amizade que une as Nações Ocidentais.

Para a elaboração do plano de trabalho, é necessário que se proceda, preliminarmente, a um levantamento das necessidades do País, em matéria de pessoal especializado, profissão por profissão e setor por setor, a fim de colher os elementos necessários ao empreendimento.

Se, por este modo, será feito o inventário dos recursos profissionais existentes no País e levantado o mapa de suas deficiências, por outro lado não deve ser esquecido que a grande necessidade do nosso tempo não é, tão somente, a desse quadro técnico-profissional, mas, sobretudo, a do quadro de cientistas propriamente ditos, pois estes é que irão elaborar os conhecimentos novos, com os quais será edificada a nossa emancipação econômica e técnica.

A Comissão incumbida de levar a efeito a campanha terá tarefa longa e árdua, como é a de levantar o quadro de nossas necessidades, em recursos humanos, no campo da técnica e da ciência, e procurar preenchê-lo adequada e abundantemente. É toda a obra do ensino superior do País que terá de ser ampliada, enriquecida e estimulada, nos seus fins e nos seus meios. Só a formação de especialistas, em todos os setores fundamentais das ciências, nos mais altos centros universitários do estrangeiro, poderá fornecer os elementos indispensáveis ao êxito da tarefa, não bastando, portanto, mobilizar os recursos educacionais existentes no País.

A política educacional do Governo procura assim prestigiar o trabalho universitário e o de alta especialização. O respeito à autonomia universitária e ao livre desenvolvimento da cultura superior orienta os seus propósitos, pois se há uma lição a tirar dos acontecimentos contemporâneos é a de que uma Nação moderna só pode sobreviver na medida em que a sua produção intelectual mantiver um padrão de qualidade superior, o que só se pode obter num clima de liberdade de pensamento e de pesquisa.

O ensino secundário foi objeto de providências eficazes, como a simplificação dos programas, que a prática do ensino vinha indicando ser indispensável. Independentemente de uma reforma legislativa de fundo, no sistema de ensino secundário, foi possível realizar um desbastamento prudente nas diversas matérias, remediando o excesso de conteúdo que sobrecarregava a mente dos

ENSINO  
SECUN-  
DÁRIO

estudantes. Esse trabalho foi cometido à instituição mais indicada para realizá-lo: O Colégio Pedro II, nosso colégio padrão. A experiência do próximo período letivo exprimirá o acerto da medida, que visou à adaptação do currículo à capacidade mental dos jovens, aos quais importa menos acumular noções numerosas e exaustivas do que assimilar idéias fundamentais mais sòlidamente meditadas.

Cuidou-se, ainda, do desdobramento do Externato do Colégio Pedro II, na Capital da República, para instalação de novas seções nas zonas norte e sul da cidade. No presente ano deverão ser instaladas as novas dependências daquele estabelecimento, ampliando, assim, o Governo Federal sua assistência aos estudantes pobres desta Capital. A nova dependência, na zona sul, terá, êste ano, capacidade para admitir 700 alunos, número que em 1953 poderá ser elevado para 1.500. A dependência na zona norte da cidade poderá ministrar o ensino secundário, já no corrente ano, a 2.000 estudantes.

É importante consignar que êsse empreendimento foi planejado sem aumento dos recursos globais previstos para o Ministério da Educação e Saúde.

Além disso, tiveram prosseguimento as obras do novo edifício do Internato do Colégio Pedro II, edifício que, quando concluído, terá capacidade para admitir o triplo dos estudantes que atualmente ali recebem instrução secundária.

Outrossim, com o objetivo de dotar o Colégio Pedro II de prédios e instalações modernos, condignos com a sua condição de colégio padrão, foi dado andamento ao projeto de construção do edifício-sede do Externato, no local onde atualmente funciona, prosseguindo-se nas desapropriações dos imóveis enumerados no Decreto n.º 20.552, de 24 de janeiro de 1946.

O Governo Federal incrementou, no ano de 1951, a orientação e fiscalização dos estabelecimentos particulares de ensino e incentivou a expansão dos educandários de grau médio, podendo registrar o funcionamento de 78 novos ginásios, que performam, assim, o número de 1.660 estabelecimentos de ensino secundário.

Estuda-se a criação de bôlsas de estudo para o ensino secundário em todo o território nacional. O Decreto n.º 29.396, de 27 de março de 1951, estabeleceu a gratuidade do ensino dêsse tipo, ideal que cumpre buscar sem desfalecimento. É dever do Estado

proporcionar à população o acesso gratuito ao ensino secundário e, na falta de instituições disseminadas convenientemente por todo o território do País, cumpre-lhe incentivar por todos os modos, principalmente com as bolsas de estudo, a aspiração dos que, menos favorecidos, se mostram, entretanto, capazes de ultrapassar a instrução primária adquirida. A ascensão das massas aos bens da civilização material deve ser acompanhada de uma elevação correspondente de seu nível de educação, pois disso dependem o equilíbrio e a harmonia de sua integração social.

A assistência ao estudante tem merecido especial atenção dos poderes públicos. A instalação de um restaurante estudantil no Distrito Federal e a criação de uma rede de cooperativas, tão eficaz em outros setores, encontra no domínio escolar excelente campo de aplicação. Com um sistema cooperativo bem organizado, são colocados à disposição do estudante, a preços acessíveis, os livros e todo o material escolar de que necessita, e ao mesmo tempo se estimula o senso de solidariedade e cooperação tão importante, hoje mais do que nunca, na formação das novas gerações.

No setor do ensino primário, continuou o Governo Federal a prestar sua contribuição, hoje indispensável, para a solução do grave problema da educação de nossas massas, especialmente as rurais, promovendo convênios com os Estados, para auxiliar a construção de prédios escolares e escolas rurais, além do crescente esforço nos cursos de atualização e aperfeiçoamento dos professores primários.

ENSINO  
PRIMÁRIO  
E ENSINO  
NORMAL

As estatísticas revelam a existência, nas zonas rurais do País, de uma população de quase dois milhões e meio de crianças de 7 a 11 anos que não são atingidas ou atraídas pelo sistema escolar, que não buscam a escola, ou, se o fazem, encontram, na deficiência de instalações adequadas, o empecilho para a matrícula.

De norte a sul, nas grandes cidades ou nos centros de fraca densidade demográfica, nos núcleos industriais ou nas regiões agropastoris, nas zonas de colonização ou fronteiriças, a população em idade escolar não é absorvida pela rede do sistema oficial ou particular. Fica, assim, de ano para ano, apesar dos esforços dos educadores e administradores, aumentado o contingente de crianças que fazem parte do que se chama, usualmente, de "deficit escolar",

ou seja, a massa de alunos que não encontra oportunidade para aprender a ler, escrever e contar.

Somando-se os dados referentes ao País inteiro, temos, num cálculo muito otimista, cerca de seis milhões de crianças em idade escolar, das quais talvez apenas a metade tenha conseguido matricular-se. Há, portanto, um "deficit" — que precisa ser progressivamente anulado.

Certamente, a existência de um sistema escolar que possa obrigar toda a população infantil será conseqüência da solução de múltiplos problemas que nos afligem: transportes, saneamento, irrigação, fomento à agricultura, imigração. Assim, a supressão do "deficit" exigirá simultaneamente a inversão de bilhões de cruzeiros no reaparelhamento dos transportes e vias de comunicações, no saneamento das zonas derrotadas pela malária e verminoses, no fomento da produção das utilidades fundamentais à vida.

De outro lado, verifica-se ser praticamente impossível, ainda que teoricamente defensável, que os Estados resolvam dentro de seus reduzidos recursos orçamentários, a grave situação em que se debate o ensino primário brasileiro. Sem prédios adequados, sem professorado tecnicamente habilitado, sem material escolar, será difícil o encaminhamento de uma solução.

Verifica-se, ainda, que há Unidades Federadas que não atendem teoricamente a 75% de sua população em idade escolar; outras apresentam "deficit" teórico entre 60 a 70%, bem poucos Estados apresentam "deficit" inferior a 50%. A verdade é que o quadro é realmente desolador, no que diz respeito ao ensino primário.

Será preciso, além disso, não deixar que os dados percentuais possam iludir. Os números absolutos são bem mais expressivos e demonstram o verdadeiro panorama da situação: Minas Gerais, por exemplo, teoricamente, apresenta quase 400 mil crianças fora das escolas; a Bahia, mais de 400 mil; Pernambuco, mais de 200 mil; Ceará e São Paulo, cerca de 200 mil cada um.

Para análise do movimento de matrícula pelos municípios, verifica-se que a situação é bem séria e exige tempo e grande soma de recursos para o encaminhamento de solução apenas satisfatória. Contribui para isso, entre outros fatores, a fraca densidade demográfica de, pelo menos, 500 municípios. É exemplo frisante o fato de 20 deles apresentarem "deficit" superior a 90%: isto é, mais de 90% das crianças em idade escolar não estão matriculadas no curso primário; em 142 municípios, esse "deficit" varia de 80 a

90%; em 245, oscila entre 70 e 80%; em 220, entre 60 a 70%; em 180, entre 50 a 60%; e abaixo de 50%, contamos 675. Sobre os demais, faltam elementos.

Pelo exame da matrícula escolar, chega-se à conclusão de que a zona rural, por onde se distribuem cerca de 30 milhões de brasileiros, está sofrendo uma acentuada crise de assistência educacional. Com efeito, apenas 38% das crianças matriculadas no curso primário pertencem às zonas rurais, enquanto cerca de 70% das crianças brasileiras ali se encontram.

Tudo isso é, em parte, reflexo da carência de prédios escolares adequados e da falta de professores habilitados, para aludirmos apenas a dois importantes aspectos. De acordo com um inquérito realizado há pouco pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, ficou apurado que dos 28.302 prédios escolares destinados ao ensino primário apenas 4.927 pertencem aos poderes públicos, e desses somente 70% foram construídos especialmente para fins escolares. Mais ainda: 360 municípios não dispunham, até bem pouco, de um único prédio especialmente construído para o ensino primário.

Bem significativa é a precária situação do professorado primário. Dos 78.000 professores em exercício em 1943, 31.000 não possuíam formação adequada. Nessa época, não eram portadores de diplomas de normalista 90% dos professores do Território do Acre, 74% de Santa Catarina, 65% do Rio Grande do Sul, 60% do Paraná, 59% do Maranhão, 58% do Pará, 57% do Rio Grande do Norte, 56% de Goiás e Ceará, 54% de Pernambuco, 51% do Piauí e Paraíba, 49% do Espírito Santo e 43,5% de Alagoas.

Para enfrentar a situação, o Ministério da Educação e Saúde, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, está com a responsabilidade de fazer executar um plano de ampliação da rede de ensino primário e normal e de aperfeiçoamento do professorado, em cursos locais e no Distrito Federal, através de acordos fixados com os Estados.

A ampliação da rede escolar é tarefa da maior importância. É imprescindível seja estabelecida a base física do sistema escolar primário.

A localização dos prédios tem sido objeto do maior cuidado, a fim de que os benefícios dessa nova política educacional se façam sentir sobretudo nos núcleos rurais. O tipo de construção obedece às condições de clima e oferece a singularidade de possuir cada um

dêles, contígua, a residência da professora, dotada de recursos modernos.

O regime de distribuição dessas escolas abrange não apenas a população rural brasileira, mas os habitantes das zonas de fronteiras e de colonização. Para os colonos estrangeiros, a escola apresenta características diferentes, baseando-se no grau de cultura e peculiaridade técnicas do alienígena. Mas a nacionalização do ensino é o objetivo visado.

O planejamento, além das escolas propriamente ditas, inclui, por outro lado, a construção de grupos escolares, muitos dos quais já se acham em adiantada fase de construção.

Mas todo esforço para desenvolver e aperfeiçoar a educação primária não produzirá, certamente, os efeitos desejados se, ao mesmo tempo e com igual intensidade, a administração não promover as medidas que procurem tornar o ensino normal capaz de influir poderosa e eficazmente na mentalidade dos novos professores.

Muito pouco valerão programas novos e guias didáticos para o professorado; reduzida influência terá o material pedagógico abundante; escassa penetração terão as portarias e comunicados sobre as modernas técnicas de ensinar; raramente produzirão efeitos práticos os regulamentos e as leis que disciplinem as normas dentro das quais se processará o movimento educacional, sem o magistério. Se não houver a participação ativa do professor que corporifique e traduza as concepções básicas da reforma, tôdas as tentativas, certamente, não passarão de meros acidentes na história da educação de um povo. Todavia, não basta lutar pela formação de novo pessoal docente. É preciso que não seja descurado o aperfeiçoamento do magistério existente, a fim de que ele seja também conclamado a participar do movimento reformador.

Dentro dessa ordem de idéias, o Ministério da Educação e Saúde procura, no momento, auxiliar a ampliação da rede de ensino normal com a construção de 45 novas escolas, distribuídas pelo interior, nas zonas desservidas.

Para a melhoria dos padrões didáticos existentes, o aludido Ministério iniciou o trabalho dos Guias Didáticos para o Ensino Primário e em breve publicará os seus resultados para a orientação do professorado.

Intensificou-se a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos Analfabetos, que, como nos anos anteriores, vem sendo realizada segundo o plano estabelecido, mediante acôrdos interadministrativos celebrados com os Estados, os Territórios e o Distrito Federal.

*Campanha de  
Educação de  
Adultos*

Na conformidade dos acôrdos firmados, foi feita a distribuição dos auxílios em um total de Cr\$ 43.952.115,00, dos quais . . . . Cr\$ 9.998.100,00 correram à conta da verba orçamentária específica e os restantes Cr\$ 33.954.015,00 à conta da quarta-parte do Fundo Nacional do Ensino Primário.

Obrigaram-se os Estados, os Territórios e o Distrito Federal a instalar o maior número possível de cursos na zona rural dos municípios, tendo em vista que, por menos favorecida comumente na distribuição da escola primária, deveria tal zona apresentar maior número de adolescentes e adultos sem instrução.

No ano de 1951, foi elevado para 17.000 o total dos cursos de educação de adultos, sendo mantida, dessa forma, a progressão ascendente do número de cursos, que vinha sendo observada desde o comêço da Campanha.

Com o fim de se debaterem e ficarem bem esclarecidos os objetivos e os processos da Campanha, em tôdas as minúcias, bem como para exame e discussão de particularidades apontadas pela experiência adquirida no desenvolvimento dos trabalhos de educação de adultos, têm sido promovidas, antes do início de cada ano letivo, reuniões de delegados dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. Em 1951, realizou-se a V Reunião dos Delegados.

Para os trabalhos da Campanha, a produção das publicações de ensino editadas atingiu, em 1951, a 1.011.010 exemplares.

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) ofereceu, no ano findo, 100.000 exemplares de números de seu jornal — "Leitura de Todos", para serem distribuídos pelos Serviços de Educação de Adultos dos Estados e Territórios.

No processo de industrialização de países novos, não é só a mobilização crescente de capitais nacionais e estrangeiros que constitui providência de primeiro plano. E' igualmente essencial a formação paralela de técnicos de nível superior e médio e o treinamento de operários qualificados.

ENSINO  
INDUS-  
TRIAL

A experiência de países fortemente industrializados é a de que mais de 70% desse tipo de trabalhadores são preparados no próprio trabalho, durante a produção fabril.

Também tem sido essa a tradição entre nós, dada a contingência do emprêgo precoce de menores, à busca de um pequeno salário para ajuda do orçamento de suas famílias, em geral muito pobres.

Todavia, mesmo em países muito evoluídos, a aprendizagem no trabalho não exclui uma parte de ação escolar de tempo parcial, realizada em concomitância com o exercício do emprêgo.

Tendo em vista êste quadro de necessidades imperiosas, foi criado, em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), como organismo sistematizador da aprendizagem.

A natureza da função desse aparelho, destinado a agir na intimidade do processo industrial, pelas formas mais diferentes, para atender à imensa variedade de necessidades e situações da produção fabril, e entrosado na função tipicamente privada dos empregadores de contratar o trabalho de operários e menores aprendizes, implicou dar-lhe condição de autonomia e de entregar o seu custeio e a sua administração às próprias entidades industriais.

Ao atingir dez anos de experiência dêste sistema, parece inquestionável o acêrto dessa política.

Nesse período, tornou-se possível ao SENAI, graças à sua plasticidade, a execução de um plano de 91 escolas de tipo industrial, que cobre todo o País, alcançando sua matrícula 19.353 alunos.

Tais unidades se acham localizadas, em maior número, nos núcleos industriais mais densos, como é natural. Assim é que 20 escolas estão no Estado de São Paulo, 13 no Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro, 9 no Estado de Minas Gerais, 8 no Rio Grande do Sul, 5 no Paraná e Santa Catarina e 5 no de Pernambuco.

Entretanto, todos os demais Estados já possuem, pelos menos, uma unidade escolar do SENAI, com exceção apenas dos Estados do Amazonas e Piauí, onde se processam, no momento, entendimentos para construção dos seus prédios próprios.

Os investimentos em prédios e equipamentos em tôdas essas escolas ascendem ao montante de Cr\$ 337.837.180,10. Algumas dessas unidades situam-se entre as de maior porte no continente sul-americano.

Paralelamente a êsse movimento, promoveu o SENAI trabalho de grande envergadura, que foi o de preparar uma grande equipe de professores, de instrutores e de administradores especia-

lizados em ensino industrial, o que é de fundamental importância, tendo-se em vista tratar-se de tarefa lenta e paciente, a reclamar muitas vezes o encaminhamento de homens ao estrangeiro para um treino custoso e difícil.

Diferentes cursos industriais, em número de 57, foram organizados e acham-se em funcionamento, para a maioria dos quais teve a instituição de elaborar e imprimir material didático, constante de livros, cadernos de classe e desenhos de oficinas, inteiramente adaptados às condições peculiares do operário brasileiro.

Possui, agora, o País uma estrutura de treinamento de mão-de-obra de grande valor, reiteradamente louvada por autoridades e especialistas estrangeiros, como uma das realizações mais adequadas e oportunas para o desenvolvimento de países em fase de industrialização.

Certamente, foi com base nesse julgamento que o programa de assistência técnica da ONU deliberou enviar cem professores, instrutores e administradores de países latino-americanos para um ano de estágio no SENAI. A matéria foi objeto de acôrdo assinado em novembro do ano findo, no Ministério das Relações Exteriores, entre a Organização Internacional do Trabalho e o Governo Federal.

E' legítimo afirmar que está o Brasil em condições de alargar gradualmente as suas possibilidades de preparo dos nossos homens num dos setores mais importantes de criação de riqueza, com base na aparelhagem que construiu pertinazmente nestes dez anos.

A criação de cursos de curta duração, em projeto nas escolas do SENAI, e a implantação de uma política de bôlsas para os jovens operários que devem realizar cursos de duração mais longa, constituirão dois métodos valiosos para essa política de expansão.

A fim de melhorar os equipamentos e as instalações dos estabelecimentos de ensino industrial, da rede federal, foi realizada distribuição de maquinaria para as oficinas de dezessete escolas, na importância de Cr\$ 7.999.998,00, ou seja, o total da dotação orçamentária.

Foram prosseguidas as obras de construção de novos prédios escolares e de ampliação de reparo de escolas, numa despesa total de Cr\$ 21.403.222,10.

Prestímosa colaboração vem sendo prestada pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial ao Ministério de Educação e Saúde, mediante a promoção de viagens, aos Estados

*Réde  
Federal de  
Ensino  
Industrial*

Unidos, de professores e técnicos e o fornecimento de instalações e equipamentos importados daquele País.

O plano para 1952 traduz o propósito de assegurar maior rendimento anual das escolas, no que se refere à formação de artífices e técnicos e, entre outras, prevê as seguintes providências: a) elaboração de programas de cultura geral perfeitamente entrosados com as oficinas; b) instituição dos Conselhos Consultivos da Indústria nas Escolas, para melhor conhecimento das necessidades da mão-de-obra e meios de satisfazê-las; c) instalação de serviços de orientação educacional nas Escolas, a iniciar-se em abril; d) realização de cursos intensivos na Escola Técnica Nacional, para aperfeiçoamento de mecânicos de automóvel, radiotécnicos, eletricitas e carpinteiros navais, com alunos recrutados dentre os diplomados nas várias escolas oficiais do País; e) realização de cursos itinerantes para professores das escolas da rede; f) concessão de prêmios de estágios nas fábricas para os melhores alunos dos cursos técnicos.

ASSISTEN-  
CIA EDU-  
CACIONAL  
A CEGOS E  
AMBLÍO-  
PES

O Instituto Benjamin Constant é o educandário nacional para cegos e amblíopes, mantido pelo Governo Federal.

Sua finalidade é ministrar a menores cegos e amblíopes, de ambos os sexos, nas idades entre 14 e 16 anos, educação compatível com as suas condições peculiares; promover a educação pré-escolar dos alunos; manter cursos para reeducação de adultos cegos e amblíopes; habilitar professores na didática especial de cegos e amblíopes; realizar pesquisas médico-pedagógicas relacionadas com as anomalias da visão e com a prevenção da cegueira; e promover, em todo o País, a alfabetização de cegos ou orientar tecnicamente esse trabalho, colaborando com estabelecimentos congêneres, estaduais ou locais.

O Instituto Benjamin Constant desenvolveu, no ano de 1951, intensa atividade, avultando a inauguração do Ambulatório de Prevenção da Cegueira (Clínica de Olhos).

Foram atendidos 1.821 pessoas, portadoras de moléstias oculares, e realizaram-se 160 operações oculares, sendo examinadas no Ambulatório tôdas as pessoas desprovidas de recursos, os funcionários do Ministério da Educação e Saúde, encaminhados pela Seção de Assistência Social, e os alunos da Universidade do Brasil. Do primeiro grupo foram numerosos os doentes provenientes do interior, e muitos internados no Instituto para possibilitar o seu tratamento, com o que foram evitados vários casos de cegueira.

No momento, são praticadas tentativas de tratamento cirúrgico pela simpatectomia periarterial da carótida primitiva e da carótida interna, nas atrofias do nervo ótico e nas uveítes rebeldes a todo tratamento. É de salientar que, pela primeira vez no mundo, tal operação é realizada com essas indicações.

Levaram-se a efeito, com bons resultados, experiências com histoterapia.

Aguarda o Instituto os meios necessários para a instalação, ainda este ano, do Banco de Olhos, que é uma necessidade urgente, dada a alta percentagem existente de lesões córneas, em que há indicação de queratoplastia.

Ministraram-se cursos para médicos, acadêmicos de medicina e enfermeiras. Organizou-se um Curso de Higiene Ocular destinado a professores e assistentes sociais, o qual foi freqüentado por 40 pessoas.

Foram, periodicamente, examinados os alunos da Classe de Conservação da Visão, tendo sido controlada cuidadosamente a sua acuidade visual.

O ensino regular foi ministrado nos seguintes cursos: Jardim de Infância, Adaptação à 1.<sup>a</sup> Série, Primário Elementar, Primário Complementar, Ginásial, Musical e Profissional, tendo a matrícula atingido um total de 233 alunos.

Aos alunos da Classe de Conservação da Visão, matriculados nas diversas séries do Curso Primário, foram ministradas as várias disciplinas constantes do programa, no quadro negro, oralmente e em caderno de côr apropriada, com caracteres ampliados, a fim de lhes ser poupada a visão.

A Imprensa Braille, que é a imprensa do cego no Brasil, além de haver atendido às necessidades do Instituto Benjamin Constant, durante o ano de 1951, quanto ao fornecimento de livros para diversos cursos, prestou considerável cooperação a estabelecimentos congêneres e a entidades assistenciais. A Imprensa Braille produziu 32 volumes. Foram fornecidos 2.496 livros aos Estados de Amazonas, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e ao Distrito Federal.

O Governo, através dos seus órgãos especializados, procurou CULTURA estimular as atividades culturais no País.

*Museu de  
Arte  
Moderna*

Atendendo à necessidade de contribuir para propagar e apurar o conhecimento público das manifestações de maior importância ocorridas na esfera das artes plásticas contemporâneas, o Governo Federal autorizou o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro a utilizar parte do pavimento térreo do edifício do Ministério da Educação e Saúde para sede temporária da referida instituição, uma vez que fôsse incumbido de elaborar o projeto da adaptação desejada o principal arquiteto do próprio edifício do Ministério.

A construção foi realizada sob fiscalização cuidadosa dos órgãos competentes da Administração e, embora fôsse obra permitida, apenas, a título precário, teve execução esmerada, constituindo a sua inauguração acontecimento cultural de grande relevância, pelo interesse extraordinário que o público de todas as camadas sociais manifestou em face das obras de arte moderna ali em exposição.

Por tal forma, o Governo procura estimular o surto artístico do país, nas suas expressões mais livres e vigorosas.

*Semana de  
Arte  
Moderna*

O Governo participará das comemorações da Semana de Arte Moderna, tendo sido programado, para tanto, a realização de conferências e de uma exposição retrospectiva sobre importante fasto, bem como a publicação de uma antologia do Modernismo.

*Exposições*

Na Biblioteca Nacional foi realizada a "Exposição Bibliográfica Anual".

Em seguida à exposição organizada em homenagem a Sílvio Romero, comemorativa da passagem de seu primeiro centenário, foi estabelecido pela direção da Biblioteca Nacional um programa de exposições periódicas, com sentido educativo e cultural, que obteve o melhor êxito possível, atraindo para a Biblioteca Nacional milhares de pessoas.

As exposições desse caráter foram as seguintes: "Encadernações Antigas", de 4 a 30 de junho; "Gravuras do Rio Antigo", de 10 de julho a 15 de agosto; "Usos e Costumes do Brasil Colonial e Imperial", de 4 de setembro a 12 de outubro, e "O Livro através dos Tempos", de 16 de novembro a 15 de dezembro.

O Museu Nacional organizou a Exposição Comemorativa do Centenário de Nascimento de Orville Derby, constituída de recortes de jornais e revistas, mapas geológicos e trabalhos carto-

gráficos de autoria do homenageado ou relacionados com suas atividades científicas, manuscritos originais de trabalhos seus, e rochas e fósseis das coleções que êle próprio reuniu.

Além da exposição comemorativa do centenário de Orville Derby, o Museu abriu ao público a sua sala de etnografia regional e organizou a Exposição Nacional de Folclore, que se realizou na sua própria sede.

A frequência pública às duas exposições elevou-se a 217.222 pessoas, no ano de 1951.

Tôdas essas iniciativas mereceram irrestritos encômios dos meios intelectuais e artísticos, da imprensa, que deu a melhor receptividade a cada uma delas, e, também, de inúmeros visitantes, através de manifestações, às vêzes calorosas, consignadas nos livros de presença.

O Instituto Nacional do Livro, no desempenho das suas atividades específicas, incentivou a organização e auxiliou a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

Estão registradas no Instituto 5.781 bibliotecas, tendo sido registradas, em 1951, o total de 329.

Fêz o Instituto a doação de 106.416 volumes às bibliotecas registradas. Prosseguindo no programa de assistência técnica, executado por bibliotecários itinerantes, o Serviço foi estendido, em 1951, a novas regiões e foram renovadas visitas a outras, desde que se fizeram necessárias. Os bibliotecários incumbidos dessa missão ministraram ensinamentos sôbre questões de biblioteconomia, o que redundou em inestimáveis progressos para as bibliotecas do interior do País.

Em 1951, teve prosseguimento o Curso Permanente de Biblioteconomia de Belo Horizonte, que formou 36 novos bibliotecários, tendo sido, também, ministrado um curso intensivo em Alagoas, para 68 alunos. Nesta Capital, a assistência técnica tem mantido colaboradores junto à Biblioteca Infantil Carlos Alberto e às bibliotecas do Serviço Nacional de Teatro e da União das Operárias de Jesus, com o objetivo de bem organizá-las.

O Instituto Nacional do Livro, pela sua Secção de Publicações, apresentou ao público brasileiro edições, a preços módicos, de obras que visam a assegurar ao maior número de brasileiros o acesso às fontes de aperfeiçoamento cultural.

Prosseguiu o Instituto Nacional do Livro na elaboração e publicação das obras das coleções constituídas do Dicionário da

*Instituto  
Nacional  
do Livro*

Língua Nacional e seus anexos, e das contribuições para a Enciclopédia Brasileira.

*Patrimônio  
Histórico  
Artístico  
Nacional*

Para a efetiva proteção ao acervo de arte e da história do País, foram realizadas atividades diversas. Os trabalhos mais importantes, para efeito do inventário sistemático dos bens de valor histórico e artístico existentes, foram os empreendidos tendo-se em vista o acervo arquitetônico do Maranhão. No tocante à proteção de arquivos de interesse para a História Nacional, as medidas adotadas beneficiaram os Estados de Goiás e Minas Gerais. Relativamente a pesquisas e estudos para a história das artes plásticas no Brasil, os trabalhos mais numerosos e desenvolvidos se realizaram em proveito do patrimônio artístico da Bahia e Minas Gerais.

Foram realizados serviços de reparação e restauração em benefício de monumentos e obras de arquitetura de valor histórico e artístico nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás, no Território de Guaporé e no Distrito Federal, perfazendo um total de 93 edificações reparadas e restauradas. Foram beneficiadas pinturas antigas sobre tela, aquarelas, desenhos e estofamentos de imagens.

Para preservar a integridade dos conjuntos arquitetônicos tradicionais, efetuaram-se obras de reparação, restauração e reconstrução em prédios de diversas Unidades da Federação.

Tiveram prosseguimento os trabalhos de preparação e organização dos museus localizados em Salvador, Florianópolis, Caeté, São João del Rei, Diamantina, Sêrro e Goiás, para utilização adequada dos próprios-nacionais de valor histórico e artístico.

Tendo em vista a elaboração de leis supletivas e a organização de serviços, estudos e auxílios para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, foram preparados anteprojetos de convênios com os Governos dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Editaram-se duas monografias ilustradas sobre monumentos de arte tradicional brasileira, estando no prelo mais dois volumes e diversos outros já preparados para publicação.

Para o aperfeiçoamento do sistema de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, consubstanciado no Decreto-lei nú-

mero 25, de 30 de novembro de 1937, e em leis subseqüentes, estudos vêm sendo feitos para a sugestão, entre outras, das seguintes medidas: 1.º) disposições expressas sobre o tombamento de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, notadamente quanto à situação jurídica suscitada pelo número considerável de proprietários interessados na medida, como é o caso das cidades coloniais; 2.º) instituição de categorias diferentes de tombamento, à vista do caráter ou significação nacional, regional ou local de que podem revestir-se os bens tombados; 3.º) estabelecimento de critério mais rigoroso para aplicação nos casos de destruição, demolição, mutilação ou restauração indevida de coisa tombada, substituindo-se a multa de 50% do dano, ora cominada, pela obrigação de se recompor a coisa; 4.º) estabelecimento expresso da obrigação, que deve caber ao proprietário, de zelar pela coisa tombada, conservando-a convenientemente e custeando as obras necessárias para tal fim, sempre que dispuser de recursos para tanto; 5.º) redução ou isenção de impostos e taxas que incidam sobre o bem tombado, como justa compensação aos ônus do tombamento.

O Museu Nacional, órgão integrante da Universidade do Brasil, desenvolveu profícuas atividades, no ano de 1951.

*Museu  
Nacional*

Realizou excursões de pesquisa arqueológica (sambaquis) em Santa Catarina, onde coligiu numerosos ossos humanos e artefatos, bem como copiosa documentação sobre a origem artificial de tais jazidas.

Foi feita uma excursão no Vale do Rio Negro, recolhendo-se dados sobre a vida de populações regionais, e, ainda, nova excursão à região do Xingu, onde foram levantados dados físicos sobre os indígenas e coletados artefatos de valor etnográfico.

Progrediram os trabalhos de revisão do herbário geral, hoje reconhecido como de importância internacional. Os 23 herbários existentes foram unificados, segundo as modernas técnicas de administração de herbários.

Nova orientação se imprimiu à organização do herbário de musgos, algas, líquens e cogumelos. Até a presente data, foram arrumados cerca de 3.000 briófitos, a maioria dos quais teve suas etiquetas reconstituídas através de pesquisas bibliográficas.

Todos os tipos existentes nos diversos herbários estão sendo retirados a fim de constituírem uma coleção à parte, que será objeto de especiais cuidados.

Como trabalhos de campo foram feitas duas excursões científicas à região de Cabo Frio, com duração de um mês, e à Serra da Bocaina, pelo espaço de mês e meio, além de inúmeras outras de pequena duração.

A biblioteca departamental foi planejada e acha-se em organização.

No setor de documentação foram organizados os serviços seguintes: arquivo geral; arquivo de fotografias; fichário de endereços de especialistas, atualmente com cerca de 4.000 fichas; fichário de endereços de instituições científicas, a fim de permitir o estabelecimento de intercâmbio, atualmente com cerca de 5.000 fichas; fichário bibliográfico, por ordem alfabética de autores; fichário bibliográfico, por ordem alfabética de assuntos; arrumação de fichário Gray, com cerca de 200.000 fichas; fichário de endereços de editoras e livrarias de obras raras; fichário da flora conhecida para as restingas fluminenses; arquivo de separatas e arquivo de manuscritos.

Completaram-se cinco manuscritos para serem publicados; diversos outros, inclusive um glossário ecológico, um manual de excursões e um manual de coleta, acham-se em preparo.

#### *Cinema Educativo*

O Instituto Nacional de Cinema Educativo procedeu a um estudo minucioso das condições econômicas, técnicas e artísticas do cinema nacional, tendo em vista a adoção de medidas que possam ser postas em prática para ampliar a legislação de amparo ao cinema nacional.

Promoveu o Instituto exposições públicas de sessões cinematográficas, com o fim de elevar o nível cultural da população da Capital da República. Essa atividade foi realizada em articulação com outras entidades que possuíam filmotecas, inclusive com a indústria do cinema nacional e estrangeiro, na base de colaboração gratuita.

Em acôrdo com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foram promovidas exposições nos núcleos residenciais de trabalhadores, fornecendo semanalmente o Instituto um filme técnico ou cultural, como complemento dos programas organizados pelo Serviço de Recreação e Assistência Cultural do Ministério.

A filmoteca do Instituto, que possui, presentemente, 789 originais, foi enriquecida, em 1951, com 21 filmes.

O Instituto forneceu filmes a 786 estabelecimentos de ensino de diversos Estados.

Procurou, ainda, o Governo estabelecer condições para o progresso da iniciativa privada no setor da arte e da indústria cinematográficas.

*Indústria Cinematográfica*

Neste sentido, assinei o Decreto n.º 30.179, de 19 de novembro de 1951, determinando que todos os cinemas existentes no País ficassem obrigados a exhibir filmes nacionais de longa metragem, na proporção mínima de um nacional por oito estrangeiros.

Esta medida, vigente, aliás, na maioria dos países, representa, sem dúvida, um poderoso estímulo ao desenvolvimento da cinematografia nacional.

Ao mesmo tempo, incumbiu o Governo a um grupo de técnicos, reconhecidamente competentes, elaborar os estudos necessários ao maior aperfeiçoamento técnico e artístico da produção cinematográfica brasileira.

Atendendo à necessidade de disciplinar a legislação existente sobre os serviços de radiocomunicações e radiodifusão, baixou o Governo a regulamentação provisória contida no Decreto número 29.783, de 19 de julho de 1951, que, em grande parte, apenas codificou a matéria dispersa, desde 1931, em atos do Executivo e portarias ministeriais. O assunto será estudado cuidadosamente, tendo em vista principalmente o caráter educativo dos serviços radiofônicos e a própria segurança do Estado, pela Comissão de Estudos do Plano Geral de Radiocomunicações, que breve será constituída e que se incumbirá de elaborar o projeto de Código Brasileiro de Radiodifusão e Radiocomunicações. A necessidade de reunir em único diploma os preceitos que devem orientar esses serviços impunha, ao mesmo tempo, a criação de um órgão atuante que fizesse cumprir esses dispositivos. Daí os novos poderes concedidos à Comissão Técnica de Rádio, onde estão representados os Ministérios militares e o da Viação e Obras Públicas e que, apesar de administrativamente subordinada a esta última Secretaria de Estado, passou a obedecer à orientação direta do Presidente da República.

*Radiodifusão*

A Comissão Técnica de Rádio foram atribuídos poderes que a transformaram de órgão apenas consultivo em aparelho capaz

de manter a vigilância cuidadosa sobre os serviços de radiodifusão, zelando pela sua finalidade essencial que é a de levar aos recantos mais longínquos do território nacional a maior parcela possível de conhecimentos úteis. O crescimento do número de estações brasileiras de radiodifusão, hoje mais de trezentas em pleno funcionamento, provocou o congestionamento da distribuição das freqüências, agora passível de metodização racional com o organismo que as supervisiona.

O caráter precário que rege as concessões e permissões para exploração comercial das atividades radiofônicas proporciona ao Governo, a exemplo do que ocorre em outros países, os poderes necessários para intervir nessas atividades, sempre que o aconselhem a segurança do Estado ou o dever de preservar as características de moral elevado que devem orientar as programações.

O amplo debate provocado pelo Decreto n.º 29.783, que veio contrariar interesses mercantilistas dos que procuravam auferir vantagens conseguidas por intermédio de favores officiosos, demonstrou, ao final, conforme exposições feitas pelos líderes do Governo em ambas as Casas Legislativas, a oportunidade e o acerto da medida. Em cotejo com a legislação estrangeira, as nossas leis apresentam-se, neste ponto, talvez excessivamente benevolentes. Tanto é o cuidado de alguns povos ao disporem sobre esse assunto, que reservam, como o sabem todos, a exploração direta dos serviços de radiodifusão exclusivamente ao Estado.

A fim de dar maior plasticidade, e mesmo estímulo, às iniciativas que visem à organização de estações radiodifusoras nos pequenos centros urbanos, dispõe a regulamentação provisória que o Ministério da Viação e Obras Públicas pode outorgar, por portaria, autorização para o seu funcionamento, desde que a potência não exceda 250 "watts", constando, no entanto, do contexto, menção expressa da autorização do Chefe do Governo. Independentem, por outro lado, de autorização prévia do Presidente da República a permissão para montagem de estações de radioamadores, que tantos serviços podem prestar à Nação, inclusive pela formação de uma reserva de técnicos neste setor.

Vem o País dando cabal e completo cumprimento às obrigações assumidas nas assembléias internacionais a que estivemos presentes, já estando ratificado o convênio sobre a distribuição de altas freqüências (ondas curtas) estabelecido na Conferência de

Atlantic City, de 1946. Uma delegação nacional enviada à Conferência de Genebra visou à complementação do temário discutido em 1946.

Vem procurando o Governo proporcionar facilidades à expansão dos serviços de televisão, ainda incipientes entre nós, mas de alcance imprevisível. Pelos estudos realizados pela Comissão Técnica de Rádio, dispõe o Brasil de aproximadamente 80 canais para essas irradiações, que poderão ser duplicadas em dois anos, conforme deixam prever os recentes progressos da técnica.

O Serviço Nacional de Teatro aplicou as suas dotações orçamentárias em concessões de auxílios financeiros a companhias teatrais e a grupos de amadoristas, em realizações de caráter cultural, como congressos, conferências e publicações, e no desenvolvimento do ensino dramático.

Teatro

Por outro lado, ajudou, amparando de forma concreta, a Casa dos Artistas, como sociedade beneficente dos trabalhadores do palco e a outras instituições, onde se congregam os que têm vivido das atividades do Teatro.

Em 1951 foram distribuídos auxílios, no total de Cr\$ ..... 2.000.000,00, a 45 entidades.

Para que o programa de realização tivesse base objetiva e se apoiasse em normas impessoais, foi, em abril de 1951, instituído o Conselho Consultivo do Teatro, como órgão que, a par de sua feição técnica, representasse o pensamento da classe teatral e de seus interesses mais imediatos.

O Conselho Consultivo do Teatro prestou colaboração em iniciativas de alta relevância, propondo medidas úteis ao desenvolvimento do Teatro, como veículo de educação das massas e estímulo aos que cuidam da arte dramática e dela vivem, como profissionais.

Cuidou-se da expansão do teatro por todo o território nacional, tendo-se criado nos Estados delegações do Serviço Nacional do Teatro, com o objetivo de incentivar a arte dramática, descobrindo valores e apoiando, material e moralmente, vocações decididas para as atividades do palco.

Em acôrdo com a Secretaria da Educação da Bahia, passou à orientação e jurisdição do Serviço Nacional de Teatro, o Teatro da Escola Normal de Salvador, havendo já entendimentos ao mesmo sentido com a Prefeitura de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

## TRABALHO

Sendo a paz social um dos objetivos básicos do programa político do meu Governo, os órgãos administrativos mais responsáveis diretamente pelo trato dos problemas do trabalho foram objeto da minha constante atenção.

Ao iniciar-se o novo Governo, farta era a safra de problemas resultantes das relações de trabalho que estavam a exigir uma ação mais objetiva e imediata, sendo, entretanto, notória a ausência da ação dos órgãos governamentais especializados, em relação aos aspectos mais cruciantes da situação das classes obreiras.

O reajustamento indispensável dos órgãos competentes da administração no setor do trabalho à conjuntura social brasileira haveria de exigir, fatalmente, um período de readaptação que impediria fôsse, de logo, reiniciado o período criador de nossa política social, para um melhor entendimento entre patrões e empregados e a maior produtividade almejada.

Vencido, entretanto, o primeiro período dessa readaptação, o Departamento Nacional do Trabalho, incumbido de proceder, pelo estudo, coordenação e fiscalização, nos termos da legislação em vigor e das normas das convenções internacionais, à proteção ao trabalho e à organização sindical em todo o seu sentido jurídico e social, já estabeleceu um contato mais íntimo com os problemas que lhe são confiados.

No campo da organização sindical, 13.500 processos foram examinados no ano de 1951, em que se decidia sobre eleições sindicais e propostas orçamentárias e se apreciavam relatórios.

A campanha nacional de sindicalização, contribuindo para a organização e representação legítima das classes profissionais, fêz renascer entre os trabalhadores o interesse pela vida associativa e pelo estudo em conjunto dos problemas da profissão, obtendo êxito decisivo, em todo o País. Somente no Distrito Federal registraram-se 50.000 novas inscrições.

A realização sistemática das eleições sindicais, restituindo aos associados a direção de suas entidades de classe, evitando as inter-

venções e o regime dos mandatos prorrogados, constituiu um programa que vem sendo cumprido com o maior rigor.

Ao terminar o exercício de 1951, o total das entidades sindicais atingiu 2.104, sendo 2.010 sindicatos, 90 federações e 4 confederações.

Na fiscalização do cumprimento da legislação do trabalho, foi aperfeiçoado o controle da observância dos preceitos legais, em todo o território nacional, iniciando-se a atualização do cadastro do comércio e da indústria.

A orientação das classes empregadoras tem sido a principal preocupação dos órgãos de fiscalização, evitando-se assim o regime meramente punitivo na campanha contra as transgressões.

Novos grupos de trabalhadores tiveram as suas atividades cercadas de melhor proteção, notadamente no setor dos transportes coletivos.

A planificação necessária a essa orientação indispensável a uma política educativa de empregadores e empregados, no tocante a direitos e deveres, é objeto de metucioso estudo por parte do Departamento Nacional do Trabalho.

A higiene e segurança do trabalho, bem como as condições de trabalho das mulheres e de menores, ocupam lugar de destaque na execução e na fiscalização da política de proteção ao trabalho adotada pelo Governo.

A instalação de salas de refeição, creches e vestiários, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, é igualmente objeto de providências efetivas dos serviços especializados do Departamento Nacional do Trabalho. Ainda no ano findo, o Departamento Nacional do Trabalho introduziu melhoramentos no Laboratório de Análises Clínicas e Toxicológico-Industrial e realizou os estudos da Semana Brasileira de Prevenção de Acidentes e Higiene do Trabalho.

Procede-se à revisão geral e à atualização do quadro das indústrias insalubres, e está em plena e intensiva elaboração um sistema específico de normas de segurança do trabalho para cada um dos setores da atividade obreira. Já foram entregues para o estudo das classes interessadas, pelos seus sindicatos, as normas de segurança para o trabalho na indústria da construção civil e as normas especiais para a atividade nas indústrias do material elétrico e da eletricidade.

Resta realizar um vasto programa dentro do plano em curso, o qual compreende o controle das doenças profissionais e dos acidentes do trabalho, a higiene alimentar e a educação sanitária do trabalhador, o controle sanitário dos locais de trabalho, refeitórios, vestiários, creches, o que está a exigir a instalação de unidades eficientes de higiene industrial em todos os Estados e Territórios.

A identificação e a qualificação profissional do trabalhador pela carteira respectiva, o registro dos titulares de profissões regulamentadas, a organização do cadastro profissional em todo o País constituem, também, tarefa relevante, que vem sendo realizada e que exige recursos à altura da complexidade e da extensão do programa a executar.

Paralelamente à ação dos seus órgãos específicos, vem o Departamento Nacional do Trabalho, através de cursos especiais de treinamento do seu pessoal, realizando uma obra educativa de preparo dos Assistentes Sindicais e Técnicos, para ação eficiente nas campanhas de incentivo à sindicalização, de aumento da produtividade e de melhor aplicação do salário, ao tempo em que abre novos horizontes para o funcionalismo especializado.

Atendendo aos apelos das entidades sindicais, em favor das coletividades representadas, e realizando entendimentos em reuniões paritárias de empregados e empregadores, o Departamento Nacional de Trabalho está-se integrando efetivamente no estudo e no exame das reais necessidades das classes trabalhadoras, proporcionando-lhes a necessária assistência governamental para o estabelecimento e a preservação de melhores relações humanas no trabalho.

Determinei o reinício da campanha de organização da classe rural, empreendida no meu anterior período de Governo, nos termos do Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945.

Elevou-se a 511 o número de organizações da classe rural reconhecidas até 31 de dezembro último. Dessas entidades, 494 são do primeiro grau e contavam, na data do reconhecimento, 57.527 associados, dos quais 544 domiciliados na Região Norte, 8.836 na Região Nordeste, 15.091 na Região Leste, 31.882 na Região Sul e 1.174 na Região Centro-Oeste. Na Região Norte, é maior o número de associações e de sócios, no Pará; na Região Nordeste, é maior o número de associações em Pernambuco, e o de associados, no Ceará; na Região Leste, conta Minas Gerais com maior número de associações e de associados; na Região Sul, cabe

ORGANIZA-  
ÇÃO DA  
CLASSE  
RURAL

a São Paulo o maior número de associações reconhecidas, e ao Rio Grande do Sul, o de associados, e finalmente, na Região Centro-Oeste, cabe a Goiás a predominância no movimento. Vale assinalar, entretanto, ser muito maior o número de sócios das associações rurais, permitindo inquirido em andamento estimá-lo em mais de 100.000 profissionais:

Os Territórios Federais do Acre, de Guaporé, Rio Branco e Amapá, assim como o Estado do Amazonas, não dispõem, ainda, de associações reconhecidas, devendo a campanha atingi-los em 1952, com o melhor aparelhamento das Agências do Serviço de Economia Rural nos Estados do Pará e Amazonas, para atenderem aos Territórios do Amapá e Rio Branco, respectivamente, e a instalação de uma Agência em Pôrto Velho, para o Acre e o Território de Guaporé.

Na rede de associações existentes, predominam, em acôrdo com o espírito da lei, as associações municipais (433) sôbre as regionais (47), e estas sôbre as especializadas (13), cuja área territorial corresponde à do Estado ou Território em que tenham sede. O maior número de associações regionais encontra-se em São Paulo, e o de especializadas no Pará. A fraca densidade demográfica da Região Norte e suas explorações típicas, com economia de características próprias, levou a recomendar êsse tipo de associação para a Amazônia, atendendo-se, também, à necessidade de possibilitar aos Territórios de Guaporé e Rio Branco, com número insuficiente de municípios, organizarem, oportunamente, suas Federações de Associações Rurais.

Dispõem de órgão federativo, já reconhecido, os Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, que constituíram, com a Sociedade Nacional de Agricultura, — pioneira do movimento pela organização da classe rural no Brasil —, a Confederação Rural Brasileira, já reconhecida e em funcionamento.

A ação do Ministério da Agricultura, na campanha que empreendeu visando estimular o movimento associativo no meio rural brasileiro, tem sido, sobretudo, de assistência e orientação. No desenvolvimento de seus trabalhos, nesse setor, procura despertar no homem do campo o espírito agremiativo e levá-lo, persuasivamente, a reconhecer na associação rural o órgão de coordenação e defesa de suas aspirações. As associações rurais, sejam

elas municipais, regionais ou especializadas, realizam política de aproximação construtiva e de alcance inestimável, atendendo aos interesses da classe e do meio que representam.

A expedição do Decreto n.º 30.342, de 24 de dezembro de 1951, correspondeu à necessidade inadiável de reajustar os níveis do salário mínimo, fixados pela última vez em 1943 e já por isto inteiramente desadequados às atuais condições do custo da vida.

SALARIO  
MINIMO

Esse reajustamento se impunha, mesmo nas bases do salário *individual*, porquanto, dependente ainda de regulamentação o preceito constitucional que estabeleceu o mínimo *familiar*, não se compreendia pudesse essa circunstância prejudicar a regularização das bases daquele salário, o que, pela legislação vigente, já devera ter sido feita por duas vezes, em 1946 e em 1949.

Desse modo, a expedição das novas tabelas do salário mínimo, a vigorarem a partir de 1.º de janeiro de 1952, foi um ato normal do Poder Executivo, decorrente de dispositivo de lei — a Consolidação das Leis do Trabalho —, além de resultar em medida de pura e simples justiça para com as classes trabalhadoras.

A alteração, fortemente acentuada para mais, do valor dos antigos salários mínimos, em face dos fixados pelas novas tabelas, que foi, em média, de 250%, chegando até 300%, resultou tão somente da paralisação em que ficara anteriormente, desde aquela última fixação, em 1943, o aparelho destinado a estudar e a propor, periodicamente, as novas bases.

Cumprе esclarecer, ainda, o que a muitos, sobretudo trabalhadores, tem trazido uma certa confusão, e que é a circunstância de que o fim visado pela lei vigente do salário mínimo é, pela sua própria natureza, o de estabelecer padrões salariais relativos ao "mínimo vital" do trabalhador adulto; não "níveis médios", nem, muito menos, por ora, o "mínimo familiar", que, como já ficou acentuado, depende de regulamentação de preceito constitucional.

Assim, sem embargo do seu reexame futuro, em face de possíveis variações do custo da vida, as tabelas ora expedidas, baseadas que foram em pesquisas e estudos técnicos, procuram atender às necessidades vitais do trabalhador adulto, no momento, consoante as várias localidades de trabalho, e nos termos da lei vigente.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

A par do sistema contributivo da previdência social, que constitui, hoje, a principal forma assistencial, de caráter público, em nosso País, tem o Governo o máximo empenho em fomentar tôdas as outras modalidades de assistência social, conhecidas sob essa denominação, em sentido estrito, sejam elas de caráter privado, sejam públicas ou semi-públicas.

Assim é que mereceu e merecerá sempre a maior atenção o problema dos auxílios e subvenções da União às entidades privadas de assistência, asilos, hospitais, associações, etc., condicionadas as dotações unicamente às possibilidades financeiras do País, em cada ano.

As atividades da Legião Brasileira de Assistência, do Serviço Social da Indústria e do Serviço Social do Comércio, cada um em seus setores especializados, têm sido cuidadosamente acompanhadas, amparadas e estimuladas, sendo que, para a primeira dessas obras, L.B.A., contribui a União com substancial parcela de receita, igual à dos empregadores.

Dentre as formas assistenciais não contributivas, realizadas diretamente pela União, salienta-se, hoje, o "abono familiar" às famílias numerosas, como um imperativo da política social dos Estados modernos, visando à proteção e ao estímulo à natalidade e à criação dos filhos, uma das bases essenciais do desenvolvimento e progresso da sociedade.

ABONO ÀS  
FAMÍLIAS  
NUME-  
ROSAS

Embora verdadeiramente tímida, ainda, a fórmula brasileira, — eis que sòmente atinge as famílias com mais de oito filhos, ao passo que em países outros como a França, o Canadá, a Inglaterra, a Nova Zelândia, o amparo é dado a partir do primeiro filho — constitui já medida de largo alcance, custando à Nação, como no último exercício, a verba de Cr\$ 135.000.000,00, num total de 88.322 abonos em vigor, compreendendo 765.295 dependentes amparados.

Rio de Janeiro .....	1.901.400,00
Distrito Federal .....	9.951.500,00
São Paulo .....	6.393.000,00
Paraná .....	1.800.000,00
Santa Catarina .....	1.200.000,00
Rio Grande do Sul .....	3.143.000,00
Mato Grosso .....	615.000,00
Goiás .....	900.000,00
<b>Total .....</b>	<b>50.219.000,00</b>

Nos três últimos exercícios, as subvenções concedidas pelo  
Governo Federal importaram em:

1949 .....	44.432.000,00
1950 .....	49.909.450,00
1951 .....	50.219.000,00

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

Na minha anterior Mensagem anual, tive oportunidade de fazer considerações a propósito desse relevante setor das atividades do Estado, sugerindo medidas para a correção das falhas do atual sistema e para sua ampliação e desenvolvimento.

No decorrer de 1951, foram iniciados os estudos necessários para a concretização dessas medidas, que cada vez mais se impõem, a fim não só de salvaguardar mas de dar rumos definitivos a uma das realizações mais vivas e de maior repercussão na vida do País, como é a previdência social, em torno da qual giram, hoje, com poucas exceções, todas as classes trabalhadoras urbanas, num total de cerca de 3.000.000 de segurados, que, com os respectivos dependentes, agrupam aproximadamente ..... 12.000.000 de pessoas.

Um retrospecto das atividades das instituições de previdência social durante o ano de 1951 será útil, aqui, para fixar objetivamente sua natureza e extensão.

Cumpra esclarecer que das atividades em seguida referidas excluem-se as concernentes à habitação, que vêm relatadas no capítulo próprio desta Mensagem.

O montante dos benefícios (aposentadoria, pensões, auxílio-doença, etc.) pagos em 1951 elevou-se a Cr\$ 1.348.291.876,80 contra 946.272.618,10 pagos em 1950. Para 1952, o total está orçado em Cr\$ 1.506.800.000,00, importância que possivelmente será acrescida de cerca de 17 %, dado o recente aumento do valor do salário mínimo, em função do qual é também fixado o valor mínimo das aposentadorias e das pensões. No setor de assistência médica, foram despendidos Cr\$ 124.800.000,00 em 1951; para 1952, foi destacada a verba de Cr\$ 157.503.000,00, a ser aumentada quando for estendida aos segurados ativos e aos dependentes destes esse benefício, atualmente só outorgado aos segurados em gozo de benefício. A arrecadação das contribuições de segurados e empregados atingiu a Cr\$ .....

IAPF

2.261.752.096,30, o que representa um acréscimo de 32,28% sobre 1950. Para 1952, a arrecadação está orçada em Cr\$ .... 2.750.826.000,00.

Cumpra notar que o IAPI paga, atualmente, *por dia*, mais de 4 milhões de cruzeiros, em benefícios; efetua no expediente diário mais de 20 pagamentos de benefícios *por minuto*; concede por dia 489 novos benefícios; paga benefícios a 168.312 segurados e a 164.730 beneficiários.

No decorrer de 1951, o Instituto deu maior desenvolvimento ao setor da assistência médica, assim como organizou sua Carteira de Acidentes do Trabalho, no regime de livre concorrência, a qual já se apresenta com promissores resultados.

## IAPC

O IAPC despendeu, em 1951, com os benefícios em dinheiro, Cr\$ 498.118.656,50, com um aumento, assim, de cerca de 20% sobre 1950, em que essa despesa foi de Cr\$ 413.748.954,40. O orçamento para 1952 consigna, nessa rubrica, Cr\$ ..... 616.000.000,00. Em assistência médica, a despesa, em 1951, foi de Cr\$ 128.474.178,00, e a prevista para 1952 é de Cr\$ .... 225.680.720,00. A arrecadação de contribuições atingiu a Cr\$ 964.821.347,20. Dentre as atividades gerais do Instituto, em 1951, destacam-se: o reexame, pela atual Administração, do projeto de reforma do Regulamento, anteriormente elaborado, o qual está agora em estudos no Ministério do Trabalho; a extensão da Carteira de Fiança para garantia de aluguel aos segurados dos Estados; a instalação de dezenove novas agências nos Estados; a instalação da Carteira de Acidentes do Trabalho, em livre concorrência, a qual já apresentava, no fim do exercício, uma receita de Cr\$ 2.650.553,70.

## IAPETC

Esse Instituto, que tinha, para 1951, uma previsão de despesas com benefícios no valor aproximado de Cr\$ ..... 270.000.000,00, consigna, nesse ponto, em seu orçamento para 1952, Cr\$ 327.227.800,00. Sua arrecadação de contribuições montou a cerca de Cr\$ 800.000.000,00. A Carteira de Acidentes do Trabalho do IAPETC, que funciona desde 1946 em regime de monopólio, com bons resultados, arrecadou de prêmios, em 1951, Cr\$ 116.050.837,60, para uma despesa de Cr\$ ..... 59.875.665,50, deixando um saldo de Cr\$ 56.175.172,10. A Administração teve que tomar medidas severas para enfrentar

a situação financeira do Instituto, que se apresentava comprometida pelo acúmulo de responsabilidades provenientes do exercício anterior, conseguindo praticamente regularizá-la, no exercício. Foi reaberta a Carteira de Empréstimos aos segurados, paralisada desde 1948, a qual movimentou cerca de Cr\$ ..... 8.000.000,00 nesses empréstimos. As despesas com assistência médica, orçadas em 1951 em Cr\$ 187.977.816,00, estão previstas para 1952 em Cr\$ 272.193.662,90. No decorrer do exercício, foi ampliada e parcialmente reaparelhada a rede ambulatorial do Instituto, notadamente em localidades menos favorecidas e mais afastadas dos principais centros urbanos. A rede hospitalar foi também melhorada, malgrado a constante elevação do custo do leito-dia. O Hospital do Distrito Federal teve sua capacidade ampliada de 508 para 750 leitos, inclusive 6 incubadeiras, obtendo-se, outrossim, redução no montante de suas verbas de manutenção.

Despendeu com benefícios, em 1951, Cr\$ 43.669.581,10; para 1952 essa despesa é prevista em Cr\$ 54.384.808,00. Com assistência médica gastou o Instituto, em 1951, Cr\$ ..... 57.506.906,50, havendo sido calculado esse montante, para 1952, em Cr\$ 68.430.462,90. Foram inaugurados, no decorrer do ano, dois novos ambulatórios, em Aracaju e Niterói, e criado o serviço de raios X, em Juiz de Fora. A fim de aumentar as possibilidades financeiras de seus serviços médicos, sempre em expansão, propôs o Instituto a elevação da atual percentagem do respectivo custeio, que é de 14 % sobre a receita arrecadada, para 16 %, o que está sendo estudado no Ministério do Trabalho. Também no IAPB funcionou a Carteira de Acidentes do Trabalho, com bons resultados.

IAPB

As despesas de benefícios, previstas para 1951 em cerca de Cr\$ 100.000.000,00, devem permanecer na mesma base, para 1952. A arrecadação do Instituto continuou prejudicada pela falta parcial de recolhimento de contribuições de entidades autárquicas que lhe são filiadas, a propósito do que já foram determinadas as necessárias medidas, resultando uma sensível melhoria da situação, no exercício. Para os serviços de assistência médica, a despesa orçada para 1951 foi de Cr\$ 32.764.856,00, enquanto que, para 1952, foi reduzida a Cr\$ 22.973.836,00, a fim de enquadrá-la no limite regulamentar que vinha sendo ex-

IAPM

cedido nos exercícios anteriores. As poucas possibilidades financeiras do Instituto não lhe permitiram desenvolver programa especial em 1951. Em 1952, conta sua Administração poder levar à conclusão as obras assistenciais já anteriormente iniciadas e ora em período de ritmo reduzido, entre as quais se destacam o Hospital e o edifício-sede, nesta Capital.

**IPASE**

Pagou, em 1951, de benefícios de previdência, Cr\$ ..... 38.721.465,60. Pelos ambulatórios de seu serviço médico passaram 270.000 pessoas, excedendo em 57.000 o número de atendidos em 1950. O Serviço de Fisiologia foi ampliado em 62 leitos, passando o IPASE a contar, nesse setor, com 488 leitos; a construção de um novo pavilhão foi determinada, no Sanatório de Correias, para aumentar sua capacidade em mais 90 leitos. O Hospital dos Servidores do Estado teve também sua capacidade aumentada com mais 60 leitos e com a ampliação de diversos serviços especializados. As Carteiras Imobiliárias e de Empréstimos foram reabertas. Foi dada também solução conveniente ao crucial problema do reajustamento das pensões em vigor.

**CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

Essas instituições que, em número de trinta, congregam, em seu conjunto, cerca de 350.000 dos segurados da previdência social, tiveram orçadas suas despesas com benefícios, em 1951, em cerca de Cr\$ 670.000.000,00, e, para 1952, em Cr\$ ..... 814.728.368,00. Em assistência médica, as previsões foram, respectivamente, de Cr\$ 145.729.525,30 e Cr\$ 186.981.413,10. Dentre suas atividades gerais, destacam-se o desenvolvimento maior dos serviços médicos, assim como do "serviço social", além das relacionadas com o problema da habitação, referidas no Capítulo próprio. A arrecadação de diversas Caixas foi comprometida pelo atraso no recolhimento das contribuições, por parte de entidades autárquicas; em algumas, contudo, como a dos Ferroviários Estaduais de São Paulo e a dos Ferroviários e Serviços Públicos do Estado do Rio Grande do Sul, o assunto teve, em 1951, solução satisfatória.

**SAMDU**

O Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU) foi organizado em 1945, sob a forma de "comunidade de serviços", entre os Institutos e Caixas de Aposentadoria

e Pensões para a prestação da assistência médica a domicílio e dos socorros de urgência aos seus segurados e aos dependentes destes nas localidades onde o volume dos trabalhos impusesse essa concentração de esforços. Foi a primeira tentativa prática no sentido da unificação dos serviços assistenciais da previdência social que, não obstante as inúmeras dificuldades que teve de vencer, já se apresenta hoje consolidada como um dos mais efetivos serviços prestados no Distrito Federal, em Niterói e na cidade de São Paulo, levando, por meio de ambulâncias e equipes de técnicos em plantão ininterrupto, o socorro médico ao próprio lar do segurado e atendendo-o, e aos seus dependentes, precisamente nos momentos mais cruciais de sua existência, quais os de doença, acidentes e casos de urgência. Os dados que se seguem, relativos ao SAMDU do Distrito Federal, mostram bem o valor que representa dentre os demais serviços da previdência social: o volume de unidades de serviços prestados decuplicou, praticamente, desde os 35.093, de 1945, aos 346.745, de 1951. Destas últimas, 140.675 correspondem a atendimento a acidentados do trabalho. A despesa no exercício de 1951 montou a Cr\$ 15.601.783,60, repartida entre os Institutos e as Caixas locais.

Uma apreciação geral das atividades desenvolvidas pelas instituições de previdência social será facilitada por um exame da receita e da despesa do conjunto dessas entidades (com exclusão do IPASE), previstas para os exercícios de 1951 e 1952. São os seguintes os dados a respeito:

VISÃO  
DE CON-  
JUNTO

	<i>Receita total</i>	<i>Despesa total</i>
	Cr\$	Cr\$
1951. . . . .	9.525.129.681,30	6.045.447.538,80
1952 . . . . .	10.996.031.251,00	6.797.523.554,00

O vulto dessas cifras faz ressaltar bem a importância com que se apresenta, entre nós, a previdência social, sob seu simples aspecto econômico-financeiro. Basta ter-se em vista que a receita prevista para 1952 equivale a 43,06 % da receita da União para o mesmo exercício, consoante o Orçamento Geral da República. Por outro lado, a despesa prevista é superior à dos Ministérios

contemplados com as maiores cifras naquele mesmo Orçamento, a saber :

	Cr\$
Viação e Obras Públicas .....	5.860.048.862,00
Fazenda .....	4.056.936.200,00
Guerra .....	3.807.059.732,00

É de notar-se que do total da despesa prevista para 1952 — Cr\$ 6.797.523.554,00, — cerca de 70 % são destinados aos benefícios regulamentares.

Os investimentos previstos para 1952 montarão a cerca de Cr\$ 2.500.000.000,00.

Esses dados colocam em suficiente evidência, por outro lado, a grande necessidade de cuidados especiais que a previdência social está exigindo em sua defesa.

**LEI ORGÂNICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Daí a preocupação do Governo em que seja promulgada uma Lei Orgânica da Previdência Social, mediante a qual sejam asseguradas as indispensáveis condições de reorganização eficiente do sistema atual, solucionando-se, outrossim, ao mesmo tempo, os diversos problemas a êle referentes, já assinalados em minha última Mensagem.

Para êsse fim, recomendei à Comissão Nacional de Bem-Estar Social, recentemente criada no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o estudo acurado do assunto, preferentemente tendo em vista os trabalhos já existentes a êsse respeito, no Congresso Nacional, desde a legislatura passada.

Os estudos realizados na aludida Comissão, embora ainda não de todo concluídos, já permitem, contudo, indicar uma perfeita consonância de pontos de vista com os trabalhos legislativos, podendo fixar-se os seguintes traços fundamentais, que deverão constituir as bases da aludida Lei Orgânica :

1 — Substituição de tôdas as leis vigentes por uma só Lei Orgânica, que as consolide, uniformize os sistemas de benefícios e de administração e possibilite essa uniformização para os de arrecadação.

2 — Definição genérica do âmbito da previdência social, de modo a abranger nela todos os que exercem atividade remunerada, independentemente da profissão, excluídos, somente, até estudos posteriores, os trabalhadores rurais e os domésticos; quanto aos servidores públicos federais, estaduais, municipais e dos Ter-

ritórios, continuarão com seus regimes próprios de previdência social, não abrangidos pela Lei Orgânica.

3 — Supressão dos segurados facultativos; todos serão obrigatórios.

4 — Inclusão, como segurados obrigatórios:

a) dos trabalhadores autônomos ou que exerçam atividade por sua própria conta, sem exceção; inclusive os profissionais liberais;

b) dos titulares de firma individual, diretores, administradores, sócios solidários, gerentes ou de indústria das empresas, qualquer que seja a cota de capital.

5 — Solução equitativa para o caso do *segurado desempregado*, que deverá ter direito a um "período de graça" de doze meses, independente de contribuição.

6 — Igualdade do plano de benefícios para todas as classes.

7 — Generalização das aposentadorias por velhice e especial, do auxílio-maternidade, do auxílio-funeral e do pecúlio, para todas as classes.

8 — Uniformização do período básico de carência, em 24 meses, para a aposentadoria por invalidez, o auxílio-doença e a pensão.

9 — Supressão do período de carência para os casos de doenças nocivas à coletividade.

10 — Obrigatoriedade do tratamento e da reeducação e readaptação para os segurados em auxílio-doença e aposentados por invalidez.

11 — Fixação, para todas as classes, do valor da *aposentadoria por invalidez* em 70 % do salário de benefício, com o acréscimo de mais 1 % por ano de contribuição até 30, podendo ir, assim, até o salário integral.

12 — Concessão da *aposentadoria especial* para todas as classes, em bases idênticas às da de invalidez, condicionadas, porém, à prestação de serviços penosos ou insalubres, durante quinze anos, pelo menos.

13 — Extensão, a todas as classes, da *pensão* em base familiar, a qual poderá ir até 100 % do valor da aposentadoria.

14 — Inclusão do *serviço social* como prestação obrigatória da previdência social aos segurados e dependentes.

15 — *Reajustamento periódico* das aposentadorias e pensões concedidas, de acordo com a variação dos índices dos salários de contribuição dos segurados ativos.

16 — Elevação, para tôdas as classes, do *salário máximo de contribuição* para 10 vezes o maior salário mínimo vigente.

17 — Desligamento da *contribuição da União* do sistema de igualdade com a dos segurados, e sua fixação tão-sòmente na base estritamente necessária para completar o custeio da previdência social, juntamente com as demais.

18 — Inclusão de dispositivos fiscais e penais no sentido de possibilitar maior rigor na cobrança das contribuições devidas à previdência social.

19 — Uniformização dos planos de aplicação das reservas.

20 — Uniformização dos sistemas de administração para todos os Institutos e Caixas.

21 — Execução dos *serviços médicos* e da *aplicação de reservas* por meio de serviços comuns para todos os Institutos e Caixas.

22 — Generalização do sistema de provimento obrigatório dos cargos dos Institutos e Caixas, por meio de concurso público ou de provas.

23 — Maiores autoridade e atribuições aos *Conselhos Fiscais*, que passarão a ser os realizadores diretos da tomada de contas das instituições, em coordenação com o Departamento Nacional da Previdência Social, para posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas.

24 — Realização imediata dos necessários estudos para a extensão do sistema de previdência social aos trabalhadores rurais e aos domésticos, articulando-se, para êsse efeito, todos os órgãos que tratam do assunto e procurando-se iniciar essa extensão por meio de formas assistenciais de execução pronta.

DÉBITO  
DA  
UNIÃO

Para uma liquidação definitiva desse débito, tão avolumado nos últimos anos, à falta de fontes adequadas para sua cobertura, estão sendo igualmente realizados estudos, na Comissão Nacional de Bem-Estar Social, cujos resultados espero encaminhar próximamente ao Congresso Nacional, a fim de que uma solução legislativa permanente venha pôr còbro à atual situação, verdadeiramente alarmante, eis que, tomando-se por base os elementos conhecidos até os fins do último exercício, relativos a 1950, êsse débito, para com o conjunto dos Institutos e Caixas, já se elevava a quase Cr\$ 5.500.000.000,00, produzindo, de ano para ano, maior descapitalização, a qual, só no I.A.P.I., importa uma perda anual de juros no montante de Cr\$ 230.000.000,00.

Com o acréscimo do exercício de 1951, o débito total deverá elevar-se a cerca de Cr\$ 8.000.000.000,00.

Tendo em vista o aparelhamento paulatino dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, com a instalação de suas Carteiras de Acidentes do Trabalho, que já se vêm desenvolvendo de modo promissor, para a execução generalizada desse seguro, em caráter obrigatório, ter-se-á que chegar em breve tempo a sua encampação total pela previdência social, tal como já se pratica nos países de mais moderna legislação de seguro social, seja a França, ou a Nova-Zelândia, ou a própria pátria do seguro privado, a Inglaterra.

SEGURO  
DE ACI-  
DENTES  
DO TRA-  
BALHO

Uma das condições essenciais para a reorganização do sistema de nossa previdência social, a par com a promulgação da Lei Orgânica já aludida, é a da reestruturação e conveniente aparelhamento, em pessoal técnico, do Departamento Nacional da Previdência Social, a fim de que este possa desincumbir-se convenientemente das importantes funções de controle que a legislação vigente lhe confere, com relação aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, controle este que constitui uma das bases mesmas do regime autárquico dessas instituições. As medidas a isto destinadas deverão ser estudadas correlatamente com as demais já mencionadas, de modo a poder garantir o próprio sucesso destas.

DEPARTA-  
MENTO  
NACIONAL  
DA PREVI-  
DÊNCIA  
SOCIAL

A fim de assegurar a unidade de orientação na reorganização do sistema de previdência social em vigor, tal como vem de ser exposto, indispensável será, desde logo, que os diversos projetos em curso no Congresso Nacional sejam coordenados e orientados dentro daquelas características básicas acima traçadas, evitando-se a aprovação não só de disposições isoladas e fragmentárias, como de outras que visem a conferir situação privilegiada a determinadas classes. Dêsse modo, evitar-se-ia o agravamento das desigualdades existentes e não chegariam a ter vigência dispositivos de lei que talvez criassem empecilhos à reforma, indubitavelmente justa e necessária, do sistema de previdência social atualmente em vigor para as diversas classes agrupadas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

PROJETOS  
EM ANDA-  
MENTO

## ALIMENTAÇÃO

O problema alimentar brasileiro deriva, em boa parte, do sistema econômico vigente no País, notadamente de suas condições de produção e distribuição, e do poder aquisitivo do povo. Nestas condições, a erradicação cabalmente satisfatória das dificuldades de aquisição de alimentos, que aflige certas camadas da população, só poderá ser alcançada a longo prazo.

Não se descurou o Governo, entretanto, de medidas assistenciais diretas tendentes a facilitar ao povo a consecução de um estado alimentar de elevado teor. Foi significativa a ação governamental, durante o ano findo, no setor da assistência alimentar.

Superou a administração o que dela seria justo esperar, nesse período, tendo em vista as seguintes dificuldades: 1) os antecedentes de ordem financeira e administrativa, que atingiam os órgãos integrantes do Serviço de Alimentação da Previdência Social, quer porque se encontrassem em regime francamente deficitário, quer porque certos serviços da referida autarquia não se enquadrassem no número dos imprescindíveis à consecução de suas finalidades essenciais, constituindo, por isso, um encargo excessivo para as possibilidades da economia da repartição em aprêço e uma quebra de disposições categóricas de sua legislação; 2) a alta dos preços e as dificuldades de aquisição de gêneros alimentícios, agravando-se estas circunstâncias com relação ao SAPS, cujas compras são restringidas por fatores de ordem diversa, como sejam: a localização de seus restaurantes e postos de subsistência em pontos distanciados no território nacional, limitações de natureza financeira e orçamentária, a inexistência de grandes armazéns distribuidores e frigoríficos próprios nos centros de consumo e a insuficiência dos nossos meios de transporte; 3) a existência, na data em que entrou em exercício a atual direção do SAPS, de dívidas passivas vencidas há muito, num total de cerca de Cr\$ ..... 15.502.917,80, que comprometiam o crédito da autarquia junto

S. A. P. S.

aos seus fornecedores de gêneros e materiais de consumo em geral; 4) o estado precário das instalações e equipamentos de alguns restaurantes, obrigando a direção do SAPS a reformas urgentes e dispendiosas; 5) a falta de pessoal habilitado em número suficiente para atender às necessidades crescentes dos serviços.

Conquanto tenham sido vencidas quase tôdas estas não pequenas dificuldades, não ficou a atual administração circunscrita a tais medidas.

Realizações dignas de nota registraram-se no setor da assistência alimentar.

O SAPS instalou, colocou em funcionamento, readaptou ou reformou vários restaurantes, tais como o do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários; o da Ilha das Flores; o do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado; o do Palácio Guanabara; o do Serviço de Transportes da Prefeitura do Distrito Federal; o do Braz, em São Paulo; o da cidade de Vitória; o dos estudantes do Distrito Federal e o do edifício-sede do SAPS.

Inaugurou-se a cozinha dietética da Diretoria dos Cursos do SAPS, suficientemente equipada; procedeu-se à completa reforma da cozinha-escola e à construção de uma cozinha central no edifício-sede da referida autarquia.

Foram instalados ou estão em vias de instalação, na Capital da República, vinte e cinco barracas de subsistência fixas, quatro boxes nos mercadinhos e dezessete postos de subsistência volantes (barracas de feira), para a venda de legumes, frutas, verduras e produtos avícolas. Inauguraram-se postos de subsistência, nas seguintes localidades: Campos e Macaé (Estado do Rio de Janeiro); Ilha de Paquetá (Distrito Federal); Taubaté, Guaratinguetá e Piracicaba (São Paulo); Jardim América e Cariacica (Espírito Santo). Instalou-se, ainda, o Entrepasto Central do SAPS, em imóvel cedido pela Prefeitura do Distrito Federal. Neste Entrepasto Central é feita a armazenagem e distribuição de verduras, legumes, frutas e produtos avícolas destinados à venda nos postos de subsistência, fixos e volantes.

Cumpre acentuar que, pelo seu Serviço de Subsistência (postos, barracas fixas e móveis, e boxes), o SAPS interveio vigorosamente na recente crise da manteiga que assoberbou o Distrito Federal, tendo pôsto à disposição da população carioca 600 toneladas do produto.

A venda da manteiga, ao preço de Cr\$ 40,00 o quilo, representou benefícios à população do Distrito Federal, pois que teve a virtude de provocar uma baixa imediata no preço do produto nacional nesta praça, tabelado oficialmente a Cr\$ 48,00.

Vale frisar também que a venda de legumes, frutas, verduras e ovos, em postos de subsistência fixos e volantes, em 6 meses apenas de 1951, alcançou a cifra significativa de mais de Cr\$. . . . . 5.000.000,00.

Foi, sem contestação, muito expressivo o aumento de produção verificado na Granja do SAPS, no Quilômetro 47 da Estrada Rio-São Paulo. O valor da produção nos três últimos anos cresceu de acôrdo com as seguintes cifras :

1949 — Cr\$	709.000,00
1950 — Cr\$	2.705.609,40
1951 — Cr\$	3.666.670,20

O aumento da produção não atingiu a números mais elevados, porque se iniciou o plantio, em grande escala, de espécies botânicas de ciclo vegetativo mais longo, que entrarão em fase produtiva nos anos subseqüentes.

Além da produção agrícola, o SAPS tem incrementado a criação de suínos e aves. O rebanho de suínos conta, atualmente, com mais de 1.900 cabeças, aumentando em mais de 6.000 quilos a produção de carne de porco. Os aviários contêm cêrca de 5.000 galinhas e 3.000 pintos selecionados.

Não obstante resultados tão promissores, o SAPS vem procedendo a substancial reforma nas instalações da Granja, objetivando aumentar ainda mais sua capacidade.

No ano corrente, pretende o SAPS colocar em pleno funcionamento o restaurante do Braz (São Paulo); instalar os restaurantes da Casa do Estudante do Brasil, da Panair do Brasil S. A., da Legião Brasileira de Assistência, no Distrito Federal e em outros Estados e Municípios; ampliar o número de postos de subsistência nos mercados, feiras e logradouros públicos do Distrito Federal; assentar os serviços industriais da autarquia em bases mais amplas e sólidas; mecanizar totalmente a lavoura na Granja da entidade; ampliar a frota de caminhões e transportes menores; dotar o SAPS de um frota de carros frigoríficos no Distrito Federal, para distribuição de carne e pescado à população; estudar as bases para instalação de uma usina de pasteurização de leite nas proximidades do Distrito Federal; construir uma câmara frigorífica em Benfica:

**COMISSÃO  
NACIONAL  
DE ALI-  
MENTA-  
ÇÃO**

A Comissão Nacional de Alimentação, criada pelo Decreto-lei n.º 7.328, de 17 de fevereiro de 1945, desenvolveu, no ano de 1951, intensa atividade.

Como órgãos de aconselhamento e informações, funcionam atualmente na Comissão Nacional de Alimentação, três Subcomissões — a de Serviços Públicos, a de Planejamento da Produção Alimentar e a de Educação Alimentar.

Pelo Decreto n.º 29.446, de 6 de abril de 1951, foi a Comissão Nacional de Alimentação investida das funções de Comitê Nacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura no Brasil, cumprindo-lhe, para tanto, articular-se com a Comissão de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores.

No decorrer do ano de 1951, recebeu a Comissão a visita de técnicos nacionais e estrangeiros, representantes da FAO e de outras organizações internacionais, com os quais debateu a solução de problemas incluídos no seu campo de atividade.

Estudou a agenda da Conferência Geral da FAO, que se reuniu em novembro último, em Roma, examinando cada um dos itens de natureza técnica e preparando pareceres e sugestões.

Dentre os assuntos estudados pela Comissão, durante o ano findo, cumpre referir os seguintes: medidas de emergência para socorro das populações assoladas pela seca do Nordeste; objetivação da política nacional de alimentação, mediante a adoção de várias providências, tais como a criação de parques de produção alimentar, realização de pesquisas científicas, técnicas e sociais, aplicadas ao problema da alimentação, redesconto, crédito de reaparelhamento e financiamento da produção alimentar de cada zona, e serviços e facilidades federais para melhorar as condições alimentares das várias regiões do País, sobretudo as de natureza rural; convênio a ser firmado entre o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil e o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, tendo em vista a assistência técnica às indústrias rurais domésticas, inclusive a realização de um curso para a formação de técnicos no assunto; deficiências de transportes que prejudicam o abastecimento alimentar do País e medidas tendentes a amenizar a situação; anteprojeto de lei criando, no Banco do Brasil S.A., a Carteira de Imigração e Colonização; anteprojeto de lei autorizando o Banco do Brasil S.A. a financiar a aquisição de terras por pequenos agricultores e criadores nacionais e

por imigrantes; projeto de lei em discussão no Congresso Nacional sobre a iodetação do sal destinado às regiões bociógenas do Brasil; criação de Comissões Estaduais de Alimentação, destinadas a funcionar em articulação com a Comissão Nacional; medidas tendentes a solucionar a crise de transporte de sal; plano de inquérito e assistência alimentar na Região Amazônica, como contribuição aos trabalhos da Comissão de Valorização Econômica da Amazônia; plano de pesquisa alimentar numa área demonstrativa (Baixada Fluminense), em colaboração com o Serviço Especial de Saúde Pública e organizações internacionais; pesquisa sobre condições de vida e regime alimentar da população brasileira.

No que se refere ao plano de trabalho, para o ano de 1952, a Comissão Nacional de Alimentação pretende dar andamento, dentro do mais curto prazo, ao plano de inquérito e assistência alimentar na Região Amazônica. Elabora, ainda, estudos sobre o enriquecimento de alimentos mais usados pelas populações do País, a fim de dotá-los dos elementos nutritivos indispensáveis à boa alimentação.

Nas suas funções de Comitê Nacional da FAO, a Comissão pretende levar a efeito, em colaboração com aquele organismo internacional, um programa de assistência técnica no campo da alimentação e da nutrição, conforme entendimentos havidos recentemente em Roma e que serão concretizados por ocasião da próxima visita dos representantes do Diretor Geral da FAO ao Brasil. Será iniciada, no primeiro semestre do corrente ano, a publicação do Boletim mensal, cujo preparo incumbe à Comissão, na qualidade de Comitê Nacional da FAO.

## HABITAÇÃO

O problema da habitação, notadamente da "casa popular", constitui preocupação permanente do Govêrno, no sentido de buscar-lhe solução adequada, que venha de imediato minorar as graves condições em que se encontra o povo de modo geral e, especialmente, as classes trabalhadoras.

O crescimento demográfico e o aumento ainda maior da população urbana, a elevação do poder aquisitivo e das aspirações de vida, ao lado da alta dos custos, tornam êsse problema de uma agudeza indisfarçável.

O alto dispêndio requerido para a ampliação dos serviços públicos urbanos, do que resulta sua limitação, o efeito da inflação sôbre o preço da terra, a limitada produção de materiais padronizados e a concorrência, no mercado dos fatores de produção imobiliária, da expansão industrial, das obras públicas e do surto especulativo das grandes construções comerciais e residenciais, determinam o alto custo das habitações para o povo.

Na anterior Mensagem ânua acentuei os principais aspectos do problema. Fiel ao que se propôs, o Govêrno o atacou, tanto com medidas de imediata execução, como com o estudo de um programa de base, para o encaminhamento da solução progressiva do problema, na sua complexidade e na sua escala nacional.

Do planejamento de uma política nacional de habitação popular, que abranja todo o território nacional, inclua as áreas rurais, preveja a cooperação de todos os recursos públicos e privados e a maior eficiência em sua utilização, foi encarregada a Comissão Nacional do Bem-Estar Social.

Retomando os estudos e pesquisas realizados sôbre habitação, e beneficiando-se de numerosas contribuições que lhe foram enviadas de todos os pontos do País, sua Subcomissão de Habitação já dispõe dos elementos básicos para uma apreciação objetiva do problema, em todos os seus aspectos, e o estabelecimento de uma orientação por que possa pautar-se um esforço sistemá-

tico e contínuo da Administração Pública, direta ou indireta, nesse terreno.

Realizou-se um inquérito expedito sobre investimentos municipais em construção de moradias e elaborou-se um questionário, destinado a levantar as condições econômicas das diferentes regiões e os recursos disponíveis para o empreendimento de construções populares. Em articulação com a Fundação da Casa Popular e outros órgãos, a Comissão está atualizando a estimativa da carência habitacional em todo o País e realizando o estudo de todos os aspectos econômicos, financeiros, sociais e tecnológicos do problema da habitação popular no Brasil.

Medidas imediatas foram tomadas em todos os setores dependentes da União, no sentido de desenvolver a construção de casas populares. Os institutos e caixas de aposentadorias e pensões e as caixas econômicas receberam ordem de orientar a aplicação dos seus recursos em casas populares, reduzindo as aplicações em construções de maior porte e outras aplicações hipotecárias de menor interesse social. Se mais não puderam fazer, no ano passado, para atenuar o problema da casa, a razão está no vulto de compromissos assumidos anteriormente e cujo não cumprimento ocasionaria graves penalidades para essas instituições.

Os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, por intermédio de suas Carteiras Imobiliárias, financiaram ou construíram, em conjunto, em 1951, mais de 8.000 residências (casas ou apartamentos).

Para 1952, estão programados o início de construção e a entrega de cerca de 20.000 unidades residenciais, sendo cerca de 18.000 pelos Institutos e as restantes pelas Caixas.

A orientação das aplicações das reservas das empresas de seguro privado e capitalização, de acordo com os interesses da economia geral, deverá também levar a maiores inversões em casas populares.

Procurou a F.C.P. regularizar o recolhimento da taxa de 1% sobre as operações imobiliárias, que constituía, ao tempo, sua única fonte de receita, mas que era quase sistematicamente retida pela maioria dos Estados que a arrecadavam.

O trabalho desenvolvido nesse sentido, se bem que não resolvesse de todo a questão, produziu bons resultados, de modo que os recolhimentos ascenderam consideravelmente, montando, no exercício, a Cr\$ 42.322.860,40.

Tendo em vista as disponibilidades orçamentárias, que importaram em Cr\$ 43.633.470,80, foi aprovado pelo Conselho Central da Fundação um plano de empreendimentos para 1951, compreendendo obras novas e prosseguimento de outras, no Distrito Federal, nos Estados de Minas Gerais (São João del Rei), Pernambuco (Recife), Paraíba (Patos) e Rio Grande do Norte (Nova Cruz) e no Território do Amapá (Amapá).

Dêsse plano, parte foi executada e parte ainda se encontra em realização. Foram concluídas 667 casas, estando em construção 560 outras.

Executou também a F.C.P., por meio de acôrdos, construções por conta de alguns Institutos e Caixas, tendo sido concluídas 87 casas e havendo 43 em construção.

A promulgação da Lei n.º 1.473, de 24 de novembro de 1951, resultante de Mensagem do Executivo ao Congresso Nacional, veio trazer, já no final do exercício de 1951, meios para a realização de um plano menos limitado, cujos resultados somente no presente exercício poderão começar a verificar-se.

Prevê essa lei as seguintes contribuições para a Fundação da Casa Popular, em milhões de cruzeiros, por exercício :

1.º	200
2.º	180
3.º	160
4.º	140
5.º	120
6.º	100
7.º	80
8.º	60
9.º	40
10.º	20

Já solicitei o crédito especial correspondente à contribuição do primeiro exercício.

Em face dos novos recursos financeiros assegurados à F. C. P., pela nova lei, para a consecução dos seus objetivos, estabeleceu o seu Conselho Central as bases que definem, com novas características, a política traçada para a aplicação daqueles recursos na construção de habitações. Tais bases podem ser enunciadas, como segue :

a) a aplicação dos capitais se fará em todo o território nacional, dando-se preferência, para atendimento imediato, às

regiões onde a carência habitacional se apresente com maior intensidade;

b) nas realizações futuras serão também contempladas as populações do meio rural, quanto às suas necessidades de habitação, e não apenas as dos grandes centros urbanos, como até agora vinha ocorrendo. Assim é que ficou assentado que dos capitais disponíveis para aplicação em cada exercício 50% devem ser destinados às zonas rurais;

c) nenhuma construção deve ser iniciada sem que antes sejam conhecidas as condições regionais ou locais, do ponto de vista dos recursos econômicos e financeiros das populações a serem beneficiadas, dos recursos técnicos e humanos para a execução das obras, bem como quanto aos hábitos e costumes da região;

d) com relação ao emprêgo de capitais nos centros urbanos, deve-se procurar afastar o inconveniente da concentração de recursos financeiros nas capitais, com as conseqüências que pode ter para o aumento progressivo do êxodo das populações dos campos e das pequenas cidades para os centros de maior população. Assim é que, dos 50% restantes das disponibilidades, 30% deverão ser destinados às capitais e 20% às outras cidades;

e) tendo em vista as limitações dos recursos de que a Fundação da Casa Popular pode dispor, deverão ser estabelecidos critérios objetivos de atendimento das necessidades habitacionais das famílias, dentro de sua capacidade aquisitiva. Terão preferência para atendimento as pessoas que não possam contar com o auxílio de outras instituições para resolver seus problemas habitacionais;

f) deve ser estimulada a aplicação do "método da ajuda própria dirigida", como um processo educativo visando aproveitar os recursos humanos e materiais existentes nas zonas rurais para a construção de habitações mais higiênicas e confortáveis, buscando-se êste resultado pela escola do exemplo.

## COLONIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO HOMEM DO CAMPO

O problema da terra constitui um ponto crucial na evolução econômica e social do País. Cresceu a população, os terrenos próximos se tornaram escassos ou esgotados, e a inflação elevou os preços da terra acima das possibilidades do rendimento das culturas agrícolas normais ao abastecimento das populações. A tendência à substituição das culturas pelas pastagens, em terras gastas, em muitas zonas de considerável densidade de população, impede também a fixação de trabalhadores nas fazendas.

TERRAS E  
COLONIZA-  
ÇÃO

O acesso à terra própria, com facilidades razoáveis, é, portanto, reivindicação justa e urgente de uma grande massa de brasileiros, à qual o Governo procurará atender.

Problema complexo, o Governo o confiou aos especialistas designados para comporem a Comissão Nacional de Política Agrária.

Enquanto isso, tratou de aumentar a eficiência da ação oficial no campo da colonização. Como passo inicial foi feito um balanço realístico das colônias e núcleos coloniais administrados pelo Ministério da Agricultura.

Do logo se verificou que a divisão de Terras e Colonização, com atividades e competência definidas no Decreto n.º 25.291, de 30 de julho de 1948, desenvolve seus trabalhos por intermédio de uma organização que já se torna insuficiente à amplitude de sua ação, complexa e extensa, da Amazônia à bacia do Paraná, por meio de Núcleos Coloniais, Colônias Agrícolas, Granjas Modelos e Núcleos Agro-Industriais.

No momento, superintende a Divisão de Terras e Colonização oito Colônias Nacionais que se regem pelo Decreto-lei número 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, localizadas nos seguintes Estados: Goiás, Amazonas, Pará, Maranhão, Paraná, Mato Grosso, Piauí, Minas Gerais. A área reservada a estas colônias gira em torno de 2.500.000 hectares onde existem cerca de 6.000 colonos, na sua maioria em condições bastante precárias.

Vale citar, como fato elucidativo, que nenhuma colônia conseguiu ainda levantar o seu perímetro e a maioria dos lotes distribuídos ainda não foi demarcada.

Além das Colônias, conta a Divisão de Terras e Colonização com um núcleo agro-industrial, em Pernambuco, e nove núcleos coloniais, assim distribuídos: seis no Estado do Rio, um em São Paulo, um no Paraná e um na Bahia. Estes núcleos dispõem de uma área de cerca de 200.000 hectares.

O número de colonos localizados é da ordem de 1.600. Os Núcleos Coloniais regem-se pelo Decreto-lei n.º 6.117, de 16 de dezembro de 1943 e o agro-industrial pelo Decreto-lei n.º 4.504, de 22 de julho de 1942.

Releva esclarecer que, dos nove núcleos citados, três foram criados no decorrer de 1951, sendo dois no Estado do Rio — Papucaia e Macaé, e um na Bahia, no município de Una; com uma área total de cerca de 25.000 hectares.

Os Núcleos Coloniais já em funcionamento, pouco diferem, na sua estrutura e organização, das Colônias Agrícolas.

A Divisão de Terras e Colonização vinha consumindo quase toda sua atividade em desapropriações ou recebimentos de terras dos Estados, onde eram despejadas verdadeiras avalanches de indivíduos, sem que se atentasse para o bem-estar social das populações rurais.

Até mesmo na Baixada Fluminense, a situação dos Núcleos é muito desfavorável: mais de 70% dos colonos não produzem o mínimo necessário à subsistência das suas famílias.

Verificou-se a formação de verdadeiros desajustados à vida rural, cujos reflexos se registra nos constantes pedidos de transferência de lotes com objetivo comercial.

E' ilustrativo registrar que a relação entre colonos e servidores das colônias e núcleos é muito baixa: Núcleo de Santa Cruz 1,6; Núcleo de São Bento 1,3; Núcleo do Tinguá 0,9; Núcleo Duque de Caxias 0,9; Núcleo Marquês de Arantes 4,4; Colônia do Amazonas 0,76; Colônia do Pará 7; Colônia do Piauí 1,1; Colônia General Osório 2,3; Colônia de Goiás 8,2; Colônia de Dourados 3,2. O núcleo Senador Vergueiro e as colônias de Jaiba, Minas, e do Maranhão, praticamente apenas mantêm funcionários.

A relação entre as verbas pessoal e as verbas material também é muito significativa do desvirtuamento do programa de colonização.

Ao lado do levantamento da situação e do planejamento das atividades próximas, cuidou de logo o Governo da realização de

obras e serviços, já sob a nova concepção administrativa, inclusive a instalação dos novos núcleos.

Com relação aos novos núcleos, pretende-se adotar o critério de localização dos colonos, inicialmente em grupos, trabalhando êles sob forma cooperativista, vivendo em habitações transformáveis em futuros galpões, destinados a depósitos de máquinas, de produtos agrícolas e instalações de beneficiamento dêstes, os quais serão entregues às cooperativas de produção e consumo que foram organizadas para cada grupo de colono, de acôrdo com as suas nacionalidades, tôdas sob a orientação da Divisão.

Cada Núcleo criado manterá um armazém para fornecimento de víveres e artigos de primeira necessidade, que será transformado em Cooperativa Central, logo esteja organizado o Núcleo. As despesas realizadas pelos colonos carentes de auxílio serão indenizadas a partir do segundo ano agrícola.

O serviço de assistência médica, inicialmente, será mantido pelo Núcleo nos moldes vigentes, passando para a responsabilidade dos colonos tão logo a situação financeira dêstes permita tal encargo.

O Núcleo manterá, ainda, em caráter permanente, um centro de treinamento técnico paralelamente aos trabalhos de experimentação, de produção de sementes e mudas, de animais de trabalho e cria e, bem assim, uma estação de máquinas agrícolas com o objetivo de orientar e prestar eficiente ajuda aos colonos.

Nos lotes que forem demarcados nas glebas então aproveitadas coletivamente, serão localizados, em caráter definitivo, como colonos, e nos termos da legislação em vigor os agricultores que forem selecionados pela administração do Núcleo, após o período mínimo de um ano de trabalho coletivo, nas aludidas glebas, constituindo, assim, a concessão do lote um prêmio àquele que oferecer mais alto rendimento, apurado em função de tabela de mérito a ser organizada.

E' bem possível que a experiência da execução coletiva dos trabalhos de irrigação, preparo mecânico do solo, adubação, plantio, colheita, armazenamento, industrialização e venda dos produtos, conduzirá os cooperados ao prosseguimento dos mesmos métodos quando localizados em definitivo nos respectivos lotes rurais.

Com o objetivo de criar condições técnicas favoráveis ao desenvolvimento dos núcleos coloniais e de abrir novos horizontes à carreira de agrônomo, um dos itens do programa em estudo é o

da concessão de lotes a agrônomos, garantindo-se-lhes a compra das sementes que produzirem.

No núcleo de Macaé, prepara-se uma experiência social, com a participação de 600 famílias, sendo: 200 brasileiras, 100 japonesas, 100 italianas, 100 alemãs e 100 holandesas ou portuguesas.

Em Santa Alice serão localizadas 30 famílias japonesas e 60 brasileiras.

Serão instaladas, no corrente ano, cêrca de 100 granjas leiteiras no Núcleo Colonial Santa Cruz, com a cooperação estabelecida com o Departamento Nacional da Produção Animal.

Os lotes já foram escolhidos e a Seção de Colonização já está elaborando o plano em linhas gerais, que será o seguinte :

Cada lote receberá três vacas, cujo direito de propriedade continuará com a Divisão de Terras e Colonização. A primeira cria fêmea será da Divisão, ficando as demais e a produção das vacas com o colono.

Com as granjas leiteiras, serão utilizados os lotes de difícil aproveitamento agrícola e com o estrume obtido nessas granjas recuperados os demais lotes para produção de hortaliças e frutas. O número de granjas leiteiras poderá duplicar, dependendo do êxito que se obtenha com as que estão em vias de instalação.

Em São Bento deverão ser estabelecidas 50 granjas em 1952, atendendo à solicitação dos colonos.

Com o intuito de desenvolver o programa federal de acesso à terra própria, de reorganização da exploração agrícola e de produção de abastecimentos através de colônias e núcleos coloniais, e de dar-lhe maior flexibilidade, estuda o Governo uma alteração na legislação, articulando melhor os serviços de colonização e de imigração.

Dois anteprojetos, correspondendo a duas soluções, estão em estudos nos órgãos próprios do Governo. Conto em breve enviar-vos um projeto de lei a respeito.

ASSISTÊN-  
CIA AO HO-  
MEM DO  
CAMPO

Constitui ponto básico do programa do meu Governo a realização de medidas tendentes a promover a melhoria dos níveis das classes rurais.

Neste sentido, foram tomadas providências básicas de largo alcance.

Pelo Decreto n.º 29.803, de 25 de julho do ano passado, foi criada a Comissão Nacional de Política Agrária, que iniciou os seus trabalhos, segundo a prioridade prescrita no próprio De-

creto, pelos estudos e projetos relacionados com a reforma agrária e o acesso à terra própria.

Realiza, presentemente, a Comissão um levantamento completo das terras públicas do domínio da União, dos Estados e dos Municípios, as quais deverão ser visitadas êste ano e analisadas sob o ponto de vista de seu aproveitamento econômico, para seleção final daquelas cujas condições de solo, clima, aguadas, transportes e proximidade de mercados consumidores mais se prestem a uma colonização imediata, com elementos nacionais e estrangeiros.

Objetiva-se, ainda, a realização de um estudo local dos vales úmidos e das terras de vazante e a jusante dos açudes públicos do Nordeste que ofereçam possibilidade de reter o maior número possível de famílias de agricultores da região, além de outras investigações sôbre relações de trabalho no campo, sistemas de trabalho no campo, sistemas agrícolas prevalecentes na comunidade rural brasileira, assistência técnica e financeira ao pequeno produtor e contratos rurais.

A criação do Serviço Social Rural, dependente do vosso pronunciamento, será de decisiva importância para a efetiva melhoria das condições de vida das populações rurais. Êle representa a concretização do meu propósito de estender aos trabalhadores rurais os benefícios da política de assistência social do Governo.

Pretende-se, com a criação do Serviço Social Rural, alcançar o homem do campo através de suas instituições representativas a fim de, onde e como possível, libertá-lo da ignorância e da rotina, expressas no modo por que cultiva o solo, cria os rebanhos e no rudimentarismo de sua vida econômica, de limitados horizontes. Trata-se, portanto, de um esforço do Governo no sentido de elevar o nível econômico e cultural do rurícola e de sua família pela reorganização do próprio meio social onde vive e de que participa.

A Campanha de Educação Rural, lançada em 1951, através do Ministério da Educação e Saúde, estendeu a sua ação renovadora, através da organização de missões rurais e de centros sociais, aos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

## BEM-ESTAR SOCIAL

Consoante as diretrizes que integram o programa do Governo, criado, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo Decreto n.º 30.020, de 29 de setembro de 1951, a Comissão Nacional de Bem-Estar Social, com a finalidade de promover os estudos e as providências indispensáveis à estruturação de uma política tendo por objetivo a melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

Dando início ao seu trabalho de coordenação dos órgãos, atividades e recursos existentes, dedicados às questões de bem-estar, a Comissão, simultaneamente com as medidas para sua instalação material, mobilização de pessoal e organização de equipes técnicas, propôs-se, desde logo, a estudar, em ordem de prioridade, problemas prementes de nossa vida social e econômica, tendo sido, com esse fim, constituídas subcomissões de Seguro Social, Serviço Social, Habitação, Saúde, Indústrias Domésticas e Artesanato, Colonização e Bem-Estar Rural, Recreação e Cultura, e Assistência Técnica.

Embora em tempo limitado, esses grupos técnicos realizaram já um trabalho promissor, tendo em vista as naturais dificuldades da tarefa cometida à Comissão.

Aproveitando a experiência acumulada e as contribuições de relatórios, pesquisas e subsídios sobre questões de seguro social, a Subcomissão competente elaborou o anteprojeto da Lei Orgânica da Previdência Social, referido no capítulo *Previdência Social*, desta Mensagem.

SEGURO  
SOCIAL E  
HABI-  
TAÇÃO

Os vários aspectos do problema nacional da habitação popular estão sendo estudados pela subcomissão respectiva, conforme se dá conta no capítulo próprio da Mensagem.

A Subcomissão de Serviço Social realizou uma "Semana de Estudos" nesta Capital, com representantes dos Estados, a fim de promover um levantamento sumário e preliminar das necessidades, de caráter assistencial, em todo o País, bem como pro-

SERVIÇO  
SOCIAL

ceder ao planejamento de medidas tendentes a possibilitar o treinamento do pessoal técnico para o interior e mais eficiente aproveitamento das escolas rurais, e ainda à criação de um centro-modelo destinado à prestação de assistência técnica aos municípios.

#### SAÚDE

As indicações necessárias à objetivação da política traçada na anterior Mensagem anual, com respeito à saúde, constituíram objeto de minucioso relatório da Subcomissão especializada da Comissão Nacional de Bem-Estar Social, estando em estudos um programa de medidas a ser submetido à consideração do Governo.

#### ARTESANATO E INDÚSTRIAS DOMÉSTICAS

Um dos setores em que se afigura possível a atuação eficiente e proveitosa do Governo é o do artesanato e o das indústrias domésticas, o qual carece de organização e do apoio e assistência dos poderes públicos, de sorte a elevar as receitas familiares e assim elevar os níveis de vida.

Dentro desse pensamento, elaborou-se um inquérito destinado a colher informações necessárias ao planejamento da assistência técnica, financeira e social a essas atividades. Estuda-se, ainda, a forma de atender, com presteza, ao reclamo generalizado para a aquisição de máquinas de costura ou outros utensílios essenciais ao trabalho desse tipo.

#### COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Estão sendo estudados, conjuntamente pela Comissão Nacional de Bem-Estar Social e pela Comissão Nacional de Assistência Técnica, programas de interesse para o bem-estar de nossa população, os quais deverão ser executados com a cooperação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura e do Fundo Internacional de Socorro à Infância.

A Comissão Nacional de Bem-Estar Social, em articulação com a União Panamericana, cuida, presentemente, da instalação, no Brasil, de um centro de treinamento de pessoal para aproveitamento de matérias rústicas nativas, úteis à solução do problema da habitação popular, bem assim como, através da Comissão Nacional de Alimentação, promoveu a vinda ao Brasil de cientistas da "Kellogg Foundation", tendo sido obtida a instalação, no País, por conta dessa instituição, de dois laboratórios para estudo do valor nutritivo de produtos nativos.

As demais Subcomissões estão em funcionamento e se aplicam à realização de estudos visando à coordenação das atividades nos diversos campos em que se especializam e bem assim a sugerir ao Governo diretrizes práticas para obter dos serviços e recursos existentes o maior rendimento possível.

OUTROS  
SETORES

Na anterior Mensagem anual assinaei que, para melhor levantar as bases de uma política de bem-estar, era necessário realizar, de início, levantamentos regionais de padrão de vida, condições de trabalho e orçamentos familiares. A essa diretriz foi sensível a Comissão Nacional de Alimentação, que constituiu um grupo técnico que planejou, em breve prazo, os instrumentos do levantamento por mim preconizado.

PESQUISAS  
DE PA-  
DRÕES DE  
VIDA

Posteriormente, apoiei a sugestão do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no sentido de ser a referida pesquisa executada sob a orientação da Comissão Nacional de Bem-Estar Social com a cooperação técnica e financeira da Comissão Nacional de Alimentação, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, da Fundação Getúlio Vargas, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, da Confederação Nacional da Indústria, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

A Comissão Nacional de Bem-Estar Social realiza, presentemente, entendimentos com essas entidades, no sentido de promover, no mais breve prazo possível, a execução da pesquisa, cujos resultados reputo essenciais para a fundamentação de iniciativas do Governo no terreno econômico e social.

*Rio de Janeiro, D. F., em 15 de março de 1952.*

GETULIO VARGAS.

## INDICE

### PANORAMA INTERNACIONAL E POSIÇÃO DO BRASIL

	Pág.
<b>PANORAMA INTERNACIONAL E POSIÇÃO DO BRASIL</b> .....	23
ASSEMBLEIA GERAL DA O.N.U. ....	26
CONFERÊNCIA DE WASHINGTON .....	27
COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA .....	30
ASSISTÊNCIA TÉCNICA .....	31
COOPERAÇÃO DO FISI .....	32
ACÓRDOS COMERCIAIS .....	33
COMISSÃO ECONÓMICA DA ONU PARA A AMÉRICA LATINA .....	33
CONSELHO INTERAMERICANO ECONÓMICO E SOCIAL .....	34
ACÓRDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO .....	34
CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MATÉRIAS PRIMAS .....	35
ACÓRDOS SOBRE TRANSPORTES AÉREOS .....	35
QUESTÃO ANGLO-IRANIANA .....	35
O CASO DO MARROCOS .....	36
A QUESTÃO DE LIMITES PERU-EQUADOR .....	36
REVISÃO DO TRATADO DE PAZ COM A ITALIA .....	36
TRATADO DE PAZ COM O JAPÃO .....	37
ALEMANHA .....	37
RECONHECIMENTOS DE GOVERNOS .....	37
ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS .....	38
PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NOS ÓRGÃOS INTERNACIONAIS .....	38
NOVAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS .....	39
I CONGRESSO DA UNIÃO LATINA .....	39
REPARAÇÕES DE GUERRA .....	40
AÇÃO CULTURAL .....	41
IMIGRAÇÃO .....	42
PETRÓLEO BOLIVIANO .....	43
ESTRADA DE FERRO BRASIL-BOLÍVIA .....	43
DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS .....	43
VISITANTES ILUSTRES .....	44
<b>SITUAÇÃO POLITICA E ADMINISTRATIVA</b>	
<b>POLITICA INTERNA</b> .....	47
SITUAÇÃO DE ORDEM E LIBERDADE .....	47
QUEDA DA EDUCAÇÃO E DO ESPIRITO CIVICOS .....	48

	<i>Pág.</i>
COLABORAÇÃO DOS PODERES PÚBLICOS .....	49
<i>Poderes da República</i> .....	49
<i>Colaboração com os Estados e Municípios</i> .....	50
COMPLEMENTAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA ORGA- NIZAÇÃO POLITICO-CONSTITUCIONAL .....	51
SEGURANÇA NACIONAL .....	53
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL .....	54
ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS .....	55
EXÉRCITO .....	55
MARINHA .....	57
AERONÁUTICA .....	61
SEGURANÇA PÚBLICA .....	63
ADMINISTRAÇÃO FEDERAL .....	67
POLÍTICA ADMINISTRATIVA .....	67
<i>Orçamento</i> .....	67
<i>Plano Salto</i> .....	68
<i>Outros Problemas Orçamentários</i> .....	70
<i>Pessoal</i> .....	72
<i>Aperfeiçoamento</i> .....	74
<i>Organização</i> .....	75
ADMINISTRAÇÃO DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS .....	79
<i>Acre</i> .....	80
<i>Guaporé</i> .....	82
<i>Amapá</i> .....	83
<i>Rio Branco</i> .....	86
 SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA  	
POLÍTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA .....	91
EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA .....	103
PERSPECTIVAS PARA 1952 .....	106
SISTEMA TRIBUTARIO .....	107
IMPÔSTO SOBRE A RENDA .....	107
IMPÔSTO DE CONSUMO .....	108
IMPÔSTO DO SÉLO .....	109
TARIFAS ADUANEIRAS .....	109
RECURSOS ESPECIAIS .....	109
DÍVIDA PÚBLICA .....	111
DÍVIDA EXTERNA CONSOLIDADA .....	111
DÍVIDA INTERNA FUNDADA .....	113
<i>Emissões Estaduais e Municipais</i> .....	113
<i>Reabilitação do Crédito Federal</i> .....	115
CRÉDITO E CAPITAIS .....	119
BANCO DO BRASIL .....	120
<i>Crédito à Produção</i> .....	121
<i>Auxílios Financeiros aos Estados e Municípios</i> .....	122

	<i>Pág.</i>
CARTEIRA DE REDESCONTOS .....	124
EXPANSÃO DA REDE BANCÁRIA .....	126
ORGANIZAÇÕES ESPECIAIS .....	127
CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS .....	127
CRÉDITO COOPERATIVO .....	131
MERCADO DE CAPITAIS .....	134
SEGUROS PRIVADOS .....	135
<b>CONTROLE MONETARIO</b> .....	<b>139</b>
<b>SITUAÇÃO CAMBIAL</b> .....	<b>143</b>
TAXA DE CÂMBIO .....	146
INVESTIMENTO DE CAPITAIS ESTRANGEIROS .....	147
<b>COMÉRCIO EXTERIOR</b> .....	<b>151</b>
<b>LIBERALIZAÇÃO DE IMPORTAÇÕES</b> .....	<b>151</b>
<i>Eleito Anti-inflacionário</i> .....	152
<i>Reposição de Estoques</i> .....	153
<i>Estoques Preventivos</i> .....	154
<b>RESTRICÇÕES AS IMPORTAÇÕES</b> .....	<b>154</b>
<b>EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES</b> .....	<b>156</b>
<b>PRODUÇÃO</b> .....	<b>159</b>
<b>SITUAÇÃO AGROPASTORIL</b> .....	<b>160</b>
<i>Comissão Nacional de Política Agrária</i> .....	161
<i>Associações Rurais</i> .....	161
<i>Cooperativismo</i> .....	162
Crédito Cooperativo .....	162
<i>Assistência Técnica</i> .....	163
<i>Mecanização</i> .....	164
<i>Fertilizantes</i> .....	165
<i>Defesa Sanitária</i> .....	166
<i>Acôrdos de Cooperação</i> .....	167
<i>Abastecimento</i> .....	168
<i>Preços</i> .....	169
<b>PRODUÇÃO ANIMAL</b> .....	<b>169</b>
<i>Pecuária</i> .....	170
<i>Pesca e Pescado</i> .....	171
<b>PRODUÇÃO AGRÍCOLA</b> .....	<b>172</b>
<i>Cereais</i> .....	173
<i>Mandioca, Batatas e Feijão</i> .....	175
<i>Frutas</i> .....	175
<i>Cana de Açúcar</i> .....	176
<i>Cacau</i> .....	176
<i>Café</i> .....	177
<i>Algodão</i> .....	178
<i>Outras Culturas</i> .....	178
<b>PRODUÇÃO FLORESTAL</b> .....	<b>178</b>
<i>Madeiras</i> .....	179
<i>Borracha</i> .....	179
<i>Mate</i> .....	180
<i>Babaçu</i> .....	180
<i>Outros Produtos</i> .....	180

	Pág.
<b>PRODUÇÃO MINERAL</b> .....	181
<i>Pesquisas Minerais</i> .....	182
<i>Exportação do Minério</i> .....	182
<i>Cia. Vale do Rio Doce S. A.</i> .....	183
<i>Produção de Sal</i> .....	184
<i>Política de Mineração e Metalurgia</i> .....	185
<b>INDÚSTRIAS DE BASE</b> .....	185
<i>Cia. Siderúrgica Nacional</i> .....	185
<i>Fábrica Nacional de Motores</i> .....	187
<i>Indústria de Alcalis</i> .....	187
<i>Enxôtro e Siderurgia no Sul</i> .....	188
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	
<b>PESQUISA</b> .....	191
<b>CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS</b> .....	191
<i>Energia Atômica</i> .....	192
<b>TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES</b> .....	193
<b>TRANSPORTE FERROVIÁRIO</b> .....	198
<i>Estradas de Ferro da União</i> .....	198
<b>TRANSPORTE RODOVIÁRIO</b> .....	200
<b>PORTOS</b> .....	201
<b>TRANSPORTE MARÍTIMO</b> .....	203
<b>NAVEGAÇÃO FLUVIAL</b> .....	207
<b>TRANSPORTE AÉREO</b> .....	207
<b>COMUNICAÇÕES</b> .....	209
<i>Correios e Telégrafos</i> .....	210
<i>Telefones</i> .....	211
<b>ENERGIA</b> .....	213
<b>PETRÓLEO</b> .....	213
<i>Conselho Nacional do Petróleo</i> .....	213
<i>Pesquisas e Perfurações</i> .....	215
<i>Reserva de Petróleo e Produção Potencial</i> .....	216
<i>Produção de Petróleo</i> .....	216
<i>Industrialização do Gás Natural</i> .....	216
<i>Prospecção do Xisto Betuminoso</i> .....	217
<i>Petróleo Brasileiro S. A.</i> .....	217
<b>CARVÃO</b> .....	217
<b>CARVÃO VEGETAL E LENHA</b> .....	218
<b>ELETRICIDADE</b> .....	219
<i>Potencial Hidráulico</i> .....	221
<i>Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco</i> .....	222
<b>PLANOS REGIONAIS</b> .....	223
<b>AMAZÔNIA</b> .....	223
<b>POLIGONO DAS SÉCAS</b> .....	230
<i>Programa de Emergência</i> .....	231
<i>Outros Empreendimentos</i> .....	233
<i>Abastecimento e Assistência</i> .....	234
<b>VALE DO S. FRANCISCO</b> .....	234
<b>VALE DO PARAÍBA</b> .....	236
<b>BACIA DO RIO PARANA</b> .....	237

**PROGRESSO SOCIAL**

	<i>Págs</i>
<b>PROGRESSO SOCIAL</b> .....	239
<b>POPULAÇÃO</b> .....	241
<b>MIGRAÇÕES INTERNAS</b> .....	243
<b>IMIGRAÇÃO</b> .....	244
<b>SAÚDE PÚBLICA</b> .....	249
<b>CAMPANHA CONTRA AS ENDEMIAS RURAIS</b> .....	250
<i>Malária</i> .....	250
<i>Febre amarela</i> .....	251
<i>Peste</i> .....	251
<i>Vermínoses</i> .....	252
<i>Tracoma</i> .....	253
<i>Bouba</i> .....	253
<b>OUTRAS CAMPANHAS</b> .....	254
<i>Doenças venéreas</i> .....	254
<i>Saúde dos portos</i> .....	254
<i>Tuberculose</i> .....	255
<i>Doenças mentais</i> .....	257
<i>Câncer</i> .....	257
<b>ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR</b> .....	258
<b>MATERNIDADE E INFÂNCIA</b> .....	259
<b>EDUCAÇÃO SANITÁRIA</b> .....	260
<b>SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA</b> .....	260
<b>EDUCAÇÃO E CULTURA</b> .....	263
<b>BASES E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO NACIONAL</b> ....	267
<b>ENSINO SUPERIOR</b> .....	268
<b>APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR</b>	270
<b>ENSINO SECUNDÁRIO</b> .....	271
<b>ENSINO PRIMÁRIO E ENSINO NORMAL</b> .....	273
<i>Campanha de Educação de Adultos</i> .....	277
<b>ENSINO INDUSTRIAL</b> .....	277
<i>Rêde Federal de Ensino Industrial</i> .....	279
<b>ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL A CEGOS E AMBLÍOPES</b> ..	280
<b>CULTURA</b> .....	281
<i>Museu de Arte Moderna</i> .....	282
<i>Semana de Arte Moderna</i> .....	282
<i>Exposições</i> .....	282
<i>Instituto Nacional do Livro</i> .....	283
<i>Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i> .....	284
<i>Museu Nacional</i> .....	285
<i>Cinema Educativo</i> .....	286
<i>Indústria Cinematográfica</i> .....	287
<i>Rádiodifusão</i> .....	287
<i>Teatro</i> .....	289

	<i>PÁG.</i>
<b>TRABALHO</b> .....	291
ORGANIZAÇÃO DA CLASSE RURAL .....	293
SALÁRIO MÍNIMO .....	295
<b>ASSISTENCIA SOCIAL</b> .....	297
ABONO AS FAMILIAS NUMEROSAS .....	297
SUBVENÇÕES AS ENTIDADES DE CARATER ASSIS- TENCIAL .....	298
<b>PREVIDENCIA SOCIAL</b> .....	301
I.A.P.I. ....	301
I.A.P.C. ....	302
I.A.P.E.T.C. ....	302
I.A.P.B. ....	303
I.A.P.M. ....	303
I.P.A.S.E. ....	304
CAIXAS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES .....	304
S.A.M.D.U. ....	304
VISÃO DE CONJUNTO .....	305
LEI ORGÂNICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL .....	306
DÉBITO DA UNIÃO .....	308
SEGURO DE ACIDENTES DO TRABALHO .....	309
DEPARTAMENTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL .....	309
PROJETOS EM ANDAMENTO .....	309
<b>ALIMENTAÇÃO</b> .....	311
S.A.P.S. ....	311
COMISSÃO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO .....	314
<b>HABITAÇÃO</b> .....	317
FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR .....	318
<b>COLONIZAÇÃO E ASSISTENCIA AO HOMEM DO CAMPO</b> ..	321
TERRAS E COLONIZAÇÃO .....	321
ASSISTÊNCIA AO HOMEM DO CAMPO .....	324
<b>BEM-ESTAR SOCIAL</b> .....	327
SEGURO SOCIAL E HABITAÇÃO .....	327
SERVIÇO SOCIAL .....	327
SAÚDE .....	328
ARTESANATO E INDÚSTRIAS DOMÉSTICAS .....	328
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL .....	328
OUTROS SETORES .....	329
PESQUISAS DE PADRÕES DE VIDA .....	329